

JULIANA LOPES LELIS

**TERRITÓRIOS DA INFORMALIDADE: AS DIFERENTES ESTRATÉGIAS
REPRODUTIVAS DAS FAMÍLIAS INSERIDAS NO COMÉRCIO
INFORMAL DE VIÇOSA-MG**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação em Economia
Doméstica, para obtenção do título de
Magister Scientiae.

**VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2011**

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

L541t
2011

Lelis, Juliana Lopes, 1986-

Territórios da informalidade: as diferentes estratégias reprodutivas das famílias inseridas no comércio informal de Viçosa-MG / Juliana Lopes Lelis. – Viçosa, MG, 2011. xvii, 214f. : il. (algumas col.) ; 29cm.

Inclui anexos.

Orientador: Neide Maria de Almeida Pinto.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 196-206

1. Setor informal (Economia). 2. Territorialidade humana.
3. Família. I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

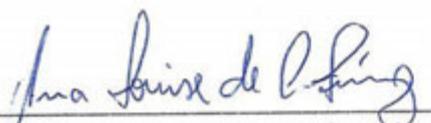
CDD 22. ed. 331.1

JULIANA LOPES LELIS

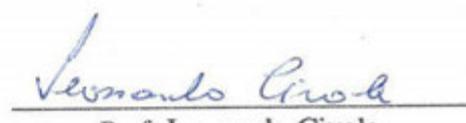
**TERRITÓRIOS DA INFORMALIDADE: AS DIFERENTES ESTRATÉGIAS
REPRODUTIVAS DAS FAMÍLIAS INSERIDAS NO COMÉRCIO
INFORMAL DE VIÇOSA-MG**

Dissertação apresentada à
Universidade Federal de Viçosa, como
parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação em Economia
Doméstica, para obtenção do título de
Magister Scientiae.

APROVADA: 6 de maio de 2011.



Prof^ª Ana Louise de Carvalho Fiúza
(Coorientadora)



Prof. Leonardo Civalo



Prof^ª Neide Maria de Almeida Pinto
(Orientadora)

*Dedico esta dissertação a minha mãe, Nazaré;
Pelos seus cantos e encantos!*

AGRADECIMENTOS

Ao fim de mais uma caminhada, gostaria de agradecer a todas as pessoas que me ajudaram na realização deste trabalho!

Agradeço a Deus, pela presença constante em minha vida! Por sempre guiar os meus passos, colocando pessoas especiais em meu caminho!

Aos meus pais, Nazaré e José Anastácio, pelos seus ensinamentos, pelo apoio, por acreditarem nos meus sonhos e, principalmente, por compreenderem, sempre que preciso, a minha ausência para a dedicação aos estudos!

Ao meu irmão, Evandro, pela força e confiança!

Ao programa de Pós-graduação em Economia Doméstica, por me permitir novas análises e discussões! Obrigada pela oportunidade de realizar essa pesquisa!

As Professoras do Departamento de Economia Doméstica pelos seus ensinamentos. Em especial a Dorinha, Fatinha, Karla e Neuza que durante as disciplinas, me permitiram realizar e apreender novas discussões. Gostaria, também, de agradecer as professoras, Tereza e Lurdinha, que sempre me acolheram com seus carinhos, seja através de um olhar, um abraço, um elogio, um incentivo, uma conversa!

A minha querida orientadora, Neide Maria de Almeida Pinto, pelo compromisso, competência e dedicação para com o meu trabalho. Pela sua amável orientação, sempre pronta a me escutar e ajudar. Enfim, por, muitas vezes, se permitir ser mais que uma orientadora, mas uma amiga. Obrigada pelo carinho!

As professoras do Departamento de Economia Rural, Ana Louise de Carvalho Fiúza e Sheila Maria Doula, por aceitarem co-orientar este trabalho, trazendo sugestões sempre precisas e enriquecedoras!

Aos professores do Departamento de Geografia, Maria Isabel Chrysostomo e Eduardo Maia, por me fazer apaixonar, ainda mais, pelo saber geográfico. Em

especial, ao professor Leonardo Civale, por participar do momento final da pesquisa, compartilhando e enriquecendo este trabalho com o seu conhecimento!

Agradeço, também, ao ex-professor Ronan Eustáquio Borges, por ter me instigado e auxiliado nas primeiras reflexões sobre a informalidade. Pela sua orientação na iniciação científica e monografia, trabalhos que foram essenciais para esta dissertação! Obrigado por ter acreditado no meu trabalho!

A Geografia, por me fazer sentir parte deste mundo e, sobretudo, me permitir refletir sobre o mesmo!

A Aloísia, Roberto e demais funcionários do Departamento de Economia Doméstica e do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica – UFV, por estarem sempre dispostos a nos ajudar!

A Kátia e Andressa por terem contribuído na coleta dos dados e pelo envolvimento com a pesquisa!

Aos meus amigos, agradeço pelo companheirismo de sempre. Aos de Canaã por estarem sempre me apoiando e transformando cada momento juntos, encontros muito prazerosos! Aos amigos conquistados em Viçosa, agradeço por cada papo, momentos de alegrias e aprendizagem. Com toda certeza, estou levando um pouquinho de cada um!

As minhas amigas do mestrado, agradeço pelos momentos de alegria, dúvidas, aprendizagem e de angústia compartilhados. Hoje, olho para trás e já sinto saudades do stress dos trabalhos, da correria do dia-a-dia, dos cafezinhos no Itaú... Enfim, de estar ao lado de cada uma. Obrigada pelos momentos vividos e pelos que ainda virão!

Ao meu noivo, Eduardo, por ter estado mais uma vez ao meu lado... Pela compreensão, paciência, apoio, que me acalentaram nos momentos mais difíceis. Obrigada também pela presença na pesquisa. Pela ajuda no trabalho de campo, nas correções ortográficas e pelas sugestões na parte textual. Enfim, obrigado pelo seu amor e por fazer parte da minha vida!

Aos meus afilhados, Talita, Jaciane, Beatriz, Joelma, Lídia, Wellington, Marino e Artur, pelos sorrisos e palavras carinhosas recebidas em meio a tanta correria do nosso cotidiano.

Agradeço, também, aos comerciantes informais de Viçosa que se disponibilizaram a participar deste estudo. Mesmo nos momentos de realização de

seus trabalhos e afazeres domésticos, se dispuseram a responder os questionários e entrevistas. Foi muito prazeroso conhecer um pouco da vida de cada um!

Agradeço, ainda, a Capes, pelo apoio financeiro em forma de bolsa.

Enfim, a todo vocês, o meu agradecimento de coração! Essa conquista não seria tão especial se não tivesse vocês ao meu lado, muito obrigada!

BIOGRAFIA

JULIANA LOPES LELIS, filha de Nazaré Lopes Lelis e José Anastácio Lelis, nasceu na cidade de Viçosa, Minas Gerais, em 14 de março de 1986, sendo residente da cidade de Canaã, MG.

Iniciou sua vida escolar na Escola Estadual Antônio Lopes Soares. Nesta instituição concluiu os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Em fevereiro de 1995, ingressou na Escola Estadual Maria Aparecida David, onde concluiu o Ensino Fundamental, permanecendo até o primeiro ano do Ensino Médio.

Em fevereiro de 2002, iniciou os seus estudos no Colégio Anglo de Viçosa, onde concluiu o Ensino Médio.

Em fevereiro de 2004 ingressou no curso de Geografia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Durante a graduação, a estudante se envolveu em diversas atividades, como projetos de extensão, de iniciação científica e monitorias. Além de iniciar a sua incursão na sala de aula, trabalhando em um cursinho pré-vestibular na cidade de Canaã. Obteve a graduação em Janeiro de 2009.

No mês de Fevereiro do mesmo ano, 2009, ingressou no Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa, defendendo em 16 de maio de 2011, a dissertação “Territórios da Informalidade: as diferentes estratégias reprodutivas das famílias inseridas no comércio informal de Viçosa (MG)”. Trabalho inserido na linha de pesquisa Família, Bem-Estar Social e Qualidade de Vida.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE FIGURAS.....	ix
LISTA DE QUADROS.....	xii
LISTA DE TABELAS.....	xiii
RESUMO.....	xiv
ABSTRACT.....	xvi
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Justificativa teórica e interesse pelo tema.....	3
1.2. A construção do problema.....	9
1.2.1. A delimitação do problema.....	16
1.3. Objetivos.....	18
1.3.1. Objetivo geral.....	18
1.3.2. Objetivos específicos.....	18
2. ABORDAGEM METODOLÓGICA	20
2.1. Local de estudo, população e amostra.....	21
2.2. A coleta de dados: o trabalho de campo no comércio informal de Viçosa (MG).....	23
2.3. A análise dos dados.....	28
2.4. As limitações da pesquisa.....	31
3. A ECONOMIA INFORMAL: A construção de novas territorialidades urbanas.....	32
3.1. A economia informal e a sua intensificação no espaço urbano das cidades.....	32
3.2. Os trabalhadores informais: um coletivo complexo e heterogêneo.....	38
3.2.1. Família e informalidade.....	43
3.3. O comércio informal: um lugar de sociabilidade.....	47
3.3.1. Redes sociais: do indivíduo ao coletivo.....	48
3.3.2. Territórios e territorialidades: referenciais simbólicos num espaço em movimento.....	54

4. UMA CIDADE CONTRADITÓRIA: o processo de ocupação e urbanização da cidade de Viçosa (MG).....	58
5. TECENDO UM TERRITÓRIO: O comércio informal viçosense.....	67
5.1. A conquista por um lugar: a espacialidade e a apropriação do espaço urbano pelo comércio informal de Viçosa (MG).....	67
5.1.1. Shopping Chequer: um espaço de comércio informal marcado pela popularidade e ilegalidade.....	70
5.1.2. As feiras de Viçosa (MG): entre a “necessidade” e a sociabilidade.....	77
5.1.2.1. A feira de artesanato	77
5.1.2.2. A feira livre	80
5.1.3. Ambulantes e camelôs.....	89
5.2. O comércio informal de Viçosa (MG): características gerais e perfil socioeconômico dos seus sujeitos.....	97
5.2.1. O perfil dos comerciantes informais.....	101
5.2.1.1. O perfil dos comerciantes informais segundo os produtos comercializados.....	120
6. TERRITÓRIOS INFORMAIS: o comércio informal de Viçosa e as suas diferentes finalidades para as famílias envolvidas.....	130
6.1. Territórios precários: o comércio informal como a única opção de trabalho	132
6.1.1. Redes e identidade: a territorialidade expressa no cotidiano do comércio informal.....	138
6.2. Territórios em ascensão: o comércio informal como uma opção de trabalho.....	155
6.2.1. Tendência e consolidação no espaço urbano viçosense: as territorialidades construídas pelo espaço em ascensão.....	162
6.3. Territórios de resistência: o comércio informal como uma possibilidade de manutenção dos laços tradicionais entre as famílias	172
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS... ..	188
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	196
9. ANEXOS	207

LISTA DE FIGURAS

	Página
1. Localização de Viçosa (MG).....	59
2. Foto Parcial do Shopping Chequer.....	71
3. Ocupação ilegal do Shopping Chequer.....	72
4. Estabelecimento com características similares a comércios formais.....	74
5. Itens de vestuário (roupas e bolsas).....	75
6. Loja Marcos Moda Íntima no Shopping Chequer.....	76
7. Loja Marcos Moda Júnior.....	76
8. Vista parcial da Feira de Artesanato.....	78
9. Vista panorâmica da feira livre na Avenida Santa Rita.....	81
10. Vista parcial da feira livre já em seu novo espaço.....	83
11. Hortifrutigranjeiros comercializados na feira livre.....	83
12. Artesanatos comercializados na feira livre.....	84
13. Barracas de lanches presentes na feira livre.....	84
14. Barracas de itens de vestuário, CD's e DVD's na feira livre.....	85
15. Gráfico da organização espacial da feira livre segundo os produtos comercializados.....	86
16. Ambulantes que possuíam barracas para a exposição de suas mercadorias.....	90

17. Ambulantes que não possuíam uma estrutura mínima para exporem suas mercadorias.....	91
18. Ambulantes fixos localizados na Avenida Sebastião Lopes de Carvalho.....	93
19. Utilização do automóvel para a comercialização das mercadorias prédios.....	94
20. Gráfico das mercadorias vendidas no comércio informal de Viçosa, MG	99
21. Cidades pertencentes à microrregião de Viçosa (MG).....	102
22. Gráfico da razão pela qual os comerciantes se inseriram no comércio informal viçosense.....	104
23. Gráfico da distribuição dos comerciantes informais de Viçosa por sexo, segundo o local de trabalho.....	111
24. Gráfico da idade dos comerciantes informais da cidade de Viçosa, MG.....	113
25. Gráfico da renda mensal adquirida no comércio informal viçosense....	118
26. Comerciantes de hortifrutigranjeiros presentes na Feira Livre de Viçosa	121
27. Condições de trabalho dos estabelecimentos que vendiam comida.....	124
28. Estabelecimentos informais que vendiam itens de vestuário.....	126
29. Artesanatos vendidos na Feira Livre de Viçosa (MG).....	127
30. Condições de trabalho dos comerciantes informais.....	136
31. Lojas do Shopping Chequer abertas durante o período diurno.....	138
32. Ocupação do Shopping Chequer por camelôs durante o período noturno.....	139
33. Feira livre de Viçosa e, no mesmo espaço, prédios do poder público municipal.....	139
34. Fluxograma das redes sociais construídas nos territórios precários.....	142
35. Fluxograma das redes sociais construídas nos territórios precários.....	143
36. A presença do trabalho familiar durante a venda de pastéis na Feira Livre.....	146
37. Equipamentos deixados no próprio local de trabalho.....	151

38. Estabelecimentos comerciais informais semelhantes aos comércios formais.....	158
39. Equipamentos utilizados pelo feirante na fabricação dos pastéis.....	159
40. Condições higiênicas na fabricação dos pastéis.....	160
41. Fluxograma das redes sociais construídas no território em ascensão....	164
42. Fluxograma das redes sociais construídas no território em ascensão....	165
43. Coreto onde os feirantes guardavam suas barracas.....	169
44. Uma carroça utilizada no transporte das mercadorias.....	175
45. Barracas e balcões utilizados na venda das mercadorias.....	175
46. Fluxograma das redes sociais construídos nos territórios de resistência.....	181
47. Conversas estabelecidas na venda das mercadorias.....	184
48. O contato entre o consumidor e a mercadoria.....	185
49. Movimentação de pessoas durante a realização da Feira Livre, ainda nas ruas da Avenida Santa Rita.....	186

LISTA DE QUADROS

	Página
1. Distribuição do número de comerciantes informais em Viçosa (MG) e o total de comerciantes entrevistados.....	23
2. Perfil dos comerciantes a partir das mercadorias comercializadas.....	120

LISTA DE TABELAS

	Página
1. Evolução da população no município de Viçosa-MG.....	62
2. Produto Interno Bruto do município de Viçosa (MG).....	65
3. Empresas Formais e Informais segundo o Setor de Atividade em 2005, Viçosa (MG).....	66
4. Diversidade de mercadorias vendidas por um mesmo estabelecimento informal.....	100
5. Tempo dedicado ao comércio informal de Viçosa (MG).....	115
6. Demais ocupações exercidas pelos comerciantes informais de Viçosa (MG)	117
7. Renda dos comerciantes informais de Viçosa (MG).....	135

RESUMO

LELIS, Juliana Lopes, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2011. **Territórios da informalidade: as diferentes estratégias reprodutivas das famílias inseridas no comércio informal de Viçosa-MG.** Orientadora: Neide Maria de Almeida Pinto. Coorientadoras: Ana Louise de Carvalho Fiúza e Sheila Maria Doula.

Ao presenciar o crescimento das desigualdades sociais no espaço urbano brasileiro, a informalidade tem sido uma alternativa encontrada pelas famílias para manterem a sua reprodução física e social. A informalidade, inicialmente, caracterizada como atividades precárias; hoje se apresenta com novas tendências, visto que adquiriu diferentes finalidades na vida das famílias. Presente de forma significativa, nos pequenos e grandes centros urbanos, ela constrói, no seu cotidiano, relações sociais e espaciais que revelam a complexidade do seu universo. É nesta perspectiva, que a presente pesquisa teve como objetivo geral, compreender os territórios e territorialidades construídos pelas famílias inseridas no comércio informal de Viçosa (MG). Para tanto, a pesquisa caracterizou-se como um estudo de cunho quanti-qualitativo e de natureza descritivo-analítica, utilizando-se como métodos de coleta de dados, o Survey, a entrevista em profundidade e a história de vida. O estudo foi realizado na cidade de Viçosa (MG), sendo a amostra composta por 208 comerciantes. Para a coleta de dados foram combinadas diferentes técnicas: observação não-participante, análise de documentos e registros da Prefeitura Municipal, questionário e entrevistas semi-estruturadas, e notas de campo. A análise dos dados baseou-se em dois procedimentos: a utilização do software SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*); e no agrupamento e análise das informações a partir de categorias analíticas retiradas do referencial teórico. Os resultados apontaram que o perfil dos comerciantes era diversificado, com destaque para a presença de homens (66,8%), casados (70,7%), naturais de Viçosa e

microrregião (87,7%), com idade média de 44,6 anos, que possuíam baixa escolaridade, e ainda, que vendiam diferentes tipos de mercadorias. Além disso, os resultados evidenciaram que como reflexo da tendência nacional, o comércio informal de Viçosa (MG) assumiu diferentes finalidades na vida das famílias envolvidas, visto que 29,3% a viram como uma alternativa para sair do desemprego, 27,7% uma atividade para complementar a renda familiar; 23,2% a perceberam como uma boa perspectiva de trabalho; 6,6% como uma forma de entretenimento; 9,8% uma possibilidade de manter a tradição familiar; e 3,4% como a possibilidade de desenvolver um trabalho por conta própria. Além disso, mesmo atuando em locais específicos (Shopping Chequer e Feiras Livre e de Artesanato) e temporários (ocupação das ruas, calçadas e praças pelos ambulantes), os comerciantes informais teciam diferentes redes e significados nestes espaços demarcando outras espacialidades, os territórios da informalidade. Assim, foi possível verificar, a existência de três territórios, que se configuravam como o espelho das relações estabelecidas no cotidiano da atividade informal: o território precário, visto como única opção de trabalho, onde se destacava a ajuda dos membros familiares; o território em ascensão, identificado como uma opção de vida, onde se tinha redes sociais mais extensas, não limitadas aos membros familiares; e o território de resistência, tido como uma possibilidade do trabalho familiar, onde se destacava as relações simbólicas e representações sociais dos seus trabalhadores. Concluiu-se, portanto, que além de sua importância enquanto uma estratégia que permite a sobrevivência física do grupo, o comércio informal tornou-se, também, uma atividade que possibilita às famílias alcançarem outros objetivos de vida. E ainda, a família mostrou-se em qualquer um desses territórios, como a principal referência para a manutenção dessa atividade. Assim, na base destes territórios, estava a lógica de organização dos grupos familiares, marcada por uma identidade que estava diluída entre os espaços do trabalho e da casa.

ABSTRACT

LELIS, Juliana Lopes, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, May of 2011. **Territories of informality: the different reproductive strategies of families included in informal trade of Viçosa-MG.** Adviser: Neide Maria de Almeida Pinto. Co-Advisers: Ana Louise de Carvalho Fiúza and Sheila Maria Doula.

On witnessing the growth of social inequalities in urban Brazil, informality has been found an alternative for families to maintain their physical and social reproduction. This informality, initially characterized as precarious activities, now presents with new trends, since it has acquired different purposes in the lives of families. Present in a significant way in small and large urban centers, it builds, social and spatial relations in their daily lives that reveal the complexity of their universe. In this perspective, this research aimed to understand the territories and territoriality built by the families included in informal trade of Viçosa (MG). To this end, the survey is characterized as a study of quantitative, qualitative and descriptive-analytical nature, using methods such as data collection, a survey, in-depth interviews and life stories. The study was conducted in Viçosa (MG), and the sample was comprised of 208 traders. To collect the data, different techniques were combined: non-participant observation, document analysis and records of the City, questionnaire and semi-structured interviews, and field notes. Data analysis was based on two procedures: the use of SPSS (Statistical Package for Social Sciences) and the collation and analysis of information from the analytical categories taken from theoretical references. The results showed that the profile of the traders was diverse, especially in the presence of men (66.8%), married (70.7%), locals and from the Viçosa microregion (87.7%), mean age 44. 6, who had little education, and also sold different types of goods. In addition, the results showed that, as a reflection of the national trend, the informal trade of Viçosa (MG) took different purposes in the

lives of families involved, since 29.3% saw it as an alternative to exit unemployment, 27.7% as an activity to raise the family income, 23.2% saw it as a good work opportunity, 6.6% as a form of entertainment, a 9.8% chance of keeping the family tradition, and 3.4% as possibility of developing self-employment. Moreover, even acting in specific (Chequer Shopping and Free Trade and Crafts) and temporary locations (occupation of the streets, sidewalks and squares by street vendors), informal traders created different meanings in these networks and other spatialities, demarcating the territories of informality. Thus, it was possible to verify the existence of three territories, which appeared as the mirror for the relations established in everyday informal sector: the precarious territory, seen as the only option to work, where the highlight was the help from family members; the rising territory, identified as a lifestyle choice, which had more extensive social networks, not limited to family members; and the territory of resistance, seen as a possibility of family work, which highlighted the social relations and symbolic representations of their workers. We conclude, therefore, that in addition to its importance as a strategy to support the physical survival of the group, informal trade has become also an activity that allows families to achieve other life goals. And yet the familiar structure, in any of these territories, was demonstrated as the main reference for the maintenance of this activity. Thus, on the basis of these territories was the logic of organization of family groups, marked by an identity that was diluted between spaces of work and home.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho precário, o desemprego prolongado e a crescente inter-relação entre formal e informal originaram um novo traçado urbano, uma nova geografia dos lugares e das pessoas.

- MILTON SANTOS-

Hoje, na complexidade das relações existentes entre capital x trabalho, o fenômeno do desemprego e da precarização podem ser facilmente observados nas cidades brasileiras. Com o advento da globalização e do neoliberalismo, o mercado de trabalho tornou-se mais flexível e poupador de mão de obra, o que acarretou diminuição e maior seleção na absorção da força de trabalho no circuito formal da economia e, conseqüentemente, a exclusão de uma parcela significativa da população. De acordo com Kraychete (2000), na década de 1990, a taxa de desemprego no Brasil chegou a 64% da População Economicamente Ativa (PEA).

É nesse contexto presenciado pela economia nacional que a informalidade ganhou destaque acadêmico e político, tornando-se, a cada dia, um fenômeno mais presente na vida da população brasileira. Em termos gerais, constitui-se de atividades caracterizadas pela facilidade de entrada, flexibilidade de trabalho e, ainda, por serem desenvolvidas em precárias condições.

Ao apresentar uma ampliação e consolidação nos espaços urbanos das cidades brasileiras, os locais de atividade informal não refletem somente uma condição de pobreza, mas sim, diferentes estratégias reprodutivas de indivíduos e famílias que a veem como uma boa oportunidade de realização de outros objetivos de vida. E, portanto, ao assumir diferentes finalidades na vida da população, este tipo de economia está presente de forma significativa, tanto nos grandes centros urbanos quanto nas pequenas e médias cidades brasileiras. Além disso, ao “absorver” um contingente heterogêneo de trabalhadores, a informalidade cumpre um importante papel social e econômico para as famílias envolvidas.

Nesse sentido, pode-se dizer que a informalidade, além de abarcar diferentes atividades, possui também um universo variado de trabalhadores que presenciam diversos contextos sociais e culturais, o que influencia na sociabilidade construída nesses espaços. Ou seja, a informalidade é constituída por grupos com interesses

particulares e que reagem de maneira diferenciada aos desafios e restrições que essas atividades possuem.

Assim, no cotidiano dos espaços de atividade informal, e principalmente de comércio informal, existem relações e “artimanhas” conhecidas apenas pelos seus atores, que as estabelecem de modo a se manterem nos espaços e, conseqüentemente, alcançarem a reprodução física e social do grupo. Essas tramas cotidianas construídas tanto entre os “iguais” (entre membros familiares) quanto entre os “diferentes” (pessoas externas ao ambiente familiar) influenciam na construção de um novo traçado urbano que, muitas vezes, é invisível aos nossos olhos e revela a complexidade do universo da informalidade. Além disso, constituem-se de laços que presenciam um contexto citadino específico e, portanto, é preciso relativizar as relações construídas nos espaços de comércio informal de uma metrópole, com aquelas estabelecidas em cidade de pequeno a médio porte.

Enfim, diante dessa perspectiva, a presente pesquisa buscou conhecer as particularidades das relações construídas nos espaços de comércio informal de uma cidade de médio porte.

Em busca de possibilitar uma melhor apresentação e compreensão das discussões realizadas e dos resultados alcançados, o estudo foi dividido em sete capítulos. No **primeiro capítulo** há a apresentação do tema que será abordado no decorrer do trabalho, a sua relevância teórica e pessoal, como também os objetivos traçados. No **segundo** tem-se a explanação da abordagem metodológica adotada na pesquisa, através da descrição das técnicas e procedimentos utilizados. Já o **terceiro** realiza uma contextualização sobre a temática e os conceitos referentes à informalidade, ao comércio informal, às redes sociais, aos territórios e às territorialidades que compõem o referencial teórico. Em continuidade, o **quarto capítulo** apresenta as particularidades do processo de urbanização da cidade de Viçosa (MG). No **quinto** é realizada uma aproximação com o universo de estudo através do conhecimento da apropriação do espaço urbano pelo comércio informal, como também o perfil de seus comerciantes. No **sexto capítulo**, são destacados os territórios informais construídos à luz das estratégias familiares em busca de sua reprodução social. E, por fim, são apresentadas as **considerações finais** com a conclusão do trabalho realizado.

1.1. Justificativa Teórica e Interesse pelo Tema

A discussão sobre a informalidade é recente no Brasil e ainda muito restrita a algumas áreas do conhecimento, principalmente na literatura econômica. Entretanto, devido à expansão e consolidação das atividades informais no espaço urbano, a previsão é que ocorra um fortalecimento teórico sobre esse assunto, de modo a compreender o fenômeno. De acordo com Theodoro (2000), os estudos sobre a informalidade geralmente abordam os seus conceitos e definições de forma superficial e pouco especificadas, além de não haver um consenso sobre os critérios a serem utilizados para a sua classificação. Alguns autores focam nas estratégias de sobrevivência, alguns nas unidades produtivas, e outros, nas relações de subcontratação.

As controvérsias existentes sobre este conceito iniciaram-se na compreensão do seu surgimento. Segundo Furtado (2004), alguns autores, a partir de uma visão estruturalista, consideraram que o surgimento da informalidade está ligado a sociedades em estágios iniciais do processo de desenvolvimento econômico que apresentam características dualistas. Por um lado, existiria um setor moderno que se caracterizaria pelo progresso técnico e pelas altas taxas de crescimento econômico, e, por outro, um setor arcaico e tradicional com baixos níveis de produtividade. Entretanto, acreditava-se que essa natureza dual das sociedades subdesenvolvidas seria um fenômeno transitório que, aos poucos, seria diluída com o progresso tecnológico do País.

Discordando dessas ideias, Navarro e Padilha (2007), Cacciamali (2000) e Santos (1999) acreditavam que a economia informal era um fenômeno decorrente das transformações ocorridas na estrutura produtiva a partir do desenvolvimento da técnica e da ciência, e também pela maior abertura da economia brasileira ao mercado mundial, visto que esses processos modificaram as relações e a organização do trabalho, distanciando o trabalhador dos meios de produção. E, assim, com dificuldades de se inserir no mercado formal, o trabalhador passa a se dedicar às atividades informais. No entanto, afirmavam que a economia informal não se apresentava como um fenômeno transitório, e sim estava fadado a se consolidar no espaço urbano das cidades, colocando-o como um tema importante a ser compreendido.

Com a crescente participação das atividades informais na economia brasileira, os estudiosos se atentaram para a necessidade de compreender a informalidade, iniciando-se pelo entendimento do seu conceito. No que diz respeito à sua elaboração e divulgação, há um consenso entre os estudiosos, visto que acreditam ser a primeira utilização do termo setor informal realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1969, ao lançar o programa mundial de emprego. A OIT considerou como setor informal as atividades que não possuíam uma clara separação entre o capital e o trabalho. Entretanto, essa conceituação foi considerada falha por não se utilizar de categorias específicas na sua delimitação. Por isso, na conferência geral da OIT, realizada em 1993, foi adotada uma nova definição para esse conceito que privilegiou as características das unidades produtivas em detrimento das relações de trabalho.

As unidades informais foram caracterizadas, como aquelas que tinham como objetivo principal gerar emprego e renda para as pessoas envolvidas em atividades com baixo nível de organização, com pouca ou nenhuma divisão entre trabalho e capital. Mas, foi somente na Conferência Internacional da OIT realizada em 2002, que teve como tema “Trabalho Decente e Economia Informal”, que o conceito de setor informal foi substituído por um conceito mais amplo, o de “economia informal”

Entretanto, como relata Tokman (1978) *apud* Theodoro (2000), não existe uma definição para a economia informal que seja aceita por todos os autores, sendo um conceito teoricamente frágil, mas empiricamente forte. A dificuldade de se delimitar esse conceito é explicada pelo fato de ter sido criado no interior de uma instituição executiva (OIT) e que a seguir foi “adotado” nos meios acadêmicos. Complementando esta visão, Furtado (2004) ressalta que a elaboração desse conceito não representou qualquer tentativa de fundamentar uma teoria para explicar o desemprego; pelo contrário, serviu como uma definição instrumental para a elaboração de políticas governamentais.

Ao “invadir” os meios acadêmicos, o conceito foi adotado por diferentes abordagens teóricas. Na teoria econômica, surgiram diferentes visões e algumas contribuições para uma melhor compreensão desse fenômeno. A corrente clássica e neoclássica consideravam a economia informal como resultado do desemprego. Para eles, o desemprego seria fruto de imperfeições do mercado (desproporção dos recursos utilizados, cálculos errados, mudanças imprevistas) e, portanto, uma situação instantânea que rapidamente havia de ser controlada, pois o

desenvolvimento econômico seria alcançado pelo controle da mão invisível do mercado. Na visão desses teóricos, as intervenções do Estado criariam mecanismos para a produção de profissionais de baixa qualificação, o que incentivaria a informalidade. Desse modo, seria desnecessária a presença do Estado nos assuntos da economia.

Já para os liberais influenciados pela teoria de Adam Smith, as atividades informais seriam o resultado da ação de indivíduos portadores de um “espírito empreendedor” que era qualidade inata aos homens. Para eles, a constituição do mercado econômico não seria uma construção histórica, mas algo natural resultante das relações entre as pessoas. Assim, o trabalho informal era visto como um conjunto de relações arcaicas, produzida por atores sociais irracionais (DE SOTO, 1987).

Em outro ângulo, a visão marxista e keynesiana apresentou uma nova discussão sobre o desemprego e a intensificação das atividades informais, uma vez que possuíam uma visão mais dialética das relações de trabalho. Os keynesianos, baseados na obra “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, escrita em 1936, acreditavam que o desemprego era involuntário e que a economia capitalista estava sujeita a permanecer numa situação de precariedade das relações trabalhistas por um período considerável, ou seja, as atividades informais iriam se intensificar. Por isso, era necessário organizar e planejar a economia em torno da manutenção e criação de postos de trabalhos formais, como também de uma melhor distribuição da renda (SANCHES, 2009). Nessa perspectiva, os marxistas também consideravam a existência de um desemprego involuntário. Para eles, a ocorrência do desemprego era parte essencial para a reprodução do sistema capitalista. E, nesse contexto, a existência da economia informal fazia parte dessa lógica de reprodução do capital. Os trabalhadores informais juntamente aos trabalhadores ociosos comporiam o exército industrial de reserva, o qual seria explorado para a produção do lucro e a reprodução do sistema. Desse modo, a economia informal era compreendida como o conjunto de atividades que está à margem da sociedade ou dos sistemas econômicos capitalistas.

Braga (2006) ainda ressalta que a partir de meados da década de 1980, os trabalhos dos legalistas e neoliberais começaram a se destacar na discussão sobre a informalidade. Para esses pensadores, a economia informal era vista como as atividades que não cumpriam as regras fiscais, trabalhistas ou previdenciárias.

Segundo Camargo (2006), a literatura brasileira encontra-se pouco organizada e não apresenta um consenso sobre o termo informalidade, porém, de forma geral há

dois conceitos que se destacaram: os conceitos que compreendem o trabalho informal a partir da precariedade da ocupação e aqueles que destacam a natureza dos estabelecimentos. A primeira abordagem adotada por Pamplona e Romeiro (2002), Coelho (1992) e Bertolucci (1996) considera como economia informal as atividades produtivas que são executadas à margem da lei, especialmente da legislação trabalhista. E a segunda, seguida por vários autores, dentre eles Cacciamali (2000), Santos (1999) e Ramos (2007) destaca a natureza não capitalista das unidades produtivas, ou seja, seriam unidades informais, aquelas que possuíssem baixos níveis de produtividade e pouca diferenciação entre capital e trabalho. Assim, por não haver um conceito claro e preciso da economia informal, Melo e Teles (2000) afirmaram que o tema pode representar fenômenos distintos, que iriam desde a evasão fiscal até as atividades de populações marginalizadas que buscam a sobrevivência familiar.

Além desses enfoques, Hirata e Machado (2007) ressaltaram que as discussões mais recentes sobre a temática apresentaram um novo patamar, pois se esforçaram para desvincular a informalidade da pobreza por acreditarem que a primeira não necessariamente implica na segunda. Por isso, há na literatura uma preocupação em compreender até que ponto a inserção nas atividades informais trata-se de uma estratégia ocupacional de sobrevivência, ou uma escolha dos indivíduos de se inserir no mercado de trabalho como um informal. Para os autores, se todos os trabalhadores informais estivessem inseridos por meio de uma estratégia de sobrevivência, não haveria tanta controvérsia acerca da definição de informalidade. E, ainda, segundo eles, é sabido que os trabalhadores informais no Brasil são muito heterogêneos, envolvendo pessoas que procuram o trabalho em busca de uma jornada flexível pela possibilidade de controle de seu próprio negócio, entre outros fatores.

Diante de inúmeras interpretações do conceito, sabe-se que, ao longo dos anos, a presença das atividades informais no espaço urbano se intensificou e, por isso, é cada vez mais recorrente que os estudos extrapolem a discussão do conceito e do contexto que influenciaram o surgimento da informalidade. Nesse sentido, algumas experiências de estudos da economia informal no espaço urbano já foram realizadas. Algumas em níveis nacionais, como a pesquisa sobre a Economia Informal Brasileira desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2003; e outras, em grandes centros urbanos, como a realizada por Cavalcante e Duarte em Fortaleza no ano de 1980. Entretanto, no que se refere ao desvendamento

desse fenômeno nas pequenas e médias cidades, existem poucos estudos; o que limita o conhecimento de sua dinâmica nestas localidades.

Segundo Cacciamali (2007), os trabalhos sobre a economia informal no Brasil ainda estão restritos a poucas áreas do conhecimento, sendo que a maioria se dedica à caracterização dessa economia, seja através dos perfis de seus trabalhadores, seja através das condições de emprego e das relações de trabalho. Por um lado, esses estudos são importantes para conhecer o perfil desse setor a nível nacional, mas, por outro lado, é fundamental que os estudos explorem outros elementos, uma vez que esse conceito permite a compreensão de múltiplas particularidades que ocorrem no espaço urbano.

Portanto, através dessas análises, é possível observar a existência de lacunas nos estudos sobre a temática, uma vez que as pesquisas estão limitadas à discussão do seu conceito, ao contexto social e econômico que acarretou a sua intensificação ou, ainda, na caracterização da economia informal nas grandes metrópoles nacionais. Assim, frente a um campo teórico ainda não consolidado, e sabendo que o universo do trabalho informal possui particularidades a serem reveladas nos diferentes espaços em que são desenvolvidos, torna-se relevante a compreensão das relações sociais e espaciais que ocorrem no seu cotidiano. É importante entender como ocorre a ocupação e a apropriação do espaço urbano pelos comerciantes, as regras e os princípios construídos pelos seus diferentes atores sociais na busca da manutenção do grupo. Além disso, é essencial que se considere a especificidade de cada cidade ou localidade ocupada pela informalidade, pois presencia um contexto urbano único. É nesse sentido que buscaremos compreender a formação dos territórios e territorialidades no comércio informal de uma cidade de médio porte.

Além de uma necessidade de ampliação teórica, o interesse inicial pelo tema informalidade surgiu por uma motivação pessoal quando compreendi que esse fenômeno não se restringia à perspectiva econômica, sendo também importante compreender a sua perspectiva relacional a partir das relações sociais tecidas no dia a dia da atividade pelos indivíduos e grupos que nele se instalam. Como ressaltado por Marques (2009), ao discutir o papel das redes sociais no contexto da pobreza urbana a partir da segunda metade dos anos 1990, os estudos que envolviam essa temática – e, nesse caso, podemos incluir a informalidade – passaram a viver sob uma ampla hegemonia de interpretações focadas em atributos individuais e em processos de natureza econômica. As relações construídas entre os atores sociais ficaram restritas

a pequenas influências sobre comportamentos e decisões individuais. Desse modo, embora acredite na importância das condições econômicas, acredito também que a relação entre os indivíduos permitem a compreensão de grandes fenômenos, como a informalidade urbana.

Assim, o interesse pela temática iniciou-se ainda durante a realização do curso de Geografia, onde compreendi que o espaço geográfico é repleto de historicidade e de vida. Os lugares que observamos não são meras paisagens, mas um espelho das relações construídas no seu cotidiano pelos diferentes atores sociais. Ao compreender que o olhar geográfico me permitiria entender a espacialidade de diferentes coletivos, interessei-me por estudar o comércio informal. Presente em diferentes cidades brasileiras e também em Viçosa, o comércio informal ocupa os espaços públicos (ruas, calçadas e praças) e envolve, cada dia mais, um número crescente de comerciantes e consumidores, além de construir sua própria dinâmica.

Atraída pelo tema realizei, inicialmente, um trabalho de iniciação científica onde busquei compreender a dinâmica socioespacial do comércio informal em Viçosa. A seguir, aprofundei-me na discussão, realizando também o meu trabalho monográfico de conclusão de curso. A cada estudo, novas indagações surgiam, o que despertava o interesse em novos estudos.

Desse modo, sabendo que no cotidiano do comércio informal é crescente a complexidade de suas relações, uma vez que estão surgindo novos atores sociais, uma oferta variada de mercadorias e diferentes relações construídas no seu cotidiano. E, por outro lado, ainda prevalece no imaginário coletivo uma visão restrita e simplificada da atividade, onde essa é estigmatizada como uma atividade comercial precária e ilegal, sendo um fenômeno importante para a compreensão das relações sociais construídas na atualidade.

Portanto, é nesse contexto que me propus, em um programa de pós-graduação em economia doméstica, a conhecer os territórios construídos pelas famílias nele envolvidas, de modo que identifiquemos as diferentes finalidades e funções que o comércio informal adquire na reprodução social desse coletivo. Assim, a presente pesquisa serve de contribuição para a economia doméstica ao apontar o espaço e o território como categorias analíticas possíveis de serem trabalhadas na busca por uma compreensão das relações construídas pelas famílias no seu dia a dia.

1.2. A Construção do Problema

O cenário socioeconômico brasileiro é cada dia mais recoberto por indivíduos que estão localizados à margem da sociedade, ou seja, de pessoas que possuem dificuldades de manter as condições básicas de sobrevivência física e social. Tal situação é marcante no espaço urbano brasileiro, especialmente a partir de 1980, quando esse quadro de desigualdade social se acirrou em decorrência do fenômeno da mundialização da economia e trouxe consigo novas configurações às relações do “mundo do trabalho”. Trata-se de relações mais flexíveis, instáveis e seletivas, que contribuem para a intensificação de atividades precárias no espaço urbano brasileiro (ALBUQUERQUE, 1994).

A informalidade, vista como um problema social urbano, ganhou notoriedade nos discursos políticos e científicos a partir do instante que se tornou uma alternativa de emprego para muitas famílias. Desde a década de 1980, o grau de informalidade vem crescendo consideravelmente no Brasil. Segundo Cacciamali (2000), entre a década de 1980 a 2000, o percentual de pessoas envolvidas nessas atividades triplicou; o que demonstrou a importância desse setor para a economia brasileira. Para a autora, até a década de 1980, as atividades informais estavam mais presentes nas grandes cidades e metrópoles nacionais – resultado da dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal. Entretanto, atualmente, as pequenas e médias cidades, seguindo a lógica da urbanização, do crescimento e do desemprego, também se mostraram como um *locus* recente da intensificação dessas atividades, da qual emergiu uma nova problemática socioeconômica e espacial para esses municípios.

Segundo Matos (2010), a realidade social do Brasil é um reflexo de nossa herança colonial, uma vez que, desde esse período, os direitos e as ações políticas foram direcionados aos interesses das classes dominantes. Desde a colonização, a estrutura econômica e social do País contribuiu para um acesso desigual dos grupos e/ou classes sociais aos seus recursos. Porém, foi no seu processo de modernização que o País se deparou com a intensificação dos problemas sociais.

Singer (1979) destaca que a modernização da economia brasileira inserida numa posição de subordinação à economia capitalista, conseguiu, por um lado, avançar na dimensão tecnológica, mas, por outro, se sobrepôs a uma base de atraso econômico, social e político. A economia brasileira não possuía estrutura econômica para abarcar atividades advindas do progresso técnico, pois ainda se caracterizava

por uma base agrícola. Essa situação foi decorrente de séculos dedicados a uma economia agrária que priorizava o cultivo para a exportação, tendo o meio rural como o principal articulador das relações econômicas e sociais. A dinâmica do meio rural era preponderante às cidades. Desse modo, além de uma estrutura tradicional, a população brasileira também não estava preparada para se inserir nos novos moldes de produção, já que não houve a preocupação com investimentos em capital humano que buscassem preparar esses trabalhadores para o desenvolvimento industrial.

Para Souza (2004), os processos de industrialização e urbanização do País ocorreram de forma rápida e sem planejamento, atrelados a um processo de transformações também no meio rural. Como já descrito anteriormente, além das cidades não possuírem uma estrutura urbana adequada para os avanços tecnológicos e para o crescimento populacional, o meio rural também sofria transformações na sua dinâmica interna, contribuindo para a intensificação do êxodo rural. Mesmo com a instalação de novos modos de produção e atividades econômicas no seu espaço, a população rural não conseguiu se incorporar a esse novo processo, pois não possuía capacitação para a realização de novas funções, ou mesmo, por suas atividades serem substituídas pelo uso de máquinas. Desse modo, ocorreu no País um crescimento acelerado da cidade marcado pela ausência de uma melhor infraestrutura urbana e de melhores condições de vida da população.

Concomitante a esse processo, visando suprir a ausência de uma burguesia que atuasse como principal agente do desenvolvimento, o Estado, assumiu uma postura intervencionista, o que contribuiu para acirrar as desigualdades sociais do País. Diferentemente de alguns países europeus e dos Estados Unidos¹, o Brasil não conseguiu estruturar um Estado de Bem-Estar Social. Segundo Velloso (1994), entre os anos 1930 e 1980, o Estado desenvolveu ações e políticas que foram vistas como tradicionais e despreocupadas com a construção de uma base ampla de capital humano para uma economia moderna, além das políticas serem operacionalizadas por grandes programas que não possuíam os seus objetivos claramente definidos.

¹ Nos países da Europa Ocidental e América do Norte, desde o período da Primeira Guerra Mundial, a questão social passou a constituir um ponto importante nas políticas do Estado, a partir da preocupação com os problemas sociais emergentes e das manifestações populares que eram crescentes. Assim, com uma preocupação já iniciante, a consolidação da democracia nestes países veio no período pós Segunda Guerra Mundial, por meio de um desenvolvimento realizado em duas dimensões: a econômica, pela integração dos mercados, e a social, alcançando satisfatória distribuição de renda e condições sociais, inclusive pelo *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social). Desse modo, a sociedade se integrou ao processo, o que ocasionou uma maior igualdade nas condições de vida da população (VELLOSO, 1994).

Essas características levaram ao desenvolvimento de políticas amplas e contraditórias aos princípios do Estado de Bem-Estar Social, pois, muitas vezes, não possuíam o objetivo de proporcionar melhorias à vida da população, e sim atender os interesses das classes dominantes. Entretanto, é importante ressaltar algumas exceções em que o Estado elaborou políticas que permitiram a aquisição de direitos pela população brasileira, como educação, saúde, leis trabalhistas² e participação nas eleições – principalmente o voto feminino.

Além desses aspectos relacionados à nossa realidade nacional, os processos econômicos, políticos e sociais brasileiros sofreram com os impactos de fenômenos macro, como a reestruturação produtiva e a globalização. A reestruturação produtiva afetou diretamente as relações trabalhistas, uma vez que, ao longo do processo de evolução da atividade industrial, verificou-se um aumento no uso das máquinas em relação ao trabalho humano. Dessa maneira, ocorreu a diminuição da absorção da força de trabalho no circuito formal da economia, acarretando o aumento do subemprego e do desemprego. A globalização, por sua vez, por se caracterizar pela grande mobilidade de capitais, pelo crescimento de empresas transnacionais e pela predominância de investimentos no âmbito financeiro, estabeleceu um sistema econômico e social contraditório, através da geração de novos conflitos e do aprofundamento das desigualdades e da exclusão social. Como relatam Missio *et al.* (2006),

De um lado, verifica-se a ocorrência de um amplo conjunto de transformações baseado em um novo modo de produzir bens e serviços a partir da introdução de tecnologia de base microeletrônica, da reorganização das técnicas organizacionais e da crescente globalização do mercado. Por outro lado, do ponto de vista social, evidencia-se o crescimento do desemprego urbano e a deterioração nas condições de vida da classe trabalhadora, bem como, a exclusão social e econômica crescente de parcela significativa desta (MISSIO *et al.*, 2006, p.2).

Tais processos refletiram de forma marcante na classe trabalhadora. Na década de 1990, o desemprego atingiu índices altíssimos, deixando uma parcela da

² Com a elaboração da constituição brasileira em 1934 no governo de Getúlio Vargas houve a criação da Justiça do Trabalho, o que permitiu um avanço nos direitos trabalhistas. A partir dessa constituição houve a proibição do trabalho infantil, determinou-se a jornada de trabalho de oito horas diárias, repouso semanal obrigatório, férias remuneradas, indenização para trabalhadores demitidos sem justa causa, assistência médica e dentária, assistência remunerada a trabalhadoras grávidas, entre outros (VELLOSO, 1994).

população em péssimas condições de vida. De acordo com Kraychete (2000), no início dessa década, a taxa de desemprego chegou a 64% da População Economicamente Ativa (PEA), revelando um quadro de “pobreza urbana”³ nas cidades brasileiras. Para Cacciamali (2000), é o quadro dessa pobreza que, nas últimas décadas, influenciou muitos trabalhadores a procurarem meios alternativos de sobrevivência, como a inserção em atividades informais.

A informalidade é um fenômeno cada dia mais presente no cotidiano da população brasileira. No geral, constitui-se de atividades caracterizadas pela facilidade de entrada e flexibilidade do trabalho e, ainda, por serem desenvolvidas em precárias condições (baixos salários, estruturas problemáticas, longas jornadas de trabalho e ausência de direitos trabalhistas). No entanto, os espaços de atividade informal podem refletir não somente condições de pobreza, mas um local onde relações territoriais e de sociabilidade são construídas diariamente em busca, seja da reprodução social dos grupos envolvidos, seja de melhores condições de vida. De acordo com Souza (1995), a sociedade espacializa-se de modo a realizar funções relacionadas a sua sobrevivência econômica, social e cultural, numa estrutura de organização que envolve poder, redes e identidade.

Frúgoli Júnior (1995), em um artigo que destaca a presença dos camelôs no centro de São Paulo, chama a atenção para as regras e os princípios construídos pelo grupo, de modo a se apropriar e reproduzir no espaço público. Segundo o autor, a inserção na atividade informal leva a formação de uma vasta rede social que abarca relações internas e externas pautadas por regras e princípios organizativos informais. Ou seja, os comerciantes informais, no momento da realização de sua atividade, constroem relações com outros atores que são regidas por princípios e regras estabelecidas pelo próprio grupo. De maneira mais específica, Frúgoli Júnior (1995) destaca a existência de dois tipos de relação:

- a) O intercâmbio entre iguais, que se efetua no interior das redes de intercâmbio recíproco de bens e serviços;
- b) As relações patrão/empregado, que se observam, por exemplo, em casos de pequenos empresários que se utilizam dos seus parentes e relações sociais para a criação de uma unidade de produção. Este tipo de relação assimétrica implica em certos casos, da presença de um intermediário: o patrão atua simultaneamente como intermediário entre seus clientes, que pertencem ao setor informal da economia, e

³ A pobreza urbana se refere às desigualdades sociais presentes nas cidades que envolvem ao mesmo tempo, a separação e homogeneidade espacial e social (TORRES *et al.*, 2003).

as instituições formais da sociedade (LOMNITZ, 1994, *apud* FRÚGOLI JÚNIOR, 1995, p.154).

Para o autor, a primeira se refere às relações ocorridas no interior das redes sociais recíprocas. Ou seja, entre os integrantes de um mesmo grupo informal, que através do princípio da horizontalidade, realizam a circulação de informação, bens, ajudas, serviços, apoio moral, dentre outros. E a segunda, às relações assimétricas, onde alguns indivíduos que se diferenciam dos demais passam a intermediar as relações dos trabalhadores com outros atores sociais, principalmente com o poder público. A existência desses vínculos contribui para a intensificação dos laços de protecionismo, parentesco, apadrinhamento e clientelismo, gerando tanto relações de aproximação como conflitos entre os envolvidos.

Frúgoli Júnior (1995) exemplificou essas relações e conflitos a partir do exemplo de um grupo de camelôs engraxates que estavam localizados no Largo da Concórdia, no Brás, na cidade de São Paulo. Para o autor, no desenvolvimento de suas atividades, formavam uma “pequena organização” baseada em relações de poder. Como o “chefe” do grupo, tinha o “dono do Largo”, que, por estar no local há muitos anos e por ser “proprietário” de vários pontos, não atuava como engraxate, mas sim como fiscal do espaço e intermediário nas “negociações”⁴ com o poder público municipal. Havia também os “gerentes de quarteirão”, aqueles que situados em pontos estratégicos, além de realizarem o seu trabalho, também controlavam o trabalho dos demais. Os autônomos e empregados apenas desenvolviam a atividade, mas possuíam diferença na “posse do trabalho”. Os primeiros eram proprietários do ponto e de instrumentos de trabalho, enquanto os autônomos pagavam uma quantia para o líder do grupo de forma a terem acesso ao trabalho, pois ainda se encontravam em situação de “ilegalidade” diante das regras desse coletivo.

Assim, pode-se afirmar que nos espaços de atividade informal de uma metrópole nacional existem regras e códigos conhecidos apenas pelos seus integrantes; o que resulta na construção de territórios e territorialidades que, na maioria das vezes, estão invisíveis à sociedade. Entretanto, não se pode afirmar que as mesmas relações ocorrem em espaços de comércio informal de cidades de médio porte, pois envolve outros atores, outras características socioeconômicas e, portanto, a construção de novas relações sociais.

⁴ Os camelôs pagam propinas aos representantes do poder público para se manter nos espaços públicos, visto que, muitas vezes, a sua presença é proibida pela fiscalização municipal.

Além desses pontos até o momento destacados, no que diz respeito às relações informais entre os “iguais”, a presença das famílias nas atividades informais cria uma lógica diferenciada no seu desenvolvimento através de valores e sentimentos que permeiam o ambiente familiar. Muitas das relações entre familiares são explicadas pela construção de laços sociais fundamentados em sentimentos de confiança, hierarquia, obrigação moral, dentre outros (ASSUNÇÃO; FERREIRA, 2006).

Segundo Fausto Neto (1982), a reprodução social de um grupo consiste nas suas relações construídas e nos meios utilizados para transferir de uma geração para a outra um capital, seja econômico, social ou cultural. Por isso, a reprodução social está ligada à produção e reprodução de unidades domésticas e dos indivíduos, mediante estratégias individuais e coletivas. Assim, a família funciona como um elemento fundamental não apenas para a sobrevivência física dos indivíduos, mas também para a reprodução de valores que permitam a socialização de seus componentes entre gerações. A família, compreendida como uma instituição social, atua como uma instância mediadora entre indivíduo e sociedade, uma vez que, através de práticas sociais realizadas consciente e inconscientemente, os seus componentes agem baseados em valores que buscam a sobrevivência e reprodução social do grupo (BOURDIEU, 1993). Desse modo, entender a reprodução social desse coletivo passa por compreender a multiplicidade de relações que estão na sua base e que com elas se desenvolvem.

No entanto, as famílias não são homogêneas e os contextos presenciados por estas também são variados e, por isso, suas estratégias de reprodução social podem implicar diversas relações e conflitos entre os seus membros e demais atores. As estratégias de reprodução podem ser variadas como resultado do modo de vida construído pelo grupo familiar. Conforme aponta Cacciamali (2000), a busca pela sobrevivência é a principal justificativa das famílias para a sua inserção nas atividades informais. Para grande parte delas, a atividade informal é a única opção de emprego ou um complemento importante à renda familiar. Entretanto, as justificativas sobre a inserção na atividade informal não estão vinculadas apenas à luta pela sobrevivência numa situação de pobreza. De acordo com a pesquisa de Lelis e Borges (2008) sobre o comércio informal de Viçosa, além da busca pela sobrevivência, muitos trabalhadores relacionaram a sua inserção no comércio informal pelo fato de essa ocupação lhe permitir maior flexibilidade no trabalho,

maior autonomia e, ainda, uma forma de entretenimento⁵. Nesse contexto, observa-se que não somente os trabalhadores com dificuldade em se inserirem no mercado de trabalho formal estão procurando as atividades informais. Muitos buscam essa atividade enquanto uma oportunidade de alcançarem outros objetivos de vida.

Compreender a reprodução desses grupos vai além de caracterizar e conhecer as suas atividades implica; também, no aprofundamento, a partir desses sujeitos, da lógica das suas relações e da compreensão dos seus “territórios” e de suas “territorialidades”⁶.

Conforme apontou Iglecias (2007), a presença de novas relações de trabalho chama a atenção para a redefinição dos espaços urbanos e de seus territórios. O território se coloca para além do sentido restrito enquanto um espaço geográfico, mas, sobretudo, como uma dimensão relacional presente no cotidiano das relações sociais, e, portanto, um elemento chave na compreensão de processos econômicos, políticos, culturais e sociais da nossa sociedade. De acordo com Araújo e Haesbaert (2007), a territorialidade consiste nas estratégias de poder e manutenção de um grupo nos territórios. Assim, o trabalho precário, o desemprego prolongado e a crescente ligação entre os setores formal e informal da economia originam um novo traçado urbano, uma nova espacialidade que reflete a construção de novas redes de relações socioeconômicas.

Desse modo, como propõe Santos (1999), compreender as formas pelas quais os indivíduos agem e interagem nos espaços significa entender a complexidade da apropriação do território por esses grupos frente a um contexto de modernidade. Ou seja, entender a dinâmica e a espacialidade dos diferentes laços construídos por esses atores. Nessa perspectiva, é fundamental que o comércio informal seja também compreendido nas suas particularidades e, principalmente, no entendimento de como essas atividades se reproduzem nas pequenas e médias cidades, bem como sua importância para a reprodução social de muitas famílias.

É neste contexto que se coloca a questão investigativa geral deste trabalho: Quais são os territórios e territorialidades construídos pelas famílias inseridas no comércio informal de Viçosa? E, ainda, como se dá a manutenção e a reprodução dos laços sociais, culturais e espaciais estabelecidos no cotidiano da atividade informal?

⁵ Tal justificativa foi apresentada principalmente pelos feirantes e artesãos que possuem outro emprego ou são aposentados.

⁶ Segundo Araújo e Haesbaert (2007), a territorialidade consiste nas estratégias de poder e manutenção de um grupo nos territórios.

1.2.1. A Delimitação do Problema

A cidade de Viçosa, localizada na Zona da Mata Mineira, possui um cenário econômico que revela problemas urbanos. Dentre outros fatores, esses problemas estão associados ao seu processo de urbanização. O surgimento do município, segundo Paniago (1990) está relacionado ao declínio do ciclo do ouro nas cidades de Ouro Preto e Mariana que ocorreu por volta de 1800 a 1805, mas foi com a instalação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) que a cidade se deparou com uma nova dinâmica socioespacial.

De acordo com Ribeiro Filho (1997), a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) foi criada em 1926 pelo governador do Estado de Minas Gerais – na época, o viçosense Arthur da Silva Bernardes. A criação da ESAV tinha como objetivo promover um desenvolvimento econômico da região baseado nas atividades agrícolas. Com a sua criação, a cidade recebeu migrantes de diversas regiões do Brasil e do mundo, o que promoveu uma demanda de infraestrutura para receber essas pessoas. É importante destacar que o aumento da concentração populacional e da urbanização na cidade de Viçosa também estava atrelado ao movimento no País de tecnificação do campo, o que provocou a migração de muitas pessoas para a cidade.

Ainda para Ribeiro Filho (1997), a partir da criação da ESAV, o município de Viçosa sofreu transformações na sua dinâmica econômica, mas foi a partir da sua federalização, em 1970, juntamente com o aporte substancial de recursos financeiros que recebeu e com a ampliação dos cursos oferecidos, que ocorreram melhorias na sua infraestrutura, como investimentos na habitação, no transporte e no setor de serviços. Nesse contexto, Pereira (2005) destaca que o setor imobiliário passou a exercer uma função importante no crescimento e na organização das cidades, pois, até a década de 1970, a cidade de Viçosa crescia em ritmo lento e a maioria da população era residente da zona rural. Já após a década de 1970, o crescimento populacional da cidade ocorreu em níveis altíssimos, sendo que, em apenas trinta anos (1970 – 2000), a população viçosense quase triplicou. Em 2010, dados do IBGE apontaram que a cidade contava com uma população de 72.244 habitantes (número que considerou a soma da população fixa e flutuante).

Com esse nítido crescimento da população urbana, os setores tradicionais da economia local, principalmente a agricultura, perderam a sua importância, sendo

substituídos por uma economia voltada para o setor de comércio e serviço que buscou atender o crescimento e demanda da população.

Desse modo, o processo de urbanização da cidade acarretou uma contradição no espaço urbano viçosense, visto que, ao mesmo tempo em que a sua economia passou a incorporar um número considerável de pessoas no mercado de trabalho; por outro lado, expulsou um número muito maior de trabalhadores, ao tornar-se uma economia mais seletiva e integrada na reprodução da economia nacional e mundial, o que resultou no aumento do desemprego e no crescimento das atividades informais.

Assim, atualmente, a cidade de Viçosa é palco crescente da ocupação dos espaços públicos pela atividade informal, principalmente as atividades ligadas ao comércio. De acordo com Pereira (2005), a economia viçosense apresenta uma contradição complementar, já que por um lado se destaca pelo dinamismo nos setores comerciais e de serviços formais que somam cerca de 90% do PIB da cidade; e, por outro lado, é marcada pela presença e pelo crescimento acelerado de atividades informais.

Na cidade de Viçosa, os comerciantes informais desenvolvem as atividades, quase exclusivamente, na área central da cidade, em pontos fixos, temporários e ocasionais, onde ocupam as principais ruas de circulação de pessoas. Além destes pontos têm-se, também, espaços específicos que foram construídos e se afirmaram no espaço urbano viçosense no decorrer dos anos, como o Shopping Chequer, a Feira Livre e a Feira de Artesanato.

Conforme apontado no estudo de Lelis e Borges (2008)⁷, o município contava com aproximadamente 270 estabelecimentos de comércio informal. Os comerciantes informais possuíam um perfil diversificado, sendo caracterizado pela presença de homens e mulheres de diferentes idades, escolaridades e naturalidades. Essa diversidade no perfil dos seus comerciantes influenciava também uma organização diferenciada das relações de trabalho, uma vez que, na atividade informal, encontravam-se lojistas, ambulantes, camelôs, feirantes e artesãos.

Sabendo-se, portanto, que o comércio informal não é composto por espaços meramente funcionais, mas sim por locais que refletem relações simbólicas, afetivas,

⁷ Trata-se de um estudo monográfico desenvolvido para fins de obtenção do título de bacharel no curso de Geografia da UFV, realizado no ano de 2008. Nesse estudo, que se intitulou: "Transformações socioespaciais e precarização do trabalho no comércio informal de Viçosa (MG): a outra face da relação entre cidade e comércio", a autora incursionou sobre a dinâmica socioespacial do comércio informal da cidade de Viçosa.

de interesse e de conflito dados num contexto urbano específico. Assim, faz-se importante o conhecimento das relações construídas no seu cotidiano, de modo a identificar os diferentes territórios do comércio informal existentes na cidade. Nesse contexto, buscaremos a compreensão dessas diferentes dimensões, que foram desdobradas a partir de alguns questionamentos, colocados a seguir:

Em relação à **dimensão espacial** do comércio informal viçosense é importante saber: como se dá a apropriação dos espaços públicos pelos comerciantes informais viçosenses? Quais são os atores sociais que contribuem para a legitimação dessa atividade na cidade de Viçosa (MG)? Como ocorre a dinâmica socioespacial do comércio informal Viçosense?

Por outro lado, tratando-se da **dimensão social** que envolve esta atividade informal, questiona-se: Quais são os vínculos e relações sociais construídos entre os membros familiares e demais atores sociais no cotidiano dessa atividade? Quais são os códigos e regras que baseiam estas relações estabelecidas no dia a dia da atividade informal?

Além disso, para a compreensão da sua **dimensão simbólica e/ou funcional**, interroga-se: quais são as finalidades do comércio informal de Viçosa (MG) para as famílias envolvidas? Até que ponto a inserção no comércio informal viçosense se caracteriza como uma estratégia de sobrevivência ou uma escolha própria do trabalhador? Quais são as suas funções sociais, numa sociedade marcada pela exclusão social?

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo Geral

Compreender os territórios e territorialidades construídos pelas famílias inseridas no comércio informal, no contexto urbano de uma cidade de médio porte, Viçosa (MG).

1.3.2. Objetivos Específicos

- Analisar a organização física e espacial dos territórios de comércio informal da cidade de Viçosa (MG);

- Identificar o perfil socioeconômico dos comerciantes e familiares envolvidos nas atividades comerciais informais de Viçosa (MG);
- Identificar as tipologias de atividades comerciais informais presentes no município de Viçosa (MG), a partir das funções e finalidades que este desempenha para os sujeitos envolvidos;
- Analisar o modo de organização do trabalho e a dinâmica das famílias envolvidas nas atividades comerciais informais; e
- Analisar as redes sociais construídas pelas famílias envolvidas no cotidiano dessas atividades.

2. ABORDAGEM METODOLÓGICA

Em busca de desvendar as territorialidades construídas pelos grupos sociais à procura de sua reprodução física e social, o presente trabalho caracterizou-se por um estudo de cunho qualitativo e quantitativo. As análises de cunho quantitativo possibilitaram o conhecimento do grupo, uma vez que nos permitiu uma extensa e rica descrição das suas características. Já a análise qualitativa, valeu-nos na interpretação de ações e valores que perpassavam as respostas e os dados informados pelos sujeitos da pesquisa, permitindo, assim, conhecer não só o que está dado no discurso dos interlocutores, como também as ações práticas do dia a dia – significativas para a compreensão da lógica dos sujeitos que as praticavam. Desse modo, os comerciantes informais não foram considerados meros informantes, mas atores sociais inseridos em um contexto social, econômico e espacial específico.

A integração de métodos de pesquisa quantitativo e qualitativo ocorreu com o intuito de agregar maior rigor metodológico à pesquisa, uma vez que ambas abordagens se complementam. Para Strauss e Corbin (2008), durante a realização de uma pesquisa é importante que os pesquisadores se utilizem da interação entre métodos qualitativos e quantitativos visando alcançar um maior rigor metodológico. Além disso, a pesquisa caracterizou-se pela natureza descritivo-analítica, visto que se utilizou da descrição e associação entre variáveis para a resolução dos objetivos apontados.

Em relação aos métodos de coleta de dados, o nosso estudo adotou o Survey, a entrevista em profundidade e a história de vida. De acordo com Babie (2005), o Survey pode ser descrito como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de um determinado grupo de pessoas, por meio de instrumentos de pesquisa, normalmente um questionário. Esse método se divide entre a descrição e a explicação, pois durante a sua realização ocorre a medição e caracterização das variáveis e posteriormente, as associações entre elas. Assim, esse método se fez importante para nossa pesquisa, uma vez que permitiu a descrição das características dos comerciantes informais, como também a análise das relações causais entre as mesmas.

Aliada a este, a entrevista em profundidade possibilitou a aquisição de maiores informações nas questões relevantes à pesquisa. A entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e

pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte. A maior flexibilidade na abordagem do assunto foi essencial para que o informante fornecesse os elementos de maior relevância para a sua vida, demonstrando para a pesquisa a significância dos fatos para o mesmo.

Além desta, a história de vida também se fez presente em alguns momentos. Foi um instrumento que facilitou a análise e interpretação dos dados de acordo com um contexto específico. Para Paulilo (2010), a história de vida fornece, portanto, uma base consistente para o entendimento do componente histórico dos fenômenos individuais e coletivos.

2.1. Local de Estudo, População e Amostra

A pesquisa foi realizada com os comerciantes informais de Viçosa (MG). Esta cidade foi escolhida por possuir características peculiares se comparadas a outras cidades de mesmo porte da região e, ainda, por ter no seu espaço urbano um número considerável de comerciantes informais. Ao mesmo tempo em que se apresenta como uma cidade de médio porte, exercendo influência econômica nas cidades vizinhas – tanto no que se refere ao aspecto educacional, comercial e da saúde –, por outro lado, é palco de uma crescente desigualdade social, refletida na segregação do espaço urbano, nos índices de pobreza e na intensificação das atividades informais nos diferentes setores da sua economia. Além desses aspectos, o interesse por compreender as transformações dadas no seu espaço urbano foi decorrente de um envolvimento pessoal com as questões socioespaciais presenciadas pela cidade. A aproximação sentimental para com a cidade vem desde criança, como residente de uma cidade próxima, Canaã. Nesse sentido, a infraestrutura de Viçosa sempre foi uma referência para a minha família, e poder observar suas transformações e refletir sobre as mesmas tornou-se um interesse particular.

Em Viçosa, durante a pesquisa de campo encontravam-se três espaços específicos de atividade comercial informal, conhecidos como Feira Livre, Feira de Artesanato e Shopping Chequer. Além desses, existiam também ambulantes espalhados pela sua área central. As principais ruas centrais ocupadas eram: Avenida Marechal Castello Branco, Rua Arthur Bernardes (Calçadão), Travessa Sagrado Coração (Calçadinho), Praças do Rosário e Silviano Brandão, Avenida Sebastião Lopes de Carvalho e Avenida Gomes Barbosa.

O Shopping Chequer é um espaço de comércio informal localizado na chegada da cidade de Viçosa, próximo à rodoviária. Ao todo, havia trinta e quatro estabelecimentos que variavam em relação às estruturas e mercadorias comercializadas. Existiam aquelas que se assemelhavam a comércios formais e outros que expunham a sua mercadoria em precárias estruturas.

A Feira de Artesanato destacava-se por um espaço periódico, sendo realizada apenas aos sábados na praça central da cidade. Nesse espaço, evidenciava-se a articulação e organização coletiva dos comerciantes, dada através da existência da Associação de Artesãos e Produtores de Alimentos Caseiros (ADAPAC) que era o órgão articulador das demandas desse coletivo. Já a Feira Livre, uma forma de comércio tradicional da cidade, possuía cento e setenta estabelecimentos que comercializavam desde produtos hortifrutigranjeiros até CD's, DVD's, roupas industrializadas, artesanatos e comidas.

Já o restante, se compunha por trinta e sete estabelecimentos, fixos e temporários que estavam espalhados pela área central da cidade e se destacavam pela precariedade das condições de trabalho. Muitos não possuíam nenhuma estrutura para expor suas mercadorias ou se abrigar do sol e da chuva, usando apenas caixas para o suporte da mercadoria.

Diante de uma diversidade de características espaciais, sociais e econômicas encontradas no comércio informal viçosense, inicialmente, a amostragem seria realizada a partir dos produtos comercializados (hortifrutigranjeiros, industrializados, derivados e artesanatos), acreditando que haveria uma semelhança entre os comerciantes de cada um destes produtos. Entretanto, considerando a importância de se conhecer a dimensão desse comércio na cidade, as suas particularidades e alcançar uma maior representatividade nos dados, compreendemos, posteriormente, a relevância de se entrevistar a totalidade dos comerciantes.

Para tanto, durante dois meses (julho e agosto) foram realizadas algumas visitas aos espaços de comércio informal para a realização de uma contagem precisa dos sujeitos da pesquisa, uma vez que o número se apresentava oscilante, principalmente, devido à flexibilidade de trabalho dos ambulantes. No final, foram contabilizados 228 (duzentos e vinte e oito) comerciantes, sendo que 34 (trinta e quatro) se encontravam no Shopping Chequer, 20 (vinte) na Feira de Artesanato, 44 (quarenta e quatro) espalhados pelas ruas centrais (ambulantes e camelôs) e 130 (cento e trinta) na Feira Livre. Desse total, 20 (vinte) comerciantes não quiseram

participar da pesquisa e, assim, a amostragem foi composta por 208 (duzentos e oito) comerciantes, distribuídos da seguinte maneira:

Quadro 1 – Distribuição do número de comerciantes informais em Viçosa (MG) e o total de comerciantes entrevistados.

ESPAÇOS DE COMÉRCIO INFORMAL	Nº DE COMERCIANTES INFORMAIS	
	Total (228)	Entrevistados (208)
Feira de Artesanato	20	19
Feira Livre	130	123
Shopping Chequer	34	29
Ambulantes	44	37

Fonte: Dados da pesquisa. Organização: Juliana Lopes Lelis (2011)

De acordo com Duarte (2002), os critérios segundo os quais são selecionados os sujeitos da investigação é algo primordial de uma pesquisa, pois interfere diretamente na qualidade das informações, e, portanto, na compreensão mais ampla do problema delineado. Nas suas palavras:

A descrição e delimitação dos sujeitos a serem entrevistados, assim como o seu grau de representatividade no grupo social em estudo, constituem um problema a ser imediatamente enfrentado, já que se trata do solo sobre o qual grande parte do trabalho de campo será assentado (DUARTE, 2002, p.141).

2.2. A Coleta de Dados: o trabalho de campo no comércio informal de Viçosa (MG)

Após a delimitação da amostra, as técnicas de coleta de dados escolhidas, baseadas no Survey, na entrevista em profundidade e na história de vida foram os questionários, entrevistas semiestruturadas, observações não-participantes, notas de campo e também análise de notícias e documentos sobre o tema. De acordo com Gil (1999), é importante a utilização de mais de um procedimento de coleta de dados, uma vez que contribui para a diminuição ou mesmo a eliminação das limitações de

cada técnica. Assim, a limitação de uma técnica pode ser suprimida pela utilização de outra.

A coleta de dados constou inicialmente de uma fase exploratória, com o intuito de conhecer algumas características da população pesquisada. Desse modo, o trabalho de campo, como já descrito anteriormente, se iniciou com uma contagem e identificação dos comerciantes informais localizados na área central de Viçosa, bem como os espaços por eles ocupados. Posteriormente, para conhecermos a apropriação e a ocupação de cada um desses espaços, utilizamos da pesquisa em documentos da prefeitura que registraram a presença destes comerciantes, de noticiários atuais e passados publicados sobre o tema pelo jornal Folha da Mata⁸; e entrevistas semiestruturadas realizadas com os primeiros comerciantes.

No que se refere à pesquisa feita no Jornal Folha da Mata, esta foi realizada nos exemplares disponibilizados pela equipe do mesmo. As notícias foram procuradas com referência aos anos iniciais dos espaços de comércio informal (década de 1960) até o mês de outubro do ano de 2010; época que a etapa de coleta de dados foi finalizada. Cabe ser ressaltado que os jornais referentes às décadas passadas, principalmente, os relativos às décadas de 1960 e 1970, eram mais escassos na redação do jornal. No geral tivemos acesso a nove reportagens que destacaram diferentes aspectos do comércio informal de Viçosa, como a ocupação do Shopping Chequer, a presença dos ambulantes na área central, o comércio da feira livre, a presença e a importância da associação dos artesãos na Feira de Artesanato e o processo de mudança locacional da Feira Livre, apontando desde a elaboração inicial do projeto até a sua conclusão.

Em relação ao reconhecimento dos primeiros comerciantes, estes foram identificados a partir de informações já existentes sobre os mesmos, visto que, em uma pesquisa anterior⁹, havia sido realizado um rastreamento desses comerciantes. Desse modo, ao iniciar o estudo, já se tinha a noção de quem eram os primeiros comerciantes informais a se alojarem no espaço urbano da cidade. Sendo assim, na presente pesquisa somente foi necessário a confirmação de que eles ainda ocupavam a área urbana da cidade para, posteriormente, iniciar as entrevistas. Assim, foram identificados seis comerciantes informais, sendo que quatro eram comerciantes da

⁸ O Jornal Folha da Mata é um meio de comunicação da cidade de Viçosa (MG) que possui publicação semanal, onde retrata os principais acontecimentos de Viçosa e região.

⁹ Monografia de conclusão de curso realizada por Lelis e Borges (2008), já destacada neste trabalho.

Feira Livre, um do Shopping Chequer e um da Feira de Artesanato. Por fim, estes seis comerciantes participaram da pesquisa respondendo às questões referentes à compreensão do processo de apropriação e ocupação do espaço público viçosense pelo comércio informal.

A exploração das principais características dos espaços de comércio informal foi a primeira etapa deste trabalho, pois acreditávamos que seria importante para o estudo conhecer, inicialmente, o contexto vivenciado pelas famílias inseridas no comércio informal.

Os investigadores frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência. Os locais têm que ser entendidos no contexto da história das instituições que pertencem. Quando os dados em causa são produzidos por sujeitos, como no caso dos registos oficiais, os investigadores querem saber como e em que circunstâncias é que eles foram elaborados [...] Para o investigador qualitativo divorciar o ato, a palavra ou o gesto do seu contexto, é perder de vista o significado (BOGDAN; BIKLEN, 2004, p.48).

Uma das características do trabalho de campo é a valorização do ambiente social, pois se acredita que o sujeito é influenciado pelo contexto em que está inserido. Essa característica coloca o investigador no contato direto com o campo de estudo, sendo este considerado como o principal instrumento da investigação.

A seguir, iniciaram-se as observações não-participantes nos espaços de comércio informal, onde foram analisados os espaços ocupados pelos comerciantes informais, as suas condições de trabalho, as relações construídas com os outros comerciantes e com os seus consumidores, a presença de membros familiares e ajudantes no cotidiano da atividade, dentre outros aspectos que surgiam durante a realização da atividade. A observação não-participante consiste na inserção do investigador no contexto estudado para tentar extrair detalhes importantes para a condução da pesquisa, como os sinais de comunicação não verbal manifestados por expressões faciais, gestos, posturas e comunicação entre os sujeitos (GIL, 2009).

Após uma etapa de conhecimento do objeto de estudo iniciou-se a aproximação com esses comerciantes. Tal aproximação se deu, inicialmente, a partir de uma conversa e de uma carta¹⁰ onde buscamos apresentar os objetivos da pesquisa. A carta foi uma iniciativa que buscou assegurar aos comerciantes

¹⁰ Disponibilizada no Anexo 9.2.

entrevistados, o sigilo da sua identidade e a ausência de qualquer tipo de prejuízo ao seu estabelecimento, uma vez que já era sabido o receio desses trabalhadores informais com a publicação dos seus nomes e informações.

Para alguns, uma rápida conversa foi o bastante para se sentirem interessados em participar da pesquisa. Já para outros, foram necessárias maiores explicações e, mesmo assim, houve aqueles que não quiseram participar. É importante ressaltar que o contato, muitas vezes, foi facilitado pelas aproximações já realizadas anteriormente em uma primeira pesquisa. Tratando-se daqueles que não haviam participado das pesquisas, algum parente ou amigo me indicou e/ou me apresentou para o mesmo, facilitando este processo.

Durante a aplicação dos questionários e entrevistas, alguns espaços de comércio informal se mostraram mais receptivos que outros. No Shopping Chequer foi onde ocorreu a maior recusa para a participação. Por constituírem um espaço de ocupação ilegal¹¹, talvez isto, justifique o receio desses comerciantes de serem prejudicados com a pesquisa. Já na Feira Livre e na Feira de Artesanato ocorreu uma maior receptividade, mesmo havendo alguns comerciantes que alegaram a exaustão de pesquisa nestes espaços, dada pela grande demanda de estudos que eram convidados a participar, e da crítica que alguns manifestaram porque, na sua percepção, essas pesquisas não se reverteram em melhorias nas suas condições de vida. A tendência dessa manifestação se deu, sobretudo, nestes dois espaços, pois se destacavam como os lugares de maior incidência de pesquisas provenientes de diferentes cursos da Universidade Federal de Viçosa (MG).

Após este momento inicial de aproximação, foi realizado o pré-teste, com cinco comerciantes. O pré-teste é uma forma de identificar se o questionário e/ou entrevistas estão coerentes com os objetivos propostos, como também acessíveis para o entendimento dos entrevistados. E, assim, com o intuito de aperfeiçoar a entrevista, de modo que melhor atendesse os nossos objetivos, foi feita uma (re)elaboração das perguntas. Para Duarte (2002), a realização do pré-teste nos obriga a rever o roteiro, pois ao ser aplicado, o entrevistador pode identificar suas lacunas. No caso em que há uma necessidade de modificá-lo, a autora recomenda que é melhor retirá-la ou adaptá-la ao roteiro, ao invés de continuar a coleta de dados, pois, quando se tenta

¹¹ Este aspecto será abordado na subseção 5.1 “A conquista por um lugar: a espacialidade e apropriação do espaço urbano pelo comércio informal de Viçosa (MG)”.

explicar demais, acaba-se dizendo, de um modo ou de outro, o que se espera que o outro responda, induzindo à resposta.

A seguir, durante os meses de agosto, setembro e outubro, foram realizadas as entrevistas e a aplicação dos questionários. Cabe ressaltar que a pesquisa teve a aprovação do comitê de ética da UFV e todos os participantes assinaram um termo de livre consentimento para a participação da pesquisa¹².

Para alcançar a totalidade da amostra e, portanto, auxiliar na coleta de dados, também estiveram envolvidas na realização da pesquisa duas estudantes: uma do curso de Economia Doméstica e outra do curso de Geografia. O envolvimento dessas duas estudantes ocorreu de forma espontânea, ou seja, a partir do interesse das mesmas em contribuir com o estudo. Assim, para que essas estudantes iniciassem o trabalho, elas foram preparadas para a realização do mesmo através de reuniões e conversas que objetivaram apresentar a pesquisa, os seus sujeitos e como deveriam atuar no trabalho de campo. Além dessa preparação, elas acompanharam algumas entrevistas para, posteriormente, iniciarem o trabalho.

No decorrer desses meses, algumas entrevistas se realizaram no ambiente de trabalho e outras na residência dos comerciantes, aspecto que dependeu da escolha feita pelo próprio entrevistado. As entrevistas realizadas nos locais de trabalho apresentaram pontos positivos e negativos. Positivamente, pois algumas informações relatadas pelos comerciantes só foram descritas, muito possivelmente, por estarem realizando a atividade no momento em que elas ocorriam – o que talvez não acontecesse caso os comerciantes estivessem em casa. Por outro lado, a realização de um trabalho ocasiona sentimentos de tensão e responsabilidade – como pode ser ilustrado nos momentos de atendimento aos clientes e na devolução de um troco –, o que influenciava no desenrolar da entrevista, visto que quando estas situações ocorriam, a entrevista era interrompida. Já as realizadas nas residências foram favorecidas pelo ambiente mais tranquilo, o que possibilitou um maior envolvimento entre o entrevistado e o entrevistador. Houve entrevistas que duraram aproximadamente dez minutos e outras que finalizaram após duas horas. Essa diferenciação pode ser explicada pela maior motivação e envolvimento do comerciante com a entrevista.

¹² Disponível no Anexo 9.1.

Durante a aplicação dos questionários e entrevistas pôde-se sanar alguns objetivos da pesquisa, como o perfil socioeconômico das famílias envolvidas nas atividades informais da cidade de Viçosa através das variáveis: idade, sexo, escolaridade, renda adquirida na atividade e renda familiar, cidade de origem (naturalidade), ocupação, composição da família, dentre outros; identificar as tipologias de atividade comercial informal presentes no município de Viçosa (MG) a partir das funções e finalidades que este desempenha para aqueles que o desenvolve; analisar o modo de organização do trabalho e dinâmica das famílias envolvidas nas atividades comerciais informais; e analisar também as redes sociais construídas pelas famílias envolvidas no cotidiano dessas atividades. Além do questionário e da entrevista, para sanar os objetivos, também, foram utilizadas outras técnicas de coleta de dados, como a observação não-participante, entrevista em profundidade e a história de vida.

Concomitante às entrevistas, aqueles comerciantes informais que se sentiram mais à vontade realizaram também entrevistas em profundidade. Esta ocorria quando o próprio comerciante se aprofundava em algum aspecto da entrevista durante a conversa ou quando achávamos interessante realizarmos outros questionamentos. Fato também ocorrido com alguns comerciantes que, durante algumas perguntas, principalmente as relacionadas à finalidade que o comércio informal exercia nas suas vidas, relatavam a sua história de vida. Logo, tanto a entrevista em profundidade quanto a história de vida ocorreram de forma espontânea, sem uma escolha predefinida dos participantes.

Aliadas a todas essas técnicas, utilizamos das notas de campo para registrar nossas impressões durante as aproximações com este universo. O que nos pareceu, muitas vezes “sem importância”, com o passar do tempo foi essencial para o estudo. Já dizia Damatta (1987) que muito do que vivemos numa pesquisa, sobretudo no seu início, não tem sentido social para nós. Mas, atuando como uma “memória social”, o diário de campo nos possibilita a lembrança e uma posterior significação de aspectos relevantes, sendo, portanto, fundamental às pesquisas.

2.3. A Análise dos Dados

Após a pesquisa de campo, iniciamos a análise dos dados. Para Gil (2009), após a coleta, o material adquirido precisa ser organizado e categorizado segundo

critérios relativamente flexíveis e previamente definidos, de acordo com os objetivos da pesquisa. Para o autor, trata-se de um trabalho árduo e, numa primeira etapa, mais “braçal” do que propriamente analítico.

Para ajudar na realização de tarefas que envolvem essa etapa, a análise constou de dois procedimentos. O primeiro foi a utilização do programa SPSS (Statistical Package for the Social Science), que é, atualmente, um dos aplicativos mais utilizados para a análise estatística de pesquisas em Ciências Sociais, possibilitando desde simples e tradicionais análises exploratórias de dados até análises mais complexas. A partir desse aplicativo foi possível criar um ambiente digital no qual se gerenciou e explorou diferentes documentos (entrevistas, notas de campo, tabelas e gráficos, etc.), criando categorias e codificando textos.

O banco de dados foi construído através da digitalização e codificação dos dados quantitativos. A seguir, houve um tratamento nos dados qualitativos, pois recheados de subjetividade foi necessário a realização de uma categorização das falas e histórias relatadas. Esse processo se iniciou com as transcrições do conteúdo adquirido no trabalho de campo e, a seguir, as respostas foram agrupadas e refletidas a partir das categorias analíticas presentes no referencial teórico.

As categorias analíticas extraídas do referencial teórico que nos permitiram o agrupamento e a análise das informações foram: economia informal, trabalhadores informais, território, territorialidade, família, estratégias de reprodução social e redes sociais. Juntamente às categorias analíticas, para a análise da constituição dos territórios informais buscamos compor um mosaico de indicadores que nos permitisse a operacionalização dos conceitos adotados pela pesquisa.

Assim, para analisar a organização física e espacial dos territórios de comércio informal, buscamos compreender como ocorreu a ocupação e apropriação destes espaços, como também a sua dinâmica atual, a partir de alguns indicadores como: ocupação e apropriação dos espaços; e atores sociais envolvidos.

De modo a identificar o perfil socioeconômico dos comerciantes e familiares envolvidos nas atividades comerciais de Viçosa, utilizamos os seguintes indicadores: membros familiares envolvidos, idade, escolaridade, local de trabalho, tempo dedicado à atividade, ocupação, mercadoria comercializada, dentre outros.

Posteriormente, para caracterizar os territórios de comércio informal viçosense, buscamos identificar as suas tipologias presentes nos municípios de Viçosa a partir dos seguintes indicadores: perfil dos seus trabalhadores, mercadorias

comercializadas, espaço público ocupado, inserção no comércio informal, contribuição da atividade informal para a família, relações de trabalho e renda.

Com o intuito de analisar o modo de organização do trabalho e dinâmica das famílias envolvidas nas atividades comerciais informais, valem da participação e dos papéis dos familiares no desenvolvimento da atividade; e do regime de trabalho (horas, turno, remuneração, contrato) como indicadores. Com a finalidade de analisar as redes sociais construídas pelas famílias envolvidas no cotidiano dessas atividades, utilizamos como indicadores as pessoas envolvidas na realização das atividades e os laços construídos entre os mesmos.

De acordo com Strauss e Corbin (2008), à medida que se colhem os depoimentos, vão sendo levantadas e organizadas as informações relativas ao objeto da investigação e, dependendo do volume e da qualidade destas, o material de análise torna-se cada vez mais consistente e denso, o que facilita a identificação de padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, e de categorias de análise da realidade.

Após a sistematização dos dados, estes foram analisados a partir de algumas ferramentas do SPSS, principalmente o comando de Análise Descritiva (Descriptive Statistics). Esse comando contempla quatro subgrupos diferentes de procedimentos de análises: análise de frequência (Frequencies), análise descritiva (Descriptives), análise exploratória (Explore) e tabela cruzada (Crosstabs). Para a finalidade da pesquisa, utilizamos a análise de frequência, a análise descritiva e a tabela cruzada.

Com a análise de frequência foi possível a obtenção de frequências absolutas e relativas de diferentes características, como sexo, idade, mercadoria comercializada, local de trabalho, dentre outros. A análise descritiva possibilitou obter os cálculos estatísticos elementares dos aspectos estudados, como média¹³, mediana¹⁴, desvio padrão¹⁵, valor mínimo e máximo¹⁶. Pela tabela cruzada, pôde-se relacionar diferentes características, de forma a identificar a relação estabelecida entre as variáveis e os aspectos mais e menos tendenciosos dos temas estudados.

Aliadas às ferramentas do SPSS, foram realizadas exaustivas leituras e releituras do material que fora transcrito, de modo que através das categorias analíticas, pudéssemos interpretar e associar as informações, suscitando a

¹³ O valor médio dos dados é calculado a partir do somatório dos números dividido pelo número delas.

¹⁴ Refere-se ao número mediano, ou seja, dentre o total é o número que se localiza ao meio, ocorrendo anteriormente e posteriormente na mesma intensidade a este.

¹⁵ Moda é o número que mais se repete na sequência estudada.

¹⁶ Desvio Padrão é a probabilidade de erro para mais ou para menos do número encontrado.

compreensão das relações socioespaciais construídas pelos diferentes atores envolvidos no comércio informal de Viçosa.

A adoção desses métodos buscou compreender tanto a representatividade dos aspectos estudados, quanto as suas significações para as pessoas envolvidas. Finalmente, como última parte da análise, procurou-se discutir todos os dados à luz da literatura abordada. Segundo Gil (2009), vencida a etapa de organização/classificação do material coletado, cabe efetuar um mergulho na literatura sobre o tema, de modo a produzir interpretações e explicações que procurem resolver o problema e suas questões de investigação.

O segundo procedimento adotado foi a análise e a associação das informações adquiridas, principalmente na entrevista em profundidade e no momento da história de vida. Estas foram analisadas através das categorias analíticas adotadas no trabalho, de modo que permitisse uma associação dessas informações às demais variáveis do trabalho.

2.4. As Limitações da Pesquisa

A presente pesquisa apontou algumas limitações. Por compor-se de uma amostragem extensa e diversa, muitas particularidades deste coletivo não foram abordadas devido à escolha pela prioridade de outras informações. Além disso, a análise dos dados qualitativos sempre está propícia aos equívocos de interpretações, uma vez que são dados subjetivos analisados pelo olhar do “outro”.

Outra limitação se apresentou na amostragem realizada. Apesar de realizadas diversas visitas aos espaços de comércio informal não foi possível contatar todos os seus comerciantes, visto que a sua rotatividade – principalmente no que se refere aos ambulantes – é intensa.

3. ECONOMIA INFORMAL: A CONSTRUÇÃO DE NOVAS TERRITORIALIDADES URBANAS

A cidade, considerada como o *locus* das relações sociais, foi compreendida como um espaço em constantes transformações que adquiri novas funções e sociabilidades, através da inserção de atores que presenciam diferentes contextos socioeconômicos (SANTOS, 2003). Portanto, o nosso ponto de partida foi acreditar que o espaço urbano reflete a dinâmica estabelecida por indivíduos e grupos.

Desse modo, a cidade foi compreendida a partir das mudanças que ocorreram em diferentes aspectos da sociedade, como o crescimento demográfico, os progressos técnicos, as correntes migratórias, a divisão social do trabalho, dentre outros. Aspectos estes que influenciaram em um novo modo de vida urbano. Assim, compreender as novas territorialidades urbanas perpassa em compreender a intensificação das atividades informais nos espaços urbanos, em específico o comércio informal; o perfil de seus atores; como também as relações socioespaciais construídas no seu cotidiano. Para tanto, utilizamos de um vasto referencial teórico que teve como destaque: Mauss (1974), Fausto Neto (1992), Bourdieu (1993), Raffestein (1993), Frúgoli Júnior (1995), Maricato (1996), Cacciamali (2000), Santos (2003), Radomsky (2006), Haesbaert (2007), Hirata e Machado (2007), Sarti (2007), Castells (2009) e Marques (2009).

Com o intuito de iniciar a discussão, é importante que haja o conhecimento das novas formas de organização do trabalho presentes nas cidades brasileiras.

3.1. A Economia Informal e a sua Intensificação no Espaço Urbano das Cidades

A cidade, desde os seus primórdios, se revela palco de diferentes relações econômicas, sociais, culturais, políticas e espaciais. São relações que se apresentam de forma diferenciada a cada mudança ocorrida nos modos de produção da economia global e, na vida da população. Considerando, assim, que a produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e que a partir dessas relações aparecem novas formas de apropriação, de utilização e de ocupação de um determinado lugar, a cidade, torna-se, portanto, o *locus* das relações sociais (SANTOS, 2003).

Telles (2009), analisando especificamente as cidades brasileiras, revela que estas estão em constantes transformações, sobretudo por conta da maior integração

do espaço produtivo brasileiro à economia mundializada, às prioridades governamentais em relação ao investimento público e às especificidades econômicas, culturais e espaciais de cada lugar. Gonçalves (2001) também acredita que são essas profundas transformações ocorridas no modelo econômico a partir da reestruturação produtiva, da integração mundial dos mercados financeiros, da internacionalização da economia, da desregulamentação e abertura dos mercados que acarretaram mudanças no mundo do trabalho. Portanto, é nesse contexto de mudanças nas relações econômicas, que o crescimento do setor terciário tem sido uma tendência mundial, evidenciada pela ampliação do trabalho autônomo e pela intensificação das novas formas de informalidade no espaço urbano brasileiro.

Segundo Missio *et al.* (2006), o processo de globalização, por se caracterizar pela grande mobilidade de capitais, pelo crescimento de empresas transnacionais e pela predominância de investimentos no âmbito financeiro, constrói, assim, um sistema econômico e social contraditório, através da geração de novos conflitos e aprofundamento das desigualdades sociais. A globalização vem associada ao advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos trabalhistas, a redução dos gastos públicos e o declínio do Estado de Bem-Estar Social. O reflexo dessas ações é visto na sociedade através da desigualdade social e intensa precarização do trabalho.

Castells (2009) destaca que além desses processos presenciados numa escala global, as mudanças na organização econômica, espacial e social ocorridas no Brasil são decorrentes do processo histórico de ocupação do espaço urbano brasileiro. Durante séculos, o Brasil se caracterizou como um país agrário, onde as atividades agrícolas e o meio rural eram preponderantes. E foi com o processo de industrialização e um maior incentivo do Estado que se iniciou a busca pela integração de um mercado nacional, pois, até o momento, o país era marcado por núcleos citadinos que possuíam pouca ou nenhuma inter-relação. Para Santos (2003), essa nova base econômica ultrapassou a fragmentação regional para a efetuação de uma integração do território nacional, com o crescimento das cidades e a ampliação de suas infraestruturas. Entretanto, com uma herança colonial marcada pela ocupação diferenciada dos espaços, as cidades não se desenvolveram de maneira uniforme. Nas palavras de Matos e Soares (2010),

O grau, a forma e a intensidade da exploração colonial influíram na cristalização das desigualdades sociais que resistiram ao tempo. A acessibilidade à riqueza no passado condicionou a evolução econômica e as condições sociais do presente, uma vez que nas suas origens combinavam-se múltiplas circunstâncias relacionadas à geração e apropriação dos excedentes econômicos, algo que envolvia desde os arranjos institucionais (laicos ou religiosos), até o acesso restrito à propriedade e aos recursos naturais, ou a excessiva dependência da colônia em relação à metrópole (MATOS; SOARES, 2010, p.20).

De maneira complementar, Maricato (1996) destaca que, com o processo de urbanização, o Brasil alcançou um novo patamar na economia, visto que ocorreu uma intensificação no processo de crescimento das cidades e uma maior inserção do país nas relações produtivas globais. Porém, de outro lado, a contradição no espaço urbano tornou-se mais nítida, pois, ao mesmo tempo em que apresentava desenvolvimento científico, tecnológico e financeiro, o País tornou-se *locus* de desigualdades espaciais e sociais.

Ainda segundo a autora, o reflexo destes processos foi uma modernização da economia marcada pela desigualdade de renda e riqueza, grandes desequilíbrios regionais, desníveis entre zona rural e urbana, desatenção ao investimento em capital humano, segmentação no mercado de trabalho com oferta limitada e intensificação do trabalho informal e ilegal. Para Gonçalves (2001), é nesse contexto presenciado pela economia mundial e nacional que proliferam o subemprego, o trabalho precário e o informal, sendo essas, as maneiras encontradas por grande parte da classe trabalhadora para garantir a sua sobrevivência na era tecnológica do capital global, que, por sua vez, vem promovendo um acirramento das desigualdades sociais.

Dentre os problemas urbanos, a informalidade ganhou notoriedade, visto que envolveu diferentes setores da economia e atraíram, cada vez mais, um número crescente de trabalhadores. Além disso, alimenta uma grande parcela da população, não só das grandes e médias cidades como também das pequenas e interioranas cidades (CACCIAMALI, 2000).

Conforme a autora, o setor informal engloba inúmeras atividades que têm como característica em comum a sua realização; desconsiderando regras expressas em leis. O conceito de informalidade é aplicado normalmente para representar proprietários e trabalhadores que participam da produção em micro ou pequenas

unidades produtivas, onde as relações entre capital e trabalho não se encontram bem estabelecidas, seja no âmbito da organização do trabalho, como no cumprimento das regras legais¹⁷.

Ao longo dos anos, o conceito de economia informal ganhou diferentes explicações. A sua primeira interpretação estava relacionada aos setores da economia que não acompanhavam o desenvolvimento econômico, sendo, assim, analisadas nas relações de “subemprego”. De acordo com Noronha (2003), essa era uma abordagem típica do Brasil dos anos de 1960 e 1970, a qual, frequentemente, classificava o trabalho “informal” como subemprego. Tratava-se de um ponto de vista exclusivamente econômico. A seguir, a economia informal também ganhou outra concepção, uma vez que passou a ser entendida pela própria noção de “formalização”, sendo caracterizada por aquelas atividades que não garantiam os direitos trabalhistas a seus empregados e que não possuíam o registro no órgão de classe. Nesse contexto, a informalidade era sinônima de ilegalidade. Por fim, nas últimas décadas, a “informalidade” passou a ser abordada a partir das mudanças que vem ocorrendo nos processos de trabalho, como o surgimento de novas concepções gerenciais e organizacionais e novas relações de trabalho, os quais não exigem tempo nem locais fixos, como é o caso do trabalho autônomo (NORONHA, 2003).

De maneira geral, os estudos sobre a informalidade vêm conjugando novas e velhas conceituações destacando-se por duas perspectivas teóricas. A primeira, a luz de uma visão economicista, enfatiza a estrutura econômica e a sua “determinação” nas ações dos indivíduos. A informalidade é entendida como o resultado do acesso desigual das pessoas a economia mundializada, e desse modo, é constituída por trabalhadores que não conseguiram se inserir na economia formal. Já a outra perspectiva, ainda muito principiante, valoriza as relações sociais construídas no cotidiano dessa atividade, não se restringindo aos interesses econômicos. Para os autores dessa corrente relacional, o papel individual e/ou do coletivo se sobressai sobre a estrutura social.

¹⁷ A ilegalidade, no que se refere às discussões sobre informalidade, está relacionada à ocupação irregular dos espaços públicos, como as Áreas de Preservação Permanente (APP). De acordo com Martins e Souza (2009), a política ambiental considera-se APP, as áreas de cobertura vegetal que se situam a menos de 30 metros dos cursos d’água. E, também, a ocupação dos espaços que são dedicados à circulação de pessoas e veículos. Além destes aspectos, tem-se a contratação ilegal de funcionários, uma vez que se desrespeita a legislação trabalhista. Segundo Rocha (2010), em relação aos aspectos jurídicos, é ilegal a contratação dos trabalhadores quando nas relações em que ocorre uma subordinação do empregado ao empregador, não existe um contrato registrado de trabalho. E ainda, quando o estabelecimento comercial não é registrado enquanto um imóvel comercial.

No que se refere à perspectiva estruturalista, destacam-se os estudos da economista Cacciamali (2000) e do geógrafo Santos (2003). Segundo Cacciamali (2000), a informalidade deve ser compreendida através de um processo de informalidade. Esse processo se refere a um conjunto de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia mundial que incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, e nas relações de trabalho. Desse processo, ganham destaque as novas formas de organização do trabalho que são empreendidas pelas pessoas que apresentam dificuldades de reemprego ou de ingresso no mercado de trabalho.

Santos (2003), em sua obra “O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos”, ressaltou que a informalidade está inserida no circuito inferior da economia, caracterizando-se pela pequena produção manufatureira, pelo pequeno comércio e pela multiplicidade de serviços, sendo, portanto, unidades de produção reduzidas, com pouca utilização de capital e tecnologias. Para Santos (2003), o circuito inferior não é isolado e independente do circuito superior da economia, pois inseridos na lógica contraditória de reprodução do capital, eles se complementam e contribuem para a manutenção e reprodução do sistema.

Enfim, para a corrente estruturalista, as atividades informais constituem focos de tensões e de desigualdades sociais, destacando-se pela precarização do trabalho.

Já a perspectiva relacional enfatiza as diferentes finalidades que a economia informal assume na vida da população. Para os economistas Hirata e Machado (2007), a informalidade adquiriu, nas últimas décadas, diferentes funções e finalidades para as pessoas envolvidas, não sendo possível mais tratá-la como um eufemismo à pobreza. Desse modo, vêm assumindo novas formas e valores transformando-se em um ambiente que vem viabilizando o “empreendedorismo” como uma alternativa ao emprego regular e a criação de novas possibilidades de inserção social.

De acordo com Cleps (2003), essa diversidade do universo da informalidade pode ser vista na sua atividade comercial. Segundo a geógrafa, o comércio informal é composto tanto por vendedores ambulantes, profissionais irregulares e camelôs, quanto sacoleiros e feirantes. De modo complementar, Montessoro (2005) relatou que constitui em um novo espaço de consumo nas cidades brasileiras, visto que se caracteriza pela diversidade das mercadorias comercializadas, encontrando produtos

refugados das indústrias, fabricados em oficinas de “fundo de quintal”, artigos produzidos artesanalmente e até mesmo, produtos industrializados.

Assim, diante de uma complexidade das características apresentadas pelos espaços de atividade informal e em específico, do comércio informal, a informalidade tornou-se um elemento essencial no entendimento das novas relações sociais construídas nas cidades brasileiras. De acordo com as colocações de Ulysea (2004), esse fenômeno é uma das características mais marcantes no mercado de trabalho brasileiro nos últimos quinze anos, visto que vem apresentando uma taxa gradativa de crescimento, chegando a 60% da população economicamente ativa. Para esse autor, a informalidade impressiona não só pela grandeza, como também pela persistência, uma vez que o avanço dessas atividades não se apresenta como um fenômeno transitório.

Presente no espaço urbano das cidades, os comerciantes informais apoderaram dos espaços públicos e agem como se fossem de “propriedade particular”, fixando suas barracas e mercadorias. Os locais mais procurados por estes comerciantes são as áreas centrais devido à maior circulação de pessoas. Com essa postura, os espaços públicos passam a ter para os comerciantes informais, valor de mercadoria (BERTOLUCCI, 1996). Muitas vezes, a ocupação do espaço urbano pela atividade informal é de conhecimento do poder público municipal que oferece alvará para a sua realização. Sobre essa questão, Delgado (2006) ressaltou que a universalização dos bens públicos pode ser condicionada e restringida, exigindo-se sempre a emissão de uma outorga pelos órgãos responsáveis. Para a autora, a concessão de uso trata-se de contrato administrativo pelo qual a Administração Pública consente que o particular utilize privativamente qualquer tipo de bem público, de forma gratuita ou remunerada, sob condições previamente pactuadas. Objetiva-se, assim, que a utilização do bem público por particulares não prejudique a coletividade. Muitas pessoas se sentem incomodadas e prejudicadas com a ocupação dos espaços pelos camelôs, ambulantes e demais comerciantes informais.

Como visto, o universo da informalidade apresenta diferentes características, envolvendo perfis variados de pessoas, condições de trabalho e relações que são construídas no seu cotidiano e, ainda tornou-se um fenômeno diretamente relacionado à vida da população brasileira. Sabendo-se da sua amplitude e da existência de pesquisas que buscam a compreensão deste fenômeno urbano, a preocupação recente com a informalidade, ainda parece estar mais associada a

questões de ordem tributária e equilíbrio fiscal do que, propriamente, com a economia informal e com os trabalhadores nela inseridos (HIRATA; MACHADO, 2007). Para tanto, compreender de que tipo de trabalhadores é composto e quais as relações sociais e espaciais construídas no seu cotidiano passam a ser questões centrais para a compreensão deste setor.

Assim, diante das diferentes visões dos estudos que buscam o entendimento da informalidade, o presente trabalho buscou considerar tanto a perspectiva de Hirata e Machado (2007), que apresenta as novas tendências da informalidade, como os estudos estruturalistas que apontam o contexto socioeconômico que permitiu a intensificação deste fenômeno. Desse modo, o conceito de informalidade foi considerado como a parcela da economia que é representada por proprietários e trabalhadores que participam da produção em pequenas unidades produtivas, onde as relações entre capital-trabalho não se encontram bem estabelecidas, seja no âmbito da organização do trabalho, como no cumprimento das regras legais e, ainda, que ocupam indevidamente espaços públicos (CACCIAMALI, 2000).

3.2. Os Trabalhadores Informais: um coletivo complexo e heterogêneo

Sabe-se que, atualmente, as atividades informais são compostas por um perfil heterogêneo de trabalhadores. Para Pamplona e Romeiro (2002), no contexto de precarização do trabalho e de desemprego, os trabalhadores informais tendem a ser homens e mulheres mais velhos, com um grau de escolaridade inferior e que possuem uma baixa renda, ou seja, trabalhadores que têm dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal. Entretanto, o que se observa atualmente é que na informalidade encontram-se um perfil diversificado de trabalhadores que buscam a atividade não apenas como a única opção de emprego, mas como uma atividade que permite complementar a renda familiar, a flexibilidade de trabalho e, ainda, a possibilidade de se trabalhar por conta própria.

Complementando a discussão de Pamplona e Romeiro (2002), Hirata e Machado (2007) destacaram que embora o trabalho informal seja, em geral, caracterizado pela inserção precária, a informalidade não é obrigatoriamente sinônimo de marginalidade social, exclusão, instabilidade ou pobreza. Em algumas situações, ela pode vir a ser também uma estratégia bem-sucedida de inserção e ascensão social frente aos postos de trabalhos assalariados. Portanto, não se pode

fazer generalizações em relação ao perfil dos seus trabalhadores, sendo necessário conhecer a realidade presenciada por cada um e por cada espaço em que se desenvolve a atividade.

No que se refere ao comércio informal, alguns grupos sempre se fazem presentes: como os camelôs/ambulantes e os feirantes. Os camelôs destacam-se pelos trabalhadores informais que desenvolvem sua atividade através da ocupação de espaços públicos, como as avenidas e ruas. São caracterizados pela precariedade dos meios e condições de trabalho e pela venda diversificada de suas mercadorias. Além da utilização da mão de obra familiar (KITAMURA *et al.*, 2007).

No que concerne ao comércio ambulante, cabe salientar que se constitui como a primeira forma de comércio da história, que ao passar dos anos, assumiu formatos diferentes, seja na forma de mercados temporários ou feiras, como barracas isoladas, panos estendidos no chão, carroças, carros e como o próprio ambulante perambulando pelas ruas em busca de consumidores. De acordo com Vargas (2001, p.303): “os ambulantes são considerados, muitas vezes, anacrônicos, desinteressantes ou até mesmo perigosos, e outras vezes fazem a alegria dos turistas”.

É importante ressaltar, como destaca Durães (2007), que as atividades informais realizadas na rua (ambulantes e camelôs) são anteriores à própria institucionalização do capitalismo, uma vez que desde o período colonial foi intensa a participação desses comerciantes para o abastecimento de itens básicos a população. Entretanto, atualmente, nota-se a intensificação dessas atividades nas cidades brasileiras, possuindo peculiaridades e características que as diferenciam das atividades realizadas naquele período, como a relação de complementaridade com o trabalho formal e a ilegalidade.

Já os feirantes são demarcados por uma diversidade de coletivos e indivíduos que vivenciam variados contextos socioeconômicos e culturais. Dentre os variados atores que se dedicam às atividades da feira é importante destacar os agricultores. Segundo Buainain (2007), os agricultores não constituem um grupo social homogêneo, pois estão submetidos a diferentes condições de produção e organização, tais como: tamanho da propriedade, grau de emprego, de técnicas agrícolas, acesso a créditos, capital cultural e social, e relação com o mercado. Isso influencia na presença de diferentes relações dentro desse próprio estrato social. Além desses trabalhadores, tem-se, também, a presença de artesãos e comerciantes fixos. Esses últimos, muitas vezes, se assemelham aos “lojistas” do comércio formal,

pois vendem a mesma mercadoria, possuem funcionários contratados e um lugar fixo de comercialização.

Alguns autores, como Mascarenhas (2005) e Santos (1999), destacaram a existência de diferentes feiras. Para eles, há aquelas realizadas de forma tradicional, sendo os seus próprios feirantes os produtores dos seus alimentos, tendo a sua unidade produtiva, a base no trabalho familiar, e outras que receberam novos valores no contexto da modernidade, com a inserção de atravessadores e comerciantes formais. A feira livre que, segundo Mascarenhas (2005), normalmente era caracterizada como uma modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos, na modernidade transformou-se também em espaços de comercialização de mercadorias ilegais, e lugar que possui uma diversidade no perfil de seus feirantes, sendo a venda de produtos básicos, muitas vezes, incipiente. Entretanto, é importante relativizar tal afirmação, pois em cada lugar a feira livre possui uma dinâmica específica.

De acordo com Santos (2004), nos mais diferentes espaços de comércio informal, as relações de emprego são fundadas, sobretudo, no emprego ocasional, no parentesco, em relações pessoais e não em acordos contratuais que fixem garantias. Na maioria das vezes, os indivíduos não recebem nenhum salário pelo seu trabalho, sendo o seu interesse maior manter a sobrevivência familiar. Desse modo, o trabalho informal tem como uma de suas principais características a utilização da mão de obra familiar. Entretanto, é importante ressaltar que além do trabalho familiar, encontram-se também presentes no desenvolvimento das atividades informais outras relações de trabalho, como contratação temporária e trabalho assalariado.

Assim, a família é um coletivo fundamental para dinâmica desta atividade, do mesmo modo que a informalidade também assume um importante papel para a reprodução do grupo, através da possibilidade de possuírem um trabalho (THEODORO, 2000). De acordo com Cacciamali (2000), não há dúvida da importância que as atividades informais assumem para as famílias brasileiras, já que muitas encontram nos seus espaços a sua única opção de emprego, ou uma maneira de aumentar a renda familiar, ou ainda, uma possibilidade que permite à família se afirmar enquanto um grupo social.

Como enfatiza Oliven (1984), o trabalho informal apresenta as suas vantagens e desvantagens para as pessoas que estão envolvidas. Como desvantagem, o autor destaca a variação de rendimentos, devido à falta de trabalho regular, ausência de qualquer cobertura por parte da assistência social, falta de amparo legal ou regulamentação do trabalho, dentre outras. Como vantagens, a não exigência de nível de escolaridade, o trabalho por conta própria, a flexibilidade de horas de trabalho, a facilidade de atender as pessoas que, às vezes, teriam dificuldades de obter empregos no mercado formal (mulheres, crianças, velhos, deficientes físicos e outros), além de permitir vários empregos simultaneamente (THEODORO, 2000).

Por apresentar algumas vantagens, o trabalho informal tem sido um alvo não somente das famílias que possuem dificuldade de inserirem no mercado de trabalho formal, mas também daquelas que preferem por algum motivo se inserirem na informalidade. Desse modo, mesmo possuindo características que não permitem a estabilidade do grupo familiar, como o registro do trabalho, o direito à aposentadoria e outros benefícios, a informalidade assume um importante papel social e econômico, uma vez que mesmo em condições precárias de trabalho possibilita a manutenção e reprodução social de muitas famílias.

Alguns autores, como Costa e Rodrigues (1995) e Assunção e Ferreira (2006), destacam que a inserção na informalidade pelas famílias é uma das estratégias de sobrevivência. As estratégias de sobrevivência também denominadas de estratégias de reprodução, familiares ou de vida remetem-se às atitudes de famílias e às unidades domésticas que buscam a manutenção do grupo, tanto nos aspectos econômicos (sobrevivência física e biológica), quanto os sociais e culturais (sobrevivência da família enquanto um grupo na sociedade). E, ainda, é um mecanismo que ao possibilitar a reprodução dos estatutos e papéis entre os diferentes atores sociais contribui para a manutenção de desigualdades sociais, econômicas e políticas.

Assim, entendendo que tal conceito é importante para a compreensão de indivíduos e grupos. Alguns autores, como Fausto Neto (1982), destacam a “reprodução social” como sinônimo de “reprodução familiar”, sendo o processo por meio do qual uma população consegue perpetuar as suas estruturas e relações num dado território. Para esses autores, a reprodução social de um grupo se constrói através dos meios utilizados pelo grupo para transferir de uma geração para outra um capital (econômico, social e cultural) que permita o estabelecimento dos seus

descendentes. Desse modo, a reprodução social está ligada à produção e reprodução de unidades domésticas e dos indivíduos, mediante estratégias individuais e coletivas.

Neste contexto, de acordo com Bourdieu (1993), a família¹⁸ funciona como um elemento fundamental não apenas para a "sobrevivência física" dos indivíduos, mas também para a reprodução de valores que permita a socialização de seus componentes entre gerações. A família compreendida como uma instituição social atua como uma instância mediadora entre indivíduo e sociedade, uma vez que através de práticas sociais realizadas consciente e inconscientemente, os seus componentes agem baseados em valores que buscam a sobrevivência e reprodução social do grupo.

Diante da mesma discussão, Costa e Rodrigues (2007) afirmam que entender a reprodução social das famílias passa por compreender a multiplicidade de relações que estão na sua base e que com elas se desenvolvem. Assim, é importante considerar que as famílias não são homogêneas, e, portanto, as estratégias de reprodução social que desenvolvem podem implicar diversos tipos de conflitos, de negociações e de consensos, entre os membros que as compõem. Para Bourdieu (1993), as estratégias de reprodução têm pesos diferentes nas diferentes sociedades porque dependem da objetivação do capital, da natureza e composição do capital a transmitir e do estado dos mecanismos de reprodução disponíveis.

Para Fausto Neto (1992), as estratégias de sobrevivência são compreendidas a partir de duas abordagens: a primeira que enfatiza a reprodução da população no contexto macro-social e a segunda que enfatiza a reprodução dos indivíduos focalizando as ações individuais e familiares. No que se refere às atividades informais, é importante destacar a importância dessas duas abordagens, uma vez que as relações construídas no espaço de informalidade são influenciadas, tanto pela dinâmica econômica quanto pela lógica reprodutiva criada por seus atores. Se a

¹⁸ Para a antropóloga Durham (1997), a família é uma instituição, um grupo social concreto que existe na representação de seus membros, o qual é organizado em função da sua reprodução (biológica e social) pela manipulação dos princípios formais da aliança, da descendência e da consanguinidade, como também das práticas substantivas da divisão sexual do trabalho. De maneira complementar, Sarti (2005) afirma que a família tem no âmbito cultural um valor moral centrado nos princípios da reciprocidade e das obrigações, o que cria um sentimento coletivo que sobressai sobre os sentimentos individuais. Para a autora, o valor da família como instituidora de uma moral, de prestígio e de poder são mais preeminentes quando nos aproximamos das classes altas e classes populares. A família é, portanto, uma construção social que varia de acordo com a história, permanecendo, no entanto, o "sentimento de família", que se configura através das relações culturais e das interações com o meio social em que vivem.

primeira abordagem perpassa pelos processos econômicos numa escala macro, a segunda ultrapassa a determinação dos atores hegemônicos, buscando a compreensão dos contextos micro relacionados à criação e à manutenção dos laços familiares, de amizade e de vizinhança e que, em grande medida, explicam as formas de reprodução desses grupos. Como aborda Santos (2004), em cada espaço que se desenvolve, a atividade informal tem uma lógica diferenciada, que é influenciada pelas relações sociais e simbólicas construídas nesses ambientes.

Assim, diante de um universo tão abrangente dos trabalhadores informais, para se conhecer e estabelecer algumas considerações a respeito das suas relações cotidianas, a família é uma categoria que contribui para a reflexão acerca dos indivíduos, grupos e sociedade, uma vez que é uma instituição que pode se colocar como um referencial simbólico importante em relação aos princípios e orientações deste coletivo.

3.2.1. Família e Informalidade

A inserção das famílias no trabalho informal ganhou notoriedade nas últimas décadas, quando num contexto de globalização houve intensas modificações na relação entre capital e trabalho. Goldani (2002) afirmou que nesse contexto da economia mundial teve-se um aumento na vulnerabilidade da população brasileira não acompanhada de melhorias nos programas de proteção social, além de uma redefinição no papel do Estado. Este passou a restringir empregos, salários e serviços estatais gratuitos, transferindo para as famílias uma maior responsabilidade pelos serviços que o Estado deixara de oferecer. De acordo com a autora, foram esses processos que acarretaram a entrada de um número cada vez maior de indivíduos e famílias em empregos precários, na situação de desemprego, ocasionando deterioração na qualidade de vida e intensificação da pobreza.

Assim, inseridas em um contexto socioeconômico de precarização do trabalho e baseadas em sentimentos compartilhados no espaço familiar, a família cria e busca estratégias, que colaboram para a sua reprodução social. No entanto, trata-se de famílias que presenciam um cotidiano diversificado, e desse modo, assumem atitudes diferenciadas frente as mais diversas situações. Fato este que pode ser compreendido pelos diferentes valores presentes no interior do grupo, como destacado por estudos antropológicos e sociológicos.

Segundo Bourdieu (1993) a família é uma invenção histórica e coletiva, dotada de um poder simbólico que é compartilhado e reproduzido pelos seus membros, onde, muitas vezes, os valores e os sentimentos coletivos prevalecem sobre o interesse individual. Assim, os membros familiares sofrem influência das relações simbólicas e sociais construídas no próprio âmbito familiar. Entretanto, como relatou Singly (2000), não se pode considerar uma homogeneidade em relação aos valores familiares, já que cada família possui suas especificidades de acordo com o contexto social, cultural e econômico que presencia, e, portanto, não se pode falar de família, mas de “famílias”.

Nesse sentido, alguns autores, como Velho (1996) e Sarti (2005), destacam que a lógica familiar se diferencia em relação à classe social ocupada. Em seu estudo sobre as camadas populares, Sarti (2005) relata que a família desse estrato social tem, no âmbito cultural, um valor moral centrado nos princípios coletivos que sobressaem aos sentimentos individuais. Para a autora, o valor da família como instituidora de uma moral, de prestígio e de poder são mais preeminentes quando nos aproximamos das classes altas e classes populares. Para as classes populares, a família assume um papel mais diferenciado, sendo fundamental dentro das estratégias adaptativas dos indivíduos, as condições de sobrevivências nos centros urbanos (WOORTMANN, 1987). Já no que se refere à classe média, Velho (1996) destaca que diferentemente das camadas populares, as relações construídas entre os membros da classe média são caracterizadas pelo individualismo e, portanto, marcadas por interesses particulares mesmo que realizados de forma coletiva.

De maneira geral, as práticas sociais específicas de cada classe podem ser melhor esclarecidas pelo conceito de *habitus* de Bourdieu (1993), visto que permite compreender uma certa homogeneidade nas ações e relações de grupos e indivíduos. Para o autor, essas práticas sociais são influenciadas pelo contexto econômico vivenciado e pela trajetória social do coletivo, sendo realizadas consciente ou inconscientemente por indivíduos, grupos sociais e famílias. O *habitus*, portanto, é concebido como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado a partir das conjunturas de um campo que o estimulam (BOURDIEU, 1993).

Além desses aspectos, é importante considerar a influência que as mudanças econômicas, sociais e culturais presenciadas pela sociedade no último século vêm interferindo nas famílias. Para Bauman (2008), a evolução do modo capitalista

ocasionou inúmeras transformações nas relações de produção e nas relações sociais, uma vez que, juntamente a esse processo, se instalou uma acentuada busca pelo lucro e uma crescente individualização das relações entre pessoas e grupos. A ascensão da sociedade capitalista contribuiu para a diversificação econômica e social, mas, por outro lado, não extinguiram os sentimentos tradicionais presentes em alguns grupos sociais. Estes, na verdade, foram adaptados às transformações socioespaciais que ocorrem tanto no meio rural, quanto no meio urbano. Os valores tradicionais não desapareceram. Apenas se modificaram.

No pensamento moderno, autores como Haesbaert (1997) e Bauman (2008) destacam a importância da identidade, frente a uma diluição dos espaços e relações sociais facilitadas pelo avanço dos meios de comunicação e dos transportes. A identidade, no pensamento moderno, é entendida como a estruturação de pessoas e símbolos ao redor de elementos aglutinadores, ou seja, é o agrupamento “dos iguais” a partir do que é reconhecido como comum perante a multiplicidade de sujeitos e objetos da atualidade (HAESBAERT, 1997). Já Hall (2006) acredita que na contemporaneidade deveríamos falar em identificação e não em identidade, pois a identidade é algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes e conscientes, e não algo inato.

Os indivíduos e as unidades familiares possuem a capacidade de elaborar novas estratégias para se adaptar às condições econômicas e sociais, pois criam novos arranjos que se associam com a tradição (revalorizando-a ou mesmo transformando-a), ao mesmo tempo em que se aproxima de valores urbanos. Assim, novos valores podem ser formulados ou antigos valores serem resgatados na busca de adaptar as transformações econômicas e espaciais. Desse modo, com o advento da modernidade, tem-se a construção de novos valores e a (re)significação dos valores já existentes (BAUMAN, 2008).

Ainda para Bauman (2008), não se pode tratar de modernidade sem destacar o crescimento e a importância das cidades, pois com o crescimento destas ocorreu também a criação de um modo de vida urbano, baseado em valores e sentimentos específicos (individualismo, racionalismo e egoísmo). Segundo o autor, a lógica da cidade não pode ser compreendida simplesmente pelos seus prédios, ruas e regras, mas sim pelos seus costumes, tradições, valores e sentimentos construídos no seu cotidiano.

Nesse contexto de modernidade, o comércio informal, como um fenômeno urbano, traz novos elementos para refletir as relações e os valores construídos nas cidades brasileiras, uma vez que, no seu interior, pode haver tanto relações de identidade pautadas no sujeito, quanto aquelas estabelecidas entre o coletivo. Trata-se de valores e sentimentos que são reflexos dos grupos que os detém, ou ainda, do contexto que os mesmos presenciam. Assim, como se trata de um grupo heterogêneo e que vem apresentando novas tendências como uma opção de trabalho, este é marcado pela diferenciação das suas relações cotidianas.

As mudanças presenciadas pelo comércio informal são decorrentes, também, das transformações ocorridas no meio rural nos últimos tempos, visto que um segmento destes comerciantes possui relação direta com o espaço rural, seja como residentes ou mesmo como pessoas que realizam algum trabalho nesse meio.

O meio rural com a ascensão do capitalismo também é palco de uma intensa diversificação de suas atividades e papéis. Atualmente, nesses espaços não se encontra apenas atividades agrícolas baseada no trabalho familiar ou monoculturas dedicadas a exportação, mas sim uma diversidade de unidades de produção, trabalhadores, relações sociais e espaços, construindo um meio rural marcado pela pluriatividade¹⁹.

Para Wanderley (2000), o meio rural é, ao mesmo tempo, um lugar onde se vive particularidades do modo de vida e referências identitárias através de uma relação específica dos habitantes do campo com a natureza, com a qual o homem lida diretamente, sobretudo por meio de seu trabalho e da sua moradia, e um lugar inserido nas esferas mais amplas da sociedade capitalista.

Desse modo, pode-se ressaltar que a informalidade além de abarcar diferentes atividades, possui também um universo diferenciado de trabalhadores que estão inseridos em diferentes contextos sociais e culturais. Portanto, a informalidade é constituída por grupos com interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e que reagem de maneira diferenciada aos desafios e restrições que essas atividades possuem. Desse modo, os grupos e indivíduos agem de maneira

¹⁹ A pluriatividade no meio rural abarca as diferentes atividades e interesses de indivíduos e famílias inseridas nesse espaço, ou seja, as formas de gestão do trabalho doméstico que incluem o trabalho agrícola e outras atividades que podem ser assumidas com o objetivo de sustentar e/ou de dar suporte a unidade doméstica (SHNEIDER, 2003).

diferente na elaboração de estratégias que visam à reprodução social (FAUSTO NETO, 1982).

Assim, outra categoria analítica importante para compreender as relações construídas pelos trabalhadores no contexto da modernidade e em específico, os trabalhadores informais, são os vínculos criados por estes, tanto numa esfera micro, quanto macro, ou seja, compreender as suas redes sociais e os seus territórios.

3.3. O Comércio Informal: um lugar de sociabilidade

O lugar é uma categoria importante para a compreensão da sociabilidade construída nos mais diferentes espaços e, nesse caso, nos locais de comércio informal, pois como destacado por Gomes (2000), é tido como o espaço construído por relações sociais baseadas em sentimentos de identidade e pertencimento. Nessa perspectiva, as cidades, *locus* da atividade informal, não são somente a moradia e o local de trabalho do homem moderno, mas sim, o centro da vida econômica, política e cultural da população.

Os sociólogos pertencentes à Escola de Chicago²⁰, como Wirth (1987), Park (1967) e Simmel (1967), relataram que as cidades, ao presenciar a intensificação dos problemas urbanos a partir da industrialização, se constituíram em um espaço capaz de refletir sobre o comportamento social. Para eles, com a ascensão da modernidade, os modos de vida das pessoas foram completamente alterados, conduzidos à individualização e à impessoalidade, formando-se uma sociedade híbrida, fragmentada e marcada por espaços segregados.

Além desses estudos clássicos, os estudos sociológicos mais recentes, como o de Sennet (1988) e de Guidens (2002), também apontaram a influência que as mudanças ocorridas na economia mundial vêm influenciando no modo de vida das pessoas. Segundo eles, essas transformações alteraram, principalmente, a dinâmica de instituições sociais tradicionais, como as famílias, igrejas e escolas.

Por outro lado, alguns clássicos do pensamento antropológico, como Marcell Mauss (1974), Marshall Sahlins (2003) e Lévi-Strauss (1974), destacaram a importância das múltiplas racionalidades nas relações entre os grupos. Segundo esses

²⁰ A Escola de Chicago foi um movimento, intelectual de sociólogos americanos, iniciado nos EUA em 1910, que viram a necessidade de estudarem os problemas urbanos das metrópoles.

autores, as relações sociais não podem ser explicadas apenas através do "determinismo econômico".

Nesse conjunto de discussões que relatam a existência de outros sentimentos nas relações de troca, é de fundamental importância a obra do antropólogo polonês Marcel Mauss (1974): "O ensaio sobre a dádiva". Nessa publicação, o autor relatou que não ocorre uma simples troca de bens, de riquezas ou de produtos entre indivíduos e, sim entre coletividades; o que significa um contrato mais geral entre tribos, clãs e famílias. Para esse autor, na dádiva, os bens trocados têm menos importância, pois o que importa na verdade é o ato de reciprocidade e o reforço de um laço continuado. Além disso, o ato de dar não é um ato desinteressado, pois não existe dádiva sem a expectativa de retribuição. Assim, o ato da dádiva, que implica contradádiva, é o que determina as relações de reciprocidade.

Lévi-Strauss (1974), em seu artigo "Introdução à obra de Marcel Mauss", destacou que as relações de dádiva e reciprocidade que foram estudadas por Malinowski (1976), em sua etnografia sobre os argonautas do Pacífico ocidental, não se encontraram presentes apenas nas sociedades primitivas, mas também em nossa própria sociedade. Segundo ele, a nossa sociedade ainda contém a atmosfera de dádiva, de obrigação e de liberdade misturadas, sendo observadas em diferentes relações, principalmente de grupos. O que fica, pois, evidente nas perspectivas teóricas trazidas por esses autores é que nem tudo deve ser classificado exclusivamente em relações de interesse e individualismo.

Assim, nas relações cotidianas de nossa sociedade, diferentes relações são construídas, baseadas nos mais diversos sentimentos. Nesse sentido, buscaremos compreender melhor o lugar dessas redes na formação dos territórios, a forma como ocorre a sua constituição e para quem elas se colocam importantes.

3.3.1. Redes Sociais: do indivíduo ao coletivo

No cotidiano do comércio informal são construídas redes sociais que permitem as famílias envolvidas à busca pela sua reprodução social. Essas redes facilitam um maior acesso aos bens e informações disponíveis no interior da atividade a partir, principalmente, dos laços afetivos construídos entre os seus diversos atores, como também, contribuem para o fortalecimento das pessoas

enquanto um grupo. E desse modo, auxiliam na compreensão do comércio informal de Viçosa.

De maneira geral, as redes sociais têm sido objeto de estudo da sociologia urbana contribuindo para a compreensão das dinâmicas comunitárias e da sociabilidade no interior dos grupos (MARQUES, 2009). Para Radomsky (2006), referem-se aos tipos de ligações que se formam a partir de mecanismos de reciprocidade ou trocas (solidariedade, intercâmbios, relações de poder, entre outras) entre indivíduos e coletivos. Além disso, o autor acredita-se que é fundamentada em quatro princípios: 1) os atores e suas ações são vistas como interdependentes e não como unidades independentes e autônomas; 2) os laços relacionais entre os atores são canais onde circulam fluxos de recursos (materiais e imateriais); 3) os modelos de redes centrados nos indivíduos concebem as estruturas de relações como meios em que se configura e constringe a ação individual; e 4) os modelos de redes influenciam a estrutura social, econômica e política.

Em relação ao método para operacionalizar as redes, Marques (2009) enfatiza duas linhas de análise. A primeira, através das redes sociais totais, estuda parcelas ou redes inteiras de contextos sociais específicos; e a segunda, através das redes sociais pessoais analisa as redes de cada entidade social. Para o nosso trabalho, estas duas abordagens serão importantes, uma vez que estamos tratando de um grupo específico pertencente a uma cidade de médio porte; ao mesmo tempo em que, devido a sua heterogeneidade, as redes pessoais podem demonstrar a particularidade da sociabilidade dos comerciantes informais de Viçosa.

De acordo com Portugal (2007), o conceito de rede social está relacionado ao de capital social, uma vez que durante as relações sociais é construído um tipo de capital que reforça a identidade e o reconhecimento do indivíduo como membro de um determinado grupo, o que garante suporte emocional, reconhecimento público e o direito a determinados recursos.

A noção de capital social define que os indivíduos não agem independentemente, ou seja, seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta. As relações sociais são formadas por meio da confiança existente entre os indivíduos e que encontra sua base mais forte nas redes sociais, moldadas por normas internalizadas e pela moral que faz com que a confiança generalizada permeie toda a sociedade (GRANOVETTER, 1973).

Segundo Granovetter (1973), os laços estabelecidos entre as pessoas podem ser laços fortes ou laços fracos. Os laços fortes são aqueles caracterizados pela intimidade e pela proximidade entre pessoas, que normalmente estão presentes nas relações primárias, como nos laços de amizade e familiares. São as relações que os indivíduos gastam mais tempo, mais intensidade emocional e trocas. Por outro lado, os laços fracos caracterizam-se por relações que não traduzem proximidade e intimidade, ocorrendo trocas mais difusas, nas quais o investimento é mínimo, como por exemplo, os laços mantidos com pessoas conhecidas.

Segundo Marques (2009), as redes sociais muito coesas formadas pelos laços fortes tendem a limitar a circulação de bens, pessoas, informações, pois se concentram no seu próprio coletivo. Em contrapartida, a pouca necessidade de fidelidade dos laços fracos permite um alcance maior e diferenciado de relações sociais. De maneira geral, tanto os laços fracos como os laços fortes permitem uma aproximação das pessoas, possibilitando a formação das redes sociais.

Assim, é a partir dessa discussão teórica sobre redes sociais e capital social que as relações construídas no comércio informal serão “decifradas”. Sabe-se que, durante a realização do comércio, tem-se a formação de laços fracos e fortes, o que influencia no acesso aos espaços de atividade informal, como também na consolidação e manutenção da atividade.

Fontes e Eichner (2004) colocam que, nas últimas décadas, a discussão de redes sociais vem se destacando nas publicações da área de ciências humanas, sendo uma temática que pode trazer inúmeras contribuições para o estudo das relações sociais. De maneira complementar, Martins (2008) afirma que as redes sociais são um tema atual da sociologia, que apresenta importantes elementos para a apreensão da complexidade da vida social. De tal modo, o autor acredita que a teoria das redes sociais permite superar as dicotomias e simplificações existentes nas ciências sociais, na medida em que convida o olhar científico a se fixar não sobre as polaridades sociológicas, como indivíduo *versus* totalidade, e sim buscar a análise sobre a interatividade, o que permite entender a dinâmica da vida social.

De acordo com Portugal (2007), os primeiros estudos de redes sociais vêm da sociologia, da psicologia social e da antropologia. Segundo o autor, foi Jonh Barnes, em 1954, quem utilizou pela primeira vez o termo. Para Barnes (1954) *apud* Portugal (2007), o conceito de redes estava relacionado com a ideia de campo social, onde os vínculos interpessoais cruzados estavam conectados de um modo inespecífico com as

ações das pessoas e com as instituições da sua sociedade. Assim, a rede social é um conjunto de relações interpessoais que ligam indivíduos a outros que são reconhecidos a partir de ligações entre os sujeitos e os mecanismos de reciprocidade ou trocas que os conectam.

Uma rede consiste num conjunto de atores ou nós ligados por um tipo específico de relação. Porém, as redes não são consequência apenas das relações que existem entre os atores, ela também é o resultado da ausência de laços diretos entre dois atores.

O conceito de redes sociais é central na análise dos processos estruturadores das sociedades, uma vez que permite compreender os processos interativos dos indivíduos e suas afiliações a grupos, a partir das relações construídas cotidianamente (FONTES; EICHNER, 2004). Para eles, as redes sociais abarcam tanto processos microescalares, que são as relações ocorridas nas redes primárias, quanto os processos macroescalares, que relacionam as redes a um contexto socioeconômico em que estão inseridas. Em relação às redes primárias, têm-se as relações estabelecidas com a rede de pessoas que possui maior proximidade e afinidade, como os parentes, amigos, vizinhos e colegas.

Para Radomsky (2006), além das redes primárias, têm-se também as redes de caráter coletivo, que estão relacionadas ao interesse de grupos e comunidades. Entretanto, o autor ressalta que os grupos sociais possuem uma integração diferenciada nas redes estabelecidas, o que varia de acordo com os seus valores, religiões e relações mercantis com o território ocupado. Desse modo, coloca-se a importância de se conhecer o grupo estudado em seus diferentes aspectos, para que as redes sociais sejam melhor compreendidas.

De acordo com Martins (2008), as redes de caráter coletivo são alianças criadas a partir da dívida e da confiança que além de permitir o estabelecimento das redes sociais, possibilita também a sua manutenção e reprodução. Segundo o autor, as redes sociais, na perspectiva da dívida, possuem uma dimensão simbólica, uma vez que as trocas sociais não são apenas de caráter material ou econômico, mas sim repletas de valores e significados.

Nesse sentido, é importante ressaltar, mais uma vez, a teoria da dívida abordada por Mauss (1974), ao colocar que em uma relação de troca, os bens trocados têm menos importância, pois o que importa, na verdade, é o ato de reciprocidade e o reforço de um laço continuado. Além disso, o ato de dar não é um

ato desinteressado, pois não existe dádiva sem a expectativa de retribuição. No presente recebido e trocado cria-se uma obrigação visto que a “coisa” recebida não é inerte, ela possui uma alma, ocorrendo, dessa maneira, um “vínculo de almas” e, portanto, a formação de laços sociais.

A teoria da dádiva de Marcel Mauss, apesar de há muito tempo ser pouco utilizada para a compreensão do mundo contemporâneo, passou novamente a ser valorizada como instrumento teórico para a análise das relações de troca por alguns autores, com destaque para Alain Caillé e Jacques GodBout. Para esses autores, a visão utilitarista do mundo e do homem, além de simplista, não consegue dar conta das diferentes racionalidades presentes na vida das sociedades em suas diferentes escalas.

Mauss (1981) destaca que as famílias assumem um importante papel nas relações de troca, visto que estas se iniciam no âmbito familiar para posteriormente serem compartilhadas com outras pessoas ou grupos. As relações de trocas entre familiares são um contrato social fundado na reciprocidade enquanto valor, cercadas de sentimentos e “obrigações familiares” que visam à manutenção da instituição (WOORTMANN, 1987). De maneira complementar, Bourdieu (1993) ressalta que no interior do ambiente familiar têm-se sentimentos e valores que funcionam como reforços para assegurar a sua existência enquanto um grupo, como o amor conjugal, amor paternal, filial e etc. Assim, o espírito de família que é gerador de devotamentos, de generosidade, de solidariedade é compartilhado entre os grupos através das trocas de dons, de serviços, de ajudas, de visitas, de gentilezas, dentre outras.

Segundo Radomsky (2006) são os valores e princípios compartilhados entre os membros familiares e entre os diferentes atores sociais – reciprocidade, identidades sociais e ligações de proximidade – os meios pelos quais as redes se amparam e se estabelecem. Desse modo, é deve-se destacar a importância da família para compreender as redes sociais estabelecidas nos mais diferentes lugares.

Nesse contexto, é importante ressaltar os estudos de Sarty (2007), que evidenciam a construção de redes sociais em famílias de classe popular. Para a autora, as famílias constituem em redes que envolvem o parentesco como um todo, a partir de obrigações morais que enreda seus membros. De acordo com Sarty (2007), a modernidade, apesar de homogeneizar muitos hábitos e relações, principalmente em escala global, permite que alguns grupos e indivíduos se adaptem a esse processo

possibilitando a preservação de valores tradicionais, como o respeito e a fidelidade aos vínculos familiares, e a valorização do trabalho coletivo.

Radomsky (2006) destaca que algumas redes sociais são organizadas pelas pessoas em momentos de crise social. Elas correspondem a uma organização pluralista e descentralizada, construída entre iguais que possuem objetivos semelhantes. Tal ação é vista pelos seus membros, como uma forma de ajudar o outro e, portanto, praticar a reciprocidade, como uma maneira de potencializar suas ações, já que permite uma maior relação com outros atores sociais. Portanto, possui na sua base valores morais e interesses individuais.

Diante da importância das redes sociais para as famílias de classe popular, Cochell *et al.* (2007), de maneira mais específica, destacam as redes sociais no contexto da informalidade, abordando-a como uma estratégia dos trabalhadores de conseguirem sobreviver frente a uma situação de vulnerabilidade social. Para os autores, as redes sociais informais prevalecem na medida em que os direitos trabalhistas e previdenciários passam a não mais predominar nas relações contratuais de trabalho. Desse modo, as redes sociais adquirem papel fundamental na provisão de recursos para os trabalhadores “excluídos” do sistema de seguridade social. Além disso, constituem como uma das estratégias encontradas pelos trabalhadores e os seus familiares de inserção econômica e, portanto, um elemento fundamental para o entendimento das relações sociais estabelecidas nesses espaços.

De modo geral, Raffestein (1993), ao destacar as relações construídas no espaço geográfico, relatou que os agentes envolvidos nas redes sociais não estão, necessariamente, num mesmo plano de correlação de forças, mas instrumentalizam seus interesses por meios de coligações que viabilizam suas ações. Não significa também que o produto dessas ações tenha o mesmo grau de retorno para esses agentes coligados, mas é uma forma de garantir, com maior ou menor grau, a satisfação, ainda que parcial, desses interesses.

Para essa pesquisa abordaremos o conceito de redes sociais enquanto as alianças criadas entre pessoas a partir de sentimentos (dádiva, confiança, obrigações e pertencimento) que as une em momentos de crise. Nesse contexto, as redes assumem uma dimensão não apenas econômica, mas também simbólica, sendo abordadas tanto numa escala micro, quanto macro. Esse conceito se baseará nas ideias de Granovetter (1973), Fontes e Eichner (2004), Radomsky (2006) e Martins (2008).

Ao possuírem um caráter de interação e conexão, as redes sociais estabelecem relações simbólicas e materiais ao longo de um determinado espaço, demarcando assim, um território que possui especificidades culturais, políticas e econômicas, possibilitando uma maior inserção econômica e política de muitas famílias. Nesse sentido, como coloca Raffestin (1993), as redes representam não só uma forma de mobilização, como também uma estratégia de organização e de ação, que dão forma ao urbano e aos territórios. É essa perspectiva que aborda os territórios enquanto espaço simbólico que trataremos a seguir.

3.3.2. Territórios e Territorialidades: referenciais simbólicos num espaço em movimento

O território se apresenta enquanto um elemento chave na compreensão de processos econômicos, políticos e sociais que tem vivenciado a população brasileira, uma vez que se coloca para além do sentido restrito enquanto espaço geográfico, mas, sobretudo, como uma dimensão relacional presente nesses processos. A adoção desse conceito implica aceitar a indissociabilidade existente entre espaço e sociedade. Se, por um lado, a sociedade produz o espaço e se reproduz nas suas ações e práticas espaciais, este, por sua vez, se reproduz naqueles que o usam em sua experiência de vida (LEFEBVRE, 1999).

Haesbaert (2007) apresenta três concepções sob as quais o território é compreendido: a econômica, a política e a cultural. Para esse geógrafo, foi necessária uma releitura do conceito de território, uma vez que este ficou muitos anos limitados à interpretação política, vinculada ao território nacional. O autor, destacando a concepção política e cultural, relatou que a primeira se refere a uma dimensão mais concreta e que tem a ver com a definição de limites ou fronteiras visando à disciplinarização e controle dos indivíduos e dos recursos existentes; e a segunda diz respeito a uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais como forma de "controle simbólico" do espaço onde vivem, sendo, igualmente, uma forma de apropriação.

Atualmente, estudos de diferentes áreas vêm priorizando a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação do grupo. Nessa perspectiva, o que funda os territórios é a interação diária entre as pessoas, ou seja, um território vivido. Haesbaert (2007) relatou no seu

estudo sobre a multiterritorialidade que é fundamental para a pesquisa urbana: o contexto relacional produzido nas cidades, com suas descontinuidades e territorialidades próprias.

Diante de diversas perspectivas do uso do conceito de território, este será baseado nas concepções de Haesbaert (2002), ou seja, será compreendido como uma complexa teia de relações de poder de diferentes naturezas que é determinado e apropriado por grupos ao criarem laços de identidade. Assim, de modo mais específico, a abordagem será fundamentada nas relações sociais, culturais e espaciais construídas pelas famílias e demais atores envolvidos no comércio informal de Viçosa, necessárias a reprodução do grupo.

Para Haesbaert (2007), o território deve ser abordado como território-rede não apenas no aspecto econômico, como também social. Para ele, territorializar-se significa construir e controlar redes, criando referenciais simbólicos num espaço em movimento. Além disso, afirma que não há território sem uma estrutura em rede que conecta diferentes pontos ou áreas, uma vez que as redes não são apenas pontos e linhas, mas um componente territorial indispensável a sua dimensão temporal-móvel. Assim, assegura que as redes compõem as invariantes territoriais que juntamente com as malhas e os nós constituem os seus principais elementos. As redes fazem e refazem os territórios, portanto, são elementos constituintes e constituidores, pois da mesma forma que são elementos pertencentes, elas contribuem para a formação do território. Portanto, é formado por malhas e nós, sendo que o primeiro se refere às relações dadas entre diferentes sujeitos, e os nós, às pessoas presente nas redes sociais.

O território, assim, permite que os grupos, através da identidade e das redes sociais pertencentes a essa área, mantenham a sua interação com outras pessoas e, assim, a sua reprodução social. Nessa perspectiva, território é uma área onde seus ocupantes se apoderam de um espaço, seja este concreto ou simbólico. Em outras palavras, trata-se de uma dada porção do espaço geográfico onde se dão todas as relações sociais, econômicas, culturais, políticas de um grupo, necessárias à sua reprodução social em um tempo determinado (SANTOS; SILVEIRA, 2004).

No entanto, o território não é somente a síntese equilibrada da variedade dos atores locais que o compõe, ele agrega uma complexa teia de relações de poder de diferentes naturezas, poder dos atores sociais mais diretamente envolvidos, poder político da conjuntura nacional e internacional, de corporações econômicas, dentre

outros (HAESBAERT, 2002). Assim, é fundamental entender o território como espaço de disputas de poder, uma vez que a problemática da afirmação de identidades territoriais envolve o conflito de poder de diversos grupos sociais que possuem interesses ou influência sobre uma dada fração do espaço (RAFFESTEIN, 1993).

O poder que emerge dos interesses e conflitos no território é uma categoria central para a compreensão da organização do espaço e, para compreendê-los, devemos associá-lo à capacidade dos atores de gerir ou mediar ações que organizam a estratégia de ação territorial. A tessitura desses vínculos e o esforço coletivo estabelecido entre o grupo para ocupar, se identificar, controlar e se reproduzir no seu ambiente é denominado de territorialidade.

Para Raffestin (1993), a territorialidade contém as características de um território, seu conteúdo, sua materialidade e imaterialidade. Territorialidade seria uma forma de vínculo do homem ao meio. O território envolve, nessa perspectiva, uma ordem de subjetividade coletiva, que possibilita aos grupos sociais articulações territoriais de resistência contra as imposições feitas por outras ordens políticas, sociais, econômicas e culturais. Nesse aspecto, pode ser citada a territorialidade horizontalizada de grupos étnicos minoritários, que resistem aos valores informados pela cultura nacional, mantendo a identidade étnica como referência central à apropriação do espaço e à reprodução social. O espaço, portanto, enquanto meio e condição de reprodução de relações sociais, ganha expressão na existência de territórios e na configuração de territorialidades.

Sobre a territorialidade, Sack (1986) afirma:

A territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado (SACK, 1986, p.219).

A ideia de territorialidade incorporada pela geografia, e também por outras ciências sociais, como a antropologia, é a de que a compreensão dos comportamentos humanos deva ser feita também através da compreensão das formas de relacionamento do homem com o espaço. A territorialidade refere-se não somente às relações sociais, mas principalmente, ao seu meio de referência, que pode ser manifestado nas várias escalas geográficas: local, regional e nacional (SACK, 1986).

Por permitir a sua construção em diferentes escalas, e daí, muitas vezes tratada como multiterritorialidade, traz elementos essenciais para a compreensão dos territórios mais fluidos da sociedade moderna. No seu livro, “O mito da desterritorialização”, Haesbaert (2010) destacou o equívoco de se considerar o fim e a diluição dos territórios, por meio da integração dos espaços alcançada, principalmente, pela evolução da técnica, da ciência e da informação. Para o autor, o termo correto seria a multiterritorialidade, visto que mais do que a perda ou o desaparecimento dos territórios, a modernidade demonstra a complexidade dos processos de (re)territorialização, construindo territórios mais múltiplos. Nas palavras de Haesbaert (2010, p.214): “mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo”.

Diante dessa discussão, o território, nesse trabalho, é entendido como a identidade espacial de um grupo, produto de uma apropriação simbólica do espaço e de redes sociais, internas e externas, podendo se apresentar de forma contínua ou fluida. Portanto, acreditamos que os territórios e territorialidades urbanas permitem que a organização do espaço se coloque como condição e meio para a dinâmica de reprodução das relações sociais.

4. UMA CIDADE CONTRADITÓRIA: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE VIÇOSA (MG)

A cidade de Viçosa (MG) é conhecida nacionalmente por possuir uma das universidades mais conceituadas do País²¹, a Universidade Federal de Viçosa. Esta instituição de ensino não se faz importante apenas pelo seu reconhecimento nacional, mas por instituir no espaço urbano da cidade, uma nova dinâmica socioespacial. Atualmente, Viçosa se apresenta como uma cidade contraditória, pois ao mesmo tempo em que se revela palco de uma economia em crescente desenvolvimento – principalmente no que se refere às atividades do setor terciário –, também apresenta um espaço repleto de desigualdades sociais, com um elevado grau de informalidade.

A situação socioespacial vivenciada pela cidade de Viçosa está diretamente relacionada ao seu processo de urbanização. De acordo com Pereira (2005), para entendermos a contradição existente no espaço urbano viçosense, é preciso mergulhar nas suas transformações espaciais, econômicas e sociais acarretadas pelo processo de ocupação e urbanização da cidade.

Viçosa é uma cidade interiorana localizada na Zona da Mata Mineira que faz limites com municípios pequenos (média de 5.000 habitantes) como Teixeiras, Guaraciaba, Paula Cândido, Coimbra, Cajuri e São Miguel do Anta. Ocupa uma área territorial de 299,40 km² (IBGE, 2007) e dista 220 km da capital mineira, Belo Horizonte. No mapa a seguir, pode-se observar a localização da cidade.

²¹ A UFV além de já ter recebido o prêmio da terceira melhor universidade do país e melhor universidade de Minas Gerais, este ano recebeu a premiação da melhor universidade na área de meio ambiente e ciências agrárias pela revista “guia dos estudantes”.

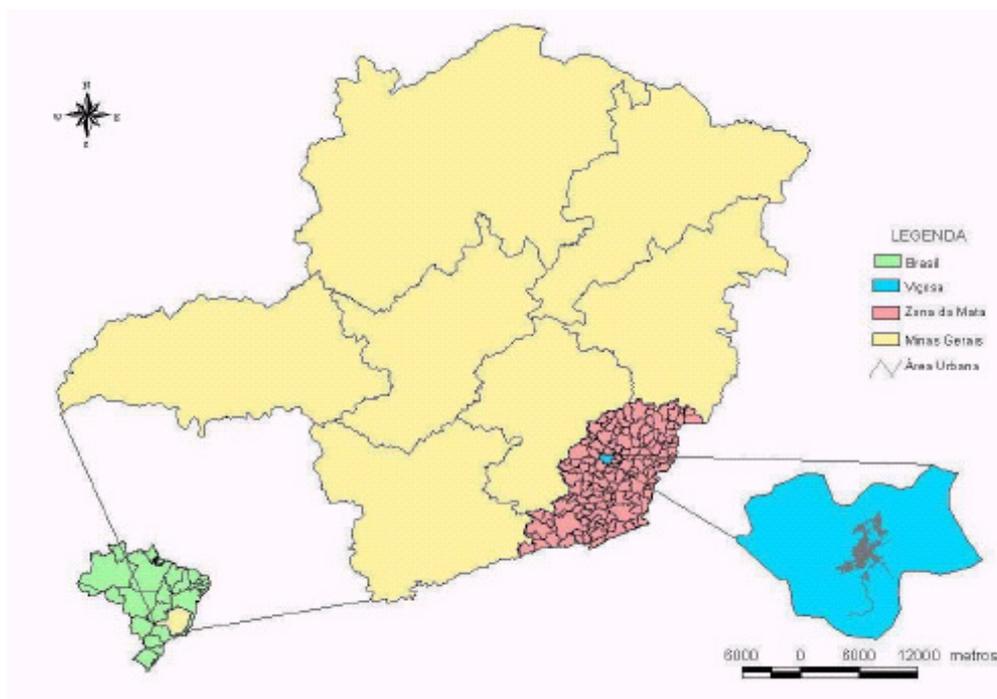


Figura 1 – Localização de Viçosa (MG)

Fonte: GEOMINAS - Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais, 2004.

De acordo com Honório (2008), Viçosa é emblemática aos estudos da urbanização contemporânea. Teve seu processo de povoamento se iniciado no final do século XVIII com o declínio da atividade mineradora na região das Minas Gerais. Nos dias atuais, com cerca de setenta e três mil habitantes²², apresenta indicadores socioespaciais semelhantes ao de “cidades” bem mais populosas, como a diversidade e a densidade de veículos no trânsito, a ocupação irregular de encostas, os múltiplos loteamentos clandestinos, o alto preço dos imóveis vendidos e locados, muitas lojas especializadas em equipamentos e suprimentos para informática, a intensa e acelerada verticalização em sua área central.

A ocupação da porção da Zona da Mata Mineira, onde se localiza o município de Viçosa, ocorreu no século XVIII e está relacionada, segundo Pereira (2005), tanto à procura do ouro, como também pela busca de novas terras que possibilitassem a produção de gêneros agrícolas para o abastecimento das cidades auríferas, Ouro Preto e Mariana. Mas, foi com o declínio do ouro que esta região ganhou maior notoriedade, uma vez que com a decadência dessa atividade, a população buscou encontrar terras na região que fossem adequadas para o plantio de lavouras.

²² Os dados do último censo identificaram que a cidade de Viçosa possuía uma população de 72.244 habitantes (população fixa mais população flutuante).

O café foi um dos grandes cultivos da Zona da Mata Mineira, sendo a cidade de Viçosa uma de suas principais produtoras, devido à propensão de suas terras e do seu clima. Marcada por alguns períodos de êxito e outros de decadência, novas atividades econômicas foram iniciadas na região para dar suporte à agricultura e à população residente, como é o caso da pecuária de corte e leiteira, da suinocultura e também das granjas para a produção de frangos. Assim, desde a sua colonização, a Zona da Mata teve a predominância das atividades agrícolas se conformando, no geral, como uma região mais agrícola que industrial.

Tratando-se especificadamente da cidade de Viçosa, Mello (2000) destacou que a ocupação da cidade iniciou-se por volta de 1805. O primeiro povoado, Santa Rita do Turvo, foi formado a partir da instalação de agricultores nas terras que vieram realizar o plantio de café.

Com o passar dos anos, esse núcleo populacional foi se expandindo territorialmente, ocasionando o surgimento de novos arruamentos, e então, em 1870, o povoado de Santa Rita do Turvo foi elevado à categoria de Vila, e em 1876 à categoria de cidade. Segundo Mello (2000), nesse período inicial de expansão, a cidade já apresentava alguns limites para o seu crescimento, pois de um lado, havia a presença do ribeirão São Bartolomeu e, de outro, um relevo marcado por elevadas altitudes, o que dificultava a ocupação.

Nessa época, a economia da cidade era baseada em atividades agrícolas, com destaque para o cultivo de café. Segundo Pereira (2005), outros elementos surgiram na economia local por volta de 1920, instalando-se na cidade novos fixos²³ que foram fundamentais ao processo de urbanização da cidade, como à instalação de pequenas indústrias de tecelagens e engenhos; e à instalação da Estrada de Ferro Leopoldina, que foi construída a partir da iniciativa de fazendeiros e comerciantes da região, de modo a facilitar o transporte da produção agrícola.

Ribeiro Filho (1997) define esse período do processo de urbanização da cidade de “cidade-ferrovia”, uma vez que a instalação da ferrovia foi central para a integração da cidade com outras regiões do país, para facilitar a entrada de mercadorias e novos equipamentos na cidade, além da intensificação da circulação de pessoas. Além disso, ampliou a sua área urbana a partir da abertura da Avenida Bueno Brandão.

²³ Para Santos (2003), os fixos do espaço urbano tratam-se das estruturas físicas instaladas em sua extensão, como assentamentos, complexos industriais, infraestrutura, habitações.

Apesar de apresentar um avanço econômico, Pereira (2005) ressaltou que foi somente com a instalação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) em 1926, que a cidade de Viçosa sofreu um intenso processo de transformação na sua dinâmica socioespacial e econômica, uma vez que acarretou o surgimento de outras atividades econômicas e o crescimento populacional. A Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) foi criada em 1926 pelo governador do Estado de Minas Gerais – na época, o viçosense Arthur da Silva Bernardes – e tinha como objetivo promover um desenvolvimento econômico da região baseado nas atividades agrícolas que já eram preponderantes na sua economia. Para Pereira (2005), a criação da ESAV somente foi possível devido à fluidez espacial que já se encontrava na cidade.

Com a criação da ESAV, a cidade de Viçosa recebeu migrantes de diversas regiões do Brasil e do mundo, o que promoveu uma demanda de infraestrutura para receber essas pessoas. Desse modo, ocorreram algumas melhorias na infraestrutura urbana, principalmente, através de investimentos na habitação, no setor de transporte e serviços. Essas mudanças possibilitaram um aumento na oferta de novos empregos para população de Viçosa e de cidades vizinhas.

Para Pereira (2005), foi no período em que a universidade tornou-se um forte atrativo de migrantes que a cidade de Viçosa passou a ser uma diferencial entre as demais cidades da região, caracterizadas, em sua maioria, como cidades pequenas e essencialmente agrícolas. Mas, foi somente na década de 1970, com a federalização da Universidade, que a cidade se consolidou com uma cidade polo na Zona da Mata Mineira.

Ribeiro Filho (1997) classifica os anos que se deram entre a implantação da Universidade e a década de 1970, como um período de transição para o processo de urbanização, pois foi notório o crescimento populacional e uma maior dinamização da economia da cidade. Ainda segundo o autor, a federalização, juntamente com o aporte substancial de recursos financeiros que recebeu, foi um fator que contribuiu de forma decisiva para o acelerado processo de urbanização que a cidade sofreu a partir da década de 1970. Assim, a UFV foi um elemento essencial no surgimento de uma nova dinâmica econômica, política e social da cidade. Sobre este assunto, Pereira (2005) destaca:

Entre as décadas de trinta e sessenta do século passado, a cidade de Viçosa passou por um significativo desenvolvimento através da universidade, com a criação de uma série de novos cursos, que, aliado à modernização das técnicas de trabalho no campo, e também ao crescimento da economia urbana, fizeram com que Viçosa recebesse um número maior de migrantes, garantindo assim um crescente número de habitantes no município. A Universidade Federal de Viçosa que já podia ser considerada elemento centralizador das atividades urbanas, no início da década de oitenta duplicou o número de alunos matriculados, inserindo no espaço urbano, novas demandas por serviços e mesmo uma renovação material no que diz respeito a determinadas infraestruturas (PEREIRA, 2005, p.200).

Além da federalização da universidade, ocorreu também nesta época o movimento de tecnificação do campo em escala nacional que inseriu no espaço brasileiro, novos modos de produção e, conseqüentemente, influenciou nos modos de vida da população rural. Assim, o espaço urbano tornou-se uma alternativa para aquelas pessoas que viviam na zona rural e que buscavam outras estratégias de vida.

De acordo com Mello (2002), a população viçosense, que no ano de 1960 era de 20.846 habitantes e, em sua maioria, se concentrava na área rural, com o passar do tempo e o surgimento de novas atividades econômicas, tornou-se essencialmente urbana. Em 1970, a população já era de 25.784 habitantes, sendo que 17.000 ocupavam a área urbana. De modo complementar, Paniago (1990) destacou que até a década de 1970, a cidade de Viçosa crescia em ritmo lento. Já após a década de 1970, o crescimento populacional da cidade ocorreu em níveis altíssimos, sendo que em apenas trinta anos (1970 – 2000), a população viçosense quase triplicou. Entretanto, atualmente observa-se que a taxa de crescimento da cidade vem diminuindo, o que pode ser justificado pela diminuição da taxa de emprego e pelo aumento das desigualdades sociais e espaciais na cidade. A evolução da população viçosense pode ser observada na Tabela 1.

Tabela 1 – Evolução da população no município de Viçosa-MG

ANO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	TOTAL
1970	17.000	8.784	25.784
1980	31.179	7.507	38.686
1991	46.456	5.202	51.658
2000	59.792	5.062	64.854
2010	67.337	4.907	72.404

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2011.

Os dados numéricos sobre a evolução da população viçosense demonstraram que, como a maioria das cidades brasileiras, a partir da década de 1970, Viçosa foi marcada por um intenso processo de urbanização. A cidade apresentou uma diminuição no número total da população rural, concomitantemente a um crescimento da população urbana. Mas, cabe ser ressaltado que a partir do ano de 1991, tanto a taxa da população residente da zona rural, quanto da residente na zona urbana apresentaram uma diminuição na suas proporções.

De fato, a Universidade Federal de Viçosa contribuiu intensamente na modificação da dinâmica socioespacial do município, pois, fez com que no espaço urbano viçosense surgissem novas atividades econômicas, ao mesmo tempo em que setores tradicionais da economia perdessem a sua importância. Entretanto, atualmente, alguns setores da economia não continuam apresentando uma taxa significativa de crescimento, como é o caso da indústria e atividades agrícolas.

O setor agrário, que desde o surgimento da cidade teve fundamental importância, principalmente através do café foi gradativamente perdendo sua influência na economia local. Atualmente, a agricultura na cidade se destaca pela predominância de pequenas propriedades que cultivam para sua subsistência, ou para uma comercialização em pequena escala para atender os pequenos mercados da cidade. Segundo Mendes (2007), os produtos agrícolas que têm relevância na economia do município em termos de produção são o milho, a cana-de-açúcar, o café, o feijão, o tomate, a mandioca, o arroz, a banana e a laranja.

Na atividade industrial, a ADEVI (Associação de Desenvolvimento de Viçosa) em 2004, ressaltou a importância crescente da indústria de construção civil, que se destacavam nos ramos de edificações, serviços e imobiliário. A indústria de construção civil assumiu grande importância diante das mudanças que passou o município de Viçosa ao longo das últimas décadas. Para a associação, o expressivo contingente populacional recebido pela cidade pressionou a ampliação do espaço urbano, provocando uma expansão não só horizontal (em direção a novos bairros e loteamentos), mas também verticalizada, no sentido em que o crescimento urbano passou a se concentrar nas áreas centrais adjacentes à Universidade, valorizando esses espaços e dinamizando a construção de obras de maior porte. Dessa maneira, com uma crescente influência na economia viçosense, as atividades da construção civil destacam-se pelo seu potencial de geração de empregos, 14% da mão de obra empregada na cidade de Viçosa (ADEVI, 2004).

De modo geral, segundo a pesquisa realizada por Oliveira e Borges (2005), a cidade de Viçosa possui a sua economia voltada predominantemente para os setores de comércio e prestação de serviços, uma vez que 60% do número de empregos encontram-se nestes setores (o comércio é representado por uma porcentagem de 26% e o setor de serviço por 36%).

Se comparada com outras cidades pertencentes a sua microrregião²⁴, Viçosa se destaca como polo de atração, principalmente pela presença de instituições de nível superior, como: UFV (Universidade Federal de Viçosa), a Univiçosa (União de Ensino Superior de Viçosa), a FDV (Faculdade de Viçosa), e a ESUV (Escola de Estudos Superiores de Viçosa); pela presença de escolas de níveis médio, fundamental e técnico nas áreas pública e privada; pela diversidade comercial; e pelas atividades na prestação de serviços, como a presença de diversas agências bancárias, hospitais públicos (São João Batista e São Sebastião) e consultórios médicos particulares.

Assim, baseado nessas atividades econômicas e segundo dados do IBGE (2010), o Produto Interno Bruto (PIB) de Viçosa é de aproximadamente R\$ 273 mil. Na tabela abaixo, pode-se observar a importância de cada atividade econômica para o PIB da cidade.

²⁴ Segundo o IBGE (2010), a microrregião de Viçosa é composta por vinte cidades, sendo sua população aproximadamente de 227.203 habitantes e ocupam uma área de 4.826,137 Km².

Tabela 2 – Produto Interno Bruto do município de Viçosa (MG) - 2010

PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO (R\$ 1.000,00)		
Setor	Absoluto	%
Agropecuário	19.195	7%
Industrial	70.161	25,7%
Comércio e Serviços	183.644	67,3%
Total	273.000	100,00%

Fonte: IBGE, 2010.

Em contraposição aos dados que demonstraram uma diversificação na atividade econômica da cidade, Viçosa apresenta um espaço cada vez mais segregado. A nova configuração socioespacial construída a partir UFV contribuiu para uma distinção entre dois mundos, o da Universidade e o da cidade, ou seja, entre a população melhor remunerada e que possui acesso a sua infraestrutura e os assalariados que não possuem condições financeiras de se utilizar das mesmas. Assim, a segregação na cidade não é apenas espacial, dada pela diferenciação entre os bairros, mas também pelo acesso da população aos seus recursos. De acordo com os dados recentes do IBGE (2010), a incidência da pobreza na cidade é de 20,81%, com um índice de gini de 0,44²⁵. Esses percentuais demonstraram que a desigualdade se apresentava por um nível médio, mas que, se observados no cotidiano da cidade, afetam uma porção considerável da população viçosense.

Para Ribeiro Filho (1997), apesar da dinamização dos setores de serviços e comércios, esses não foram capazes de criar postos de emprego na quantidade necessária, provocando situações de pobreza e desemprego na cidade. Além disso, o processo de ocupação de Viçosa, de um modo geral, vem se caracterizando por não obedecer às legislações urbanísticas, ocorrendo de forma desordenada. Nesse sentido, há uma intensa especulação imobiliária conjugada a uma crescente segregação espacial, o que influencia diretamente no modo de vida dos viçosenses.

²⁵ O índice de gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

Assim, é neste contexto de um espaço urbano marcado pela contradição que Viçosa também se revela palco da informalidade. Presente não somente nas metrópoles e capitais brasileiras, as pequenas e médias cidades que possuem uma polarização e influência regional também se destacam pela presença dessas atividades em seu espaço urbano.

A ADEVI, em pesquisa realizada na cidade de Viçosa em 2003, observou que o setor de serviços foi o que apresentou maior proporção de empresas informais²⁶ (43,14%) e a indústria obteve a menor proporção (25,96%), conforme pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 3 – Empresas Formais e Informais segundo o Setor de Atividade em 2005, Viçosa (MG)

IDENTIFICAÇÃO	SETOR DE ATIVIDADE %		
	Comércio	Indústria	Serviços
Formal	68,19	74,04	56,86
Informal	31,81	25,96	43,14
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Associação de Desenvolvimento de Viçosa, 2005.

A presença das atividades informais na cidade de viçosa é notória, principalmente nos setores de serviço e comércio. Espalhados pela área central da cidade e envolvendo um perfil diversificado de seus comerciantes e consumidores, é um setor da economia local. E é sobre este setor do comércio informal que focaremos nossas análises sobre a configuração dos territórios e das territorialidades no município de Viçosa.

Para tanto, inicialmente, buscamos compreender a apropriação e ocupação dessa atividade no espaço urbano da cidade de Viçosa.

²⁶ A ADEVI, em sua pesquisa considerou informalidade como empresas que não cumprem as regras jurídicas legais.

5. TECENDO UM TERRITÓRIO: O COMÉRCIO INFORMAL VIÇOSENSE

5.1. A Conquista por um Lugar: a espacialidade e apropriação do espaço urbano pelo comércio informal de Viçosa (MG)

Na busca pela compreensão da dinâmica social construída pelo comércio informal viçosense, o espaço é uma categoria fundamental para o entendimento da dialética que se estabelece entre a sociedade e sua espacialidade. A apropriação e a organização do espaço urbano condizem na materialização das formas espaciais distribuídas no território, sendo os seus elementos produzidos socialmente e, portanto, dotados de sentidos e simbolismo. A apropriação refere-se, assim, às formas pelas quais os indivíduos agem e interagem nos espaços e constroem universos simbólicos carregados dos significados produzidos nesta interação. Significados que também determinam suas ações e relações. Dessa maneira, como abordado por Santos (2002), as formas espaciais contêm a sociedade; não sendo, portanto, simplesmente formas, mas formas repletas de conteúdos. Nesse sentido, compreender a apropriação do espaço urbano viçosense através da atividade comercial informal é iniciar o desvendamento de sua territorialização e relação com outros agentes.

Em Viçosa, principalmente a partir da década de 1990, tornou-se comum a existência de trabalhadores informais no seu espaço urbano que, ao longo do tempo, foram se apropriando de diferentes locais da cidade para a sua realização, demarcando, assim, o seu território na cidade. Território este que não se encontra demarcado apenas fisicamente, mas por relações econômicas, sociais e culturais construídas no dia a dia da atividade. Assim, através da sua apropriação no espaço urbano viçosense, os comerciantes informais estabeleceram uma nova dinâmica espacial na área central da cidade, principalmente por estarem localizados em lugares de intensa circulação de pessoas e por envolverem outros agentes, como consumidores, comerciantes formais e poder público municipal.

A apropriação do espaço urbano pelos comerciantes informais é o processo inicial para a formação de seu território, uma vez que ao se apropriar de um espaço, os coletivos e os indivíduos o territorializam (RAFFESTEIN, 1993). Assim, para a ocupação do espaço urbano viçosense e, conseqüentemente, a legitimação de suas

atividades, os comerciantes informais necessitaram do “apoio” do poder público municipal, por meio da liberação de alvarás.

A pesquisa observou que, na cidade de Viçosa, a postura do poder público municipal é contraditória, pois ao mesmo tempo em que apoia a realização do comércio informal, também o reprime. O apoio se destaca por meio de ações que legitimam a atividade, como a emissão de alvarás para o seu funcionamento, ajuda na realização das atividades (limpeza, segurança, armazenamento das mercadorias) nos espaços específicos da atividade e, ainda, na construção de um novo espaço para a feira livre de Viçosa. É importante ressaltar que esse apoio é oferecido em função da aceitação do comércio informal pela população e o reconhecimento de sua importância para a sobrevivência física daqueles que nele estão envolvidos. De acordo com a pesquisa de Lelis e Borges (2008), representantes do poder público municipal relataram que é importante aceitar a presença desses trabalhadores na cidade, pois são pessoas que necessitam da atividade para manter a sobrevivência familiar. Por outro lado, a repressão é dada a partir da não liberação de alvarás, do remanejamento dos comerciantes para áreas menos movimentadas e, ainda, por meio da eliminação desta atividade em algumas localidades.

Segundo Cacciamali (2000), mesmo a informalidade apresentando, na maioria das vezes, características ilegais, o poder público apoia suas atividades, visto que a sua total repressão poderia causar um caos na sociedade. Os autores acreditam que a solução encontra-se além do apoio ou repressão do poder público, e sim de uma mudança nas características estruturais da sociedade brasileira e mundial, em que a informalidade seja pensada não somente como um problema urbano, mas como uma alternativa viável para muitos trabalhadores. Portanto, é necessário que receba incentivos para a sua legalização, ao invés de receber apenas medidas paliativas e repressivas que não solucionam os seus problemas.

Durante a sua consolidação no espaço urbano viçosense, as ações do poder público foram variadas. Houve governos mais populistas que incentivaram a instalação dos comerciantes informais, como as administrações de 1983 a 1988 e 1989 a 1992. O apoio de ex-prefeitos foi lembrado pelos comerciantes entrevistados, como pode ser visto na fala a seguir:

Quando eu comecei não tinha quase ninguém aqui. O prefeito da época, liberou esta área para a gente trabalhar. Pagávamos um

tanto para a prefeitura e podíamos trabalhar. Ele ajudou muito a gente! (Francisco, ambulante, 58 anos).

Outros governos foram indiferentes à realização desse setor da economia, tanto no que se refere às ações positivas ou negativas. Além disso, governos que foram contrários à acumulação da atividade no centro da cidade, como é a situação atual da administração municipal. O atual prefeito, cujo mandato iniciou no ano de 2010, vem realizando ações que visam diminuir a presença dos comerciantes na área central da cidade. De acordo com o depoimento dado ao jornal local “Folha da Mata” na reportagem publicada dia 05/11/2010, o atual Secretário Municipal da Fazenda relatou que nas três últimas administrações “podia-se tudo”, pois os governantes não respeitavam as leis e a fiscalização não tinha uma atuação efetiva.

Diante dessa perspectiva, uma ação repreensiva à atividade comercial informal foi a eliminação dos comerciantes informais da Praça do Rosário pelo então prefeito, Celito Coelho. Antes de seu mandato havia aproximadamente seis comerciantes informais localizados na Praça do Rosário, hoje, não se encontra este tipo de comerciante, pois foram remanejados para áreas mais distantes dos espaços centrais de maior circulação de pessoas. O depoimento de um comerciante mostra este acontecimento.

Eu mudei de lugar pelo seguinte... A prefeitura disse que vai tá fazendo uma mudança na praça, renovação da praça e vai tá tirando todos os ambulantes da praça, aí eles me notificaram, foi aonde que eles localizaram este ponto, e fizeram uma proposta pra mim. Eu aceitei, pois se eu não aceitasse, eu não ia ficar com nada mesmo (Reinaldo, camelô, 39 anos).

A ação do atual prefeito está inicialmente concentrada na Praça do Rosário, pois no local também se encontra a Prefeitura Municipal. De acordo, também, com a entrevista do jornal “Folha da Mata” de 05/11/2010, o secretário municipal da fazenda ressaltou o desejo da atual administração de “limpar” aquela área. Durante a entrevista ele relatou que a presença de um grande número de ambulantes pela cidade demonstra a ausência de atuação do poder público municipal. Sendo assim, uma das primeiras ações mais efetivas desse governo seria a modificação e a eliminação dos pontos desses comerciantes.

Atualmente, observou-se a presença de aproximadamente 230 comerciantes informais espalhados em pontos fixos, temporários e ocasionais pela área central da

cidade²⁷. Para Bertolucci (1996), as áreas centrais das cidades são as mais atrativas devido à grande circulação de pessoas e por oferecerem melhores infraestruturas urbanas. Em Viçosa, o fluxo de pessoas na área central é decorrente da presença de grandes lojas comerciais, da sede do poder administrativo, de escolas estaduais e particulares, dos estabelecimentos do setor financeiro (bancos) e, ainda, do Terminal Rodoviário.

A presença destes comerciantes informais reorganizou a dinâmica dos espaços centrais, visto que com a criação de espaços específicos, como o Shopping Chequer e as Feiras Livre e de Artesanato, e a ocupação de calçadas, ruas e praças pelos ambulantes levou a diminuição dos espaços para livre circulação.

Assim, apresentaremos, a seguir, a dinâmica de apropriação espacial de cada espaço (Shopping Chequer, Feiras Livre e de Artesanato, Ambulantes/camelôs).

5.1.1. Shopping Chequer: um espaço de comércio informal marcado pela popularidade e ilegalidade.

Um espaço característico do comércio informal viçosense é o Shopping Chequer, localizado na Avenida Marechal Castelo Branco, principal via de acesso à Viçosa. Além disso, o Shopping Chequer se encontra ao lado do único terminal rodoviário da cidade e, também, do Shopping Viçosa, um local que agrega diferentes lojas, um colégio tradicional da cidade e, no seu andar térreo, o Bahamas, um dos supermercados mais populares da cidade.

Com um total de trinta e sete barracas, é uma área muito frequentada pela população viçosense e região, principalmente pelas suas mercadorias variadas, e segundo os seus comerciantes, vendidas a preços mais baixos se comparadas às mercadorias encontradas no comércio formal.

²⁷ A área central de Viçosa é constituída pelas avenidas: Marechal Castelo Branco, Santa Rita, Bueno Brandão; pelas ruas: Gomes Barbosa, Padre Serafim, Artur Bernardes (Calçadão), Senador Vaz de Melo, Virgílio Val, Dr. Milton Bandeira, Benjamim Araújo, Tenente Kumel; e pelas praças: Silviano Brandão, do Rosário e Cristiano Carvalho.



Figura 2 – Foto Parcial do Shopping Chequer
Autora: Juliana Lopes Lelis (2010).

O Shopping Chequer teve o seu início na administração 1973-1976, uma das mais populistas da história da cidade. De acordo com relatos de um dos primeiros comerciantes, o ex-prefeito permitiu a ocupação do terreno com o objetivo de “ajudar aqueles que não possuíam emprego”.

No início, era um espaço vazio, sendo ocupado por apenas sete barracas. Mas, com receios de roubos e, portanto, para garantir a segurança coletiva, os comerciantes resolveram juntar as suas barracas, fato que acreditavam ter possibilitado a chegada de novos “ambulantes”, atraídos pela localização e espaços disponíveis. Assim, com o passar do tempo, aumentou-se o número de comerciantes na área, legitimada a partir de novas concessões do poder público municipal. Na época da instalação dos primeiros estabelecimentos, os comerciantes pagavam à prefeitura uma taxa que, atualmente na moeda corrente (Real), corresponde a R\$ 16 (dezesesseis reais) mensais.

É importante destacar mais uma vez a ocupação ilegal dos espaços públicos pela atividade informal, visto que o espaço doado pela Prefeitura Municipal não era de sua propriedade, mas sim, de posse do governo estadual, sendo uma área destinada à circulação de pessoas. Além disso, é uma APP (Área de Preservação Permanente), pois se encontra a menos de trinta metros do ribeirão São Bartolomeu e assim, pelas leis de uso e ocupação do solo não poderia ser ocupado. Entretanto, o

ex-prefeito, em busca de um maior prestígio junto à população, transformou uma área pública em privada – não considerando a legislação vigente.



Figura 3 – Ocupação ilegal do Shopping Chequer
Autora: Juliana Lopes Lelis (2010).

Segundo Delgado (2006), é comum a concessão de uso do espaço público a representantes da administração municipal a trabalhadores de rua. Trata-se de um contrato administrativo pelo qual a Administração Pública consente que o cidadão utilize privativamente qualquer tipo de bem público, de forma gratuita ou remunerada, sob condições previamente determinadas. Entretanto, o Poder Público pode desfazer a negociação quando achar necessário.

Na cidade de Viçosa, a postura do poder público municipal é contraditória não só no momento de liberação do alvará como já foi destacado, mas no que diz respeito à sua fiscalização. Especialmente no Shopping Chequer, representantes do poder público municipal alegaram que a competência da fiscalização e/ou o oferecimento de qualquer forma de apoio é do governo estadual, uma vez que a área é uma avenida estadual. Entretanto, atualmente cobram uma taxa mensal de R\$ 6,85 (seis reais e oitenta e cinco centavos) por metro quadrado (m^2) ocupado, referente à ocupação de vias públicas. Sabendo-se que os estabelecimentos possuem uma área que varia aproximadamente de $4m^2$ a $24 m^2$, a taxa mínima paga pelos comerciantes é de R\$ 27,40 (vinte e sete reais e quarenta centavos) e a taxa máxima é de R\$ 164,40 (cento e sessenta e quatro reais e quarenta centavos). Pagamento esse, que se

encontra muito abaixo do que os comerciantes formais pagam nos aluguéis dos seus estabelecimentos, também, na área central da cidade.

No Shopping Chequer, registros da prefeitura destacaram uma inadimplência de 80%. A inadimplência não é encontrada apenas neste local, mas também entre os ambulantes, camelôs e feirantes. Tal dado é de reconhecimento do poder municipal, mas mesmo assim, não havia uma maior pressão ou cobrança aos inadimplentes, ocorrendo uma “aceitação” da ilegalidade. Fato este que atraiu muitos comerciantes que desejavam trabalhar com poucos gastos na manutenção do seu estabelecimento.

A localização e a popularidade do Shopping Chequer também influenciou na procura pela compra e/ou aluguel dos pontos já existentes naquela área. Essa procura era intensificada pela proibição da construção de novas barracas na área, uma vez que não havia mais áreas vazias disponíveis para novas barracas. Assim, a procura pelas barracas já existentes é alta. De acordo com os comerciantes deste espaço, quando há uma barraca “vaga”, esta é automaticamente ocupada. 60% dos pontos do Shopping Chequer foram adquiridos através da compra e 40% foram alugados.

Além disso, as barracas foram construídas a título precário, pois devido a regras impostas pela prefeitura, os comerciantes não podiam melhorar as infraestruturas das barracas. Era proibida a construção de paredes e tetos cimentados, banheiros, dentre outros. Entretanto, era notório que, em alguns casos, havia comerciantes que realizavam melhorias nos seus comércios, desrespeitando as regras municipais ou mesmo possuindo autorização para o mesmo. Assim, mais uma vez, notamos uma ação contraditória do poder público municipal que privilegia alguns comerciantes em detrimento dos outros. Na figura a seguir é possível observar um estabelecimento do Shopping Chequer que possui características similares aos comércios formais da cidade.



Figura 4 – Estabelecimento com características similares a comércios formais
Autora: Juliana Lopes Lelis (2010).

Do mesmo modo que encontramos barracas com estruturas melhores, têm-se barracas mais precárias, cujos comerciantes expunham a sua mercadoria no chão. Diante de todas essas especificidades, ao longo do tempo, o Shopping Chequer se tornou um símbolo do comércio popular da cidade, competindo com lojas do comércio formal, acessível aos consumidores de classes mais baixas, por meio de preços mais baixos e de crediários próprios. Nesse sentido, é importante ressaltar que suas mercadorias eram adquiridas, muitas vezes, nos mesmos locais dos estabelecimentos formais, mas vendidas a preços menores devido à ausência de impostos e/ou aluguéis.

A oferta de mercadorias comercializadas nesse espaço era variada, com a predominância de produtos de vestuário, principalmente roupas. Ao todo eram 62% das barracas que comercializam itens de vestuário, 16% artigos para presentes (utensílios domésticos, artigos para leitura, dentre outros), 11% comercializam produtos eletrônicos e seus artefatos e, também, com 11% tinha-se os bares que comercializam lanches e bebidas.



Figura 5 – Itens de vestuário (roupas e bolsas)
Autora: Juliana Lopes Lelis, 2010.

O funcionamento de suas barracas era semelhante aos horários dos estabelecimentos formais, salvo algumas exceções, como aqueles que permaneciam abertos após as dezenove horas durante os dias da semana, e após as treze horas nos dias de sábado e, ainda, aqueles que abriam aos domingos.

Outro aspecto interessante a ser ressaltado sobre o Shopping Chequer é a posse de vários estabelecimentos por membros de uma mesma família. Dos 29 comerciantes entrevistados, 10 eram de uma mesma família, embora atuassem em estabelecimentos “separados”. A explicação dada para a ocorrência deste fato foi que um destes se iniciou na atividade e ao ver a sua prosperidade, outros membros também se interessaram. Em 50% dos casos, a família se dividia e cada um ficava responsável pela administração de um estabelecimento, como é o caso das lojas Marco Modas, cuja família também era responsável de outros três estabelecimentos: Marcos Moda Íntima (Figura 6), Marcos Moda Júnior (Figura 7) e Bê-a-Bá do bebê.



Figura 6 – Loja Marcos Moda Íntima no Shopping Chequer
Autora: Juliana Lopes Lelis, 2010.



Figura 7 – Loja Marcos Moda Júnior
Autora: Juliana Lopes Lelis, 2010.

Nos outros 50%, cada membro da família possuía seu próprio comércio, não tendo a família à posse coletiva. Isso pode ser explicado, uma vez que alguns comerciantes iniciaram nessa atividade como ajudantes, e, com o passar do tempo, resolveram montar a sua própria barraca. As unidades informais do Shopping Chequer não se baseavam, exclusivamente, em mão de obra familiar. Dos 57% dos

comerciantes pertencentes a este espaço possuíam ajudantes, 70% era mão de obra familiar, sem vínculo de trabalho estabelecido, enquanto 30% era de funcionários. A média de funcionários por estabelecimento é de três pessoas.

Com a descrição de suas características é possível afirmar que alguns estabelecimentos do Shopping Chequer possuíam particularidades relacionadas à organização do trabalho e à estrutura do estabelecimento, que divergiam da precariedade das condições de trabalho dos estabelecimentos informais. Em algumas barracas notamos a busca por uma maior formalização da atividade, através do registro de seus funcionários e uso das máquinas de cartão de crédito.

Por fim, evidenciamos que o Shopping Chequer é um local peculiar do comércio informal viçosense, marcado pela diferenciação dos seus comerciantes e pela ocupação ilegal do espaço público. Continuando a busca pelo entendimento dessa diversidade, passaremos para a contextualização da Feira Livre e da Feira de Artesanato, nosso próximo tópico.

5.1.2. As Feiras de Viçosa (MG): entre a “necessidade” e a sociabilidade

Nos territórios de informalidade, a Feira Livre e a Feira de Artesanato envolviam cerca de 160 feirantes. Esse comércio, no entanto, não estava presente todos os dias, sendo realizadas apenas aos sábados. Apesar das duas feiras terem um caráter periódico, elas possuíam características diferentes, principalmente no que se refere ao seu surgimento. De acordo com Miranda (2009), as feiras são locais convidativos do espaço público para onde convergem inúmeras atividades e que atrai em todo o tipo de público. É um local dinâmico, onde há inúmeras atividades da comunidade acontecendo e onde ocorre uma mistura e interação das pessoas.

5.1.2.1. A Feira de Artesanato

A Feira de Artesanato encontrava-se localizada na principal praça da cidade, a Praça Silviano Brandão, e contava com aproximadamente 25 barracas, sendo realizada aos sábados no turno da manhã, com início às oito horas e término ao meio dia. O número de barracas variava a cada sábado, pois, segundo os próprios feirantes, os primeiros sábados do mês atraíam um maior número de feirantes, sendo

a venda elevada e, conseqüentemente, nos dois últimos sábados ocorria uma redução do número de barracas.



Figura 8 – Vista parcial da Feira de Artesanato
Autora: Juliana Lopes Lelis, 2010.

A Feira de Artesanato surgiu a partir da criação da ADAPAC (Associação de Artesãos e Produtores de Alimentos Caseiros da região de Viçosa/MG) em 16 de fevereiro de 1993. A ADAPAC foi iniciativa de alguns artesãos que desejavam consolidar a sua atividade na região uma vez que sua participação naquela época se dava apenas em eventos esporádicos, como festas do dia da Padroeira da cidade de Viçosa (22 de maio) a pedido da Casa da Cultura, e na Semana do Fazendeiro a convite da Divisão de Assuntos Culturais da Universidade Federal de Viçosa. Assim, a ADAPAC tinha como principal objetivo melhorar as condições de comercialização dos produtos, aquisição de matérias-primas, bem como, a consolidação de uma feira de artesanato na cidade de Viçosa e região.

Para que fosse concretizado o desejo de uma feira semanal, os artesãos elaboraram um estudo para diagnosticar a viabilidade do funcionamento da feira, bem como o apoio de entidades e instituições locais para a sua realização. Após o diagnóstico, a associação concluiu que além de viável, a sua realização também era um desejo das instituições e da sociedade viçosense. Assim, nota-se que, diferentemente de outros espaços de atividade informal que se instalaram de forma

desorganizada no espaço urbano, a Feira de Artesanato surgiu a partir um planejamento que verificou a sua funcionalidade para a cidade e seus moradores.

Com o apoio da Prefeitura, Emater e Divisão de Cultura (UFV), a Feira de Artesanato iniciou suas atividades em setembro de 1992, mas teve a sua legitimação em 1996 quando foi reconhecida como utilidade pública, através da lei municipal 1130/96.

Segundo relatos dos primeiros feirantes, a feira iniciou-se de forma precária, pois não havia uma organização em relação aos espaços de cada expositor e nem havia barracas. No lugar delas, os comerciantes utilizavam balcões feitos de madeira para a exposição dos artesanatos ou ainda, essa exposição ocorria no próprio chão. Hoje, todos os feirantes possuem a sua barraca e estas são padronizadas, buscando uma maior harmonia e organização do espaço.

A inserção dos expositores à feira ocorria por meio da permissão concedida pela associação. Para isso, a associação exigia que a mercadoria comercializada fosse artesanato e, ainda, produzida pela própria pessoa, não sendo uma mercadoria revendida. Como feirante, os artesãos contribuem mensalmente com uma quantia de R\$ 10 (dez reais) que é voltada para organização e manutenção da feira. O pagamento realizado junto à associação é direcionado, principalmente, para o pagamento de uma pessoa que monta e desmonta as barracas. Esta pessoa era um feirante que tinha a função de chegar mais cedo e montar as barracas, como também desmontá-las e guardá-las ao fechamento da feira.

Os artesãos possuem permissão para a venda de suas mercadorias apenas aos sábados, exceto em festividades da cidade que ocorrem no local. Entretanto, essa regra não era seguida por todos. Durante a pesquisa observamos comerciantes as suas mercadorias também nos dias da semana. Indagados sobre essa prática, eles alegaram que “somente no sábado a renda é pouca”.

Segundo os artesãos, há variação nos seus ganhos, principalmente, para aqueles que vendiam artesanatos de tricô e crochê, cujas mercadorias, na maioria das vezes, eram destinadas à estação de inverno. Assim, vendiam muito no inverno, mas “quase nada” no verão. Dessa forma, durante a estação do inverno tinham que guardar uma quantia de dinheiro para se manterem nos meses de verão. De acordo com o presidente da associação, o maior desejo de todos os envolvidos era o de que tivessem um espaço físico para exporem diariamente as suas mercadorias. Para isso precisavam do apoio financeiro da Prefeitura, uma vez que os aluguéis dos

estabelecimentos centrais são muito caros, o que ainda não havia ocorrido até o momento da pesquisa. Se, de um lado, os feirantes alegaram que o apoio da prefeitura é mínimo, por outro lado, a prefeitura dizia contribuir para a realização da feira por meio da liberação do coreto para o armazenamento de mercadorias e, ainda, com a isenção das taxas de ocupação de vias públicas. Como já dito, os comerciantes informais que vendiam hortifrutigranjeiros e artesanatos eram isentos das taxas de ocupação de vias públicas, por meio de uma decisão estabelecida pelo poder municipal.

Assim, como a Feira de Artesanato, a Feira Livre se constitui em outro espaço periódico de comércio informal, possuindo a sua especificidade no que se referia à ocupação e apropriação do espaço urbano, como veremos a seguir.

5.1.2.2. A Feira Livre

A feira livre teve o seu início em 1967. Como a Feira de Artesanato, a sua criação também foi um desejo da população e demais entidades da cidade, visto que, segundo um dos primeiros feirantes, faltava legumes e verduras nos mercados locais. Para o seu surgimento houve o apoio da Prefeitura Municipal de Viçosa, Emater, Epamig e UREMG (atual UFV).

No início, a feira era realizada na Praça Silviano Brandão com apenas cinco feirantes e contavam com apoio da Prefeitura, através do fornecimento das barracas e pessoal para montá-las e desmontá-las. Com o passar do tempo, a feira ganhou grandes proporções, o que causou descontentamento para alguns comerciantes que se sentiram prejudicados na venda de suas mercadorias, devido à concorrência. Assim, mediante a pressão dos comerciantes formais, após quatro anos do seu início, os feirantes tiveram suas atividades suspensas por determinação da prefeitura.

Após o encerramento, visando uma formalização da atividade, os feirantes se uniram e organizaram uma cooperativa para comercialização dos produtos. Porém, novamente após um curto período de tempo, a cooperativa encerrou as suas atividades. Somente depois de dois anos, a pedido dos consumidores e, novamente, apoiados pela Emater, a feira retornou suas atividades na Praça Silviano Brandão. Neste momento contavam com mais de trinta feirantes.

Depois destes vários acontecimentos, na administração 1983-1988, a feira foi transferida para a Avenida Santa Rita localizada no centro da cidade, consolidando-

se como um espaço não somente de compras, mas também de encontros da população viçosense. Nesta localidade permaneceu por mais de quarenta anos, sendo que no ano de 2007 contava com aproximadamente 170 feirantes (LELIS; BORGES, 2008).



Figura 9 – Vista panorâmica da feira livre na Avenida Santa Rita
Autora: Juliana Lopes Lelis, 2008.

O aumento gradativo do número de feirantes exigiu, cada vez mais, um maior controle do espaço por parte do poder público. Atualmente, a sua fiscalização é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio ambiente. Esse aumento também influenciou no tráfego de pessoas e automóveis no centro da cidade, o que resultou em reclamações constantes de alguns moradores, comerciantes e pedestres. A solução encontrada pela administração municipal foi a construção de

um novo espaço para a feira numa área mais afastada do centro da cidade, no final da Avenida Gomes Barbosa.

Essa decisão dividiu as opiniões dos feirantes, uma vez que alguns se colocaram a favor acreditando que teriam uma melhor estrutura para as barracas, banheiros, dentre outras melhorias. Já outros não concordaram, destacando que o novo espaço seria mais distante, o que acarretaria uma diminuição dos frequentadores e, conseqüentemente, das vendas. Nesse sentido, alguns feirantes relataram a importância da feira no centro da cidade, próxima de uma maior circulação de pessoas.

Na Santa Rita, mesmo as pessoas que não tinha o costume de ir à feira, passava por lá e acabava comprando ou mesmo conhecendo ela. Gostava e voltava mais vezes. No colégio Viçosa, tá longe de tudo. Quem vai lá, é só quem gosta mesmo de feira. Nunca vi isto, só aqui mesmo... Lugar de feira é no centro (Maria, feirante da Feira Livre, 38 anos).

Apesar da recusa por parte de alguns comerciantes, o novo local foi construído e a feira foi transferida no final do ano de 2009. Os responsáveis pela construção do novo espaço fizeram uma estrutura diferenciada para a comercialização de gêneros alimentícios, como lanches, pastéis e caldo de cana. A decisão foi tomada para adequar as mercadorias às exigências da Vigilância Sanitária.



Figura 10 – Vista parcial da feira livre já em seu novo espaço
Autora: Juliana Lopes Lelis, 2011.

Atualmente, a feira conta com cerca de 130 feirantes que se destacam por comercializarem diferentes mercadorias. Dentre elas é possível encontrar agricultores mais tradicionais que comercializam hortifrutigranjeiros e artesanatos, até os comerciantes de mercadorias ilegais, como CD's, DVD's.



Figura 11 – Hortifrutigranjeiros comercializados na feira livre
Autora: Juliana Lopes Lelis, 2010.



Figura 12 – Artesanatos comercializados na feira livre
Autora: Juliana Lopes Lelis, 2010.



Figura 13 – Barracas de lanches presentes na feira livre
Autora: Juliana Lopes Lelis, 2010.



Figura 14 – Barracas de itens de vestuário, CD's e DVD's na feira livre
Autora: Juliana Lopes Lelis, 2010.

Para a organização do espaço, a prefeitura dividiu a feira segundo os produtos comercializados: derivados, industrializados, hortifrutigranjeiros, artesanato e comida. Entretanto, no dia a dia da atividade, esta organização não é totalmente seguida, sendo constante a ocupação ilegal dos pontos. Assim, de maneira geral, é possível afirmar que apenas dois produtos obedeciam essa orientação, que eram os lanches e os industrializados. Os demais, com exceção do artesanato, apesar de terem uma localização específica, era possível observá-los, ocupando outros setores. O artesanato era o único produto que estava diluído em todos os setores não havendo um agrupamento de suas barracas.

Na figura a seguir, podemos observar de maneira ilustrativa, a divisão da feira de acordo com os produtos comercializados, conforme orientação da prefeitura. Como já descrito anteriormente, estas divisões não são seguidas à risca, havendo uma mistura de mercadorias em alguns setores.

Organização Espacial da Feira Livre Segundo os Produtos Comercializados e conforme orientação da Prefeitura de Viçosa (MG)

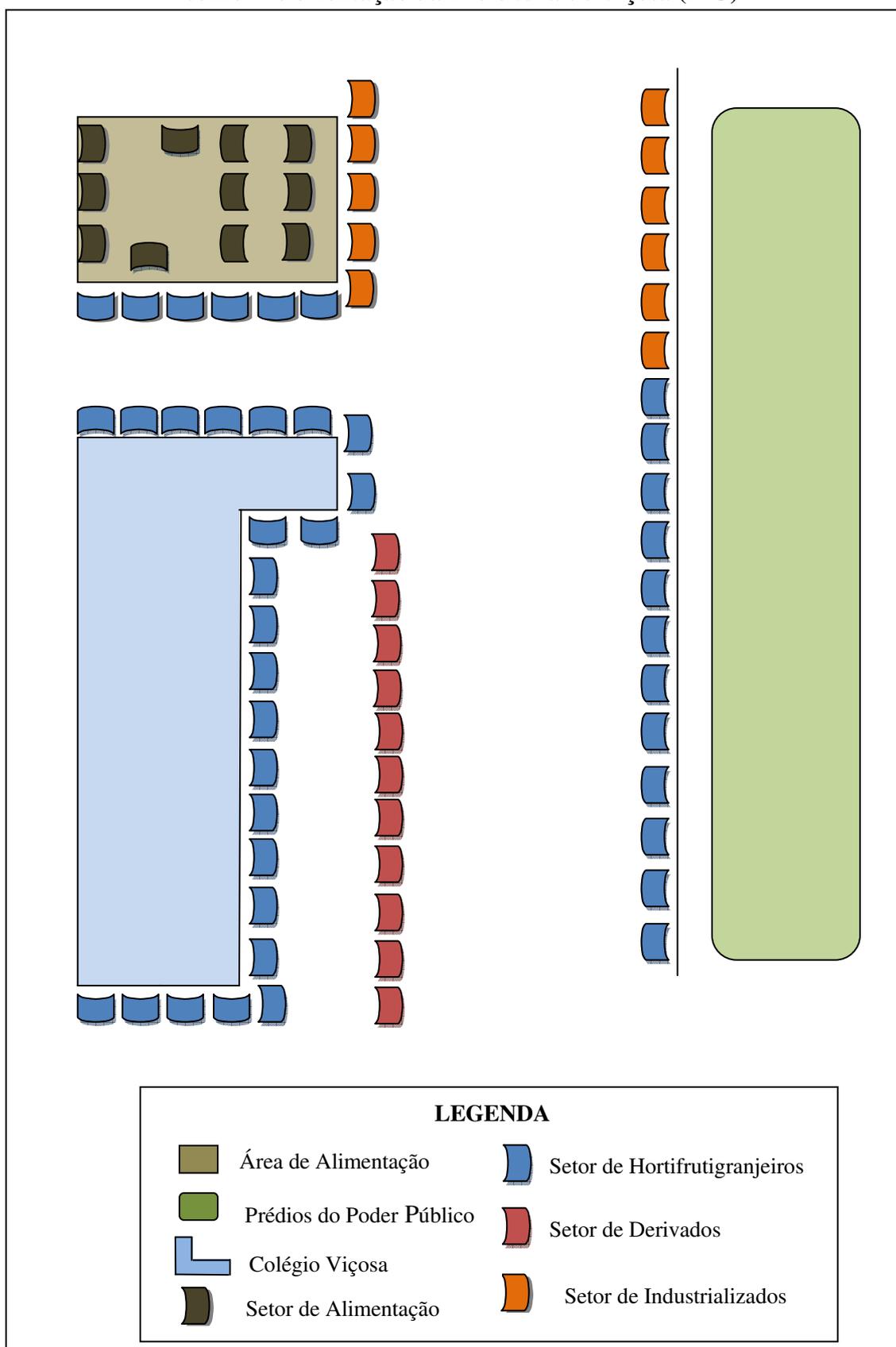


Figura 15 – Organização espacial da feira livre segundo os produtos comercializados
 Autora: Juliana Lopes Lelis, 2010.

A mudança de local da feira, acontecida em janeiro de 2010, ainda hoje é motivo de muitas reclamações entre os feirantes. De acordo com o relato de um destes comerciantes, houve falhas nessa mudança, pois muitos feirantes não foram informados do dia em que esta ocorreria e, só souberam do fato quando chegaram à Avenida Santa Rita e não havia ninguém. Com a falta de informação sobre o dia da mudança, muitos alegaram terem sido prejudicados, uma vez que os seus espaços foram ocupados por outros feirantes e, portanto, não ter havido um respeito às antigas hierarquias. Na Avenida Santa Rita, os que possuíam melhor localização eram os mais antigos e agora, mesmo ocorrendo uma pré-escolha do ponto, muitos disseram que ficaram em “péssimas” localizações. Essas questões podem ser observadas no relato de um feirante:

Eu não fiquei sabendo que ia mudar naquele dia... Sabia sim, que tinha aqueles boatos de mudança... Mas vô falar a verdade pra você, eu não acreditava não. Chamou a gente para umas reuniões, mas não me interessei de ir não. Aí cheguei aqui um dia... Já era umas seis horas e não vi ninguém, daí fiquei pensando o que podia ter acontecido. Tinha outros perdidos igual eu... e fomos descobrir... a feira tinha ido lá para cima. Quando cheguei lá, não tinha um lugar pra mim, aí vim aqui pra cima, perto das roupas. Minha venda caiu muito, pois não estou lá em baixo próximo dos meus colegas (Sr. Geraldo, feirante da Feira Livre, 69 anos).

Já, para outros feirantes, o problema não se restringe a ocupação dos espaços alheios, mas a falta de organização e investimento da prefeitura com o local.

Outro dia teve um deputado aqui. Veio pedir voto e ficou falando que fez muita força para a feira mudar pra cá. Ele achou mesmo que eu estava satisfeita. Falei mesmo com ele que ele ajudou a fazer uma coisa muito ruim. Aqui não tem estrutura para nós. Olha para você vê... Fui em todas as reuniões e antes de mudar vim e marquei o meu ponto. Mas no dia tinha outro no meu lugar e não adianta você discutir e falar que tinha escolhido ele antes... A prefeitura não sabe de nada! Vendo os meus doces aqui, mas se chover não consigo ficar aqui, pois a água lá de cima vem pra cá e não tem como ela escoar... inunda tudo! (Luzia, feirante da Feira Livre, 59 anos).

Os relatos descritos acima demonstraram que a dinâmica territorial da feira é construída no seu dia a dia, não “respeitando” as regras impostas pela fiscalização municipal. O que, na verdade, se apresentou como fundamental para alcançarem uma boa localização foi o estabelecimento das redes pessoais, pois foi a ajuda dos outros

feirantes que permitiram à fixação nos melhores pontos. Além disso, mesmo não sendo um local que possui uma infraestrutura adequada para os seus comerciantes e consumidores, este território é visado pelos políticos da região que se utilizam das obras realizadas como discurso para alcançarem os votos da população.

Nota-se, portanto, que a Feira Livre de Viçosa recebe diferentes funções no seu cotidiano. Inicialmente, havia sido criada para a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, e atualmente, tornou-se um espaço ocupado não somente pelos produtores rurais, mas também por camelôs, ambulantes, atravessadores e comerciantes formais. Essas mudanças evidenciaram uma modificação não somente na sua funcionalidade no espaço urbano, mas também na vida de seus feirantes e frequentadores. Segundo Miranda (2009), ao longo do tempo houve uma modificação no perfil das feiras brasileiras, com a inserção de um trabalho assalariado e não somente familiar, com a venda não exclusiva do produto pelo produtor, além das reformulações nas formas das barracas e dos produtos.

Estas transformações são reflexos de mudanças ocorridas também na economia da cidade de Viçosa. Inicialmente, a feira foi criada para suprir as necessidades de frutas e legumes na cidade. Entretanto, ao longo do tempo, o surgimento dos mercados e sacolões ajudaram a suprir essa demanda. De outro lado, o crescimento da cidade e a diversificação de sua economia, graças, inclusive, à presença da Universidade Federal de Viçosa, o seu espaço rural também recebeu novas atividades. Essas modificações no cenário econômico e na vida da população viçosense fizeram emergir diferentes atividades e perfis de trabalhadores que se inseriram nos espaços temporários de comércio da cidade. Esses se tornaram espaços complexos e diferenciados no que tange às suas relações.

Para que uma pessoa se insira nas atividades da feira, esta deveria realizar um pedido junto ao departamento de fiscalização. Segundo o chefe de fiscalização, para ser aceito o pedido, o comerciante deveria comprovar que era um proprietário rural e nos outros casos, mostrar o seu objetivo ao adquirir um ponto de comercialização. Porém, o que se observa é que muitos dos comerciantes que possuem a concessão para a comercialização de hortifrutigranjeiros passaram a comercializar outros tipos de produtos, ou ceder o seu ponto para outra pessoa. A evidência da ilegalidade não se dá somente na burla aos termos da concessão para a comercialização, uma vez que no espaço da feira há também muita ocupação ilegal e, de acordo com a fiscalização, a situação era difícil de ser controlada, mesmo com a sua presença todos os sábados.

À exceção dos produtores rurais e os que comercializavam artesanatos, os feirantes têm a obrigação de pagar à prefeitura a taxa de ocupação de vias públicas (R\$ 6,85 por módulo ocupado). No entanto, de acordo com o chefe de fiscalização, a maioria dos feirantes não paga essa taxa porque outros comerciantes também não pagavam. Além disso, alegam que “sabem que não receberão melhorias na estrutura da feira com este pagamento”. Uma grande parte dos feirantes, no entanto, disse que efetuava o pagamento da taxa, pois não queriam ser cobrados pela prefeitura.

Sato (2007), que estudou o cotidiano de uma feira livre, ressaltou que o comércio informal analisado como um fenômeno autoriza a quebra do protocolo, tanto no que se refere à sua ocupação, quanto à organização. Nesse contexto, a mobilidade e a fluidez do seu comércio contribuem para que as regras e leis não sejam cumpridas, pois no entender dos seus sujeitos esta não possui uma fixação no espaço e, portanto, não tem regulamentação. Aliado a este fato, a ocupação das ruas, um local de diferentes manifestações sociais e de posse pública, se confunde, muitas vezes, com um local que “pode-se tudo”.

Para Santos (1994), os indivíduos ao agirem nos espaços, consumindo-os e apropriando-se deles, atribuem-lhes novos sentidos e usos daqueles inicialmente planejados. Assim, é possível afirmar que os espaços não sejam dotados de sentido em si mesmos, mas o adquirem através da sua absorção pelos grupos e indivíduos.

Outro grupo de comerciantes informais que contribuem para uma dinâmica específica construída no espaço urbano da cidade são os ambulantes e camelôs.

5.1.3. Ambulantes e Camelôs

Os ambulantes e camelôs da cidade de Viçosa não se encontravam agrupados em um mesmo espaço físico, mas, sim, espalhados por toda área central. E assim, apresentavam características diferenciadas, se comparados aos espaços aqui já apresentados. Segundo Vargas (2001), os ambulantes e camelôs foram os primeiros comerciantes da história, sendo caracterizados pela ocupação das principais áreas de circulação das cidades e pela venda diferenciada de mercadorias, sobretudo, gêneros alimentícios. Hoje, estes ainda se encontravam presentes nas mais diferentes cidades brasileiras, ocupando as ruas, calçadas e outros locais públicos, e comercializando as mais variadas mercadorias.

Em Viçosa, não se sabe ao certo quando houve a intensificação dessa atividade. Segundo um camelô, que trabalha na cidade há mais de quarenta anos, este destacou que em Viçosa sempre existiu um mercado de trabalho formal limitado, o que levou muitas pessoas a trabalharem nas ruas. Para ele, a presença dos camelôs passou a ser mais comum na época em que a Universidade Federal ampliou o seu número de cursos, por volta de 1970, fato que acarretou intensas migrações²⁸ atraídas por novas opções de emprego.

Durante o trabalho de campo, foram encontrados cerca de quarenta comerciantes de ruas espalhados pela área central da cidade, com perfis e condições de trabalho diversificados. A pesquisa apontou que a renda média dos ambulantes e camelôs variava de um a quatro salários mínimos e que em relação à estrutura de trabalho encontrava-se desde aqueles que possuíam uma estrutura²⁹ no desenvolvimento da sua atividade, aos camelôs que não possuíam nenhuma estrutura (ou tinha uma mínima estrutura) para exporem suas mercadorias.



Figuras 16 – Ambulantes que possuíam barracas para a exposição de suas mercadorias.
Autor: Juliana Lopes Lelis, 2010.

²⁸ Além dessa mudança na economia local, as mudanças ocorridas no cenário econômico mundial também podem ter trazido alteração ao comércio da cidade. Ao final da década de 1970, vários fenômenos, como a reestruturação produtiva, a modernização da economia e a globalização, estabeleceram novas relações no mundo do “trabalho”. As máquinas substituíram a mão de obra do trabalhador e houve um aumento na pobreza urbana. Desse modo, uma gama de trabalhadores foi excluída do sistema produtivo, desenvolvendo ocupações à margem do sistema capitalista.

²⁹ Nesse momento, a palavra estrutura não está direcionada a um estabelecimento que possui boas condições de trabalho, mas sim referindo que se comparada aos demais, alguns comerciantes possuem uma maior estrutura para a exposição de suas mercadorias, como a utilização de barracas.



Figuras 17 – Ambulantes que não possuíam uma estrutura mínima para exporem suas mercadorias

Autor: Juliana Lopes Lelis, 2010.

Dentre a tipologia do comércio de rua, havia aqueles que “ocupavam temporariamente” as calçadas, parcelas de praças e canteiros centrais de avenidas; e outros que, com o passar do tempo, tornaram-se “fixos” nos espaços públicos. Diante dessa variedade de características, Kitamura, Ribeiro Filho e Miranda (2007) assinalaram que:

Dentre as formas exercidas pelos ambulantes/camelôs, predominam três tipos: 1) ponto móvel (efetivo), com equipamentos (barracas e pequenas bancas) desmontáveis ou veículos automotores; 2) em circulação, com carrinhos de mão, tabuleiros e demais suportes de apoio que sirvam para expor suas mercadorias e 3) ponto fixo, ou seja, barracas não removíveis (KITAMURA; RIBEIRO FILHO; MIRANDA, 2007, p.22).

Assim, é possível uma diferenciação na conceituação de trabalhador ambulante e camelô. Mesmo sendo abordados como sinônimos, pode-se dizer que se trata de dois tipos diferenciados de comerciantes de rua. O camelô é aquele que possui um ponto fixo, independente de estar em um camelódromo ou nas calçadas, e os ambulantes, os que possuem pontos móveis (RODRIGUES, 2007).

Na cidade de Viçosa, 40% dos comerciantes de rua são camelôs e se caracterizam pela venda de produtos do gênero alimentício (56%) e estão localizados, principalmente, na Praça do Rosário e Avenida Sebastião Lopes de Carvalho.

De forma geral, a estrutura do “estabelecimento” era precária, sendo a barraca pequena e sem condições básicas para o desenvolvimento da atividade comercial; como ausência de banheiros, e áreas específicas para a preparação do alimento. Assim, para suprir suas deficiências estruturais, no desenvolvimento das atividades, os camelôs necessitavam da ajuda dos outros comerciantes formais e informais mais próximos, quer seja na utilização do banheiro, ou na gentileza do oferecimento de um “cafezinho” ao longo do dia³⁰.

Por ser um espaço característico dos camelôs em Viçosa, a área pertencente à Ferrovia Centro Atlântica localizada na Avenida Sebastião Lopes de Carvalho, uma avenida central, passaremos a descrevê-la. A área ocupada foi, durante alguns anos, dedicada ao transporte ferroviário que cortava a cidade, mas com a sua desativação a área foi ocupada por comerciantes informais. O local conta, atualmente, com aproximadamente nove barracas que comercializam mercadorias variadas, como jornais, revistas, sorvetes, pastéis, peças para fogão, brinquedos, dentre outros artigos.

Na figura a seguir é possível observar parcialmente estes comércios:

³⁰ Essa relação será melhor abordada no capítulo seguinte.



Figura 18 – Ambulantes fixos localizados na Avenida Sebastião Lopes de Carvalho
Autor: Juliana Lopes Lelis, 2010.

De acordo com o relato de uma comerciante que ocupava a área, a única barraca que possuía permissão para o seu funcionamento era a banca de jornal, pois era reconhecida como uma atividade cultural, útil a população. Conforme seus depoimentos, os comerciantes não pagavam a taxa de ocupação de vias públicas, uma vez que se tratava de uma área particular. Até o momento nenhuma ação de repreensão do proprietário havia sido realizada contra a presença destes camelôs. No entanto, uma notícia publicada recentemente pelo jornal Folha da Mata (05/11/2010) alarmou os comerciantes da área. Segundo a reportagem, os proprietários da Ferrovia Centro Atlântica não estavam satisfeitos com a ocupação ilegal destes comerciantes, e, portanto, exigiria que eles saíssem desta área.

Os demais camelôs pagavam a taxa de ocupação de vias públicas para a prefeitura municipal (R\$ 6,85 m²), o que trazia relativa tranquilidade aos comerciantes frente ao poder público. No entanto, percebe-se que a ilegalidade é uma situação ambígua, onde o poder público acaba, de certa forma, legitimando o uso do terreno, a partir da cobrança de taxas. Segundo Delgado (2006), os ambulantes e camelôs que exercem atividades em espaços públicos encontra-se sujeitos a “ordens” jurídicas, como forma de compatibilizá-lo com os interesses gerais da coletividade. Busca-se que a utilização do bem público por indivíduos particulares não prejudique a coletividade, pois as relações jurídicas estabelecem a supremacia do interesse público sobre o particular. Neste contexto, a concessão de uso trata-se de um contrato administrativo pelo qual a Administração Pública consente que o particular utilize

privativamente qualquer tipo de bem público, de forma gratuita ou remunerada, sob condições previamente pactuadas.

É interessante ressaltar que estes comerciantes não possuíam a posse do espaço ocupado, e sim uma permissão para trabalharem nos espaços públicos. Entretanto, agiam como se fossem proprietários, pois quando saíam do ponto, eles o vendiam ou o alugavam. Nessas transações, a posse do imóvel é adquirida apenas por meio de um contrato verbal. Como retratou Frúgoli Junior (1995), os espaços públicos influenciados pelas ações cotidianas dos comerciantes informais são transformados em espaços privados, com regras e valores que são seguidos por este coletivo.

No caso dos ambulantes, eles estavam distribuídos por toda área central, tendo como principais localizações as praças do Rosário, Silviano Brandão, e Calçadão/ Calçadinho. Estes se destacavam pela venda de lanches (pastéis, pipocas, hambúrgueres, etc). Em relação à distinção por produtos, observamos que 50% vendiam lanches, 21% artigos de vestuário, 17% artesanato, 8% artigos para leitura e 4% flores. Na sua estrutura de trabalho, os equipamentos utilizados tinham como principal característica a reversibilidade ou a facilidade de serem transportados. Em Viçosa é comum a utilização de tripés, caixas e os próprios automóveis dos ambulantes que são utilizados para a exposição e venda das mercadorias. Na figura a seguir, pode-se visualizar essa situação:



Figura 19 – Utilização do automóvel para a comercialização das mercadorias
Autora: Juliana Lopes Lelis, 2010.

Assim, facilitados pela flexibilidade de seus equipamentos foi comum encontrar ambulantes que vendiam os seus produtos em feiras e demais espaços em outras cidades da região, outros que comercializavam apenas em festas de cidades próximas e, ainda, os que eram vendedores passageiros pela cidade, que expunham as suas mercadorias em um curto período de tempo. Exemplo típico dessa situação é o caso do Senhor Francisco, 51 anos, um ambulante que expõe suas mercadorias em Viçosa e em outras localidades. Ele é um vendedor de frutas da região e está nessa atividade há mais de seis anos.

Eu trabalho há uns seis anos praticamente aqui. Não tenho dia certo para expor... é por acaso. Vendo também em outras cidades, como Congonhas, Lafaiete, São João Del Rey. Eu só não exponho nas cidades que a Prefeitura não deixa. Aqui, eu venho e paro nessa área que já estou acostumado (Sr. Francisco, ambulante, 51 anos).

Não são todos os comerciantes ambulantes que possuíam alvará para seu funcionamento. De acordo com o secretário municipal da fazenda, Valdir Gomes Batalha, os ambulantes que chegam à cidade têm que procurar a prefeitura para adquirirem liberação para ocuparem os espaços públicos. Entretanto, segundo ele, 70% não o fazem, funcionando sem o alvará. Para esses, a prefeitura permite o trabalho por aproximadamente 30 dias, o que faz com que estes sempre estejam renovando a sua permissão. Para ele, esta é uma forma de controlar a presença destes ambulantes na cidade.

A ilegalidade é uma característica comum no trabalho informal, seja na compra de mercadorias, nas relações de trabalho ou mesmo na ocupação indevida dos espaços públicos. Para Cacciamali (2000), mesmo quando há uma legalização, a partir da permissão do poder público municipal, esta é a título precário, o que demonstra a fragilidade da atividade e, ao mesmo tempo, a necessidade da busca de maiores incentivos para sua legalização.

Essa realidade nos leva a inferir que existe uma convivência entre duas cidades distintas, mas ao mesmo tempo complementares: a cidade legal (baseada nas regras e leis) e a cidade ilegal (mantida por atividades e relações ilícitas). De acordo com Telles (2009), esta relação faz parte das tramas da cidade que acompanha as transformações da sociedade contemporânea. Nas suas palavras:

Não se trata de universos paralelos, muito menos de oposição entre o formal e o informal, legal e ilegal. Na verdade, são nas suas dobras que se circunscrevem jogos de poder, relações de força e campos de disputa. São campos de força que se deslocam, se redefinem e se refazem conforme a vigência de formas variadas de controle e também, ou sobretudo, os critérios, procedimentos e dispositivos de incriminação dessas práticas e atividades, oscilando entre a tolerância, a transgressão consentida e a repressão conforme contextos, microconjunturas políticas e relações de poder que se configuram em cada cidade (TELLES, 2009, p.102).

Na cidade de Viçosa, o poder municipal tinha o conhecimento da situação de clandestinos que se apropriavam do espaço público, entretanto, as ações dos órgãos de gestão municipal oscilavam entre a fiscalização e a busca pelo convívio pacífico entre comerciantes informais e população. Assim, normalmente, os ambulantes permaneciam nos locais até reclamarem da sua ocupação, sendo que estes não podiam se “fixar” nas portas dos estabelecimentos formais.

Nos últimos meses da pesquisa de campo (setembro e outubro), o atual prefeito retirou alguns dos ambulantes que estavam localizados nas principais praças e avenidas centrais. Estes foram remanejados para áreas de menor fluxo. Os ambulantes não gostaram da atitude, pois alegaram que o comércio ambulante tem que estar localizado em áreas de maior movimentação de pessoas. Segundo Grazia (2007), o confronto entre o poder público e os ambulantes é frequente e de difícil resolução, pois possuem objetivos diferentes e se trata de um problema estrutural da sociedade brasileira.

Esse confronto entre a população, o poder público e os comerciantes informais demonstrou a presença “determinante” das relações de poder na dinâmica da atividade informal. No caso dos ambulantes, as ações realizadas pelo poder público de Viçosa influenciavam diretamente na sua consolidação e manutenção, uma vez que apoiavam ou eliminavam a presença destes comerciantes. Assim, é importante trazer as colocações de Haesbaert (2007), ao destacar que o território não é construído apenas por relações pessoais, mas também, por relações que apresentam interesses políticos e econômicos.

Atitudes comuns que vêm sendo realizadas em várias cidades brasileiras são a retirada dos ambulantes e camelôs das ruas e a construção de um espaço específico para a sua fixação, conhecidos como os shoppings populares ou camelódromos. Durante a pesquisa, apurou-se que existe uma proposta do poder público municipal

de remanejá-los para o local que atualmente é ocupado pelo Terminal Rodoviário da cidade com o intuito de diminuir a presença destes comerciantes nos espaços centrais da cidade. Entretanto, há alguns entraves para esta mudança, uma vez que a posse desse local não é pública, e também necessitaria da construção de uma nova rodoviária para a cidade. Refletindo sobre a mudança de localização da rodoviária, representantes do poder público destacaram a possibilidade de levá-la para o espaço conhecido como “FAMA”, uma antiga concessionária de veículos que, atualmente, é utilizado como espaços de festas, localizada na entrada da cidade. No entanto, trata-se de planos iniciais que não possuem previsão para sua consolidação.

De acordo com Itikawa (2004), o Estado, apesar de reprimir, deixa como alternativa para os comerciantes informais o trabalho nos shoppings populares. No entanto, estes, muitas vezes, tornam-se inacessíveis à maioria dos trabalhadores informais do centro, pois, segundo eles, para um empreendimento popular ser incluyente, deve ser compatível ou mais vantajoso do que as despesas praticadas na rua, caso contrário não haveria como competir com ela. Para esse autor, é o conhecimento da dinâmica do trabalho informal que determina se a ação do poder público contemplará de forma positiva a todos os seus interessados.

Enfim, sabe-se que diante das particularidades dos ambulantes no cotidiano urbano brasileiro, a sua presença transformou o urbano, alterando o tráfego de veículos, e transformando-os em novos espaços de consumo e em novas possibilidades de venda. De um lado, esse comércio pode ser uma melhor opção para compra de mercadorias. Por outro lado, representa um entrave para a organização espacial e visual das cidades.

Portanto, ao observar a sua consolidação no espaço urbano de Viçosa e no espaço das cidades brasileiras, torna-se fundamental conhecer as pessoas envolvidas e as suas características gerais para o entendimento de sua função e finalidade para a sociedade contemporânea.

5.2. O Comércio Informal de Viçosa (MG): características gerais e perfil socioeconômico dos seus sujeitos.

As discussões acadêmicas referentes à informalidade destacam um novo cenário desta no País, quando esta passou a assumir diferentes finalidades na vida de seus trabalhadores e funções variadas na sociedade. De acordo com Hirata e

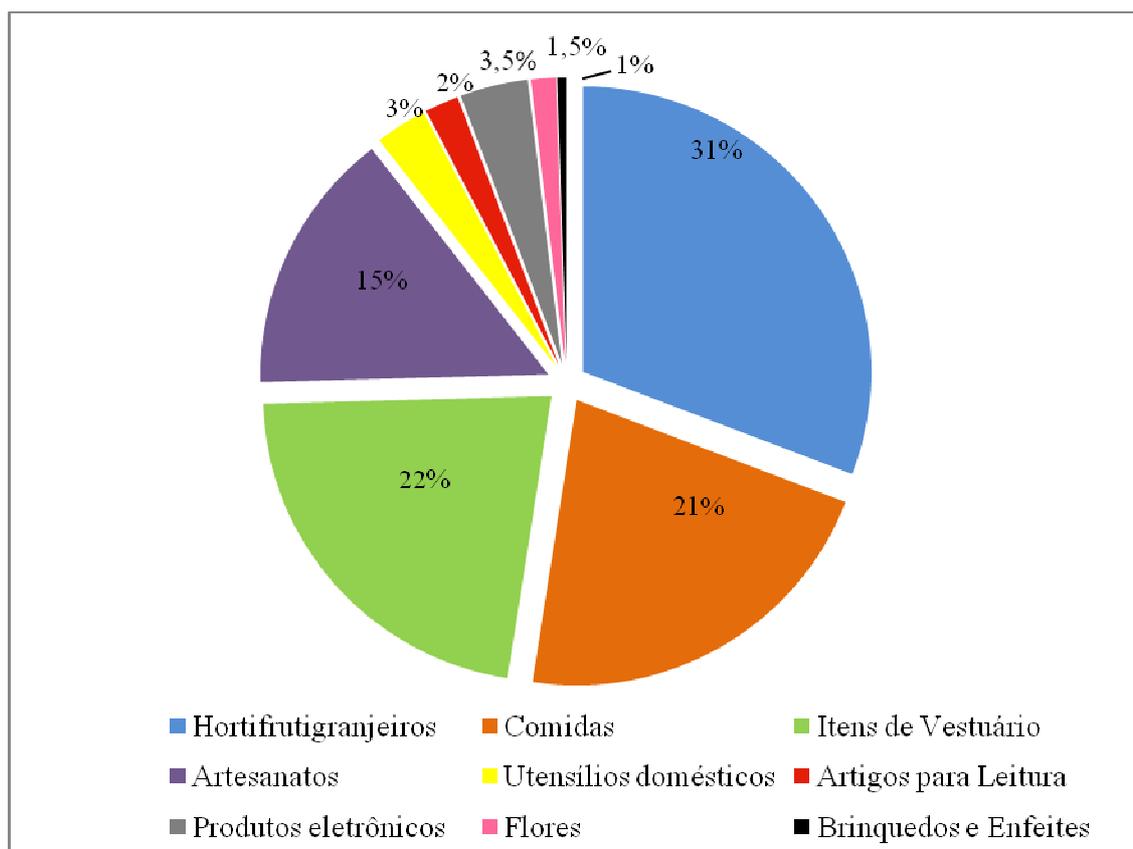
Machado (2007), o trabalho informal tornou-se não apenas uma única opção de emprego, mas, permitiu maior flexibilidade, autonomia e uma forma de “ascensão social” para os envolvidos. Nessa perspectiva, os autores afirmam que no interior da informalidade existem tanto aqueles trabalhadores que se encontram em situação precária³¹ em relação à remuneração ou às condições de trabalho, quanto os que possuem condições semelhantes aos trabalhadores do setor formal e estão na informalidade por uma escolha. Desse modo, não se pode afirmar que os trabalhadores informais no Brasil são caracterizados somente por pessoas que possuem dificuldades de se inserirem no mercado de trabalho formal, uma vez que é crescente a inserção motivada por outros objetivos (HIRATA; MACHADO, 2007).

Diante dessas novas características da informalidade brasileira, Viçosa, uma cidade universitária localizada no interior da Zona da Mata Mineira, possuía, à época da pesquisa, no seu espaço urbano cerca de 230 “estabelecimentos” informais, envolvendo diretamente e indiretamente 560 pessoas (familiares, amigos e funcionários).

Na diversidade das mercadorias comercializadas no setor foi possível encontrar desde hortifrutigranjeiros, comidas (laticínios, derivados, doces e lanches), artesanatos feitos com diferentes materiais (entalhes de madeira, crochês, bordados, pães, bolos, bolsas, colheres de pau, e outros), utensílios domésticos (panelas, enfeites e outros), itens de vestuário (roupas, calçados, bijuterias, bolsas), artigos para leitura (livros, revistas, jornais, ABC e tabuadas), produtos eletrônicos e seus artefatos (MP3, rádios, fones, CD's, DVD's) e até flores. A distribuição dessas mercadorias e suas porcentagens podem ser observadas a seguir.

³¹O Conceito de precarização do trabalho está baseado nas discussões realizadas por Hirata (2007). A autora compreende que a precarização do trabalho se refere a um conjunto de processos que estão associados à flexibilização produtiva e às mudanças institucionais que promoveram a instabilidade nas relações de trabalho.

Gráfico 1 - Mercadorias vendidas no comércio informal de Viçosa - MG



Fonte: Dados da pesquisa. Organização: Juliana Lopes Lelis (2011).

Essa diversidade de mercadorias pode, inclusive, ser encontrada em um mesmo estabelecimento informal. Tal fato foi justificado pelos comerciantes por dois motivos diferentes. O primeiro como uma possibilidade do comerciante, que já se encontra consolidado na atividade, ampliar seu comércio e conseguir mais lucros. O segundo encontrava-se relacionado à precarização dessa ocupação, uma vez que, em busca de sua sobrevivência, os comerciantes iniciavam a atividade com uma diversificação de produtos, visando alcançar de “todas as maneiras” o consumidor, conforme evidencia-se nas falas a seguir:

Comecei vendendo fruta, depois montei outra barraca de pastel e agora a minha mulher também está vendendo roupas na feira. Vi que o negócio aqui era bom, aí continuei... Tem que ampliar, né?! (Sr. Francisco, feirante da Feira Livre, 64 anos).

Tava desempregado e, por isso, resolvi fazer a feira, mas não sabia o que eu ia vender. Fui em São Paulo e comprei um pouco de tudo: roupas, bijuterias, enfeites, brinquedos para ver o que dava. Vô vê o que compensa mais!!! (Jorge, feirante da Feira Livre, 48 anos).

Nota-se que, no primeiro caso, a diversificação da mercadoria acontece num momento em que o comércio já estava consolidado, diferente da situação em que isso ainda não se deu, como no segundo caso. Na tabela a seguir pode-se observar a diversidade de mercadorias encontradas em um mesmo estabelecimento informal, em relação ao total dos estabelecimentos pesquisados.

Tabela 4 - Diversidade de mercadorias vendidas por um mesmo estabelecimento informal

MERCADORIAS	FREQUÊNCIA
Hortifrutigranjeiros, Brinquedos e Enfeites	1
Hortifrutigranjeiros e Artesanato	1
Hortifrutigranjeiros e Flores	1
Artesanato e Flores	1
Artigos para leitura e Itens de Vestuário	1
Artigos para leitura e Produtos Eletrônicos	1
Itens de vestuário e Kits para uso doméstico	1
Itens de vestuário e Brinquedos	1
Artesanato e Comida	2
Artigos para leitura e comida	2
Produtos Eletrônicos e Brinquedos	2
Itens de Vestuário e Produtos Eletrônicos	5
Itens de Vestuário e Artesanatos	7
Hortifrutigranjeiros e Comida	9
TOTAL	35

Fonte: Dados da Pesquisa. Organização: Juliana Lopes Lelis (2011).

Essa diversidade de mercadorias comercializadas, também, se expressa na variedade de perfil dos comerciantes envolvidos. Assim, com o intuito de conhecer este universo da informalidade que se apresenta, cada vez mais complexo e distinto, apresentaremos, a seguir, o perfil dos comerciantes e familiares envolvidos, de tal

forma que conseguimos identificar algumas características gerais do comércio informal de Viçosa.

5.2.1. O Perfil dos Comerciantes Informais

A informalidade viçosense tem um forte componente local e microrregional. Prova disso é o fato de 87,7% dos comerciantes informais terem se declarado naturais de Viçosa e região. Dentre esses, 52,9% eram naturais da cidade de Viçosa, 22,3% de cidades pertencentes à microrregião³² de Viçosa e 12,5% de microrregiões vizinhas (Guiricema, Tocantis e Ubá). Apesar de possuir um caráter mais microrregional, 3,5% eram naturais de cidades mineiras mais distantes (Sete Lagoas, Caxambu, Belo Horizonte, Pouso Alegre, Barbacena, Ouro Preto, entre outras) e 8,4% naturais de outros estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará e Maranhão).

Do total, 12% não era residente de Viçosa, mas sim em cidades próximas (Ubá, Teixeiras, Coimbra, Visconde do Rio Branco e São Geraldo). Esse grupo utilizava dos espaços de comércio Viçosense, principalmente das feiras, para venderem os seus produtos. Essa mobilidade é uma característica da informalidade que devido à periodicidade de sua realização e a sua facilidade de entrada, visto que não exige nível de escolaridade e experiência profissional, possibilita aos trabalhadores de outras cidades utilizarem o seu espaço.

Para 11,9% dos comerciantes que não eram naturais de Viçosa e cidades próximas, a presença de membros familiares na região influenciou na sua vinda para a cidade de Viçosa. Para esses, a presença de um familiar na cidade ajudou na adaptação, como também no alcance de um emprego, tanto no mercado formal, quanto informal.

Diante desses dados, podemos afirmar que o comércio informal viçosense se apresentou como uma opção de emprego não somente para os residentes locais, mas também para os comerciantes da região. Fato este que o coloca como uma atividade importante para a fixação da população de Viçosa e cidades vizinhas.

O mapa a seguir mostra a localização de Viçosa e as cidades pertencentes à sua microrregião.

³² Microrregião é um agrupamento de municípios limítrofes que possui a finalidade de agrupar cidades que possuem similaridades econômicas e sociais (IBGE, 2010).

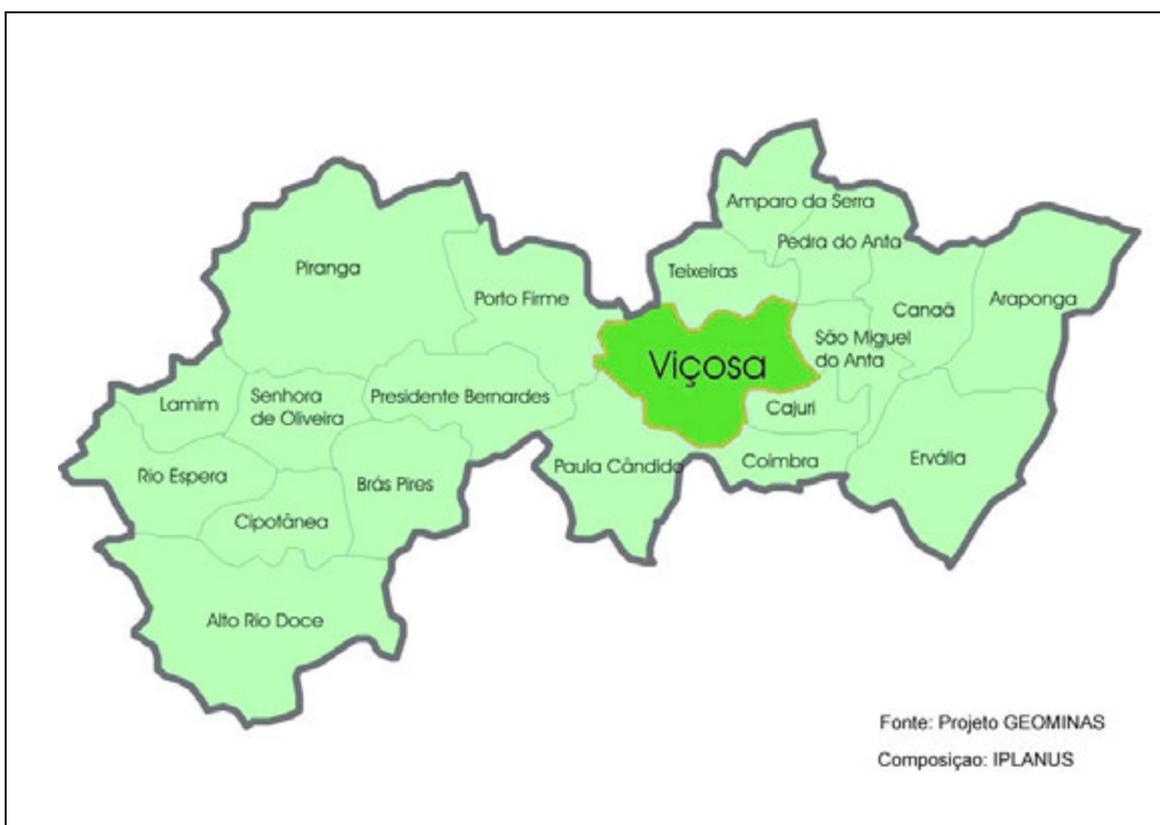


Figura 21 – Cidades pertencentes à microrregião de Viçosa (MG)

Fonte: Prefeitura Municipal de Viçosa, 2010. Disponível em: <<http://www.vicoso.mg.gov.br/>>.

O caráter local e microrregional da informalidade viçosense é reflexo tanto das mudanças ocorridas na economia brasileira e global, quanto das particularidades do seu processo de urbanização³³. De acordo com Menezes (2000), na década de 1990 com a intensificação da globalização, a formação de blocos econômicos, a fragilização do Estado-Nação, a transformação do papel das metrópoles e o reforço do papel das cidades médias resultaram na interiorização da população brasileira. Nesse contexto, as cidades de pequeno e médio porte passaram a serem vistas como uma opção para os trabalhadores. E as migrações, compreendidas como estratégias da população pela busca de melhores condições de vida.

Assim, ultimamente as tendências das migrações brasileiras se direcionaram para a interiorização do País, com predominância de "migrações de curta distância", principalmente as intrarregionais. Fato este, fortalecido pelas ações de integração dos

³³ Características da urbanização viçosense já foram apresentadas neste trabalho.

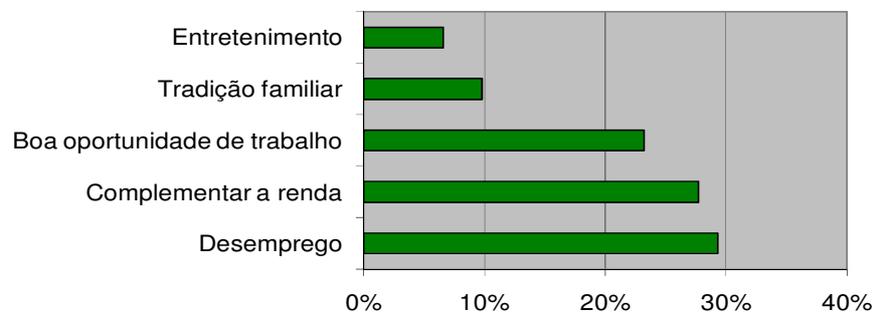
espaços, através do desenvolvimento dos transportes, das comunicações e pelas particularidades e transformações de cada localidade (MENEZES, 2000).

Localizada na Zona da Mata Mineira e integrando esse contexto mais macro escalar, Viçosa tornou-se um atrativo para muitas pessoas da região, pois frente aos municípios próximos assumiu um maior dinamismo (comercial e de serviços), caracterizando-se como um sub-centro regional. O município atrai pessoas da região e demais localidades que veem na cidade uma opção de emprego ou de melhoria das condições de vida, seja trabalhando no mercado formal ou informal. No que se refere ao comércio informal, o envolvimento de aproximadamente 560 pessoas demonstra que, para a população viçosense e região. O comércio informal assumiu um importante papel para a sobrevivência e reprodução social das famílias.

Além disso, a informalidade também se tornou um atrativo para aqueles que desejam uma maior flexibilidade de trabalho. Essa característica está associada, conforme evidencia alguns autores como Bonanno (2010), ao Pós-Fordismo. Nessa nova forma de produção e acumulação houve uma ampliação da flexibilidade de trabalho em escala global, através da mobilidade de capital, da liberdade para a comercialização e a criação de uma nova forma de produção, através da presença de várias empresas distribuídas nos territórios nacionais e internacionais (BONANNO, 2010). O trabalho passou a ser desenvolvido em diferentes escalas e formas de organização, possibilitando o trabalho por conta própria e/ou autônomo.

Essas mudanças ocorridas no “mundo do trabalho” estão, de certa forma, contemplados aos diferentes motivos que levaram as pessoas a se inserirem na informalidade. No gráfico abaixo, é possível observar as porcentagens dos motivos destacados pelos comerciantes informais de Viçosa.

Gráfico 2 – Razão pela qual os comerciantes se inseriram no comércio informal Viçosense.



Fonte: Dados da pesquisa. Organização: Juliana Lopes Lelis (2011).

Com 29,3% das respostas, o principal motivo destacado pelos comerciantes informais foi o desemprego, visto que encontraram, nessa atividade, uma única opção de trabalho. A seguir, a fala de um trabalhador informal mostra a importância da atividade para a sobrevivência familiar, como também as dificuldades desses trabalhadores de se inserirem em trabalhos que exigem um maior grau de qualificação:

Eu não tinha emprego. Eu trabalhei muitos anos empregado quando eu morava em São Paulo, mas cheguei aqui, eu não conseguia emprego. Eu estudei até 3º ano primário só, não ia arrumar emprego fácil, por isso resolvi vender artesanato para manter minha família. Ela precisa que eu trabalhe! (Pedro, camelô, 42 anos).

Esse dado está concatenado aos dados nacionais. Estes apontaram que uma considerável parcela da população brasileira possui dificuldades de inserção no mercado de trabalho, uma vez que, a cada dia, este se encontra mais concorrido e seletivo. Segundo dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010), 653 mil profissionais com experiência e qualificados tiveram dificuldades de se inserir no mercado de trabalho em 2010. Portanto, as

oportunidades de emprego no setor informal se apresentaram, tanto para aqueles trabalhadores com baixa escolaridade, pouca experiência e capacitação, quanto para os mais qualificados, como a única opção de emprego.

No que diz respeito à renda, 27,7% afirmaram a necessidade de ampliação da renda. A complementação da renda foi destacada em dois sentidos diferentes. O primeiro como reflexo da precarização do trabalho, em que o trabalhador, com dificuldades de satisfazer as necessidades básicas de sua família, encontra na atividade informal uma maneira de aumentar a sua renda. São trabalhadores que recebem até três salários mínimos. Já no segundo sentido revelado nas respostas, o comércio informal se apresentou como uma atividade que possibilita a realização de outros objetivos de vida, como ascensão social, aumento da qualificação dos membros familiares, do poder de compras, dentre outros. São comerciantes que possuem uma renda de 4 a 6 salários mínimos. Essa diferenciação pode ser observada nas falas a seguir:

Porque o salário é pouco, né! Sou aposentado, mas o dinheiro não dá para muita coisa. Tive que vim pra rua vender tabuada pra ajudar na renda de casa e comer melhor! (Sr. José, camelô, 63 anos).

Comecei, porque eu precisava estudar, sabe. O meu sonho sempre foi ser enfermeiro. Trabalho como técnico, mas meu salário não ia dá para pagar a faculdade. Aí eu comecei a vender cachorro quente e, hoje, eu posso estudar, graças a este meu serviço! (Sr. Joaquim, camelô, 65 anos).

Outros 23,2% perceberam, nesse comércio, uma boa perspectiva de trabalho, pois acreditaram que poderiam prosperar nessa forma de comércio, seja por possuírem habilidades na confecção e produção das mercadorias, como é o caso daqueles que vendiam artesanatos e hortifrutigranjeiros, seja por acreditarem que esta é uma atividade lucrativa frente às outras opções de emprego que há na cidade.

Comecei a vender frutas da época porque eu me do bem, é uma coisa que eu sei fazer. A gente tem que trabalhar com aquilo que gosta e sabe fazer porque, assim, você se sai bem! (Francisco, ambulante, 51 anos).

Vim trabalhar aqui porque o comércio desses artigos (brinquedos, bijuterias, roupas e acessórios) é uma coisa que dá bastante lucro, além da barraca estar numa boa localização. Aqui passa gente o dia todo! (Leonardo, camelô, 24 anos).

Além disso, uma parcela desses comerciantes o viu como uma boa opção de emprego por permitir o vínculo com o comércio. Esse vínculo com o comércio foi destacado por aqueles comerciantes que trabalhavam em lojas e em outras formas de comércios da cidade. Nesse grupo, encontravam-se comerciantes com situações diferenciadas. Alguns eram empregados que, ao saírem desses estabelecimentos, viram na informalidade uma facilidade para montar o seu próprio negócio. Já outros, possuíam estabelecimentos formais, mas em busca de aumentar o lucro de sua venda se inseriram também no comércio informal. A seguir, as falas evidenciaram estas situações, demonstrando a busca dos comerciantes informais por melhores condições de vida:

Eu trabalhava de empregado para o Carlos lá do Shopping Chequer. Vi que aquilo dava um dinheiro, aí comecei a juntar umas economias para comprar mercadoria e ter o meu próprio negócio. Hoje já tem dez anos que tenho o comércio. Trabalhar de empregado você trabalha muito e recebe pouco. Agora já to bem melhor! (Luiz Carlos, camelô, 29 anos).

Tenho um sacolão em Teixeiras. Vim vender aqui em Viçosa na feira para aumentar minhas vendas, né?! Falar que não tá bom em Teixeira para mim, estaria mentindo. Mas aqui é uma oportunidade de ganhar mais dinheiro (Cláudio, feirante da Feira Livre, 41 anos).

Além dos motivos já destacados, com menor frequência apareceram outras razões, como o entretenimento e distração (6,6%); tradição familiar (9,8%) e trabalhar por conta própria (3,4%).

A busca pelo trabalho por conta própria também foi destacado pelos comerciantes informais, principalmente por possibilitar a autonomia e a flexibilidade. Oliven (1984) enfatiza que o setor informal possui as suas desvantagens (variação de rendimentos, devido à falta de trabalho regular, ausência de qualquer cobertura por parte da assistência social, falta de amparo legal ou regulamentação do trabalho, etc). Mas, por outro lado, possui suas vantagens, o que atrai várias pessoas a desenvolver as suas atividades, como não exigir credenciais oficiais de educação, ter horas de trabalho flexível, permitir o trabalho por conta própria, possibilitar a ocupação de pessoas que, poderiam ter teriam dificuldades de se inserir no mercado formal (mulheres, crianças, velhos, deficientes físicos e outros), além de permitir vários empregos simultaneamente. Assim, o trabalho por conta própria era visto como uma

busca por aqueles que desejam maior liberdade no desenvolvimento de suas atividades:

Trabalhar assim é a melhor coisa, eu mesmo faço o meu horário, além de não ter chefe para me mandar. Já trabalhei empregado e tive oportunidade de continuar, mas preferi ter meu próprio negócio (Leonardo, camelô, 24 anos).

Além desses, 9,8% relataram a tradição familiar como o motivo que os influenciaram na sua entrada no comércio informal viçosense.

Sempre trabalhei com feira, veio do meu pai. Meu pai tinha 50 anos de feira, já trabalhei aqui em Viçosa e em Ponte Nova. Meu pai faleceu, e essa barraca era dele. A vida dele foi trabalhar na feira. Ele já trabalhou com legumes, e agora tem mais ou menos uns vinte anos que a gente mexe com doces (Gilberto, feirante da Feira Livre, 53 anos).

Os valores e sentimentos compartilhados pelo grupo familiar (obrigação, respeito e reciprocidade) eram importantes sentimentos que fundamentavam as relações sociais construídas nestes espaços, o que contribuiu para a reprodução da atividade. De acordo com Bourdieu (1993), no interior do ambiente familiar os sentimentos e valores familiares funcionavam como reforços para assegurar a sua existência enquanto um grupo, como o amor conjugal, amor paternal, filial e etc.

No comércio informal Viçosense, a importância da família na atividade se revelou nos percentuais de participação dos membros familiares envolvidos, em ordem decrescente pelos cônjuges (38,4%), filhos (24,2%), irmãos (13,7%) e pais (10,6%). O envolvimento da família se estendia à família mais ampliada. Em menor percentual, a pesquisa também identificou a ajuda de tios (4,3%), genro ou nora (3,8%), sobrinhos (3,2%); e primos (1,8%). Como visto, 62,6% da mão de obra familiar utilizada no comércio informal era composta pelos cônjuges e filhos, sendo que os primeiros participavam em maior número e em diferentes etapas da comercialização (preparo do produto, plantio, compra, venda e gerência); e os filhos se encontravam mais envolvidos na venda dos produtos.

A pesquisa também identificou a família nuclear como a forma de organização familiar predominante no grupo: 60% das famílias. Mesmo nesse grupo menor, representado pelo casal e filhos, a família tinha uma função econômica fundamental. Essa constatação se coloca em desacordo ao que Bruschini e Ridenti

(1994) disseram em relação à família nuclear na sociedade moderna. Para elas, a família nuclear deixou de ser uma unidade econômica”³⁴. Ao contrário disso, a pesquisa demonstrou que a organicidade, o funcionamento e a dinâmica das famílias de comerciantes informais a relacionam a uma unidade econômica. A presença marcante e a função que cônjuges e filhos cumprem na atividade informal, sustentam essa afirmação.

Além das famílias nucleares, a pesquisa revelou outros modelos de família entre os informais: 19% de famílias estendidas (presença de parentes e/ou agregados), 13% famílias com apenas um membro e 6,5% famílias monoparentais (presença apenas de um dos pais com os seus descendentes). A existência de outros tipos de família presentes na atividade demonstrou não somente o caráter dinâmico da instituição familiar, mas da própria atividade informal. E mesmo incluindo famílias com um único membro que desenvolviam a atividade, a participação de outros membros foi evidência de sua importância para o indivíduo e para o grupo familiar.

Em relação à caracterização do grupo, as famílias possuíam uma média de quatro membros por residência. Em 82% dos casos, os quatro membros eram pais e filhos. Além disso, eram compostas por 55,3% de pessoas do sexo masculino e 44,7% do sexo feminino, que possuíam idade média de 41,3 anos, com destaque para a presença dos jovens (32%). O percentual de pessoas na idade produtiva e de jovens demonstrou empiricamente que a informalidade viçosense atraía as pessoas que possuíam maiores facilidades de acesso ao mercado de trabalho formal. Entretanto, não são todos os jovens e adultos que estão aptos a sua inserção na formalidade, pois o mercado exige cada vez mais pessoas qualificadas e com experiência. Portanto, há uma diversidade de objetivos destas pessoas que se envolverem no comércio informal, uma vez que se apresentou tanto como uma escolha do indivíduo, quanto como a única opção de emprego, como pode ser observado nas falas dos camelôs Paula e Antônio.

Eu comecei a trabalhar aqui porque o comércio de venda desses artigos é uma coisa que dá bastante lucro! Compensa! (Paula, camelô, 34 anos).

³⁴ Segundo Bruschini e Ridenti (1994), o modelo nuclear de família foi consolidado no século XVIII. Para as autoras, a família deixou de ser uma unidade econômica para tornar-se um lugar de sentimentos. Nesse contexto, houve um destaque das funções socializadoras do ambiente público para o âmbito do lar, pela construção de novos laços entre pais e filhos e pela supervalorização do amor materno.

Eu tava empregado, ai eu fiquei desempregado ai... tive que dar um jeito, né?! Resolvi, vou vender cachorro quente! (Antônio, camelô, 49 anos).

O tempo médio de 11,2 anos de inserção do grupo na atividade revela que, para a maior parte, o comércio informal já faz parte do cotidiano familiar. No que se refere à renda da família, 68% sobreviviam apenas desta atividade. E para aqueles que possuíam outra ocupação (32%), o comércio informal contribuía com 53% da renda familiar. Esses dados realçaram a relação entre a família e o comércio informal, como sendo uma “via de mão dupla”. De um lado, esta se apresentou como um coletivo fundamental para a realização do comércio informal viçosense, de outro, a atividade comercial informal era uma atividade que permitia, por sua vez, a reprodução física e social desse grupo.

Menina, sou grata demais a isso aqui! Imagina só... No início eu não tinha nada. Hoje tenho duas lojas aqui no Shopping Chequer, o que dá para me sustentar e ainda ajudar a minha família (Lúcia, comerciante do Shopping Chequer, 43 anos).

Os comerciantes relataram que além da família existia o envolvimento de outras pessoas na realização da atividade, como amigos, namorados e funcionários. Outros comerciantes informais também relataram a ajuda do poder público municipal, seja através da Secretaria Municipal da Fazenda ou Secretaria Municipal de Agricultura que através da liberação dos alvarás permitiam a sua fixação no espaço urbano e, conseqüentemente, a sua realização. A presença dessas pessoas demonstrou a diversidade de pessoas e relações que estão envolvidas no cotidiano da atividade informal.

As inúmeras trocas materiais e simbólicas entre seus comerciantes, consumidores e frequentadores no dia a dia de sua atividade, transformam os espaços de comércio informal em lugares simbólicos recobertos de sentimentos, palco de diferentes representações sociais. São também os laços de amizade, parentesco ou mesmo profissional que possibilitam a reprodução dessa atividade.

Nesse contexto, por considerarem os espaços de comércio informal, espaços também de sociabilidade, 9,8% dos entrevistados relataram a busca pela diversão e distração, os motivos pelos quais se inserirem nesta atividade.

Eu tava quase aposentando e, por isso, tinha que arrumar uma coisa para fazer. Não ia conseguir ficar dentro de casa... Então antes de

aposentar, eu comecei a vender artesanato pra poder vê, comecei a gostar, gostei e continuei. Aqui, você não fica pensando besteira porque a gente encontra os amigos e também conhece mais gente (Sra. Raimunda, feirante da Feira de Artesanato, 70 anos).

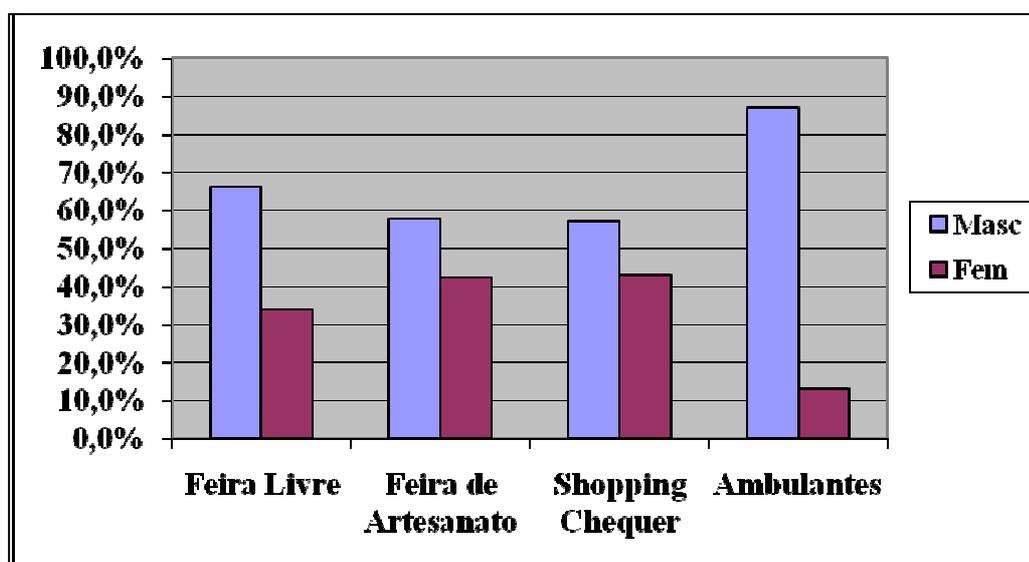
Eu perdi minha filha assassinada, o marido mandou matar, e eu fiquei assim com a cabeça muito ruim porque pra mim foi demais, aí de repente eu queria fazer alguma coisa pra preencher a cabeça, preencher o tempo e comecei. Já fazia crochê, e comecei a fazer pra vender, e deu certo, embarquei nessa! (Sra. Rosilene, feirante da Feira de Artesanato, 63 anos).

Ainda cabe ser ressaltado que alguns comerciantes alegaram mais de um motivo para a sua inserção. Alguns apontaram razões semelhantes, como: única opção de emprego e uma forma de complementar a renda da família (9%); e uma perspectiva de boa oportunidade e uma forma de distração (10%). Já outros, relataram razões díspares, como única opção de emprego e distração (13,5%), e complementar a renda e distração (15%). Tais colocações demonstraram que, no desenvolvimento destas atividades, estão relacionados concomitantemente, sentimentos de necessidades, de bem-estar e de (re)conhecimento social.

Desse modo, concordando com as colocações de Pamplona e Romeiro (2002) no artigo “Desvendando o setor informal: relatos de uma experiência brasileira”, a economia informal não é somente um eufemismo à pobreza, uma vez que pode ser tanto “espaço de sobrevivência” quanto de “ascensão social”, considerando a imensa heterogeneidade que marca o informal.

Em relação ao sexo, os comerciantes informais se caracterizaram predominantemente por pessoas do sexo masculino, visto que 66,8% eram homens e 33,2% mulheres. O percentual se revelou variado em relação aos espaços de realização da atividade informal. A presença masculina foi destaque no comércio de rua (camelôs e ambulantes), com uma porcentagem de 86,8% e na Feira Livre, onde apareceram com 66,2%. No Shopping Chequer (57,1% eram homens e 42,9% mulheres) e Feira de Artesanato (57,8% eram homens e 42,1% mulheres), a diferença entre os sexos foi mais equilibrada.

Gráfico 3 - Distribuição dos comerciantes informais de Viçosa por sexo, segundo o local de trabalho



Fonte: Dados da pesquisa. Organização: Juliana Lopes Lelis (2011).

Em relação a esse mesmo aspecto, uma pesquisa realizada também em Viçosa por Lelis e Borges (2008), referente aos anos de 2007 e 2008, destacou a presença marcante das mulheres na Feira de Artesanato, um percentual de 88%. Entretanto, os dados atuais demonstraram que a presença feminina diminuiu nesse setor, em contraposição a um acréscimo de 30,2% da participação masculina. Esses dados referentes à Feira de Artesanato revelam que os homens estão ocupando, inclusive, os espaços anteriormente com hegemonia das mulheres, seja por uma opção de emprego, seja por uma necessidade de renda.

O estado civil foi composto de 70,7% de casados, 15,4% de solteiros, 4,8% que viviam em união estável, 4,3% de separados, 2,8% de divorciados e 1,9% de viúvos. Para 51% dos casados, o comércio informal contribuiu tanto para sobrevivência física da família, quanto para “melhorar a qualidade” de vida da mesma, visto que além de uma fonte de renda, foi vista como uma boa perspectiva de emprego para aumentar o bem-estar familiar. A existência de um elo consolidado entre os membros familiares permite que a família tenha mais facilidade de aumentar a renda e, portanto, alcançar com a informalidade, melhores condições de vida.

No grupo dos divorciados e separados, a maioria (80%) via a informalidade como uma opção de manter a sobrevivência familiar, uma vez que, com o processo de separação, ocorreu uma queda no orçamento da família e, portanto, a renda ficou

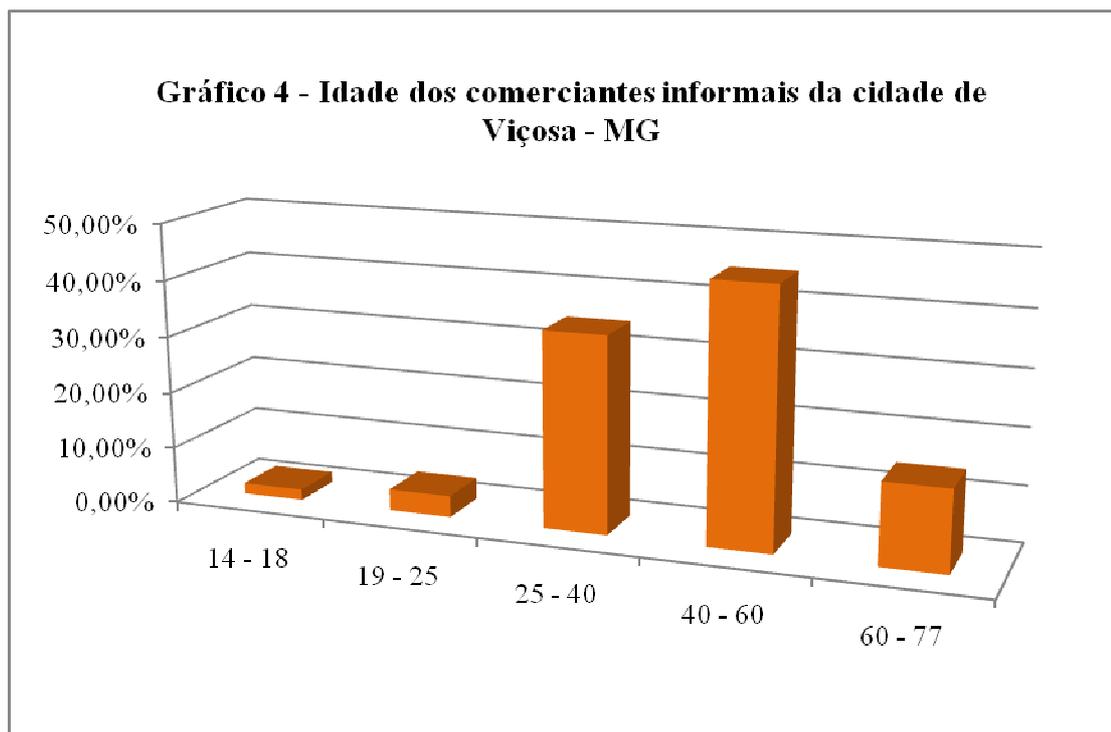
limitada à satisfação das necessidades básicas. Entre os solteiros, 31,5% observaram no comércio informal uma boa perspectiva de inserção no mercado de trabalho e 28% uma opção para contornar as altas taxas de desemprego. Esse resultado nos permitiu evidenciar a correlação entre o estado civil e as justificativas pelas quais os comerciantes se inseriram na informalidade. Ou seja, independente da faixa etária, o comércio informal foi uma opção de trabalho para a manutenção da família.

Em termos da escolaridade, 50,5% possuíam ensino fundamental incompleto, sendo que 23,1% estudaram até o 5º ano e 2,5% afirmaram ser analfabetos. A baixa escolaridade foi muitas vezes justificada pelas dificuldades de acesso à escola, uma vez que não existiam transportes escolares, a ausência de instituições de ensino nas áreas rurais, além de trabalharem para ajudar no orçamento doméstico. Por outro lado, há aqueles (20,7%) que possuíam o ensino médio completo, ensino técnico (1,9%) e ensino superior (6,7%).

Nota-se, assim, uma heterogeneidade no nível de escolaridade dos comerciantes informais, embora a maioria, 53%, possuísse uma baixa escolaridade, uma parte expressiva, 20,7% possuía uma escolaridade intermediária e 8,6% uma escolaridade alta. Os dados demonstraram que o comércio informal de Viçosa se coloca como uma opção tanto para o seguimento de baixa escolaridade, como para aqueles que possuíam uma maior escolaridade.

No grupo percebeu-se também que uma pequena parcela buscava complementar os seus estudos facilitados por melhores infraestruturas urbanas e rurais, e por incentivos de políticas educacionais, 3,4% dos comerciantes estavam cursando o ensino fundamental (1%), médio (0,5%) e superior (1,9%),

Em relação à faixa etária, a idade máxima encontrada foi de 77 anos e a mínima de 14 anos, sendo a idade média de 44,33 anos com desvio padrão de 3,4. Além disso, 82,7% se encontravam na idade produtiva (18 a 60 anos), com destaque para a faixa etária entre 25 a 60 anos.



Fonte: Dados da pesquisa. Organização: Juliana Lopes Lelis (2011).

Tais dados demonstraram que além da importância do comércio informal para a sobrevivência da população, há o dispêndio da força de trabalho para uma atividade que não é contabilizada no PIB brasileiro. Mesmo envolvendo um número considerável de empresas e trabalhadores, a economia informal brasileira é “invisível” para os dados econômicos, uma vez que não se enquadra na legislação trabalhista e empresarial. Assim, os montantes gerados por este setor são “desconhecidos” pela economia brasileira e, por isso, muitas vezes esquecidos pelas políticas públicas brasileiras.

A distribuição da faixa etária ainda demonstrou que existe um percentual de jovens (5,8%) que viam no comércio informal uma facilidade de entrada e, portanto, uma opção para o primeiro emprego. Outros comerciantes (79,8%) estavam numa idade intermediária, e se utilizavam da informalidade como única opção de emprego ou por encontrar na informalidade, flexibilidade e autonomia no desenvolvimento do trabalho. Já os 14,4% compreendidos pelos idosos, encontraram na informalidade uma maneira de complementar a aposentadoria e/ou uma forma de entretenimento.

Esses dados confirmaram a discussão apresentada por Carvalho (1989), ao relatar que a atividade informal no Brasil é exercida não somente por pessoas que, pela idade ou sexo, possuíam dificuldades de entrar no mercado formal, mas também

por parte da população que teoricamente teria mais facilidade de ingresso, como aqueles que têm idade intermediária. Assim, a realidade viçosense também apresentava essa complexidade e diversidade da economia informal brasileira.

Outra característica apontada pela informalidade de Viçosa é a sua consolidação no espaço urbano da cidade. Os comerciantes informais possuíam uma média de 12,8 anos dedicados ao comércio informal, apresentando um máximo de 50 anos e um mínimo de uma semana de trabalho. 4,3% possuía até um ano de dedicação, 24,9% de 1 a 5 anos e 10,2% mais de 30 anos. A maior parte (42,3%) encontrava-se em um tempo intermediário, ou seja, trabalhava na informalidade em um período de 10 a 30 anos. Enfim, 70,8% estão na informalidade há mais de cinco anos, o que evidencia a manutenção das unidades informais no setor comercial da cidade. Além disso, com uma porcentagem representativa daqueles que possuíam até cinco anos de dedicação, a atividade demonstrou a crescente inserção de pessoas nesse setor da economia viçosense.

Os dados apontaram a estabilidade das unidades informais, em oposição à situação apresentada pelas pequenas empresas formais. Na formalidade, 88,7% das empresas são formadas pelas microempresas e um percentual significativo dessas (40%) não passou de quatro anos de atividade (IPEA, 2010). Os motivos da instabilidade dessas microempresas são destacados pela falta de planejamento do administrador, ausência de apoios fiscais, altos custos para sua implantação e consolidação, além dos lucros baixos.

Os estabelecimentos comerciais informais de Viçosa, como já destacado, possuíam em média 12,8 anos de funcionamento. Entretanto, cada local específico de desenvolvimento da atividade informal apresentou um tempo de funcionamento diferenciado, como pode ser observado no quadro a seguir.

Tabela 5 - Tempo dedicado ao comércio informal de Viçosa (MG)

	AMBULANTES	SHOPPING CHEQUER	FEIRA DE ARTESANATO	FEIRA LIVRE
Média (anos)	12,37	10,93	9,21	14,17
Mínimo (anos)	0	1	1	0
Máximo (anos)	46	30	32	50
Moda*	7	8	2	8

*A moda é dada pelo número que apresenta maior frequência.

Fonte: Dados da pesquisa. Organização: Juliana Lopes Lelis (2011).

As maiores médias referentes aos anos dedicados à atividade comercial informal foram encontradas na Feira Livre e nos ambulantes. Do mesmo modo, nestes locais também estão os comerciantes com os menores tempos de dedicação à atividade (menos de um ano), 7,9% dos ambulantes estavam na atividade a menos que um ano. Destacaram-se como espaços consolidados, mas que ainda apresentavam muito dinamismo evidenciado, inclusive, pela possibilidade de entrada de outros comerciantes. Cabe ser ressaltado que, nos outros espaços, a média de tempo não se encontrava muito abaixo das maiores médias, demonstrando a consolidação desses espaços na cidade.

Um fator que impulsiona o crescimento e a consolidação do comércio informal viçosense é o aumento da taxa de consumo da população brasileira, principalmente das classes de renda mais baixa. De acordo com Gadbem (2010), vários fatores contribuíram para que a Classe C apresentasse um crescimento rápido e se tornasse a grande consumidora. Os principais fatores foram: o aumento da renda, as facilidades de crédito, a estabilidade macroeconômica e os programas sociais, como o bolsa família.

Ainda destacado por Gadbem (2010), os consumidores pertencentes à Classe C já somam 86,2 milhões de pessoas e detém um quarto de todo o poder de consumo. Para o autor, o aumento do poder aquisitivo das classes de renda mais baixa

favoreceu tanto a venda dos estabelecimentos formais, quanto informais. Dados de uma pesquisa realizada pelo IPEA (2010) mostraram que a venda dos estabelecimentos informais entre 2006 e 2010, passou de 49% para 53% na Classe C, e de 32% para 39% na classe E. As classes mais baixas são o público alvo dos comerciantes informais, visto que nesses estabelecimentos, encontram-se produtos mais baratos devido à ausência de impostos.

A consolidação do comércio informal na cidade foi vista também pela posse dos estabelecimentos. 96,6% dos comerciantes informais possuíam a posse do negócio³⁵ e o restante (3,4%) eram funcionários³⁶. Além disso, 62,1% sobreviviam apenas dessa atividade. Estes dados corroboram com os resultados da pesquisa sobre a economia informal urbana brasileira, publicada pelo IBGE no ano de 2003, que revelou que apenas 10% dos trabalhadores informais possuíam mais de um emprego, ou seja, 90% sobreviviam dessa atividade.

Das outras ocupações exercidas pelos comerciantes informais, as mais recorrentes foram: produtores rurais, aposentados³⁷, funcionários públicos (professores, enfermeiro, auxiliar de limpeza, auxiliar administrativo, dentre outros) e comerciantes formais. Na tabela a seguir, é possível a visualização das ocupações e suas frequências.

³⁵ A posse do negócio significa a posse dos instrumentos de trabalho, uma vez que o imóvel está localizado em espaços públicos e, portanto, não permite a posse individual.

³⁶ Os funcionários entrevistados se comportam como os chefes dos estabelecimentos, uma vez que os chefes não estão diretamente envolvidos, pois possuem outra ocupação. Desse modo, são os funcionários que administram o comércio.

³⁷ Neste trabalho, a aposentadoria foi associada à ocupação, pois permitia ao comerciante informal outra fonte de renda.

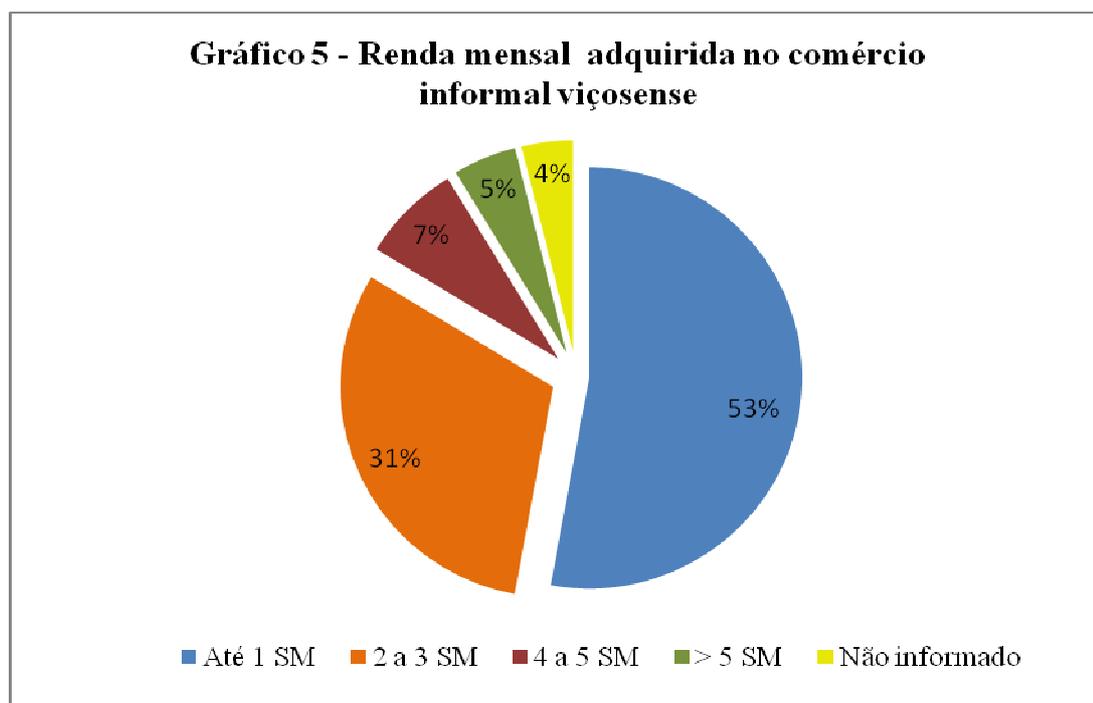
Tabela 6 - Demais ocupações exercidas pelos comerciantes informais de Viçosa (MG).

OCUPAÇÕES	Nº	%
Produtor Rural	19	22,6
Aposentado	16	19
Funcionário Público (professor e assistente administrativo)	16	19
Comerciante Formal	06	7,2
Auxiliar de Limpeza	04	4,8
Pedreiro	04	4,8
Diarista	03	3,5
Garçom	03	3,5
Sacoleira	01	1,2
Enfermeiro	01	1,2
Costureira	01	1,2
Caminhoneiro	01	1,2
Motorista	01	1,2
Músico	01	1,2
Conserta fogão	01	1,2
Cabeleleira	01	1,2
Contador	01	1,2
Técnico em Informática	01	1,2
Eletricista	01	1,2
Agrônomo	01	1,2
Pastor	01	1,2
TOTAL	84	100

Fonte: Dados da pesquisa. Organização: Juliana Lopes Lelis (2011).

Como observado acima, as outras ocupações dos comerciantes informais não estavam diretamente relacionadas a empregos precários e/ou instáveis. Num percentual significativo do grupo (19%), existiam aqueles que eram funcionários públicos, ou seja, possuíam uma segurança em relação aos salários e direitos trabalhistas, e outros que desenvolviam atividade de escolaridade superior, o que supunha uma melhor remuneração.

A renda média alcançada no desenvolvimento da atividade foi de 1,5 salários mínimos. Apesar de um pouco mais da metade (52,9%) declarar renda de até um salário mínimo encontrou-se também um percentual pequeno de trabalhadores (4,8%) que recebiam acima de cinco salários. A remuneração mínima foi de R\$ 50 (cinquenta reais) mensais e a remuneração máxima de R\$ 4.000 (quatro mil reais).



Fonte: Dados da Pesquisa. Organização: Juliana Lopes Lelis, 2011.

De acordo com Camargo (2006), atualmente, cerca de 40% da População Economicamente Ativa (PEA) brasileira é constituída por autônomos, informais e desempregados que ganham muito menos do que precisam para sobreviver. A autora afirma que essa situação social e econômica não se restringe apenas às grandes cidades, mas sim, é realidade, também, das pequenas e médias cidades que possuem certo grau de polarização na região onde estão inseridas, como foi o caso de Viçosa. Por outro lado, havia os comerciantes que possuíam uma alta remuneração, alegando que se estivessem no comércio formal não conseguiriam este montante por mês. Tal questão mostra a complexidade e contradição existente no trabalho informal.

Ainda em relação à remuneração, os comerciantes informais, principalmente, os feirantes, alegaram que uma vantagem da atividade era trabalhar com o dinheiro

líquido. E uma desvantagem, era não ter um salário fixo³⁸, lucro variável e sem direito à aposentadoria.

Observamos que 75% dos entrevistados já trabalharam com carteira assinada. Dentre estes, 34% relataram que não tinham interesse de trabalhar novamente com carteira assinada, alegando que ter um negócio próprio era mais vantajoso; outros, por estarem aposentados. Todavia, 21% declararam que voltariam a trabalhar de carteira assinada ou gostariam de possuir um vínculo empregatício, pois alcançariam mais segurança e vantagens trabalhistas, como a aposentadoria e o FGTS. Além disso, 20% dos informais que não tiveram a oportunidade de emprego com carteira assinada declararam que se tivessem a oportunidade, gostariam de ter um emprego registrado devido à estabilidade que se adquire na aposentadoria.

Com o intuito de alcançar essa seguridade após a aposentadoria, alguns trabalhadores disseram que pagavam o INSS como autônomos. Mesmo inseridos em uma atividade que é caracterizada pela instabilidade do trabalho, os comerciantes destacaram a importância de contribuir com a previdência social e posteriormente, alcançarem os direitos trabalhistas. Essa atitude também é um meio de possibilitarem a continuação na atividade com boas perspectivas para o futuro, visto que, para aqueles que preferem trabalhar como informais, o pagamento do INSS lhes permite na aposentadoria, condições semelhantes aos trabalhadores formais.

Além do desejo da aposentadoria, os comerciantes informais apontaram algumas iniciativas que lhes permitiam caminhar para a formalização da atividade ou no mínimo melhorias nas condições de trabalho, como a ampliação das estruturas das barracas, o uso das máquinas de cartões de crédito, a formação de associações e o registro dos estabelecimentos junto aos órgãos municipais responsáveis.

Enfim, diante da explanação das características gerais do perfil dos comerciantes informais podemos afirmar que há uma diversidade nas suas características. Entretanto, para facilitar a compreensão, é possível realizar uma categorização do perfil dos comerciantes informais de acordo com os produtos comercializados.

³⁸ Os funcionários são uma exceção, pois possuem um salário fixo.

5.2.1.1. O Perfil dos Comerciantes Informais segundo os Produtos Comercializados

No comércio informal viçosense, como já dito anteriormente, podemos encontrar diferentes mercadorias: hortifrutigranjeiros (31%), itens de vestuário (22%), comidas (21%), produtos eletrônicos (3,5%), utensílios domésticos (3%), artigos para leitura (2%), flores (1,5%) e brinquedos (1%). Devido à ausência de uma porcentagem representativa e de características peculiares de alguns setores do comércio informal, o perfil dos comerciantes será descrito apenas para os que vendem hortifrutigranjeiros, itens de vestuário, comidas, artesanatos e eletrônicos³⁹.

A seguir, é possível ver um quadro que sintetiza o perfil dos comerciantes das principais mercadorias comercializadas nos espaços de comércio informal de Viçosa (MG):

Quadro 2 – Perfil dos comerciantes a partir das mercadorias comercializadas

Mercadoria comercializada	Sexo predominante	Principal localização	Idade média	Escolaridade Média	Renda média
HORTIFRUTI-GRANJEIROS	79,5% (Masc)	Feira Livre	42	Ensino Fundamental completo	1 SM
COMIDA	71% (Masc)	Praça do Rosário e Feira Livre	45	Ensino Fundamental incompleto	2 SM
ITENS DE VESTUÁRIO	54% (Masc)	Shopping Chequer	44,8	Ensino médio completo	3 SM
ARTESANATO	51,5% (Masc)	Feira de Artesanato	46,5	Ensino Fundamental incompleto	1 SM

Fonte: Dados da Pesquisa. Organização: Juliana Lopes Lelis, 2011.

³⁹ Os eletrônicos apesar da baixa porcentagem apresentam características peculiares de um setor e, portanto, foi descrito.

As pessoas que vendem hortifrutigranjeiros eram conhecidas como os comerciantes mais populares do comércio informal de Viçosa, principalmente na Feira Livre. De acordo com os frequentadores e consumidores, são os que estão mais “abertos” a um papo e a uma maior aproximação com as outras pessoas.



Figura 26 – Comerciantes de hortifrutigranjeiros presentes na Feira Livre de Viçosa (MG)
Autor: Juliana Lopes Lelis, 2008.

Nos comerciantes de hortifrutigranjeiros encontramos 79,5% de homens e 20,5% de mulheres. 92% estavam concentrados na feira livre, local inicialmente criado para a sua comercialização. Possuíam, em média, 14 anos de dedicação na atividade, com um desvio padrão de 2,4. Além disso, apresentavam idade média de 42 anos, escolaridade até a 8ª série (54,6%) e 51,5% eram naturais de Viçosa.

Dentre suas características, destacava-se a presença de agricultores residentes na zona rural (60%). 40% moram na zona rural de Viçosa, 20% na zona rural de cidades vizinhas e os 40% restantes residem na área urbana. Nesse grupo, existiam tanto os produtores rurais que sobreviviam somente dessa atividade, quanto os atravessadores e demais comerciantes que desenvolviam outras atividades, utilizando o comércio informal para a complementação da renda.

Dentre este coletivo, tinham-se os produtores rurais que moravam na zona rural e comercializam o seu excedente, exclusivamente, em espaços do comércio informal; os que sobrevivem apenas desse comércio, os que comercializam também

para os estabelecimentos formais; os atravessadores que em, sua maioria (91%), eram moradores da área urbana; e os comerciantes que vendiam as mercadorias de seus estabelecimentos formais nas feiras da cidade. Nesse último, são comuns os comerciantes donos de sacolão e supermercados de Viçosa e cidades vizinhas, com destaque para aqueles oriundos de cidades da microrregião, como Teixeiras e Coimbra.

Com uma diversidade dos comerciantes informais que vendiam hortifrutigranjeiros, é preciso não tratá-los como um bloco homogêneo, procurando perceber a diversidade dos perfis ali presentes. Sobre a população de comerciantes oriundos do meio rural é preciso, como afirma Buainain (2007), relativizar esse perfil, pois cada um pode estabelecer relações e vínculos diversificados com este espaço. No grupo, o meio rural era caracterizado pela variedade de suas atividades, incluindo desde a agricultura de subsistência, até espaços altamente tecnificados.

No desenvolvimento da atividade informal, o trabalho familiar trilha posição de destaque: 76,4% possuíam mão de obra familiar e apenas 18% dos trabalhadores envolvidos no comércio não tinha, entre si, vínculos de parentesco. Tal fato pode ser associado ao envolvimento desses comerciantes com o meio rural e a pequena propriedade, pois como relatou Buainain (2007), apesar de o trabalho familiar ter sofrido várias transformações, nas pequenas propriedades rurais ainda é possível observar esse tipo de trabalho, fortalecido pela união e sentimentos coletivos do grupo familiar.

A renda mensal média alcançada com a atividade foi de um salário mínimo. 45,3% possuíam outra fonte de renda, sendo 16% aposentados. Entre os que viviam da atividade e moravam na zona rural foi observado um maior envolvimento sentimental e identitário com a mesma, seja por dependerem da atividade, por estarem a mais tempo desenvolvendo-a, por um maior contato com o meio rural e, ainda, por ser, para muitos, uma tradição familiar. Em contraposição a essa percepção de identidade, em outros segmentos, como, por exemplo, o dos atravessadores, o comércio informal foi associado a uma atividade “desgastante e desmotivadora”.

De modo geral, para os vendedores de hortifrutigranjeiros, o comércio informal era visto como um trabalho que auxiliava na sua permanência na área rural, pois além de contribuir na manutenção da família, possibilitava também a venda de

seus produtos, o que contribuiu para a renda familiar e a continuidade de sua atividade no campo.

A feira é muito importante para a minha família. Se hoje tenho o meu cultivo e uma casa para morar, agradeço a venda daqui da feira. Viver só da roça hoje é muito complicado (Rosária, feirante da Feira Livre, 33 anos).

Nesse sentido, os principais motivos alegados pelos comerciantes de hortifrutigranjeiros pela sua entrada na atividade informal foram: uma boa perspectiva de emprego (33%), uma forma de enfrentar o desemprego (26,5%), e uma maneira de ampliar a renda (25%).

Os comerciantes de comida destacaram-se pela precariedade da ocupação e condições de trabalho. A partir das observações realizadas no trabalho de campo e relatos do secretário municipal da fazenda, verificou-se que muitos dos estabelecimentos não detinham as condições básicas de higiene para a comercialização dos produtos do gênero alimentício, como espaços separados para a preparação e venda do alimento, condições ideais de armazenamento para prevenção de proliferação de bactérias, além de alguns produtores estarem expostos ao ar livre anteriormente ao consumo, dentre outros. Um representante da vigilância sanitária de Viçosa relatou a dificuldade de implantarem um controle de higiene nesses estabelecimentos, uma vez que é difícil a fiscalização. Além desses aspectos higiênicos, os comerciantes informais possuíam renda baixa (renda mensal média de dois salários mínimos) e escolaridade média destacada pela 4ª série da educação básica.



Figura 27 – Condições de trabalho dos estabelecimentos que vendiam comida
Autor: Juliana Lopes Lelis, 2010.

Os principais motivos destacados pela inserção dos comerciantes no comércio informal foram: ampliação da renda (67,8%) e situação de desemprego (32,2%). Atualmente, estavam localizados principalmente na Praça do Rosário, na Praça Silviano Brandão e na Feira livre (pastéis e caldo de cana).

Igualmente ao setor de hortifrutigranjeiro, nos itens de comida, o sexo masculino também foi predominante. 71% eram homens e 29% mulheres, apresentando uma idade média de quarenta e cinco anos. Atualmente, mesmo com um acréscimo de mulheres no mercado de trabalho, nota-se que essas estão inseridas, em sua maioria, nas atividades que são extensão do trabalho doméstico ou em atividades de apoio ao trabalho masculino.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é que 21 comerciantes de lanches possuíam outra ocupação. Este valor foi superior ao valor esperado⁴⁰. Ao mesmo

⁴⁰ O valor esperado calculado pelo SPSS corresponde a um número ideal que seria proporcional ao valor observado. Se o valor observado for maior que o valor esperado significa que apresentou uma forte tendência da característica estudada. E se for o contrário, ou seja, o valor observado for menor que o esperado, significa que a característica não alcançou um número representativo. Assim, no fato

tempo, o valor observado daqueles que dependiam somente da atividade foi menor do que o valor esperado. Esses dados demonstraram a tendência dos comerciantes do setor de comidas de utilizarem dessa atividade como um complemento da renda, pois estes estariam desenvolvendo-a concomitantemente à outra atividade.

Os comerciantes informais contavam com a ajuda de outras pessoas, 30% possuíam empregados, 40% tinham a ajuda de membros familiares e 30% a ajuda de ambos. Estas pessoas que contribuía na atividade realizam as mesmas sobre condições de acordos verbais, ou seja, não há um acordo jurídico firmado entre as partes. Os acordos verbais são efetuados a partir da relação de confiança entre os interessados, onde a palavra é a garantia dos direitos e deveres do trabalho a ser realizado. Essa situação pode ser vista na barraca de pastel da Dona Vilma.

Dona Vilma, 75 anos, vende pastel e caldo de cana na Feira Livre de Viçosa. Para garantir um melhor atendimento aos clientes, ela decidiu contratar duas ajudantes. Ao conseguir duas meninas para ajudá-la, elas firmaram o acordo por meio de uma conversa. Assim, uma ficou responsável pela fritura dos pastéis e a outra pelo recebimento do dinheiro. Estas tarefas lhes permitiam receber da patroa, cerca de dez reais por sábado, trabalhando das sete ao meio dia.

Através desse relato é possível observar dois aspectos marcantes desse comércio informal viçosense. O primeiro diz respeito à precarização das condições de trabalho evidenciada pela baixa remuneração e pelas longas jornadas de trabalho. E o outro aspecto é a existência de acordos realizados entre “patrão” e “funcionários” que são firmados através da oralidade e outros a partir do registro da carteira, de acordo com as normas jurídicas.

No grupo dos comerciantes de itens de vestuário é que se encontrava a maior porcentagem daqueles que tinha na atividade informal a exclusividade, ou seja, se dedicavam somente à atividade informal: 76,1% não possuíam outra ocupação. Esse fato pode ser explicado por alguns fatores que percebemos nesse grupo: uma melhor estruturação e consolidação nesse comércio, pois estavam localizados em um local fixo, já conhecido pela população, com uma padronização das estruturas, muito semelhantes ao comércio formal, e com um funcionamento diário. Os 23,9% que

apresentado acima, dos 21 comerciantes, 15,8 vendiam lanches. E 24 não possuíam outra atividade, sendo o valor esperado de 29,2. O que demonstrou a tendência daqueles que possuíam outra ocupação.

possuíam outra ocupação, se encontravam, principalmente, os funcionários públicos e produtores rurais. Além da existência dos que pertenciam à classe dos aposentados.



Figura 28 – Estabelecimentos informais que vendiam itens de vestuário
Autor: Juliana Lopes Lelis, 2010.

A divisão do sexo entre os comerciantes de vestuário é mais equilibrada, 54% eram homens e 46% mulheres. Possuíam uma idade média de 44,77 anos com desvio padrão de 3,9. Observamos também, uma maior escolaridade, se relacionada com os comerciantes de outras mercadorias: 32% completaram o ensino médio. Ocupavam, principalmente, uma Avenida da área central da cidade, a Avenida Marechal Castelo Branco, que se caracteriza como a principal avenida de chegada a cidade.

Os motivos mais ressaltados pela entrada no comércio informal desse grupo foram o desemprego (46,3%), a necessidade de complementação da renda (26,8%) e verem nessa atividade, uma boa perspectiva de trabalho (26,8%).

O tempo médio dedicado à atividade comercial informal dos comerciantes de vestuário foi de 13 anos e renda mensal média de três salários mínimos. Os comerciantes que recebiam uma melhor remuneração desse setor eram os que estavam localizados no Shopping Chequer, com uma renda de até seis salários mínimos.

No desenvolvimento da atividade por unidade, foi possível notar uma maior divisão das tarefas, visto que, tanto os homens, quanto as mulheres, realizavam a venda e a compra de mercadorias.

Os artesãos se concentravam, principalmente, na feira de artesanato e na feira livre. Na foto, a seguir, é possível observar alguns artesanatos que são vendidos pelos artesãos.



Figura 29 – Artesanatos vendidos na Feira Livre de Viçosa (MG)
Autor: Juliana Lopes Lelis, 2010.

Os artesãos caracterizavam-se por trabalhadores que se dedicavam ao artesanato, tanto como uma fonte de renda, quanto por um hobby. Dentre as porcentagens mais significativas, 22,5% destacaram a sua entrada neste tipo de comércio pela busca de um emprego, 22,5% em busca de ampliação da renda e 22,5% em busca de distração e entretenimento. Nesse último caso, cabe ressaltar a presença dos aposentados (80%). O equilíbrio entre as porcentagens demonstraram que o artesanato detém diferentes significados e funções para as pessoas envolvidas.

Eu comecei a fazer artesanato porque eu gosto... Porque eu tava quase aposentando e tinha que arrumar uma atividade, então antes de aposentar eu comecei a fazer pra poder vê, comecei a gostar, gostei e continuei. Ah! Não dá para aposentar e ficar parado em casa não... a gente fica doido! (Sr. Dico, feirante da Feira de Artesanato, 74 anos).

Porque assim... eu sai do meu emprego por causa dos meus filhos, ai eu senti a necessidade de fazer alguma coisa. Obter renda né?! Então... mas alguma coisa que não me ocupasse muito o tempo, ai como eu gosto de fazer artesanato, eu comecei a fazer artesanato, ai fiquei sabendo da associação... Que podia expor lá, ai não era todos os dias, aí vim e procurei a associação na época. Já estou a

quase quatro anos (Elenice, feirante da Feira de Artesanato, 36 anos).

Apesar de a maior parte ser homens (51,5%), o percentual de mulheres também é considerável (48,5%). A idade média encontrada foi de 46,5 anos e a escolaridade marcada pelo ensino fundamental. É importante ressaltar que uma porcentagem significativa desses artesãos possuía ensino superior (17%). Além disso, possuíam um tempo médio de dedicação à atividade de 9,2 anos, com desvio padrão de 1,5.

Como no setor de vestuário, o envolvimento de homens e mulheres no artesanato ocorria com divisão das tarefas entre as pessoas. Entretanto, em alguns casos, quando havia o envolvimento do homem nessa atividade, que é considerada culturalmente feminina, ocorria um sentimento de recusa ou estranhamento por parte das esposas, como pode ser observado na fala abaixo:

Ela (a esposa) não suporta que eu trabalhe com crochê em casa. Diz ela que eu tenho que arrumar um emprego fixo e fora de casa... abandonar tudo isso. Tricô e crochê é coisa de mulher... e lugar de homem não é dentro de casa. Ela não gosta que eu trabalhe nisso! (Pedro, ambulante, 42 anos).

Referente à renda, 61,2% dos comerciantes de artesanato recebia até um salário mínimo e 29% de dois a três salários mínimos e 9,6% de quatro a cinco salários mínimos. 71% não possuíam outra ocupação, dependendo totalmente dessa atividade para a manutenção familiar. Estes dados demonstraram que apesar de existir artesãos que possuíam uma renda significativa com a atividade, a maior parte tinha um baixo rendimento e eram dependentes desta atividade.

Apesar de pouco expressivo no total de mercadorias vendidas, os produtos eletrônicos possuíam características interessantes a serem destacadas. Esses produtos eram comercializados por 75% de comerciantes do sexo masculino, com idade média de 31,6 anos e escolaridade intermediária, destacada pelo ensino médio. Além disso, 100% dos comerciantes não possuíam outra ocupação e um pouco mais da metade (55%) recebia de dois a três salários mínimos. O grupo relatou que, apesar das dificuldades encontradas na realização da atividade, como a estrutura precária, longas jornadas de trabalho, estavam satisfeitos com a atividade, pois conseguiram uma ascensão social comercializando este tipo de mercadoria. Fato evidenciado na fala do Gustavo, a seguir:

Nossa menina, esse trabalho me ajudou demais. Se hoje, eu tenho alguma coisa é porque eu trabalho aqui. No início foi difícil... A barraca era pequena e quase não cabia eu e o freguês... E também eu não tinha muito dinheiro para investir. Mas, graças a Deus, eu venci! Conquistei vários fregueses, aumentei a minha barraca e hoje ganho o bastante para ter uma vida digna com a minha família (Gustavo, 44 anos, comerciante do Shopping Chequer).

De acordo com os seus relatos, eram pessoas que não possuíam empregos e, portanto, condições de manter a família. Mas, com a inserção no comércio informal, alcançaram uma estabilidade financeira para o nível de vida que desejam ter. 50% desses comerciantes se inseriram na informalidade como única opção de emprego.

Desse modo, conclui-se que o comércio informal viçosense por se caracterizar por uma variedade de mercadorias comercializadas, por um perfil diversificado de seus comerciantes e por ocupar diferentes espaços na cidade, não pode ser visto somente como uma atividade precária que se situa à margem do sistema econômico oficial, mas, também, como uma forma de emprego que vem se igualando às atividades formais da economia.

6. TERRITÓRIOS INFORMAIS: O COMÉRCIO INFORMAL E SUAS DIFERENTES FINALIDADES PARA AS FAMÍLIAS ENVOLVIDAS

Sem dúvida, sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza através do trabalho, e depois criando relações ao modificar e retrabalhar o espaço social estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico.

- MARCELO LOPES DE SOUZA-

A ocupação de parcelas do espaço urbano pelo comércio informal de Viçosa trouxe consigo uma nova dinâmica espacial, através do envolvimento de diferentes atores sociais e da construção de diversas relações sociais e culturais no seu dia a dia. A informalidade, além de abarcar diferentes atividades, possui também um universo diferenciado de seus trabalhadores que estão inseridos nos mais diversos contextos sociais e culturais, o que influencia na sociabilidade construída nesses espaços. Assim, o comércio informal é constituído por grupos com interesses particulares que possuem estratégias próprias de sobrevivência e que reagem de maneiras diferenciadas aos desafios e restrições aos desafios dessa atividade. Portanto, entender a dinâmica social construída no comércio informal de Viçosa perpassa por compreender a multiplicidade de relações que estão na sua base e como elas se desenvolvem.

Nesse contexto, a família assumiu um importante papel para a reprodução dessa atividade, uma vez que a cada dia intensifica-se a sua presença nos espaços de atividade informal. Entretanto, é importante ressaltar que as famílias não são homogêneas e, portanto, as suas estratégias de reprodução social implicam em diferentes finalidades que são internalizadas por meio de diversos tipos de conflitos, de negociações e de consensos entre os membros que as compõem (COSTA; RODRIGUES, 1995). Para Bourdieu (1993), as estratégias de reprodução têm pesos variados nas diferentes parcelas das sociedades, visto que depende da objetivação, da natureza e composição do capital a transmitir, como também dos mecanismos de reprodução disponíveis.

Considerando que as ações humanas são realizadas em um determinado espaço e com este constrói uma identificação, o território apropriado pelo grupo é um elemento fundamental para a compreensão da dinâmica das famílias. Assim, pensar a tessitura de relações e significados, e a construção dos lugares através da análise das práticas sociais, leva-nos, a pensar os espaços enquanto processos sociais (CARLOS, 2004). Portanto, a construção de diferentes estratégias pelas famílias estabelece no espaço urbano das cidades uma nova configuração espacial, com o desenho de novas relações humanas e territoriais.

Diante da mesma perspectiva, Trindade Júnior (1998) ressaltou que na busca pela compreensão da dinâmica social é importante o entendimento da dialética que se institui entre a sociedade e sua espacialidade. Para o autor, o espaço se exterioriza através das formas espaciais produzidas socialmente e dotadas de sentido que estão distribuídas no seu território. Assim, o espaço é visto, tanto como produto das relações sociais, quanto um elemento indispensável à reprodução dessas relações.

É nesse contexto que o território – um dos principais conceitos da ciência geográfica – nos será útil para a compreensão das diferentes estratégias construídas pelas famílias no dia a dia da atividade comercial informal, uma vez que permite a análise das relações construídas entre os grupos e os espaços por estes ocupados, a partir da suas nuances e especificidades.

Para Souza (2006), o território é considerado o produto da apropriação de uma dada localidade por um grupo social que nele estabelece relações políticas de controle, relações afetivas identitárias e de pertencimento. Mais que espaços concretos, os territórios são antes, relações sociais projetadas no espaço, configurando-se como espaços definidos e delimitados por relações de poder. Podem ser construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas temporais (séculos, datas, anos, meses ou dias) e ter um caráter permanente ou periódico. Assim, o mundo moderno é recoberto por inúmeros territórios contínuos ou descontínuos, permanentes ou temporários que revelam a pluralidade da vida social, sendo que cada coletivo possui sua territorialidade específica.

No que se refere às relações espaciais construídas pelo comércio informal, Cleps (2003), se referiu aos espaços originados no entorno desses pontos de “espaço bolha”. De acordo com a autora esse espaço tende a ser absorvido e incorporado pelos habitantes das cidades, pois se torna parte do cotidiano urbano. Desempenha, assim, um importante papel para seus usuários, visto que preenche certas

necessidades e cumpre diferentes funções para a sua sobrevivência. Portanto, traduz a realidade presente na cidade capitalista, onde a diversidade de mercadorias expostas revela os anseios de diferentes indivíduos e classes sociais, refletindo-se na construção de diferentes territorialidades (CLEPS, 2003).

Visto como um território mantido e reproduzido pelas relações entre pessoas e coletividades, ou seja, por sua própria territorialidade, os espaços de comércio informal extrapolam o seu caráter estritamente comercial. Entende-se que, para além de uma simples compra e venda de produtos, tem-se uma tessitura de relações que se estabelece a partir dos laços de amizade e de parentesco. Inicialmente, são espaços demarcados pelo trabalho e, posteriormente, adquirem a lógica de uma dinâmica ditada pelas relações espaciais, sociais e simbólicas compartilhada pelos atores envolvidos.

Para Haesbaert (2010), o território é, ao mesmo tempo, funcional e simbólico, pois exerce domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. Portanto, é um espaço que nos permite compreender as diferentes relações construídas pelos seus atores e, principalmente, pelas famílias.

Nesse contexto, os diversos territórios construídos pelo comércio informal viçosense refletem as diferentes finalidades e funções que esses espaços assumem na vida das famílias envolvidas e, desse modo, se faz de suma importância o seu conhecimento.

No cotidiano da atividade comercial informal, foi possível identificar a existência de três tipologias distintas de territórios, mas que a todo o tempo estavam relacionadas. São elas: o território precário: visto como única opção de trabalho, o território em ascensão: identificado como uma opção de vida, e o território tradicional como uma possibilidade do trabalho familiar. A seguir, tem-se a análise desses três territórios.

6.1. Territórios Precários: o comércio informal como única opção de trabalho

Porque eu fiquei desempregado né... tive que procurar alguma coisa para fazer, aí eu comecei a trabalhar vendendo as flores na rua (Juarez, camelô, 38 anos).

Diferentes autores como Pamplona e Romeiro (2002), Coelho (1992) e Bertolucci (1996), destacaram a informalidade como a única opção de emprego para

os trabalhadores que, por algum motivo, não conseguiram se inserir no setor formal da economia. Para Santos (1999), a atividade é considerada uma “válvula de escape”, ou seja, uma alternativa para aqueles que não conseguem um posto de trabalho na economia formal. Portanto, não é um ambiente que viabilize e estimule o empreendedorismo como uma alternativa ao emprego regular, e sim é o lugar em que, de modo precário, ocorre a reprodução da vida de parcelas crescentes da população.

Segundo Ometto (1994), a expansão do setor informal não se apresenta como uma escolha dos trabalhadores, mas sim uma alternativa de emprego por eles encontrada frente a situações de desemprego e subemprego, geradas pela crise do emprego formal, sendo a prioridade desses trabalhadores, a sobrevivência familiar.

Diante dessa discussão, a informalidade é vista como resultado das transformações ocorridas no sistema produtivo nas últimas décadas, como o processo de internacionalização da economia e o avanço tecnológico, em que muitos empregados formais foram substituídos por máquinas, por autônomos subcontratados, ou ainda admitidos informalmente por pequenas empresas ou famílias. Desse modo, é considerado um “mal necessário”, na medida em que assume a função de absorver os trabalhadores em situações de desemprego.

De maneira complementar, Costa e Rodrigues (1995) destacaram que a inserção na informalidade pelas famílias é uma das estratégias de sobrevivência encontradas por estas em um contexto de desemprego e/ou subemprego. Segundo Guimarães (2002), as estratégias de sobrevivência também denominadas de estratégias de reprodução, familiares ou de vida remetem-se às atitudes de famílias e às unidades domésticas que buscam a manutenção do grupo, tanto nos aspectos econômicos (sobrevivência física e biológica), quanto nos sociais e culturais (sobrevivência da família enquanto um grupo na sociedade). Para Theodoro (2000) é possível afirmar, então, que o trabalho informal passou a cumprir um importante papel social e econômico que é o de ocupar os trabalhadores desqualificados e que vivem em uma situação de pobreza e de desemprego.

Oliven (1984) relatou que a busca crescente das famílias pela informalidade é explicada pela facilidade de entrada, por não exigir nível de escolaridade, ter horas de trabalho flexível, permitir o trabalho por conta própria, a realização de vários empregos simultaneamente e ser uma opção de emprego para as classes de baixa renda.

Em Viçosa, esta função da informalidade assumiu uma dimensão relevante para a vida das famílias envolvidas, visto que 49% dos comerciantes informais entrevistados se incluíram nesta tipologia, pois destacaram a inserção da informalidade como uma saída do desemprego e/ou subemprego. De maneira mais detalhada, 29,3% encontrou no comércio informal a única opção de trabalho; 17,7% uma forma de complementar à renda, já que a renda familiar era pequena frente às necessidades da família, e 2%, inicialmente, apresentaram outras justificativas, como o vínculo com o comércio. No entanto, percebeu-se que a importância desse vínculo era secundária frente à necessidade financeira da família para com essa atividade. Para a construção dessa tipologia, os motivos de inserção na atividade informal foram analisados juntamente com as condições de trabalho (estrutura, salários e “legalidade”). Nesse contexto, a finalidade do comércio informal para a vida dessa parcela de comerciantes pode ser evidenciada pela história de vida de dos comerciantes, como a história do Sr. José e o Sr. Pedro, abaixo reportadas:

Sr. José, um camelô de 63 anos, vendia ABC e tabuada em uma rua central da cidade. Solteiro, ele dividia a casa com sua irmã que é dona de casa. Quando os seus pais morreram, ele se viu em uma situação financeira difícil, pois eram os mesmos que realizavam as despesas da família. Assim, com apenas a sua aposentadoria, ele buscou no comércio informal uma forma de aumentar a renda, que até o momento, era de um salário mínimo.

Sr. Pedro, um feirante de 42 anos, comercializava artesanato na praça central da cidade. Este morou alguns anos em São Paulo e ao retornar para a cidade de Viçosa, não conseguiu um emprego formal. Assim, para conseguir uma renda e manter a sua família, que era composta por ele, sua esposa e um filho, ele confeccionava e comercializava artesanatos.

Como já descrito anteriormente, o trabalhador que se insere em uma posição precária no mercado de trabalho (seja no que se refere ao rendimento, ou às condições de trabalho), o faz por meio de uma estratégia de sobrevivência, ou seja, de modo a garantir um nível mínimo de renda. Tal estratégia pode estar ligada a diferentes finalidades, entretanto, neste caso, está diretamente relacionada à pobreza, pois é justamente para evitar essa situação ou aliviá-la que os indivíduos ingressam no mercado de trabalho informal. Assim, de acordo com Carvalho (1989), a “aceitação” dos trabalhadores informais em relação às estruturas precárias é decorrente de a atividade ser a “única alternativa de subsistência”.

Os comerciantes informais incluídos nesta categoria foram caracterizados por pessoas que recebiam, em média, de dois salários mínimos, e com um percentual relevante daqueles que sobreviviam com apenas um salário mínimo, ou ainda, os que recebiam uma quantia inferior, como pode ser visto na tabela abaixo.

Tabela 7 – Renda dos Comerciantes Informais de Viçosa (MG)

RENDA	%
Menos que um Salário Mínimo	28
Um Salário Mínimo	42
Dois a Três Salários Mínimos	22
Quatro a Cinco Salários Mínimos	5
Mais que Cinco Salários Mínimos	2
Não Informaram a Renda	3
Total	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

Através da tabela, também podemos observar que uma parcela dos comerciantes que se inseriram na atividade devido à dificuldade de entrada na economia formal, alcançou uma boa remuneração. 17% recebiam acima de três salários mínimos. Com esta remuneração, os salários adquiridos no comércio informal correspondiam a 72% da renda da família, o que comprova a importância financeira dessa atividade para o grupo.

Em relação às estruturas de trabalho desse segmento, estas se caracterizaram como as estruturas mais precárias, uma vez que se comparadas às demais, apresentaram um pior revestimento (plástico, alumínio) ou ainda, em alguns locais observou-se a ausência de uma estrutura para a venda dos produtos, sendo esta realizada no chão. E mais, realizavam longas jornadas de trabalho com médias de nove a dez horas diárias nas atividades realizadas em período integral, e sete horas nos realizados periodicamente, como as feiras.

Um exemplo de estrutura de trabalho desses comerciantes ou, na verdade, a sua quase ausência, pode ser observada na figura a seguir:



Figura 30 – Condições de trabalho dos comerciantes informais
Autora: Juliana Lopes Lelis, 2011.

No que se refere às mercadorias, os comerciantes informais vendiam, principalmente, produtos eletrônicos, hortifrutigranjeiros, itens de vestuário e lanches. Segundo os cálculos estatísticos do programa SPSS, o valor esperado para os itens de vestuário era de 15,6%, entretanto este apontou uma frequência de 21%. Do mesmo modo, o valor esperado para os lanches era de 10,5% e o valor encontrado foi de 18%. Ambas as situações demonstraram a forte tendência de comercialização desses produtos pelos comerciantes que veem nessa atividade uma opção para manter a sobrevivência da família.

A porcentagem relevante de produtos hortifrutigranjeiros estava relacionada à dedicação dos comerciantes à produção agrícola. Estes viram a oportunidade de alcançar uma renda a partir do seu cultivo, seja comercializando o seu excedente ou mesmo realizando o plantio com esta finalidade. Já os lanches foram uma opção de venda devido à facilidade de preparo e também por acreditarem que era um produto que permitiria maior lucro nas ruas de Viçosa.

Dentre a diversidade de comerciantes informais e espaços ocupados, os que se enquadraram nesta tipologia são, em sua maioria, feirantes da feira livre (60%). Em menores proporções apareceram os camelôs e ambulantes (17%), os comerciantes do Shopping Chequer (15%), e os feirantes da Feira de Artesanato (8%). A Feira Livre apesar de ser um local que atraía as pessoas pela sociabilidade

promovida se revelou também como o principal espaço que acolhia os trabalhadores de baixa renda (renda de até dois salários mínimos).

Dentre os feirantes, destacaram-se aqueles que encontraram na atividade informal uma forma de complementar a renda, visto que o salário não era o bastante para manter a família. 21 % eram aposentados e 46%, produtores rurais. Assim, aliados a uma situação de vulnerabilidade social, a Feira Livre foi uma opção de trabalho, já que permitia fácil acesso, seja através da liberação do alvará pela prefeitura municipal ou mesmo a partir de uma inserção “ilegal”, uma vez que a prefeitura não possuía total controle no fluxo dos seus comerciantes. Outro fator que contribuiu para a busca desse espaço na cidade é por este ser realizado apenas aos sábados, dia em que muitos não trabalhavam ou possuíam uma jornada de trabalho reduzida, permitindo a realização de outras atividades.

Já os camelôs e comerciantes do Shopping Chequer foram caracterizados como pessoas que não possuíam outra fonte de renda e, portanto, buscaram a informalidade como única opção de emprego. Para estes, a inserção foi mais difícil que os feirantes, pois a liberação dos alvarás para ocupação das ruas centrais e do Shopping Chequer era mais restrita. As ruas centrais são objetos de controle de uma fiscalização mais rigorosa, pois, em princípio, existe uma orientação na legislação urbanística de que a circulação deve ser livre para os pedestres. Além disso, no Shopping Chequer o espaço para ocupação sempre foi limitado. Havendo o interesse do comerciante, ele deverá esperar que uma das barracas seja liberada para comprá-la ou alugá-la. Além disso, a procura pelos pontos é alta, uma vez que se encontra em ótima localização, como já descrito anteriormente neste trabalho.

Com estas características específicas, a parcela dos comerciantes informais de Viçosa que compõem esta tipologia constrói no espaço urbano da cidade um traçado peculiar através das suas relações sociais, culturais, econômicas e espaciais estabelecidas no seu dia a dia. Os territórios precários são, ao mesmo tempo, visíveis e invisíveis aos nossos olhos, estabelecendo no seu interior, uma dinâmica que contribui para a reprodução do grupo. Essa dinâmica pode ser compreendida através das redes estabelecidas entre os indivíduos e grupos, através da apropriação e organização do espaço ocupado, da atuação do poder público, dos conflitos, dentre outros. De acordo com Souza (2006), os territórios são antes, relações sociais projetadas no espaço, que espaços concretos.

6.1.1. Redes e Identidade: a territorialidade expressa no cotidiano do comércio informal

Os territórios da informalidade na cidade de Viçosa eram diversos, construídos e desconstruídos a partir das estratégias adotadas pelas famílias na manutenção dos estabelecimentos. Por não possuírem um caráter fixo e seguro, os seus territórios eram demarcados, geralmente, por uma fluidez que levavam à constituição de múltiplas e complexas territorialidades.

No interior dos territórios precários, havia aqueles comerciantes que possuíam uma estrutura fixa no espaço urbano, como o Shopping Chequer, e os que se deslocavam nas ruas centrais da cidade. Além disso, havia aqueles que existiam apenas em alguns dias da semana ou turnos do dia. Assim, em outros dias e horários da semana, esses espaços exerciam outras funcionalidades. Um exemplo desse aspecto pode ser percebido na utilização do Shopping Chequer por ambulantes no período noturno (tempo em que as lojas se encontram fechadas).



Figura 31 – Lojas do Shopping Chequer abertas durante o período diurno
Autora: Juliana Lopes Lelis (2010).



Figura 32 – Ocupação do Shopping Chequer por camelôs durante o período noturno
Autora: Juliana Lopes Lelis (2010).

Outra situação pode ser verificada nas áreas ocupadas pela Feira Livre no sábado. Durante os dias da semana, o espaço é ocupado pelos transeuntes e/ou prestadores de serviços que vão àquela região em busca dos serviços oferecidos pelo Poder Público Municipal: o consórcio intermunicipal de saúde, o colégio municipal, as secretarias de agricultura e saúde, e o Fórum, presentes naquela área da cidade.



Figura 33 – A Feira livre de Viçosa e, no mesmo espaço, prédios do poder público municipal
Autora: Juliana Lopes Lelis (2010).

Nota-se, portanto, que os territórios viçosenses assumiam temporalidades distintas, havendo aqueles que adquiriam maior importância nos finais de semana e outros que estavam presentes todos os dias da semana. Durante a semana, o território envolvia principalmente os camelôs e os comerciantes do Shopping Chequer que estabeleciam um traçado mais disperso, pois se encontravam distribuídos em diferentes localidades. Nos finais de semana, com uma presença marcante na Feira Livre (60%) e em menor proporção na Feira de Artesanato (8%), o comércio informal assumia um caráter mais aglomerado. É importante ressaltar que, mesmo no interior da Feira Livre, encontravam-se diferentes territórios, visto que as famílias assumiam diferentes estratégias e, portanto, esse espaço assumia funções e significados diversos na vida da população.

Assim, apoiados nos estudos de Souza (2006), podemos considerar que o território assume diferentes espacialidades, podendo ser uma rua, um bairro, um conjunto de países e, ainda, “flutuantes” ou “móveis”, com limites instáveis. As territorializações mais flexíveis admitem a sobreposição territorial de forma sucessiva, como nos territórios periódicos ou espaços multifuncionais.

Como abordou Raffestin (1993), para que um território seja constituído, inicialmente deve ser apropriado por um grupo que a partir de então, constrói suas próprias territorialidades. Na cidade de Viçosa, 70% dos estabelecimentos informais pertencentes ao território precário possuíam o alvará para a sua ocupação e 30% ocuparam de forma ilegal o espaço. Nesse último caso, a ilegalidade refere-se ao não reconhecimento dessa atividade pela prefeitura, uma vez que todo o comércio informal viçosense deve possuir um alvará elaborado a título precário para a utilização do espaço público. Com a porcentagem dos que detém o alvará percebe-se “gradações” ou níveis de informalidade desses comerciantes, visto que eram “menos” ilegais aqueles que não possuíam a liberação da Prefeitura. Mas, independente do aval desta, os comerciantes informais se encontravam em posição ilegal frente à legislação urbana, pois ocupavam áreas de posse pública ou particular que não detinham propriedade.

Assim, a ilegalidade neste fragmento se encontra, por muitas vezes, na ausência de alvarás que permitem a ocupação dos espaços públicos, na ocupação irregular de áreas de proteção ambiental ou dedicadas à circulação de pessoas e veículos, na ausência de pagamento de impostos, e na falta de registros dos imóveis e funcionários. Desse modo, a ilegalidade é um elemento presente na constituição dos

territórios e territorialidades desse coletivo, sendo um dos principais elementos constituintes da dinâmica territorial dessa categoria, uma vez que, por não possuírem permissão ou sendo esta de forma instável, as suas redes e relações são construídas de modo que as desvantagens de não possuírem direitos trabalhistas e imobiliários sejam reduzidas e, assim, consigam a consolidação do seu comércio.

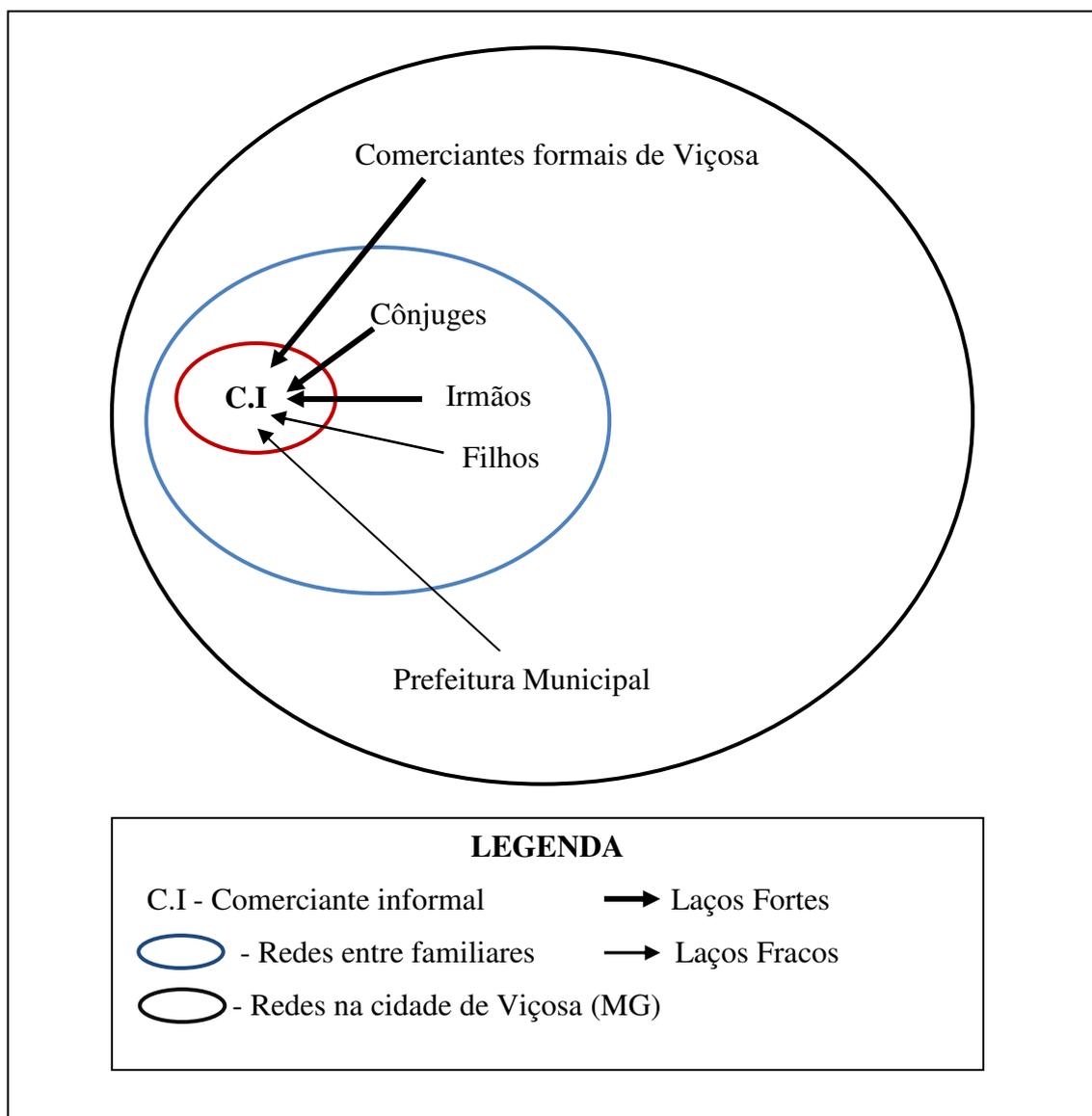
Diante, portanto, da precariedade das condições de trabalho, os comerciantes informais em busca da sobrevivência familiar estabeleciam relações com outros atores sociais. As redes sociais construídas pelos comerciantes em situações precárias se destacaram pela baixa amplitude⁴¹ e pela presença da família. 83% daqueles que possuíam ajudantes, 68% era composto pela participação de membros familiares. Durante a pesquisa, eles reconheceram a ajuda de membros familiares (68%), amigos (13%), funcionários (10%), ajudantes (4%) e da Prefeitura (5%).

Estes dados corroboram com a discussão realizada por Marques (2010), ao destacar que as redes sociais construídas pelas pessoas inseridas em uma situação de pobreza são menores, menos diversificadas e apoiadas na vizinhança. Já para a classe média e alta, o autor acredita que as relações são menos primárias e mais associadas à ambientes institucionais.

A dimensão dessas redes pode ser vista nos fluxogramas a seguir que demonstram os laços sociais construídos pelo Antônio, 46 anos, vendedor de hortifrutigranjeiro na Feira Livre e pelo Pedro, 54 anos, vendedor de itens de vestuários no Shopping Chequer, ambos comerciantes informais presentes no interior dos “territórios precários”.

⁴¹ A amplitude da rede é medida pela quantidade e extensão de nós construídos (MARQUES, 2009).

Gráfico 6 - Fluxograma das redes sociais construídas nos “Territórios Precários”

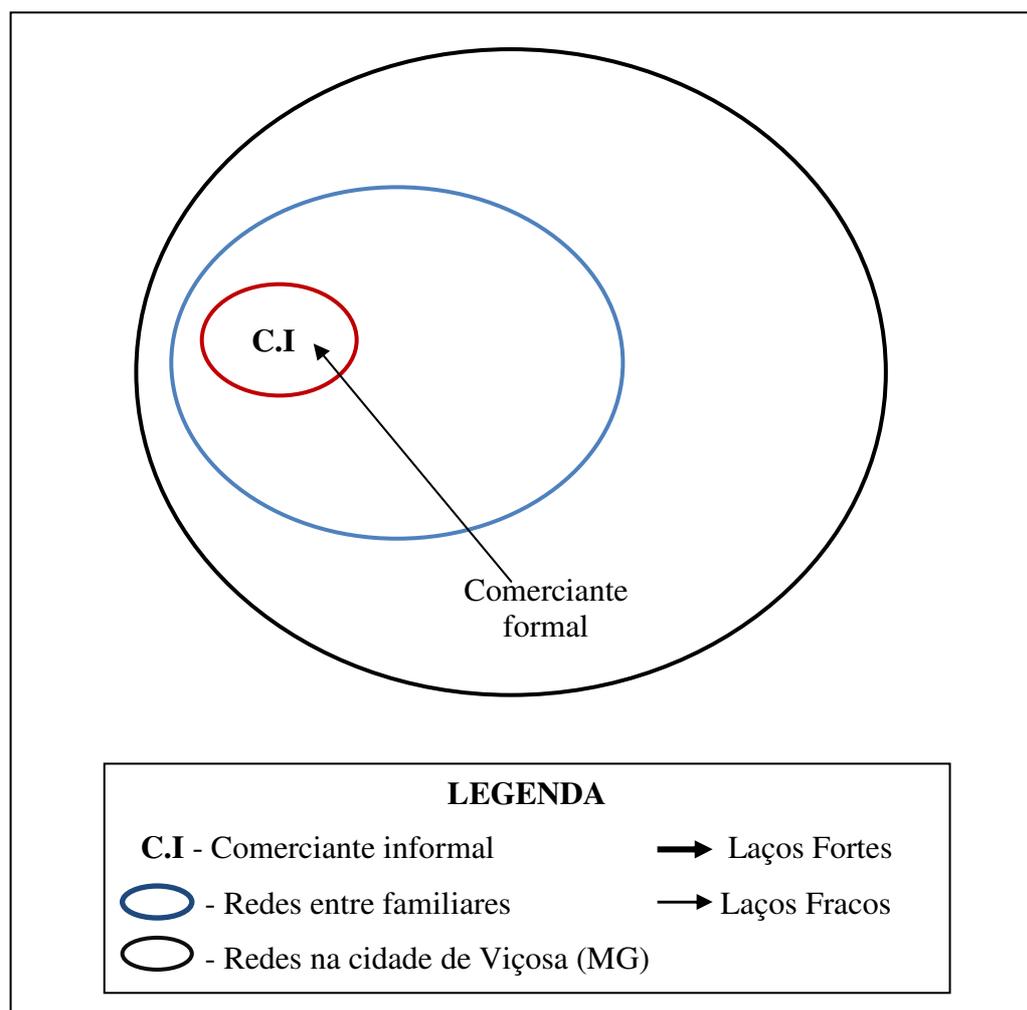


Fonte: Dados da Pesquisa. Organização: Juliana Lopes Lelis, 2011.

O Sr. Antônio, no cotidiano da atividade, possuía as suas redes sociais centradas no ambiente familiar. Principalmente, nas redes que refletiam a ajuda da esposa e irmãos. Esses laços se destacaram pela maior intensidade e frequência e, portanto, caracterizaram-se como laços fortes. Além da presença da família, ele possuía uma intensa relação com comerciantes formais da cidade, que compravam os seus produtos para a revenda. Assim, o Sr. Antônio não vendia apenas na feira, mas também para os mercados e sacolões de Viçosa. Além disso, ele possuía uma estreita relação com a Prefeitura Municipal, pois a mesma lhe disponibilizava o alvará para funcionamento.

Já no Fluxograma 7 (a seguir), observamos as redes sociais construídas por um ambulante. Diferentemente da maioria dos comerciantes informais pertencentes ao território precário, esse vendedor não possuía a ajuda de membros familiares, mas apenas de outro vendedor – que era o fornecedor de suas mercadorias. Assim, a sua rede constituía-se na participação de apenas uma pessoa, a qual possuía uma relação estritamente comercial.

Gráfico 7 – Fluxograma das redes sociais construídas nos “Territórios Precários”



Fonte: Dados da Pesquisa. Organização: Juliana Lopes Lelis, 2011.

De acordo com Cochell *et al.* (2007), uma das estratégias encontradas pelos trabalhadores e as famílias inseridas na informalidade é a formação de redes sociais. As redes contribuem para a inserção econômica e reprodução social das famílias que possuem dificuldades de se integrarem à dinâmica das atividades formais e mesmo de se manterem em espaços precários, constituindo-se em um elemento fundamental

para as relações sociais estabelecidas nesses espaços. De maneira complementar, Lopes (2008) destacou que as experiências atuais de ocupação precária por coletividades de sujeitos pobres ou que vivenciam processos sociais de exclusão nos centros urbanos brasileiros têm configurado novas redes e representações de territorialidade, que o transformam em “espaços de coexistência”.

De modo geral, as redes dos comerciantes pertencentes aos territórios precários eram formadas por quatro nós que se estabeleciam, principalmente, entre o comerciante, o cônjuge, o filho e outro parente. A extensão máxima encontrada para esse tipo de rede foi de sete nós, e o mínimo de uma pessoa.

As redes apresentaram, também, um alto índice de localismo. Segundo Marques (2009), o localismo é dado pelas redes mais próximas, seja constituída por familiares, vizinhos ou moradores da mesma cidade. 51% das pessoas que constituíam as redes pertenciam à cidade de Viçosa e moravam na mesma residência. Além disso, se tratava de redes pertencentes a um território já consolidado na cidade, uma vez que 75% dos seus comerciantes já estavam envolvidos com o comércio informal há cerca de quinze anos.

Nota-se, assim, que as redes dos comerciantes dos “territórios precários” eram constituídas, principalmente, pelos laços fortes. Para Granovetter (1973), os laços fortes são formados pela proximidade das pessoas, o que os tornam mais intensos e frequentes. No comércio informal viçosense, os laços fortes eram mais coesos e estavam limitados aos vínculos entre a família e os amigos.

Devido à presença marcante de membros familiares, a família assumia um papel fundamental na reprodução da atividade, principalmente através de seus sentimentos e regras que ultrapassavam a casa, entendendo-se, também, nas relações de trabalho. De acordo com Assunção e Ferreira (2006), a presença das famílias nas atividades informais cria uma lógica diferenciada no seu desenvolvimento através de valores e sentimentos que permeiam o ambiente familiar. Sarti (2007), no seu estudo sobre as camadas populares, apontou que as famílias pertencentes a essa classe são constituídas de um valor moral cuja ordem está centrada no princípio da reciprocidade e das obrigações. Portanto, a hierarquia nesses grupos dá-se a partir da superioridade do grupo familiar e da parentela sobre os indivíduos. O parentesco, nesse sentido, conforme aponta Lévi-Strauss (1980), não se resume apenas a uma nomenclatura, pois os indivíduos se sentem obrigados, uns em relação aos outros, a adotarem uma conduta determinada que se resume pelo respeito, dever e afeição.

Assim, muitas das relações entre familiares são explicadas pela construção de laços sociais fundamentados em sentimentos de confiança, hierarquia familiar, obrigação moral, dentre outros.

Nessa perspectiva, foi possível observar, dentre as famílias, fatos que comprovavam a presença desses sentimentos. Na Feira Livre de Viçosa, alguns membros familiares (filhos, irmãos, sobrinhos e tios), mesmo possuindo emprego fixo e tendo outras atividades a realizar estavam presentes em algum momento para ajudar a mãe, irmão, tio ou algum parente. Situações essas que podem ser observadas nas falas a seguir:

Todo o sábado que eu teria para descansar, eu venho à feira ajudar o meu tio porque ele trabalha sozinho... não é certo eu ficar em casa a toa (Paulo, feirante da Feira Livre, 30 anos).

Eu fico muito feliz de estar aqui na feira, pois posso ajudar a minha mãe, já que nos outros dias da semana eu trabalho fora e por isso fica difícil ajudá-la (Marcela, feirante da Feira Livre, 24 anos).

A participação da família acontecia em diferentes etapas da atividade: no momento da venda dos seus produtos, na sua colheita (produtos hortifrutigranjeiro), no seu feitiço (produtos artesanais) e/ou, preparo (lanches). Esta se dava ora de forma coletiva, ora através da participação de um membro. Segundo Santos (1999), o trabalho familiar é uma característica marcante da informalidade, uma vez que, de maneira geral, as relações de parentesco estão na base da atividade. Na maioria das vezes, os indivíduos não recebiam nenhum salário pelo seu trabalho, sendo o seu interesse contribuir na manutenção da sobrevivência familiar.



Figura 36 – A presença do trabalho familiar durante a venda de pastéis na Feira Livre
Autora: Juliana Lopes Lelis (2010).

Diante de uma heterogeneidade no perfil dos comerciantes e das demais pessoas envolvidas, teve-se no território precário um destaque para a família nuclear. Como reflexo das relações sociais e culturais ainda dominantes na sociedade, a divisão sexual do trabalho foi um aspecto relevante no que se refere às funções de cada membro durante a realização das atividades. Os homens dedicavam-se à venda das mercadorias, à montagem das barracas e ao transporte das mercadorias. Já as esposas, estavam presentes na preparação do alimento, na limpeza; e em menores proporções, na venda das mercadorias. Em alguns casos, ocorreu uma maior divisão das tarefas, com o homem e a mulher dividindo todo o processo de produção do alimento. De maneira geral, os filhos acompanhavam o trabalho dos pais, visto que aqueles do sexo masculino ajudavam o pai na produção, venda ou administração dos negócios; já as mulheres seguiam as mães no preparo, confecção e venda dos produtos.

Para Durhan (1997), a divisão sexual do trabalho é uma construção cultural elaborada sobre as diferenças biológicas entre os sexos, sendo os homens considerados, desde Aristóteles, seres superiores, mais divinos e ativos, e as mulheres seres passivos e levados pelas emoções e funções corporais. Para a autora, a primeira divisão do trabalho ocorre no interior de uma família, com papéis diferentes entre homens e mulheres para a procriação dos filhos. A divisão sexual do trabalho se constrói em uma tendência universal da separação da vida social entre

uma esfera pública destacada por funções masculinas e a privada, destacada por funções femininas (reprodução e cuidado com os filhos e a casa).

Ainda em relação à participação familiar, os comerciantes relataram que a presença do cônjuge e dos filhos era essencial para a existência da atividade, como pode ser observado no relato a seguir:

Se eu não tivesse ajuda do meu marido, eu não viria trabalhar não. Ele traz a mercadoria, monta a barraca e ainda me ajuda a administrar. Nem sei o que seria de mim sem ele! (Sra. Leonor, feirante da Feira Livre, 63 anos).

Além da família nuclear, as redes também se estendiam para os membros da família extensa, como: irmãos (30%), pais (22%), tios (18%), sobrinhos (14%), primos (11%) e cunhados (5%). Essas redes eram acionadas em diferentes etapas da comercialização, seja na compra de mercadorias, na preparação do alimento, na confecção dos artesanatos, na venda das mercadorias ou mesmo na administração do estabelecimento. 86% desses membros familiares não recebiam remuneração e dos 14% que recebiam uma remuneração pelo trabalho, 11% recebiam uma quantia simbólica (em média R\$ 15,00 por dia e/ou 200,00 por mês). Para Sarti (2007), não é comum a remuneração no trabalho familiar, porém quando esta ocorre, a maior remuneração é dada aos membros mais distantes do cotidiano familiar, já que quanto mais próxima, maior o sentimento de obrigação de ajudar a família. Já para os funcionários, há um salário fixo e um maior distanciamento entre a relação patrão e empregado.

Os sentimentos de aproximação e distanciamento associados à reciprocidade nas trocas podem ser compreendidos pela teoria da dádiva de Marcell Mauss. Esse antropólogo francês em sua obra “O ensaio sobre a dádiva” (1974), relatou que não ocorre uma simples troca de bens, de riquezas ou de produtos entre indivíduos e, sim, entre coletividades, o que significa um contrato mais geral entre tribos, clãs e famílias. Para ele, as relações entre os indivíduos e coletividades se constroem sobre o princípio de dar, receber e retribuir. Nas trocas, o mais importante é a construção de um laço que tem, na obrigação de retribuição, o seu princípio norteador. A retribuição ocorre através de favores, palavras ou mesmo através da construção e manutenção de um laço de amizade ou familiar.

Nesse sentido, entre membros familiares envolvidos no comércio informal, a contradádiva esperada por eles era, muitas vezes, a manutenção dos laços sociais e

simbólicos entre as famílias. Assim, não recebiam dinheiro pela ajuda, uma vez que a “recompensa” estava na possibilidade de contribuir para a reprodução do grupo. Para Mauss (1991), o princípio da dádiva se inicia na família para, posteriormente, alcançar outras pessoas. Já para os que não pertenciam à família e construía uma relação “estritamente” profissional, a contradádiva seria o recebimento do salário no final de cada mês de trabalho.

Para Radomsky (2006), as redes primárias são aquelas contatadas de forma instantânea, onde em um momento de necessidade de ajuda, a família é o primeiro coletivo a ser buscado. Entretanto, como relatou esse mesmo autor, há algumas exceções, uma vez que algumas pessoas preferem a assistência de rede externas porque acreditam que a liberdade presente no interior das famílias interfere o rendimento do trabalho.

No comércio informal viçosense, como já dito anteriormente, a ajuda familiar é o principal laço construído nas redes sociais dos territórios precários. A partir dos sentimentos de confiança, gratidão, reciprocidade e obrigação, a ajuda desse coletivo é vista como fundamental para a manutenção da atividade. Tal aspecto pode ser visto na fala do feirante Carlos, abaixo:

Quando preciso de ajuda, ou seja, to apertado, toda a família entra para ajudar! É só eu chamar que vem todo mundo! (Geraldo, feirante da Feira Livre, 56 anos).

Por outro lado, em algumas situações os comerciantes preferiam a ajuda de membros exteriores a este coletivo.

Eu prefiro trabalha com gente de “fora” (da família), porque quem é da família não quer saber de ajudar não. Funcionário tem mais responsabilidade, além da gente poder cobrar mais deles. Eu pelo menos acho isso! (Marcelo, camelô, 33 anos).

Através desse relato, podemos observar que o ambiente familiar por permitir maior liberdade entre os seus membros, é visto também como um local mais propício para a falta de compromisso, principalmente no que se refere ao ambiente de trabalho. Nesse sentido, como apontaram os estudos clássicos antropológicos de Lévi-Strauss (1974), Marcell Mauss (1974), Marshall Sahlins (2003), nas relações entre os grupos existem múltiplas racionalidades, uma vez que, ao mesmo tempo em

que se têm sentimentos de dádiva e reciprocidade, existem também interesses econômicos e relações conflituosas.

De modo geral, as opiniões sobre a participação da família durante o trabalho é divergente. Alguns a consideram como relevante e positiva para a atividade, já outros preferem a ajuda de pessoas externas a família.

É importante ressaltar que além do trabalho familiar, encontravam-se também presentes na realização das atividades informais, outras relações de trabalho, como contratação temporária e trabalho assalariado. Assim, a presença de ajudantes e funcionários era comum em alguns estabelecimentos. 17% dos comerciantes possuíam mão de obra contratada. Além da contratação, também existia a ajuda temporária de amigos, colegas e vizinhos. A fala de Carlos demonstra a participação destas pessoas:

Eu sou amigo da Carina. Como sei que ela fica apertada nos finais de semana, eu venho ajudá-la aqui na barraca. Não custa nada, não é?! (Carlos, amigo, 22 anos).

Especificadamente às atividades comerciais informais, Frúgoli Júnior (1995) destacou que os trabalhadores informais durante a realização da atividade criam com os demais atores sociais envolvidos, regras e princípios que são responsáveis pela manutenção da atividade. Na cidade de Viçosa a situação observada não ocorreu de forma diferente, uma vez que foi a partir da existência de regras e acordos estabelecidos pelos grupos que os espaços se reproduziam. Assim, pode-se afirmar que as relações de trabalho mesclavam-se em relações familiares, de amizade e de vizinhança. Regras de convivência familiar se faziam presentes no espaço de trabalho, tanto no sentido de garantir a proteção contra a aplicação impessoal das trocas econômicas, como no de exigir a manutenção do respeito à hierarquia familiar no contexto de trabalho.

No que se refere à ocupação do espaço, a ajuda de outra pessoa para aqueles que não possuíam alvará da prefeitura ou para os que desejavam trocar de ponto foi primordial, pois esses contatos lhes permitiram conhecer a dinâmica do espaço e, assim, quando surgisse a oportunidade, o comerciante já sabia como agir. Como exemplo disso, temos o caso do Sr. Paulo que no começo de sua atividade tinha ponto na Feira livre e desejava tê-lo em uma boa localização. Assim, contou com a ajuda de um amigo, que lhe informou de um espaço vago, onde iniciou as suas

vendas. Caso semelhante ocorreu com a feirante Vanessa do setor de artesanato. Ao ser indagada sobre a sua localização, ela respondeu que estava ali somente há três semanas e que tinha sido conseguido por uma amiga que possuía uma barraca ao lado. Segundo ela,

Antes de a prefeitura notar que alguém abandonou esse ponto, a minha amiga me avisou. Estou fazendo um teste, se vender muito, eu continuo. Agora, se não compensar, eu vou pará, não to perdendo nada mesmo!... (Vanessa, feirante da Feira de Artesanato, 26 anos).

Apesar de serem comerciantes, muitas vezes dos mesmos produtos, isso não os impede de manterem relações de solidariedade entre si, contribuindo para que os colegas comerciantes constituam melhores condições de comercialização. Esta ajuda extrapola as regras legais do comércio informal que se refere à liberação e divisão dos pontos apenas pelos fiscais da prefeitura. Pode-se verificar, portanto, que a organização territorial do comércio informal não era ditada apenas pelo poder público municipal, mas pelas relações construídas no cotidiano desta atividade, ou seja, por sua própria territorialidade. Para Sack (1986), a territorialidade se refere à tentativa de um indivíduo ou grupo social de influenciar, controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações, delimitando e efetivando o controle sobre uma área. Assim, se apresenta de diferentes formas, imprimindo heterogeneidade espacial, paisagística e cultural, pois é fruto das relações econômicas, políticas e culturais de um grupo.

A territorialidade neste segmento estava diluída no interior das redes sociais, ou seja, nas artimanhas que cada comerciante realizava para efetuar as suas vendas e a sobrevivência da família. Esta, portanto, pode ser identificada em diferentes momentos, como no processo de armazenamento e aquisição das mercadorias.

Por ser um território com características precárias, as formas de armazenamento das barracas eram dependentes da ajuda de outras pessoas. Alguns comerciantes necessitavam do apoio da prefeitura, armazenando as suas barracas no porão do Colégio Viçosa. Outros contavam com a colaboração de comerciantes formais que cediam um espaço em seus comércios para o armazenamento dos equipamentos de trabalho, sendo que, em troca, recebia uma quantia simbólica, como foi o caso da dona Maria. Esta comerciante pagava trinta reais por mês para o dono de uma loja da rodoviária onde guardava o tripé e suas mercadorias. Houve aqueles também que transportavam as mercadorias em carrinhos de mão, carroças e

charretes; os que se juntavam e alugavam um caminhão para transportar a mercadoria da comunidade (como foi o caso dos feirantes vindos da comunidade rural de Piúna) e os que não possuíam condições de transporte, deixando os seus equipamentos acomodados no próprio espaço público, como pode ser observado na figura a seguir.



Figura 37 – Equipamentos que são deixados no próprio local de trabalho
Autora: Juliana Lopes Lelis (2010).

A aquisição das mercadorias ocorria de forma diferenciada. Os produtos hortifrutigranjeiros eram oriundos, predominantemente, da própria produção dos comerciantes. Já em outros casos, eram mercadorias revendidas, visto que os comerciantes buscavam estas mercadorias em sítios da região, compravam a mercadoria a preços mais baratos e revendiam nas ruas centrais da cidade ou na Feira Livre. Os itens de vestuário eram comprados em cidades que fabricavam os itens em maiores quantidades, como é o caso das cidades serranas do Rio de Janeiro e, em especial, Petrópolis e Teresópolis; ou ainda em locais populares da cidade de São Paulo, como o Brás e o Bom retiro, ambos os espaços de comércio popular. Já os lanches e demais itens de comida eram de fabricação própria ou comprados nas cidades próximas de Viçosa.

Diante de condições financeiras e estruturais limitadas, os comerciantes se utilizavam de modos próprios para possuí-las. Alguns se reuniam aos comerciantes formais de Viçosa e alugavam um ônibus que os levavam até os pontos de venda,

principalmente as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo; outros, com menores condições financeiras e de deslocamento, necessitavam da ajuda de outro comerciante e da ocasião em que este vai fazer as próprias compras, para adquirir, também, as suas mercadorias. Além disso, de modo mais peculiar, alguns camelôs adquiriam os seus produtos por meio de amigos residentes em outras cidades, que compravam as mercadorias e as enviava por meio do transporte coletivo até a rodoviária municipal, onde o camelô tomava conhecimento da sua compra.

Esses conjuntos de situações corroboraram com as análises de Rodrigues (2007) sobre as atividades conexas existentes na informalidade. Para ele, a atividade do trabalhador informal não deve ser estudada de forma isolada, pois, para existir, este depende do funcionamento conjunto de atividades conexas que ao serem acionadas, umas pelas outras, compõem a trama da informalidade. Para a autora, o circuito inferior da economia é composto por algumas pessoas que estão no interior de suas redes e por outras que se encontram no seu exterior, mas que também participam de forma efetiva na sua constituição.

Durante a própria realização da atividade, os comerciantes estabeleciam uma dinâmica particular. Nas ocasiões em que os comerciantes ficavam desprovidos de mercadorias para comercialização, outros lhe ofereciam produtos para que pudessem vender (situações observadas, sobretudo, nas barracas que vendiam produtos hortifrutigranjeiros); quando o comerciante precisava se ausentar ou mesmo se estivesse com muitos fregueses, havia aqueles que "tomavam conta da barraca". Já em outros casos, nos momentos em que os comerciantes informais necessitavam do fornecimento de luz por um estabelecimento formal, como também da utilização da sua infra-estrutura para guardar as mercadorias, para utilizar o banheiro ou mesmo para aquisição de alguma mercadoria, alguns comerciantes formais contribuía com o suprimento dessas necessidades.

Contudo, a territorialidade não estava baseada apenas em relações de ajuda, mas também em conflitos. Os conflitos identificados na nossa amostragem estavam relacionados a opiniões contrárias entre os comerciantes, à ocupação ilegal dos pontos de trabalho⁴², a desentendimentos com comerciantes formais que eram contrários à presença desses comerciantes próximos aos seus estabelecimentos e, ainda, à oposição às ações da prefeitura municipal.

⁴² Nesse caso, a ocupação ilegal retrata a ocupação daqueles comerciantes que não possuem o aval da prefeitura, o alvará.

De acordo com informações apontadas pelo estudo realizado por Borges e Lelis (2008), a secretária da Casa do Empresário, órgão representante dos comerciantes formais de Viçosa, relatou que a entidade não era contrária à presença dos comerciantes informais nos espaços públicos, mas desejava que os trabalhadores informais respeitassem as regras colocadas pela Prefeitura Municipal. Principalmente, esperavam que o comércio formal não fosse prejudicado.

Essa perspectiva contraditória está presente também nas ações do poder público municipal. Os fiscais municipais contribuía com a liberação de alvarás e, em alguns momentos, fornecendo suporte à atividade através da limpeza dos espaços, de locais para armazenamento das barracas e, ainda, com a construção de uma infraestrutura para a Feira Livre. Mas, por outro lado, realizavam atitudes repreensivas, principalmente, com os camelôs e ambulantes, retirando-os das ruas centrais.

Os comerciantes informais em, sua maioria, não estavam satisfeitos com a postura da fiscalização municipal. Para eles, a mudança da feira e a redução dos camelôs nas ruas centrais trouxeram prejuízos para as famílias, uma vez que a mudança de localização acarretou em uma diminuição das vendas e num déficit no orçamento familiar.

Nesse contexto, o poder público municipal assumiu uma importância na discussão do comércio informal, pois é o ente do Estado responsável pela fiscalização dessa atividade no espaço urbano viçosense.

Na lógica do comércio informal viçosense, o poder estava diluído nas atividades da fiscalização municipal que realizam suas ações sem seguirem de fato suas regras. Na verdade, o que foi verificado foi a ausência de regras a serem seguidas, uma vez que não possuíam parâmetros no momento de fiscalização e liberação dos pontos. Assim, as estratégias familiares eram construídas de modo particular, ultrapassando os seus limites legais.

De modo geral, após a apresentação das redes construídas por estes comerciantes, o comércio informal constitui-se de um espaço que permite o reconhecimento individual e social, possibilitando a reprodução social de seus atores sociais. Nesse sentido, torna-se um lugar recoberto de sentimentos de pertencimento e gratidão, e desse modo, desenvolve-se uma identidade territorial que fornece signos e significados para aqueles que deste usufrui. Para Souza (2006), a identidade territorial é relativa, ou seja, pode ser funcional ou afetiva, visto que assume

diferentes características a partir da função e finalidade que a atividade exerce para cada coletivo.

Mesmo que não possuíam locais fixos de trabalho, os comerciantes informais de Viçosa criam laços identitários com o espaço e também com os atores sociais que estão envolvidos no seu cotidiano. A identidade nos territórios onde as famílias têm na informalidade a única opção de manter a sobrevivência da família é construída, principalmente, pelas dificuldades encontradas frente à situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, a precarização do trabalho uniu os comerciantes frente às suas necessidades.

A identificação com os espaços de comércio informal foi vista de forma diferenciada entre as famílias. Nos comerciantes do Shopping Chequer foi observado um maior isolamento no que se refere à relação com os outros comerciantes e na feira livre uma maior aproximação e relação entre os feirantes. Entre os ambulantes, notou-se tanto relações mais individuais, quanto coletivas.

Mesmo em condições precárias, 66% dos comerciantes que sobreviviam desta atividade se diziam satisfeitos com o trabalho. Esta satisfação foi apresentada em dois sentidos: no primeiro deles, os comerciantes disseram estar satisfeitos, pois a atividade possibilitava a sobrevivência da sua família; e, no segundo, os comerciantes afirmaram que, mesmo realizando o trabalho em condições precárias, sentiam-se felizes no comércio informal, pois este permitia o entretenimento, através do contato com a família, amigos e a população de um modo geral. Por outro lado, este segmento relatou o preconceito que muitas pessoas sentiam com a atividade, e também, com a mercadoria comercializada, principalmente aquelas vendidas pelos ambulantes e camelôs.

Nesse sentido, é possível afirmar que o estabelecimento e manutenção do território precário ocorrem, em grande medida, devido à amizade construída nos espaços de comércio informal e aos vínculos familiares que "institucionalizaram" os sentimentos de obrigação e pertencimento ao coletivo da família. Portanto, constitui-se de um lugar simbólico recoberto de sentimentos que refletem as necessidades do seu coletivo, e, assim, palco de diferentes representações sociais, o que propicia a reprodução social das famílias dos envolvidos. Desse modo, o comércio informal viçosense não funcionava apenas como um espaço comercial, mas um lugar de reprodução social da família.

Contudo, não são todas as famílias inseridas na informalidade que a veem como única fonte de renda, pois como relatou Hirata e Machado (2007), se os trabalhadores do setor informal tivessem nessa atividade uma estratégia de sobrevivência, não haveria tanta controvérsia acerca da definição de informalidade. Por isso, é importante considerarmos a sua heterogeneidade e especificidades. É, pois, buscando compor essa diversidade de situação que apresentaremos, no próximo tópico, a dinâmica construída pelas famílias que veem a informalidade como uma boa opção de emprego.

6.2. Territórios em Ascensão: o comércio informal como uma opção de trabalho

No começo, eu trabalhava de empregado. Fui chamado para ajudar um colega meu e vi que era um negócio bom, aí ele se mudou daqui e eu continuei (Rodrigo, camelô, 27 anos).

Trabalhava como funcionário da Prefeitura, ganhava razoavelmente, mas sempre quis ter meu próprio negócio. Por isso larguei mão de tudo e montei essa loja aqui. Sinto falta da seguridade, mas o meu lucro é bom. Se precisasse, eu faria tudo de novo! (Sueli, comerciante do Shopping Chequer, 47 anos).

Estudos recentes sobre a informalidade no Brasil apontaram que os espaços de atividade informal – principalmente o comércio – estão sofrendo transformações no perfil de seus trabalhadores e nas condições de trabalho, sendo, muitas vezes, uma opção de emprego para muitos trabalhadores, e não somente a única alternativa de trabalho. Assim, hoje, a informalidade não é considerada apenas como um conjunto de atividades de sobrevivência desempenhadas por pessoas destituídas de qualificação e que se situam às margens da sociedade, pois apresentam novas tendências.

Para Kon (1995), a existência de um intenso dinamismo no interior dessas atividades não reguladas é observada tanto em países menos desenvolvidos, quanto nas economias mais avançadas. Como reflexo de um novo panorama econômico, as atividades informais passaram a ser geradoras de renda, muitas vezes, apresentando um nível de renda superior às atividades formais. Como abordado por Camargo (2006), a economia informal vem, de forma gradual, aumentando a sua influência na economia formal, sendo vista pelos pesquisadores não mais como atividades

precárias e distantes da vida de todos, mas sim como uma atividade presente no cotidiano das pessoas e que abrange uma diversidade de atividades.

A cidade de Viçosa também manifesta essas novas tendências do comércio informal brasileiro. Durante a pesquisa, foi possível observar uma heterogeneidade no perfil de seus trabalhadores, nas condições de trabalho e nas finalidades que a atividade exercia para cada um de seus envolvidos. Assim, além dos 49% de comerciantes que dependiam da atividade para enfrentar situações de emprego e/ou desemprego, havia 34,6% que optaram por este tipo de trabalho, acreditando que o mesmo lhes possibilitaria melhores condições de vida.

Destacaram-se por comerciantes donos de estabelecimento do Shopping Chequer (Marcos Moda, Cândido Modas, Rosa fashion, Princesinha, dentre outros), feirantes da Feira Livre (principalmente produtores rurais, pasteleiros e donos de sacolões e mercados na cidade de Viçosa ou cidades vizinhas), artesãos da Feira de Artesanato que possuíam outra ocupação e, em menor proporção, camelôs que vendiam frutas, artigos eletrônicos e brinquedos.

Nessa perspectiva, 23,5% dos comerciantes informais salientaram que se inseriram nesta forma de comércio por considerá-lo uma boa opção de trabalho, seja por possuírem habilidades na confecção e produção das mercadorias ou por acreditarem que seria uma atividade mais lucrativa que as outras opções de emprego existentes na cidade. 7,7% já possuíam um vínculo anterior com o comércio atuando como funcionários ou proprietários e, assim, desejavam se manter na atividade e, por isso, o comércio informal foi considerado uma opção interessante de emprego. Além disso, 3,4% o viram como a possibilidade de possuir o seu próprio negócio. Dentre esses diferentes motivos de inserção ressaltados pelos comerciantes, esta tipologia se apresentou como uma forte tendência para aqueles que veem nos espaços de comércio informal, um lugar que permite uma boa comercialização de suas mercadorias.

Assim, para as famílias, essa atividade era de suma importância, uma vez que permitia a ampliação da renda, o desenvolvimento de trabalhos prazerosos e, ainda, a administração do próprio negócio. Apesar de alguns terem destacado o desejo de possuir uma maior seguridade nas relações de trabalho, eles afirmaram estarem satisfeitos com a ocupação. A finalidade que esta atividade exercia para as famílias envolvidas pode ser vista na história de vida de dois comerciantes, o Sr. Francisco e Raimundo, a seguir:

Sr. Francisco, desde criança trabalhava com os seus pais na roça. Quando cresceu ele comprou um terreno e iniciou a sua própria produção. Com o tempo, além de plantar para manter a família, ele decidiu vender frutas nas feiras e ruas das cidades próximas a João Monlevade (cidade que era residente). Essa decisão foi tomada, visto que ele sempre almejou ter o seu próprio negócio, além de desejar uma maior flexibilidade no trabalho. Assim, ele passou a vender as frutas na sua cidade e cidades próximas, e posteriormente para regiões mais distantes, como Viçosa. Hoje, casado, ele tem ajuda da família para administrar a sua propriedade rural, que é o único meio de sobrevivência do grupo, se dizendo satisfeito com a sua opção de trabalho.

Raimundo após cinco anos de trabalho na loja do seu irmão, que se localizava no Shopping Chequer, resolveu ter o seu próprio estabelecimento. Assim, quando surgiu um ponto vago nesta mesma localidade, ele abriu a sua loja. Para ele, o desejo de trabalhar no Shopping Chequer veio da prosperidade que o irmão adquiriu vendendo itens de vestuário. Além disso, ele já conhecia a dinâmica do local e as funções de um comerciante, o que contribuiu para o início da profissão. Atualmente, é dono de uma das lojas com maior lucratividade do comércio informal viçosense, possuindo uma renda mensal de sete salários mínimos.

Segundo Machado, Penido e Oliveira (2005), a justificativa para essa diversidade no universo da economia informal é dada pela busca dos trabalhadores por jornadas de trabalho flexíveis, controle de seu próprio negócio e, ainda, pela facilidade de ingresso. Para os autores, a informalidade saiu da posição em que era considerada como um local de abrigo aos desempregados, para ser qualificada como “núcleos dinâmicos e criativos”, uma alternativa às relações capitalistas contemporâneas.

Neste fragmento do comércio informal viçosense, a renda alcançada com a atividade era, em média, de quatro salários mínimos, apresentando uma renda mínima de dois salários e a renda máxima de nove salários. O “território em ascensão” destacou pela tipologia que possuía maior renda média (quatro salários mínimos). Isso pode ser explicado por representar uma boa opção de emprego para os comerciantes que buscaram a atividade informal, sendo que de fato, no momento em que estes entraram no comércio informal alcançaram melhores condições de vida. Nesse contexto, é interessante destacar a história de vida da feirante Ângela de 54 anos.

Ângela vendia pastéis na feira. Ela é natural da cidade de São Paulo e já trabalhava em feiras nessa cidade. Quando se mudou para Viçosa, com o intuito de ficar próxima de seu filho que já morava na cidade, ela montou uma barraca de pastel na feira. Trabalhou na barraca cerca de vinte anos, tendo finalizado com o trabalho por alegar que estava cansada daquela rotina. Hoje, o seu filho assumiu o comércio, sendo o lucro alcançado na atividade apenas para a satisfação dele; e ela dedica-se aos afazeres da casa, vivendo financeiramente do dinheiro alcançado na feira.

A partir desse relato, é possível aferir que o comércio informal viçosense não se destacou apenas como uma boa opção de trabalho para aqueles que realizavam a atividade, mas permitia também, melhores condições de vida para os trabalhadores que depois de dedicarem anos de suas vidas ao trabalho informal resolviam parar com a atividade. Assim, apesar de não garantir a aposentadoria, aqueles comerciantes que conseguiram prosperar na atividade, colhem na idade adulta e/ou velhice, os frutos deste trabalho realizado.

Os comerciantes que recebiam a maior renda estavam distribuídos no Shopping Chequer e na Feira Livre. Já os que detinham uma renda aproximada de dois salários mínimos se encontravam na Feira de Artesanato. Nesses espaços, era possível observar desde “estabelecimentos” precários, até aqueles que tinham uma estrutura e uma dinâmica semelhante aos comércios formais. A seguir, uma foto que evidencia esta semelhança.



Figura 38 – Estabelecimentos comerciais informais semelhantes aos comércios formais
Autora: Juliana Lopes Lelis, 2010.

Segundo Hirata e Machado (2007), em alguns espaços de comércio informal, os seus estabelecimentos são semelhantes aos comércios formais, visto que possuem similaridades na comercialização de mercadorias e condições de trabalho. Para Santos (1999), muitas vezes, a economia informal e a economia formal não são excludentes e sim complementares.

Outros aspectos que aproximaram esta tipologia da economia formal foram as melhores condições de trabalho se comparados aos demais. Evidência disso esteve presente na estrutura das barracas, pelo uso mais frequente de equipamentos que facilitavam a venda (máquinas de cartão de crédito) e o transporte das mercadorias, e também, pela utilização de mão de obra contratada. A presença de funcionários é um aspecto que possibilitava melhores condições de trabalho, pois supre algumas necessidades do estabelecimento, muitas vezes, impossibilitadas de serem realizadas pelos membros familiares. Nas fotos abaixo, é possível observar as condições de trabalho de um feirante que vende pastéis na Feira Livre.



Figura 39 – Equipamentos utilizados pelo feirante na fabricação dos pastéis
Autora: Juliana Lopes Lelis, 2011.



Figura 40 – Condições higiênicas na fabricação dos pastéis
Autora: Juliana Lopes Lelis, 2010.

Com uma diversidade nas condições de trabalho, o comércio informal se apresenta ora próximo a economia formal, ora distante da mesma, principalmente quando são atividades marcadas pela ilegalidade, seja pela ausência de um registro jurídico do seu comércio, dos seus trabalhadores e das mercadorias, quanto da ocupação irregular dos espaços públicos e áreas de preservação ambiental. Nesse sentido, é possível afirmar que os comerciantes informais atuam como “legais” ou “ilegais”, muitas vezes, de acordo com a sua necessidade e/ou conveniência. Muitos, realmente, não possuíam condições para investirem em um “negócio” formal, sendo o comércio informal a sua única opção de trabalho; já outros, buscavam a informalidade com o intuito de burlarem a legislação trabalhista, como o não pagamento de impostos, aluguéis e funcionários nas devidas exigências legais, de modo a alcançarem maiores lucros.

Destaca-se, assim, uma heterogeneidade no mundo da informalidade, pois existem tanto os comerciantes que se encontram na divisa entre os comércios formais e informais, como pode ser observado nas barracas do Marcos Moda; quanto aqueles que se situam na metade do caminho, uma vez que possuem melhores condições de trabalho, mas ainda não possui capital econômico e político que se assemelhe a formalidade; e, ainda, aqueles que se encontram na base da pirâmide, formada pelos comerciantes que desenvolvem as suas atividades em precárias condições de trabalho, recebendo o mínimo para a sua sobrevivência.

Em relação às mercadorias vendidas, os itens de hortifrutigranjeiros (48%) e vestuário (29%) se destacaram como os mais comercializados, além de apresentar maior tendência, ou seja, os produtos que permanecerão como os mais vendidos. A justificativa pela forte tendência na comercialização desses produtos foi relatada como resultado da prosperidade alcançada pelos comerciantes que as vendem, além de serem alvos de uma intensa demanda por parte da população que frequentava os espaços de comércio informal.

Apesar de não apresentarem um valor significativo, os artesanatos e os lanches também compunham o conjunto dos produtos eram vendidos por este segmento da informalidade. Os artesãos, por terem habilidades com a confecção dos produtos e também por sentirem satisfação em produzi-los, encontraram na venda dessa mercadoria um comércio estimulador à sua atividade.

Eu comecei a fazer o artesanato por gostar mesmo, daí comecei a vender algumas peças. Depois me falaram da feira e que não era difícil eu conseguir trabalhar nela. Aí eu conversei com o presidente da Associação e passei a vender. A melhor coisa que eu fiz! (Arlete, feirante da Feira de Artesanato, 38 anos).

A venda de pastel e caldo de cana aqui na feira dá muito dinheiro. Vendo uns dois mil reais por sábado. Comecei trabalhando em sociedade com o meu irmão e já tem mais de dez anos que eu trabalho sozinho. Estou criando a minha família e por isso, eu estou muito feliz (Paulo, feirante da Feira Livre, 40 anos).

Eu vendo artesanato por gostar mesmo. É uma terapia pra mim! Eu esqueço de tudo! Além de ser muito gratificante você ver as pessoas gostando e comprando o produto que você mesmo fez (Maria, feirante da Feira de Artesanato, 51 anos).

A diversificação das mercadorias demonstra a heterogeneidade do comércio informal viçosense. Algumas mercadorias – como os itens de vestuários e hortifrutigranjeiros – se apresentaram como uma opção de venda tanto para aqueles comerciantes em situações precárias, quanto para os que possuíam melhores condições de trabalho. Isso nos permite afirmar que não são todos os tipos de mercadorias que possibilitam a caracterização de um perfil específico desses comerciantes, ocorrendo uma distribuição variada dos produtos dentre os territórios.

Como relatou Kon (1995), a economia informal é um componente integrante do conjunto das economias e não apenas um apêndice marginal. De forma oposta às abordagens mais tradicionais, a informalidade revela tendências de intensificar sua

relação com as economias altamente institucionalizadas. No que se refere ao comércio informal de Viçosa, a territorialidade construída pelos comerciantes inseridos nessa tipologia demonstram as novas funções que a informalidade vem alcançando na vida população – conforme passaremos a analisar no próximo tópico.

6.2.1. Tendência e Consolidação no Espaço Urbano Viçosense: as territorialidades construídas pelos territórios em ascensão

Segundo Haesbaert (2005), alguns autores reduzem a territorialidade à “dimensão simbólico-cultural do território”, entretanto, este pode possuir diferentes dimensões, sendo em alguns casos, pode ser mais funcional do que simbólico. A funcionalidade do território foi observada nesta tipologia do comércio informal (territórios em ascensão), uma vez que as relações construídas pelos comerciantes pertencentes a este segmento foi caracterizada por relações mais mercantis e individualizadas, visando à finalidade de alcançar um maior lucro nas suas vendas. Assim, os laços e sentimentos que poderiam emergir durante a realização da atividade foram minimizados, muitas vezes, na relação de compra e venda das mercadorias.

A apropriação do seu espaço, primeiro elemento para a construção de territórios, ocorreu de forma diferenciada entre os comerciantes: 37% dos estabelecimentos foram ocupados por meio da compra ou aluguel de imóveis vagos, 29% foram liberados pelos fiscais da prefeitura, 18% por meio das associações e uma pequena parcela (16%) por meio de ocupação ilegal. Diferentemente dos comerciantes pertencentes aos “Territórios Precários”, os comerciantes dos “Territórios em Ascensão” demonstraram uma diferenciação de estratégia espacial, visto que não possuíam a ocupação ilegal (sem liberação da prefeitura) como um caráter que determinava a sua fixação no espaço urbano. Apesar de a ilegalidade estar presente nesse substrato, muitos demonstraram o interesse pelo cumprimento de alguns aspectos legais. Nesse caso, tem-se o pagamento do INSS pelos comerciantes informais como autônomos, a tentativa de legalização dos estabelecimentos, o uso de máquinas de cartões de crédito e o registro de funcionários. De acordo com Hirata e Machado (2007) são muitos os trabalhadores informais que optam por trabalhar na informalidade e pagam como autônomos o INSS, buscando no futuro, os benefícios da aposentadoria.

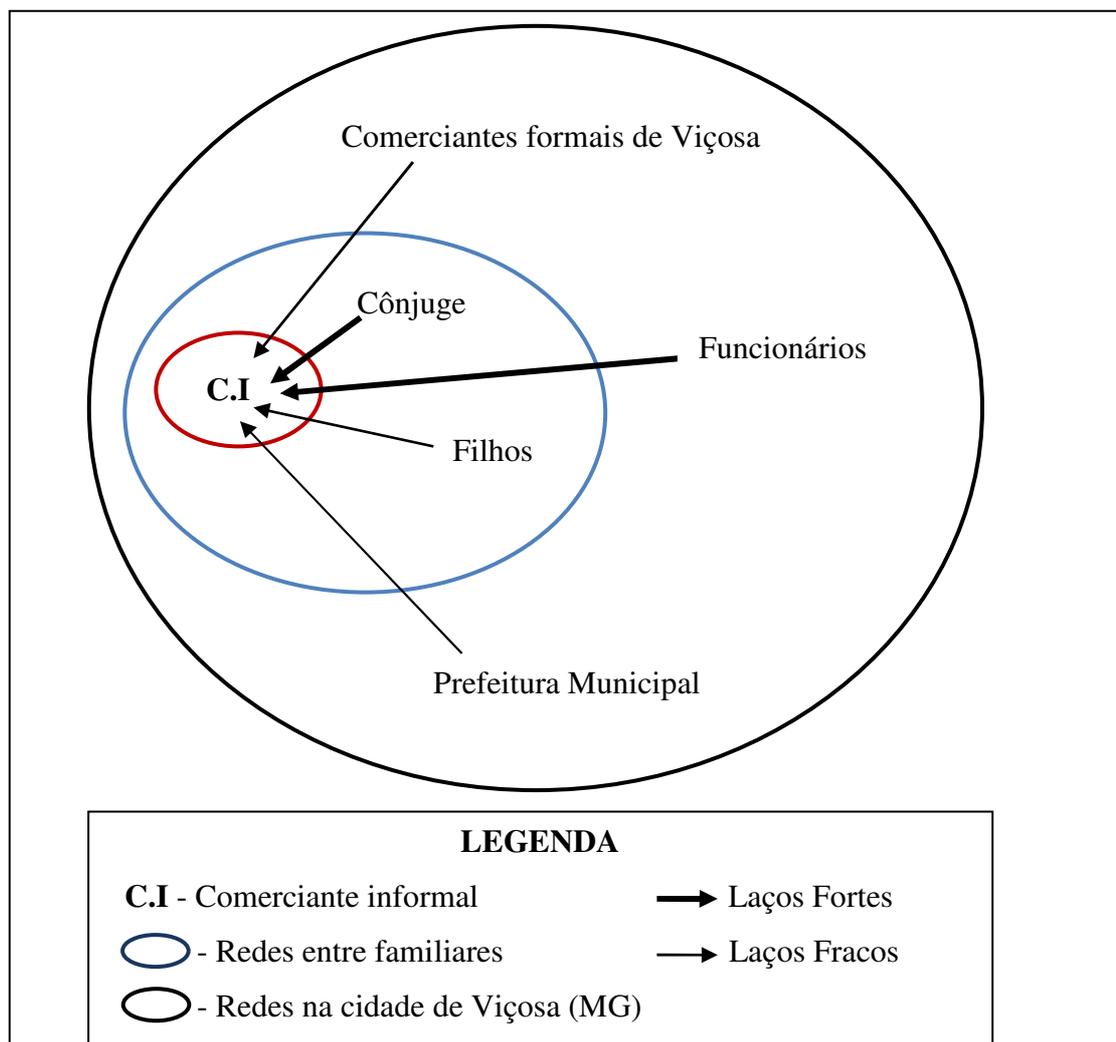
Os territórios construídos “Território em Ascensão” se apresentaram mais extensos que os demais, uma vez que a sua espacialidade se encontrava dividida em outras localidades. 44% dos seus comerciantes realizavam as suas vendas em diferentes espaços da cidade, como também em cidades vizinhas. Portanto, o território construído por esse grupo se caracterizou por uma maior mobilidade e fluidez.

Marcelo vendia artesanato há quinze anos na cidade de Viçosa (MG). Ele morava em Fortaleza e veio para Viçosa porque a sua namorada iniciou um curso de graduação na UFV. Chegando à cidade, ele resolveu continuar com o trabalho que desenvolvia no Ceará, a comercialização de artesanatos. Nos primeiros quinze dias do mês ele vendia os produtos na praça central da cidade de Viçosa e as duas últimas semanas, ele viajava pela região expondo nas ruas das cidades vizinhas. Segundo ele, expor em outras localidades permitia maior divulgação dos seus produtos, como também uma melhor renda.

De modo geral, os “territórios em ascensão” eram construídos por meio de redes sociais mais extensas. Possuíam em média seis nós, com uma extensão máxima de doze nós. Mas, é importante ressaltar que, em 30% dos casos, as redes se formavam apenas pelo comerciante. Os seus vínculos eram compostos por 56% de membros familiares, 34% de funcionários, 6% de amigos e conhecidos e 4% de comerciantes formais.

O fluxograma a seguir mostra as redes sociais formadas por um feirante da Feira Livre que vende pastéis. Este cria, no ambiente familiar, laços fortes com a sua mulher e filhos e, no ambiente externo a este coletivo, com os seus funcionários. Além desses, conta com relações construídas com comerciantes formais que compram as massas de seus pastéis para revendê-las e dos fiscais da Prefeitura que lhe fornece o alvará de funcionamento.

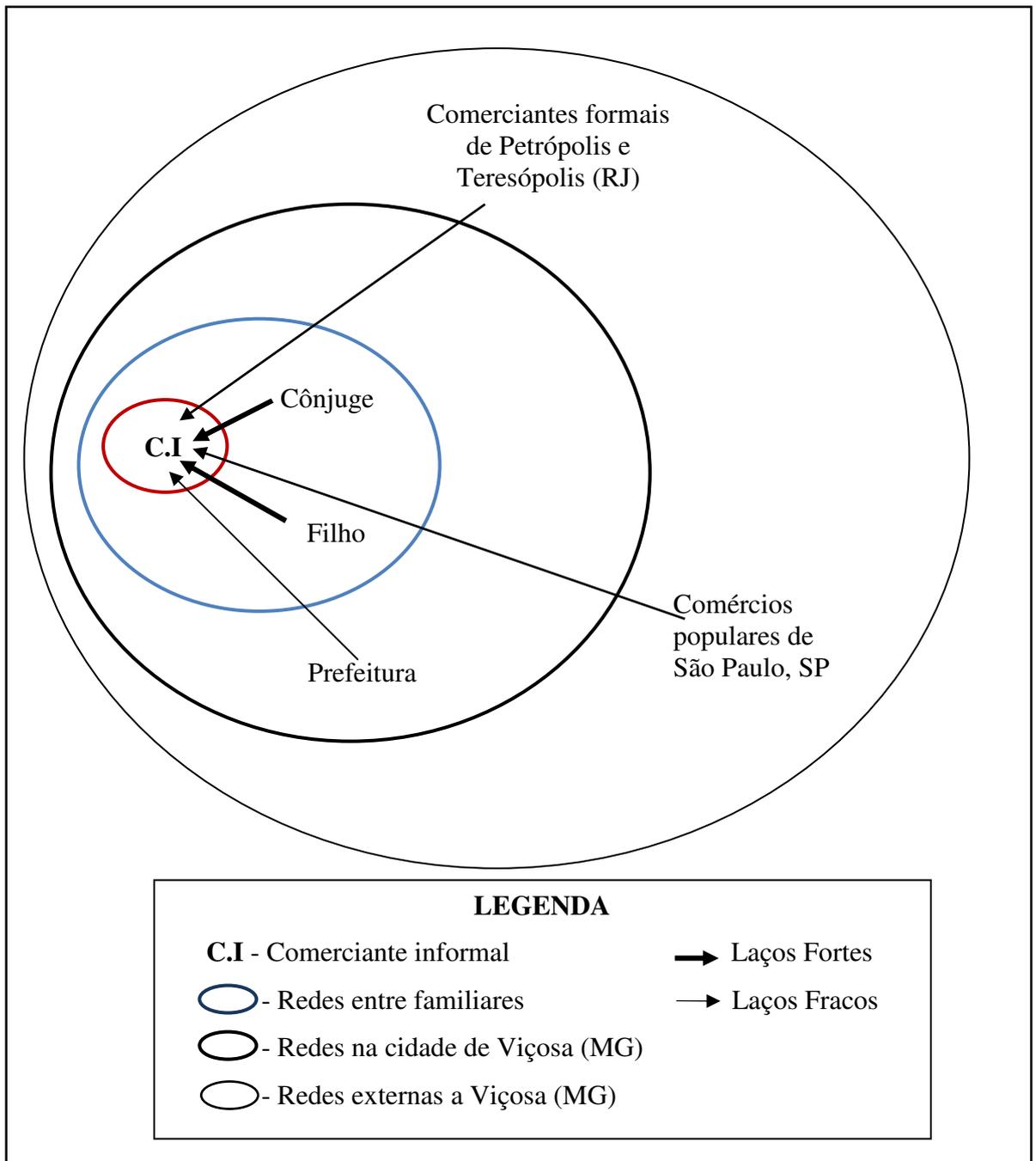
Gráfico 8 – Fluxograma das redes sociais construídas nos “Territórios em Ascensão”



Fonte: Dados da Pesquisa. Organização: Juliana Lopes Lelis, 2011.

No gráfico 9, a rede ressaltada é de Márcio, 43 anos, comerciante de itens de vestuário do Shopping Chequer. A sua rede não está restrita apenas ao ambiente familiar ou mesmo da cidade de Viçosa, mas estende-se a outros comerciantes de localidades mais distantes de Viçosa. Assim, as suas redes eram mais extensas e marcadas pelos laços fortes e fracos.

Gráfico 9 – Fluxograma das redes sociais construídas nos “Territórios em Ascensão”



Fonte: Dados da Pesquisa. Organização: Juliana Lopes Lelis, 2011.

Como visto, os laços sociais construídos pelos comerciantes pertencentes ao “território em ascensão” não estavam focados apenas na família, pois contavam, também, com a ajuda de outras pessoas externas a este coletivo. Entretanto, a família também foi um componente essencial para a construção dos territórios pelos atores envolvidos, visto que apesar de não ter sido observada com tamanha intensidade, a família foi a principal referência neste tipo de rede. Na verdade, o que ocorreu foi

uma maior dispersão das atividades, não ficando restrita à ajuda dos membros familiares. 39% possuíam ajudantes, sendo que 61% eram membros da família e 39% externos a este coletivo. No que se refere à família, houve destaque para a participação do cônjuge (46%), irmãos (32%), tios e primos (22%).

As famílias pertencentes a esta tipologia possuíam em média três membros. Caracterizaram-se por comerciantes que possuíam cinco anos de envolvimento com a atividade e sobreviviam apenas do comércio informal, sendo que 58% não possuíam outra ocupação. Nota-se, portanto, que a inserção das pessoas que veem na informalidade uma boa opção de emprego é recente. No entanto, apesar de essa ser uma tendência recente, os comerciantes a exerciam como única ocupação, o que aponta a sua importância para a sobrevivência familiar.

As famílias alegaram que estavam satisfeitas com a realização da atividade, pois ela lhes permitia a aquisição de uma renda que supria as necessidades do grupo, o reconhecimento enquanto um cidadão e, ainda, trabalhar por conta própria. Por outro lado possuía algumas desvantagens, como o trabalho cansativo devido às longas jornadas, as limitações estruturais dos estabelecimentos e, em alguns casos, a localização do ponto de trabalho.

Durante a realização da atividade foi observado um aspecto diferenciado se comparados aos territórios construídos pelas famílias em situações precárias de trabalho. Nos “territórios precários”, a administração do comércio ficava, na maioria dos casos, centralizada nos chefes das famílias. Já no “território em ascensão”, essa administração era dividida entre o chefe do estabelecimento e os seus funcionários.

Assim, as redes estabelecidas entre os comerciantes informais com maior poder aquisitivo demonstrou uma maior dispersão e fragilidade. Uma explicação encontrada para este fato foi a finalidade que a atividade estabelecia na vida de cada um, uma vez que o comércio informal é constituído por atores sociais específicos. No primeiro grupo, havia uma maior necessidade financeira e, assim, mesmo que acionassem outras redes, a família era a primeira referência devido aos sentimentos construídos no interior desse coletivo, como também a restrição de recursos que o limitavam a uma pequena espacialidade. No segundo grupo, por possuir características semelhantes a comerciantes formais, muitos foram possibilitados de construir relações e dependências com outros grupos.

Para Marques (2009), os laços fracos também são importantes para uma sociedade, pois, é através desses, que os contatos, principalmente, de empregos são

facilitados. O autor ressalta que os laços fortes limitam o coletivo a diferentes informações e experiências, visto que sempre estarão restritas àquelas situações vivenciadas pelo grupo.

No que se refere à sua dinâmica, os homens assumiam a chefia dos negócios. Em 72% dos estabelecimentos, os homens administravam o comércio. Quando se tinha a ajuda de membros familiares, estes estavam envolvidos na administração, na venda de mercadorias, na preparação dos produtos, como na realização das compras das mercadorias. Foi observado também que as funções que demandavam maior confiança no funcionário, como a administração financeira e a compra de mercadorias eram delegadas aos parentes mais próximos, conforme a situação de Jorge, comerciante de pastéis e caldo de cana na Feira Livre.

Jorge vendia pastéis e caldo de cana na Feira Livre de Viçosa. Para que a sua venda pudesse ser realizada, ele contava com a ajuda da família, parentes e funcionários. Tanto este feirante quanto a sua esposa possuíam outro emprego e iniciavam a sua dedicação à feira na quinta-feira. Ela ficava responsável para preparar o recheio e montar os pastéis, e ele fazia as massas e trazia a cana da roça. A cana era proveniente da sua própria plantação. Na sexta-feira contavam com a ajuda de um funcionário que limpava a cana, deixando-a pronta para moer. No sábado, o trabalho se iniciava ainda na madrugada, quando o feirante e o funcionário transportavam a mercadoria e as barracas para o lugar que ocorre a feira. A seguir deixavam tudo em ordem para iniciar as vendas. A venda tinha ajuda da cunhada, primo e dois funcionários, além da esposa. Durante a feira, a esposa ficava no espaço dedicado a preparação do alimento, fazendo mais pastéis; os funcionários vendiam os mesmos; o primo moía a cana e a cunhada era responsável pelo dinheiro. E no final da feira, todos ajudavam a desmontar as barracas, terminando um dia de trabalho.

Na venda de gêneros alimentícios, a vigilância sanitária exigia que a produção do alimento e que a sua venda ocorresse em lugares distintos. Também havia a exigência entre as pessoas que vendiam o produto e aquelas que recebiam o dinheiro, de modo que evitasse contaminação. Assim, na construção do novo espaço da Feira Livre, as barracas do setor de comida, possuíam duas separações para cumprir essas exigências. No entanto, aquele feirante ou mesmo comerciante que por algum motivo não detinha esta estrutura deveria adaptá-la de modo que também cumprissem essa exigência.

Como visto, além da família, os demais atores inseridos na atividade se destacaram pela atuação de outros comerciantes formais e funcionários. Os

funcionários ficavam restritos ao atendimento, salvo algumas exceções, onde se inseriam, também, na ajuda da compra e no preparo dos produtos.

Nessa tipologia, os funcionários e os parentes recebiam melhores quantias pelas horas de trabalho se comparadas aos demais. 53% recebiam um salário mínimo, possuíam registro na carteira de trabalho e trabalhavam cerca de oito horas semanais. Para Sarti (2007), não é comum a remuneração no trabalho familiar, porém quando esta ocorre, a maior remuneração é dada aos membros mais distantes do cotidiano familiar, já que quanto mais próxima, maior a obrigação de ajudar o grupo. Já em relação aos funcionários, estes possuíam um salário fixo devido a um maior distanciamento existente entre eles e o patrão.

É interessante ressaltar que os laços construídos com os comerciantes formais se apresentaram de forma contraditória. Por um lado, havia aqueles comerciantes formais que eram os fornecedores da matéria-prima dos comércios informais. Do outro lado, alguns desses comerciantes também eram donos de estabelecimentos formais na cidade, sendo que aproveitavam os espaços mais movimentados de comércio informal para venderem os seus produtos. Essa situação foi observada, principalmente, entre donos de sacolões de Viçosa ou de cidades vizinhas (Coimbra, Teixeiras e Ubá) que expunham seus produtos na Feira Livre. Assim, o que se observa é que para os comerciantes formais, estar ou não envolvidos na informalidade é uma questão de conveniência.

A relação existente entre os comerciantes formais e os informais também caracterizava-se por relações de conflitos. Segundo a secretária da Casa do Empresário⁴³, os comerciantes não estão satisfeitos com a liberdade que estes trabalhadores informais estão adquirindo no espaço urbano da cidade, muitas vezes, possuindo os “mesmos” direitos dos que seguem a legislação. Esta reclamação foi dirigida, principalmente, aos camelôs e comerciantes do Shopping Chequer. Para a secretária, a informalidade é um dos principais problemas enfrentados pela cidade.

O poder público frente ao grupo de comerciantes informais pertencentes ao “território em ascensão” não possuía uma atuação repreensiva como ocorria nos “territórios precários”. Atuava, inclusive, por meio de apoio às ações da Associação

⁴³ A Casa do Empresário é um órgão que representa sete entidades de classe (Associação Comercial de Viçosa - ACV, Agência de Desenvolvimento de Viçosa - ADEVI, o Banco do Povo, o Arranjo Produtivo Local da Tecnologia da Informação – APL TI, a Câmara de Dirigentes Lojistas de Viçosa – CDL, o Ponto de Atendimento SEBRAE e a Associação de Produtores de Cafés Especiais das Serras de Minas) e que busca promover a organização do comércio da cidade de Viçosa (MG).

dos Artesãos e Produtores Caseiros de Viçosa (ADAPAC) e dos demais comerciantes. Depoimentos dos comerciantes relataram a atuação positiva do poder público municipal para com essa parcela desses comerciantes, através da liberação do Coreto localizado na praça central para o armazenamento de suas barracas (Figura 43).



Figura 43 – Coreto onde os feirantes guardavam suas barracas
Autora: Juliana Lopes Lelis, 2010.

A possibilidade de guardar as barracas no coreto facilitou o trabalho dos artesãos que teriam que transportá-las das suas casas. Esse arranjo, no entanto, ainda não tinha se mostrado uma solução efetiva para a falta de espaço dos artesãos para acomodação de suas mercadorias. O evento ocorrido durante o período em que desenvolvíamos nossa pesquisa de campo, em outubro de 2010, evidenciou isso. Por motivos ainda não esclarecidos, alguém colocou fogo por uma fenda em todo o material que estava armazenado no coreto. Este fato afetou todos os artesãos que chegaram ao local para trabalhar e viram o ocorrido, não lhes restando nenhum material. O sentimento de deslocamento dos artesãos se expressou na fala de uma das feirantes, abaixo:

Hoje é um dia muito triste! Ninguém ta conseguindo trabalhar. Olha só o que fizeram com as nossas barracas. A gente ta aqui e não faz mal a ninguém. O porquê que alguém teria que fazer isso?!

(Aline, feirante da Feira de Artesanato, 32 anos).

A fluidez desse território que se constitui na rua está, pois, sempre sujeito às atitudes vândalas, como essa. No caso dos artesãos, esse território se constitui temporariamente aos sábados e dias de festa, quando os artesãos abrem suas barracas para a comercialização de suas mercadorias. Mas a rua, como o espaço ocupado pela atividade informal, está relacionada a sentimentos diversos entre os artesãos. Alguns a sentem como um lugar de alegria e realização, local de trabalho e de sociabilidade entre as pessoas envolvidas. Para outros, a rua desperta insegurança e medo, não a reconhecendo como um espaço similar à sua casa, ou seja, um ambiente seguro e familiar dotado de identidade.

Para Damatta (1997), em uma analogia à casa brasileira, a rua pode produzir diferentes sentidos a depender do sentimento e laço construído com cada um dos seus espaços. Nesse sentido, pode reproduzir-se como uma casa, visto que há espaços na rua que são fechados ou apropriados por um grupo, tornando-se a sua morada. Mas pode também, ser o local da individualização, de conflitos e de malandragem, o que a torna um local de diferentes representações sociais.

Assim, no cotidiano da atividade comercial informal têm-se tanto relações de competição, quanto de cooperação, dadas entre os seus diversos atores, o que revela as singularidades de espaços ocupados por diferentes sujeitos e que possui diferentes funções no dia a dia da cidade de Viçosa. Essas diferentes relações cotidianas construídas em cada espaço de comércio informal resultaram na construção de uma territorialidade particular. Para Soja (1997), é a totalidade das questões concretas e abstratas, objetivas e subjetivas, materiais e imateriais, emotivas e perceptivas compartilhadas por um grupo que compõe a sua territorialidade, ou seja, a sua identidade.

Nesta tipologia de comércio informal, os valores e sentimentos construídos no dia a dia da atividade não se resumiam aos compartilhados pela família ou relações coletivas, predominando, também, relações puramente econômicas. Simmel (1967) relatou que assistimos no Ocidente moderno a uma valorização do indivíduo, erigindo-o como unidade básica da vida social. Para este autor, as transformações ocorridas no campo econômico, cultural e simbólico não destroem os valores tradicionais, mas os combinam e os reinventam. Em outras palavras, as crenças e valores tradicionais não desaparecem necessariamente diante da expansão das

ideologias individualistas modernizantes, e sim são modificados assumindo novas formas.

De modo complementar, Saquet (2004) relatou:

A identidade é trabalhada a partir da dificuldade de adaptação de um grupo em situações novas ou como modo de ser coletivo. Podem-se destacar processos individuais ou de grupo. Uma pessoa pode construir sua identidade com relações de afetividade, confiança e reconhecimento. De qualquer forma, a identidade se refere à vida em sociedade, a um campo simbólico e envolve a reciprocidade (SAQUET, 2004, p.147).

Assim, o que é constitutivo desses territórios em ascensão são os vínculos não-familiares, a partir da pouca dependência da participação dos membros da família na atividade; as redes formais construídas a partir da associação (ADAPAC); e a pouca relação identitária com o espaço e com a própria atividade informal.

Eu não tenho ajuda da minha família. Ela tem o serviço dela e eu o meu. Ela nem sabe o que se passa aqui. Quem me ajuda são os meus funcionários, mas se precisar minha mulher também vem, mas isso é muito difícil! (Luiz, camelô, 31 anos).

Olha, seu eu pudesse eu montava minha loja em outro lugar, ia ser bem melhor! Eu venderia mais e poderia ampliar a minha loja! Aqui fica difícil, mas é o único lugar que tenho condições de me manter (João Bosco, comerciante do Shopping Chequer, 45 anos).

Não achei ruim a mudança da feira, pois não alterou a minha venda. Sei que tem gente reclamando... Pra mim, tanto faz... O importante é eu continuar vendendo as minhas verduras e ganhar o meu dinheirinho (Antônio José, dono de um sacolão em Viçosa e feirante da Feira Livre, 47 anos).

Por essas falas, observa-se que os comerciantes trabalhavam sem a ajuda da família, e com o objetivo de alcançar maiores lucros nas suas venda, não possuindo sentimentos de pertencimento com o lugar que ocupavam ou mesmo com a atividade que desenvolviam.

Por outro lado, havia em alguns momentos, principalmente no interior da associação dos artesãos e produtores caseiros de Viçosa (ADAPAC), uma ação coletiva. Essa associação foi criada com o objetivo de alcançar melhores condições de trabalho e oportunidades para a divulgação de seus produtos, assim, ela articulava a participação dos comerciantes em diversos eventos da cidade e região; além de na

época natalina alugar um estabelecimento no centro da cidade para expor diariamente as suas mercadorias.

Enfim, o território em ascensão se destacou por uma maior espacialidade, acompanhada de um menor envolvimento dos membros familiares e, também, por uma forte tendência no comércio informal viçosense, visto que os seus comerciantes se apresentaram consolidados na economia local. De modo geral, a sua territorialidade era construída a partir das ações e interesses particulares dos seus comerciantes e da ação coletiva da associação, sendo os seus laços marcados pelo baixo envolvimento sentimental. Desse modo, destacou-se como um espaço que apresenta maior funcionalidade econômica do que simbólica.

6.3. Territórios de Resistência: o comércio informal como uma possibilidade de manutenção dos laços tradicionais entre as famílias

Sempre trabalhei com a feira, veio do meu pai. Meu pai tinha 50 anos de feira. A vida dele foi trabalhar na feira. Quando ele faleceu, nós continuamos a trabalhar aqui. Não podia deixar essa tradição se perder (Maurício, feirante, 35 anos).

Eu adoro trabalhar aqui. Não pelo dinheiro, mas por conhecer as pessoas. Aqui, esquecemos dos problemas da vida! (Aloísio, feirante, 68 anos).

O comércio informal viçosense revelou-se não somente como um espaço que permitia o emprego e, conseqüentemente, uma renda para a família. Destacou-se, também, como um território de resistência. De acordo com Gomes (2000), existem lugares que ganham abrangência de significado deixando de serem compreendidos apenas como espaços produzidos ao longo de um determinado tempo pela natureza e pelo homem, para serem visto como uma construção única, singular, carregada de simbolismo e que agrega ideias e sentidos produzidos por aqueles que os habitam. Assim, tornam-se lugares repletos de experiências, sentimentos de identidade e de pertencimento individual e coletivo.

De modo complementar, Filgueiras (2006), ao ressaltar a presença de diferentes grupos no espaço urbano das cidades modernas, destacou as transformações ocorridas na espacialidade urbana no contexto da modernidade. Para ele, para compreender as relações contruídas por este grupo, é essencial que se pense

uma outra face dos fenômenos urbanos contemporâneos. Ou seja, refletir sobre a heterogeneidade de seus usos, pessoas e relações nos espaços da cidade e, ainda, na tessitura de relações com e nos lugares. Tem-se, por pressuposto, que os indivíduos, ao agirem no espaço e dele se apropriarem, constroem sentidos e relações diversos. É nesse contexto que os comerciantes informais pertencentes aos territórios de resistência⁴⁴ se colocam como importante para este trabalho.

A percepção do comércio informal como uma possibilidade de manutenção dos laços tradicionais das famílias pelo prazer em realizar a atividade foi observado em um pequeno percentual de comerciantes. Durante a pesquisa, 9,8% dos comerciantes alegaram estar na atividade informal devido à possibilidade de continuar um trabalho iniciado pela família e 6,6% por entretenimento. Apesar da porcentagem não ser significativa, essa parcela de comerciantes demonstrou peculiaridades no seu modo de organização e relação espacial, o que o tornou importante de ser analisado. Assim, no cotidiano da atividade prevalecia a busca pela manutenção dos laços sociais e culturais entre diferentes famílias ou no interior do próprio grupo.

Em Viçosa, as famílias pertencentes aos “territórios de resistência” se destacaram, principalmente por feirantes da Feira Livre que comercializavam hortifrutigranjeiros, compostas, em média, por cinco membros. Os comerciantes entrevistados possuíam uma idade média de 45 anos, escolaridade máxima caracterizada pelo quinto ano do ensino primário e uma renda mensal de dois salários mínimos, sendo a atividade informal responsável por 50% desse total. Além da atividade, a renda familiar era proveniente da produção agrícola, uma vez que 94% eram produtores rurais; e da aposentadoria (43% já eram aposentados). Assim, as suas mercadorias eram provenientes de uma produção própria ou adquirida na propriedade de algum membro familiar.

Desses feirantes, 30% possuíam melhores condições salariais, pois segundo eles, já “ganharam muito dinheiro na feira”. De acordo com as suas informações, a feira já foi um local de intensa procura pelos consumidores, o que a tornava uma atividade rentável. Entretanto, com o passar dos anos, através do desenvolvimento do comércio viçosense, principalmente, daqueles dedicados à comercialização de

⁴⁴ A palavra resistência está relacionada à busca pelas famílias por manterem os seus laços tradicionais, diante de um contexto que apresenta mudanças nos valores e sentimentos compartilhados pelas famílias.

hortifrutigranjeiros, esta apresentou uma queda significativa. Esse fato pode ser observado nas falas dos feirantes, a seguir:

Olha menina! Eu já vendi muito aqui na feira. Tinha dia que era umas nove horas da manhã e eu já tinha vendido tudo, tudo mesmo! Hoje, às vezes, ainda volto com alguma mercadoria pra casa. A venda caiu muito! (Sr. Helvécio, feirante da Feira Livre, 70 anos).

Hoje não ganho quase nada na feira, mas já ganhei muito dinheiro. Criei minha família toda com a renda tirada na feira. Eu to desde o início dela, era muito bom! Antes não tinha muito comércio na cidade que vendia essas coisas, por isso dava lucro (Sr. Antônio, feirante da Feira Livre, 77 anos).

As suas condições de trabalho destacaram-se pelas estruturas precárias, caracterizadas por pequenas barracas ou balcões, onde expunham suas mercadorias. Possuíam uma alta jornada de trabalho, perfazendo uma carga horária de dez horas diárias durante a semana e oito horas aos sábados. Além disso, os equipamentos utilizados na venda, produção e transporte das mercadorias, em sua maioria, eram equipamentos básicos, pois se tratava de comerciantes que possuíam pequenas propriedades, com produtividade limitada. As carroças utilizadas no transporte das mercadorias (conforme Figura 44) e as estruturas das barracas (Figura 45) evidenciam a baixa tecnificação desses produtores rurais. A seguir pode-se observar um meio de transporte tradicional utilizado, principalmente na zona rural, a carroça; e as estruturas das barracas.



Figura 44– Uma carroça utilizada no transporte das mercadorias
Autora: Juliana Lopes Lelis (2010).



Figura 45 – Barracas e balcões utilizados na venda das mercadorias
Autora: Juliana Lopes Lelis (2010).

Os comerciantes do território em ascensão possuíam uma rotina longa de preparação para o trabalho. Durante a semana, eles cuidavam do plantio das mercadorias que seriam vendidas na Feira Livre aos sábados. No sábado, o seu trabalho já iniciava de madrugada, quando preparavam o transporte dos produtos e a montagem das barracas ao chegarem ao espaço da feira para, posteriormente,

iniciarem, logo cedo, a sua venda. Essa rotina é evidenciada pelo relato do Sr. Geraldo, feirante da Feira Livre.

Trabalho para a feira a semana inteira, né?! Durante a semana eu cuido das verduras e dos legumes lá na roça mesmo. Na sexta, bem a tardinha, eu colho eles... deixo num lugar fresco e depois empacoto. No sábado, eu acordo por volta das duas da madrugada e coloco elas no carro. Trago pra feira e começo a montar a minha barraca que fica guardada aqui no colégio Viçosa. Lá pelas quatro horas, você já pode vir aqui, que tá tudo prontinho para os fregueses. Aí fico até as onze horas da manhã. Nessa hora, o que tinha que vender, eu já vendi! (Sr. Geraldo, feirante da Feira Livre, 69 anos).

Mesmo com condições limitadas de trabalho, estes comerciantes se diziam satisfeitos com a atividade. Para eles, a feira não se apresentava apenas como um local de vendas, mas um lugar de encontros, onde se podia encontrar velhos amigos, como também “fazer novas amizades”.

Eu adoro trabalhar aqui, por que eu sou muito conhecido e conheço muita gente (Francisco, feirante da Feira Livre, 47 anos).

Gosto de trabalhar aqui porque a gente faz muita amizade né?! E fica conhecendo muitas pessoas, é gostoso, depois que a gente acostuma é bom (Adão, feirante da Feira Livre, 63 anos).

A feira também foi identificada na fala dos comerciantes como palco de desentendimentos, que eram mais frequentes, sobretudo, entre os comerciantes e os atravessadores. Os produtores rurais não aceitavam a presença desses comerciantes na feira, pois alegavam que a feira havia sido criada para eles. Além disso, segundo eles, os atravessadores revendiam as mercadorias, muitas vezes, a preço mais barato. Esse descontentamento em relação à presença dos atravessadores pode ser observada na fala do Sr. João Bosco, abaixo:

A feira foi criada para nós, para os produtores rurais, agora vêm os comerciantes e vendem aqui. Os produtos deles nem são de boa qualidade. A prefeitura não podia deixar eles aqui... A gente já reclamou... Não temos mais o que fazer (João Bosco, feirante da Feira Livre, 57 anos).

Nas justificativas para os conflitos com os atravessadores, o sentimento de pertencimento à feira foi o principal motivo relatado pelos feirantes (produtores

rurais), uma vez que alegaram que a Feira Livre surgiu para que eles, os produtores rurais, vendessem os seus produtos frente à ausência dos mesmos na cidade. Entretanto, com o passar dos anos, os feirantes presenciaram uma diversificação no perfil de seus comerciantes, como também na venda das mercadorias. Atualmente, é possível encontrar na feira, desde hortifrutigranjeiros até produtos eletrônicos comercializados de forma ilegal.

Os sentimentos de pertencimento dos produtos envolvidos na Feira estiveram associados, também, às raízes dos seus comerciantes ao meio rural. Nessa perspectiva, os produtores rurais de Viçosa presenciavam um contexto rural específico marcado, ainda, pela pequena produção rural. De acordo com dados do IBGE (2010), as pequenas propriedades, ainda, são predominantes no espaço urbano da cidade. Esse laço identitário, presente nesse subgrupo dos hortifrutigranjeiros, fica evidente na fala do produtor rural, José Antônio, abaixo:

Eu fui criado na feira! Desde pequeno vinha com o meu pai. Ele ficava vendendo e eu olhando. Depois que cresci e casei trouxe a minha família pra cá, mas hoje meus filhos estão crescendo e eles não querem trabalhar na feira não. Fico triste, pois gostaria que eles sentissem a mesma satisfação trabalhando aqui! (José Antônio, feirante da Feira Livre, 34 anos).

Apesar de o espaço rural estar em constante transformação com o envolvimento de diferentes atividades no seu ambiente, ainda é possível encontrar modos de produção e relações tradicionais. De acordo com Wanderley (2000), é importante considerar que o "campo" não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão. As medidas modernizadoras moldadas a partir do modo de produção urbano-industrial não possuem efeitos uniformes, uma vez que tais medidas não atingem com a mesma intensidade as diferentes categorias de produtores. Nesse sentido, não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos.

Assim, apesar de alguns autores destacarem a transformação na significação e construção de identidade na modernidade, é possível observar lugares onde as identidades tradicionais ainda estão presentes, como é o caso da Feira Livre. Segundo Giddens (2002), no contexto social hegemônico contemporâneo, verifica-se a constituição do indivíduo-indivíduo e o enfraquecimento ou ruptura de vínculos

identitários antes fundamentais. Mas, por outro lado, verificam-se ações coletivas associadas a uma referencia territorial que surgem de agrupamentos identitários.

A identidade, para Hall (2006) preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior”, entre o mundo pessoal e o mundo público. Para o autor, ao mesmo tempo em que projetamos a “nós próprios” na sociedade, internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, o que contribui para a construção de um sentimento de pertencimento no mundo social e cultural que habitamos. Além disso, a identidade do indivíduo e/ou do grupo é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Assim, o sujeito assume identidades diferentes, em diferentes momentos.

Nessa perspectiva, Velho (1995) ressaltou que a modernidade acarreta a fragmentação, visto que, se por um lado intensifica-se o nível de especialização, aumentando a liberdade individual de escolha, por outro, diminui, no mundo do trabalho, o campo possível de experiências individuais. A possibilidade de reconhecer-se e identificar-se com o produto tomam-se inviáveis no mundo da sociedade urbana industrial. O estudo revela que essa sociedade comporta também outras possibilidades de vínculos, ou seja, dentro da modernidade tem-se fortalecido como o lugar da tradição, da valorização do que é local, dos produtos ligados à identidade da população tradicional, dentre outros.

Eu adoro vir vender na feira. Aqui eu me sinto uma pessoa muito útil e conhecida. Tem gente que procura só pelos meus produtos. Sou importante menina (risos)... Ta pensando o quê?!!! (risos). Mas também, eu produzo tudo sem agrotóxico... É produto natural mesmo, do jeito que se plantava antigamente (Sr. Custódio, feirante da Feira Livre, 70 anos).

Para esse grupo, a família é um referencial importante, que está articulada a outras dimensões como trabalho e espaço que lhes trazem enraizamento e sentimentos de pertencimento. De acordo com a proposição de Haesbaert (2002), a identidade é uma construção histórica dos significados socioculturais que norteiam a diferença e a identificação do indivíduo no grupo. Desse modo, mais que simples identidades são construídas identidades territoriais a partir de uma relação material e simbólica do conjunto de pessoas com o território.

A espacialidade constituída pelos feirantes, principalmente os produtores rurais, se estabelecia no sábado, como uma continuidade do espaço da casa e dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do lar. Portanto, a diferenciação entre as relações familiares e trabalhistas são mínimas. Desse modo, a pesquisa evidenciou que a configuração espacial, a organização dos espaços e a distribuição das bancas na feira estavam correlacionadas com as relações sociais e com os vínculos familiares e de amizade entre os feirantes. A divisão da feira realizada pela Prefeitura Municipal tinha o intuito de organizá-la conforme os produtos comercializados. No entanto, na prática, a forma de organização dos espaços funcionava a partir de outras lógicas, que tinha nas relações pessoais entre os feirantes, forte elemento explicativo.

Assim, a construção dos territórios e territorialidades por este grupo estabelecia-se nas redes sociais construídas no seu cotidiano. Predominavam-se redes de caráter coletivo, sendo os principais, os vínculos estabelecidos pelos membros familiares. De modo geral, essa rede possuía cinco nós. Na construção e manutenção dessas trocas, a família assumia papel fundamental à medida que os valores e sentimentos compartilhados pelo grupo familiar fundamentavam as relações estabelecidas na feira e, nesse contexto, a família era a principal articuladora dos processos de manutenção cotidiana e de reprodução social desses grupos.

Desse modo, para que ocorresse o entendimento das redes realizadas na feira, inicialmente era necessário compreender a lógica de reprodução das famílias. Como evidenciaram Sarti (2005) sobre as famílias de camadas populares e Woortmann (1987) nos seus estudos sobre as famílias de produtores rurais no Nordeste do País, a família para aqueles grupos constituía-se como um valor moral, cuja ordem está centrada no princípio da reciprocidade e das obrigações, cuja hierarquia se dá a partir da superioridade de toda a família e parentela sobre os indivíduos.

No estudo de Sarti (2005), o valor da família como instituidora de uma moral, de prestígio e de poder é mais preeminente quando nos aproxima das classes altas e das classes populares. O estudo de Woortmann (1987) relatou a experiência de camponeses no Nordeste que, ao contratarem trabalho assalariado, não negaram o trabalho familiar e tinham, como uma de suas razões, suprir as deficiências quantitativas da família, de modo a permitir a continuidade do trabalho familiar na agricultura. Essa autora apontou que, embora ocorrendo a diminuição de famílias e parentelas estendidas em um mesmo espaço domiciliar, as relações de obrigações

permanecem a partir das regras de reciprocidade (dar, receber e retribuir), que constituem valor moral e simbólico entre as famílias.

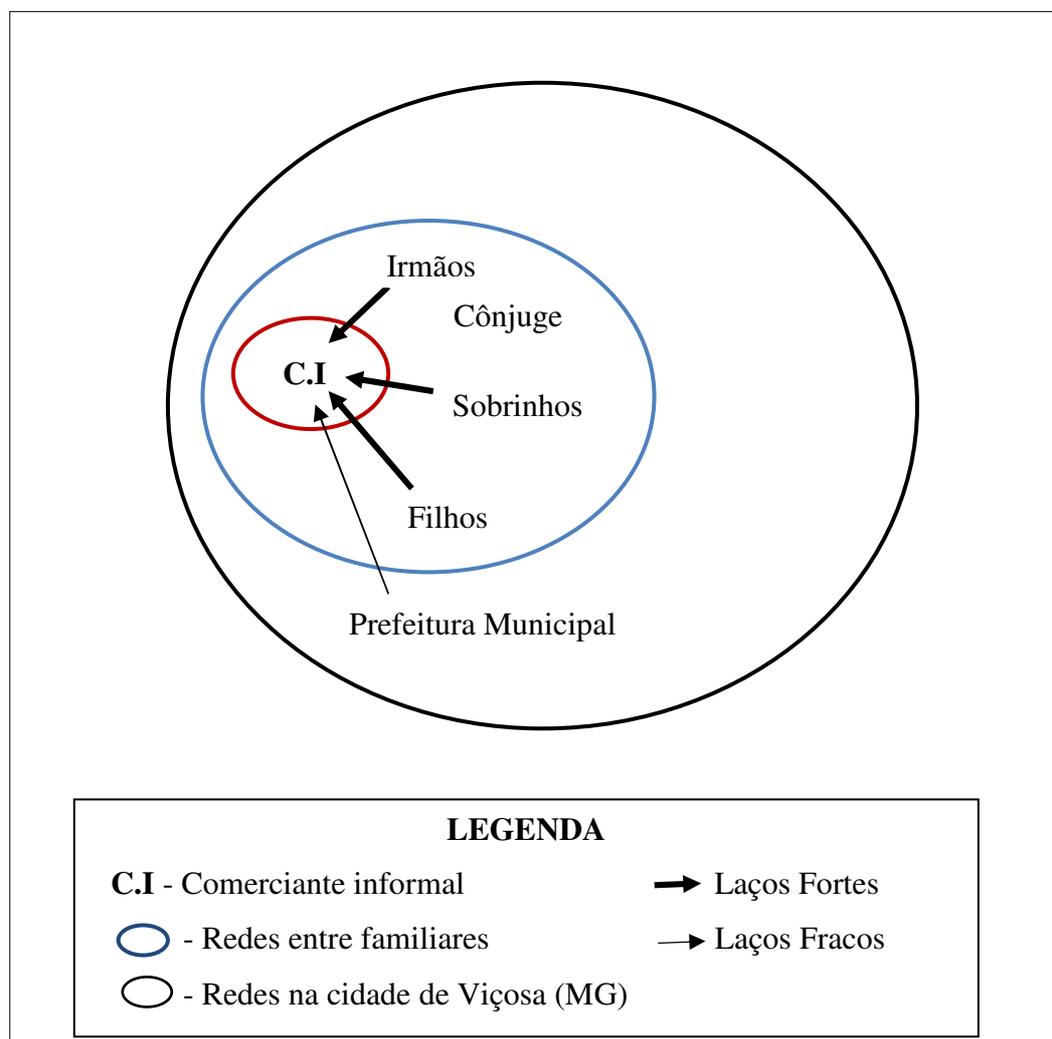
A importância da família enquanto um valor moral para a reprodução social do grupo evidencia-se também nessa pesquisa, como a possibilidade de "continuidade do trabalho familiar" de várias gerações. Nesse sentido, ao assumir essa atividade o feirante busca preservar esse "bem" e a lembrança da família, como evidencia a fala do Gilmar, um feirante da barraca de hortifrutigranjeiro:

O meu pai montou essa barraca com muito sacrifício e criou a gente com a ajuda do dinheiro que ele ganhava aqui... e olha que a família é grande... somos nove filhos. Ele morreu e agora eu tento continuar com a barraca... isso era a vida dele. Quero continuar o seu trabalho! (Gilmar, feirante da Feira Livre, 37 anos).

Nesse contexto, conforme abordou Lévi-Strauss (1980), em seu artigo "A Família", o parentesco não se exprime apenas em uma nomenclatura, pois os indivíduos se sentiam obrigados uns em relação aos outros, a uma conduta determinada que se coloca em termos de respeito ou familiaridade, direito ou dever, afeição ou hostilidade.

Dentre os feirantes pertencentes a esta tipologia, 88% realizavam suas atividades a partir da ajuda dos membros familiares, sendo que apenas 12% dos comerciantes contratavam empregados. Para a maioria, o trabalho era feito pelos membros da família, como mulheres, filhos, sobrinhos e irmãos. Assim, a lógica da reprodução social das famílias orientava-se pelo grupo familiar e não pelo indivíduo. Este fato pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 10 – Fluxograma das redes sociais construídas nos “Territórios de Resistência”



Fonte: Dados da Pesquisa. Organização: Juliana Lopes Lelis, 2011.

A dinâmica e organização do trabalho se davam a partir do grupo familiar, tanto no momento da venda e fabricação dos produtos quanto pelas trocas simbólicas observadas entre os seus membros. Nesse contexto, a família se colocava como instituição social que cria diferentes estratégias para manter a sua sobrevivência material, cultural e ideológica (BOURDIEU, 1993).

A organização do trabalho ocorria através da distribuição do trabalho entre os entes da família. Em 68% dos casos não havia uma divisão de tarefas, uma vez que todos realizavam diferentes atividades, o que dependia da demanda da propriedade rural. Em 32% dos casos, no entanto, observou-se uma divisão mais rígida do trabalho, onde os homens dedicavam-se as tarefas da produção e colheita e as mulheres aos serviços da casa. Quando havia a presença dos filhos, 56%

acompanhavam o trabalho da mãe ou do pai e 44% se envolviam somente aos sábados, pois estudavam durante a semana. Para os pais, a inserção do filho na atividade é de suma importância para a formação de valores. Segundo eles, é no trabalho que os filhos “valorizam a família e a vida”.

Essa organização familiar no interior da produção é percebida também durante as vendas, com algumas especificidades. Por exemplo, em relação ao lugar e participação da mulher na feira. Assim, apesar de ser possível observar a presença de mulheres nas vendas das mercadorias, a atuação do homem era predominante. Em casos de necessidade, no entanto, o feirante possuía mais de uma barraca na feira ou também comercializava em outros espaços (como a feira de Coimbra e Ubá), cada membro ficava responsável em administrar um local.

Em relação à renda alcançada na comercialização, os feirantes que trabalhavam com a família alegaram não dividir o dinheiro com o grupo. Nesse caso, o dinheiro ficava a encargo do homem ou do chefe da família para as necessidades e desejos do grupo. Já quando se tinha a presença de membros da família extensa em uma plantação coletiva ocorria uma divisão igualitária do dinheiro. Ainda nos casos em que um parente era chamado a ajudar sem maiores envolvimento com o plantio, este recebia pelo dia de trabalho.

Entre os comerciantes informais, esse “espírito de família” era, frequentemente, gerador de devotamentos, de generosidade, de solidariedade e compartilhado entre o grupo através das trocas de dons, de serviços, de ajudas, de visitas, de gentilezas, como forma de retribuição. Nas palavras de Bruschini e Ridenti (1994), a rede de parentesco é de fundamental importância para as estratégias familiares, tanto no que diz respeito à ajuda econômica, tanto quanto nas relações do dia a dia. No entanto, de acordo com as autoras, o estabelecimento dos vínculos entre seus membros pode gerar tanto manifestações de harmonia e afeto, quanto de raiva, desentendimento e conflito.

Neste contexto, também foram observados desentendimentos no interior das famílias. Um exemplo sobre essa questão foi observado entre dois feirantes que iniciaram as suas atividades conjuntamente, mas devido a interesses distintos, eles separaram as suas barracas, sendo que, atualmente, cada um trabalha de modo individual. A relação de conflito gerada no interior do trabalho resultou na inimizade desses dois irmãos.

No que se refere àqueles feirantes que contratavam o trabalho assalariado (12%), o assalariamento também se revelou como uma condição de reprodução da família. Ao contratá-los, supre-se a deficiência de mão de obra da família, permitindo a continuidade do trabalho na feira e a possibilidade de reprodução do grupo. Nesse caso, além dos vínculos dados pela relação entre “empregado” e “empregador”, a maior parte tinha vínculos familiares ou de amizade. Esse vínculo levava a que os feirantes não identificassem essas relações dentro de um caráter estritamente comercial, capitalista. Entre os feirantes, a maioria dizia “não ter relação de patrão-empregado”, identificando as pessoas contratadas como “ajudantes”, o que significava, inclusive, não ter remuneração adequada à função exercida. Ter como empregado um parente qualificava positivamente esses vínculos, à medida que se tinha maior confiança no empregado. No entanto, esses vínculos que também estão associados a relações de subemprego naturalizavam, por vezes, relações de explorações empregatícias: “Eu pago um pouquinho para ele me ajudar! Mas é uma quantidade simbólica, não é muito não!”.

Além da família, as redes desses feirantes eram dadas nas trocas materiais e simbólicas (conversas, informações, afetos, solidariedade, apoio emocional, troca de favores e de afeto, dentre outros) construídas com outros feirantes e frequentadores. Seja pela proximidade geográfica ou pela aproximação sentimental, regras de convivência específica eram estabelecidas. Essas regras envolviam desde a definição de horários de funcionamento até a faixa de preços praticados. Outros aspectos eram a ajuda oferecida pelo feirante vizinho no momento da venda, da montagem e desmontagem das barracas, como também, na ajuda com o troco, com o empréstimo ou oferecimento de uma mercadoria que estava em falta; e até mesmo nas conversas efetuadas durante a realização da feira.

No que se refere à relação de troca dos feirantes com os seus clientes, relações de confiança e reciprocidade marcaram as relações estabelecidas por esses grupos. Nesse sentido, grande parte das pessoas que frequentavam a feira não buscava nesse local apenas a compra de produtos, mas, sim, um espaço de encontros. A pesquisa evidenciou que os fregueses se dirigiam a barracas específicas de feirantes em que, ao longo do tempo, foram construídas relações de amizade. A troca de mercadoria por dinheiro, não se resumia a uma compra e venda de um produto, mas sim em uma ação enriquecida de sentimentos de dádiva e reciprocidade, conforme apontou Servilha (2008).



Figura 47 – Conversas estabelecidas na venda das mercadorias
Autora: Juliana Lopes Lelis (2010).

Essas relações de proximidade entre os feirantes e frequentadores tornavam-se possíveis devido a elementos na dinâmica da feira, como as trocas de palavras, a propaganda dos produtos feita a partir de falas e o contato direto (toque) com a mercadoria. A troca de palavras aproximava o feirante e o freguês, relação que não é possível em outras formas de comércio, como os supermercados e compras realizadas pela internet. Como abordou Vedana (2004), em seu estudo sobre a feira livre da cidade de Porto Alegre, o toque nos alimentos é um contato necessário que restaura um gesto de aproximação do corpo com as formas da comida, realizando, assim, uma aproximação na ordem do simbólico. Para ela, o toque e o cheiro dos alimentos estão vinculados aos símbolos da intimidade expressos na relação sensorial com os alimentos.



Figura 48 – O contato entre o consumidor e a mercadoria
Autora: Juliana Lopes Lelis (2010).

A partir desses atos efetivavam-se as relações de dádiva e reciprocidade entre os frequentadores e feirantes. Nesse sentido, a escolha das mercadorias não se baseia apenas no preço ou na qualidade do produto, mas também na relação que se travava com quem estava lhe vendendo, ocorrendo além de uma troca comercial de bens uma troca de palavras. Tal fato permitia a venda de uma mercadoria por um preço mais barato ou o oferecimento de quantidade maior de mercadoria pelo mesmo preço, em troca da amizade e, ou, da confiabilidade com a sua barraca. Nesse contexto, as compras eram mais demoradas, se comparadas a outros tipos de comércio, pois durante a venda são trocadas experiências, notícias ou histórias.

Segundo Vedana (2004), a fala também é um elemento importante, pois a fala dos feirantes introduz uma espécie de intimidade nas relações de compra e venda, diferentemente de outras formas que são marcadas pelo individualismo e anonimato. Assim, a feira livre de Viçosa era também um local de passeio e entretenimento para aqueles que a frequentavam. Para muitos dos seus frequentadores, as barracas simbolizavam muito mais que uma barraca de comida, mas um espaço de sociabilidade. Nesse sentido, mais do que um espaço de comércio, a feira é um espaço de inclusão e de solidariedade, caracterizando-se como um espaço simbólico no qual os frequentadores obtêm o reconhecimento individual e social, ou seja, como profissionais e como pessoas (SERVILHA, 2008).



Figura 49 – Movimentação de pessoas durante a realização da Feira Livre, ainda nas ruas da Avenida Santa Rita. Autora: Juliana Lopes Lelis (2010).

De modo geral, além de um espaço de reconhecimento individual e social, a feira se constituía também em um espaço que possibilitava a reprodução social de parcela significativa dos feirantes que têm nessa atividade parte, importante dos seus rendimentos. Sendo essa somente possível devido aos laços de reciprocidade construídos, uma vez que ao serem realizadas as trocas, os indivíduos participavam da lógica de dar, receber e retribuir. Sentem-se em condições de fazê-la, já que sabem dos recursos que podem oferecer. Portanto, o parentesco criava a obrigação moral de oferecer auxílio e, uma vez dado, ele deveria ser retribuído. A retribuição pode assumir formas variadas, como: amor, serviço, dinheiro, informações, bens tangíveis, ou status.

Para Marques (2009), nessas trocas nem sempre envolvem bens similares, e tampouco ocorrem de forma imediata, pois pode criar condições de dívida que estão inseridas na lógica da reciprocidade social. De acordo com o autor, o que embasa esse tipo de ajuda é um sentimento de solidariedade e identidade difusa em grupos amplos, como comunidade e famílias.

Enfim, os feirantes que encontraram no comércio informal uma forma de manter os seus laços familiares construía as suas territorialidades através da identificação simbólica e territorial com a feira. Assim, a sua legitimação ocorria na existência de um poder simbólico diluído nas suas relações. Portanto, identificava-se,

principalmente, em um território mais simbólico do que funcional, sendo a sua finalidade manter a tradição familiar.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa poderia, também, ser intitulada “As peculiaridades do comércio informal em cidades pequenas: o caso de Viçosa (MG)”, visto que a informalidade viçosense apresentou características próprias e demonstrou, em vários momentos, não ser marginal à economia, mas sim demarcada por relações muito próximas à formalidade. Tal afirmação revela que esse fenômeno, em cidades pequenas, possui suas especificidades e, assim, não deve ser tratado de forma semelhante àquele presenciado pelas grandes metrópoles nacionais.

À luz das reflexões teóricas, foi permitido identificar que os espaços de atividade informal vêm revelando, não somente uma condição de pobreza, mas sim diferentes estratégias reprodutivas de indivíduos e famílias inseridas no seu cotidiano. Diversidade essa, resultante da inserção de perfis variados de pessoas, que vivenciam distintos contextos urbanos. Com essa nova perspectiva, a informalidade tornou-se um fenômeno fundamental para a compreensão das novas territorialidades urbanas, pois deixou de ser um conceito marginal para tornar-se uma importante categoria analítica, que contribui para o entendimento das diferentes relações sociais dadas no espaço urbano das cidades brasileiras.

Nesse sentido, a presente pesquisa partiu do pressuposto de que a informalidade está diretamente envolvida na vida das famílias brasileiras, contribuindo de forma efetiva para a sua manutenção e reprodução; e, ainda, que a compreensão das relações socioespaciais construídas no cotidiano da atividade informal, auxilia no entendimento da complexidade existente nos espaços urbanos brasileiros, principalmente dos espaços segregados. Para tanto, este estudo teve como objetivo geral a compreensão dos territórios e territorialidades construídos pelas famílias inseridas no comércio informal de Viçosa.

Sabendo-se que o entendimento dos territórios e territorialidades nos espaços de comércio informal perpassava pela compreensão das diferentes relações estabelecidas entre as pessoas e/nos lugares, a adoção conjunta de técnicas qualitativas e quantitativas foi essencial para a pesquisa. A realização de observações não participantes, de entrevistas e a aplicação de questionários semiestruturados, possibilitaram-nos alcançar uma amplitude ideal de características e detalhes do objeto de estudo, permitindo, nesse momento, realizar algumas considerações sobre a tendência dessa atividade em uma cidade de pequeno a médio porte, como Viçosa.

De modo geral, o comércio informal de Viçosa apontou características peculiares à informalidade Brasileira. Pertencente a uma cidade pequena, este comércio foi caracterizado pelas relações de negociação, clientelistas e de cooperação. Por um lado, encontravam-se estabelecimentos próximos aos comerciantes formais e ao poder público municipal, que eram beneficiados pelo fornecimento de energia, serviços de limpeza e alvarás para a ocupação dos espaços públicos. Por outro lado, havia aqueles que se mantinham de forma precária, contando com a ajuda dos amigos, da família e de ações clientelistas para realizarem a atividade. Nota-se, portanto, que a informalidade em uma cidade pequena não é traçada apenas por relações ilegais e marginais, mas por trocas clientelistas e de dádivas apoiadas pelo poder público; o que impõe um caráter “mais formal” a esse comércio.

A peculiaridade do comércio informal viçosense estava dada não somente em suas relações, mas nas finalidades que assumia na vida da população local e regional. Os motivos que levaram os comerciantes a se inserirem na informalidade foram diversos: desemprego, complementar a renda familiar, boa oportunidade de trabalho, continuar a tradição familiar, trabalhar por conta própria e entretenimento. Essas justificativas evidenciaram as variadas finalidades que o comércio informal assumia na vida dos seus trabalhadores, visto que não se limitava à única opção de renda, apresentando também como uma boa perspectiva de emprego, onde os comerciantes acreditavam que conseguiriam melhores condições de vida, ou ainda, a manutenção dos laços familiares. As diferentes finalidades demonstraram que a informalidade não é mais sinônima de pobreza, mas de um emprego que é visto como uma forma de ascensão social. Portanto, ao abarcar um contingente diversificado de trabalhadores, a atividade informal já fazia parte do cotidiano da cidade e aquecia a economia local, sendo tanto uma opção de emprego, quanto de consumo para a população.

Assim, é uma atividade que se encontra consolidada no espaço urbano viçosense e demonstra uma alta tendência de ampliação, pois além das ações públicas que visam este setor, os seus espaços estão inseridos dentre as pautas de investimento no que se refere às infraestruturas urbanas da cidade (ampliação e construção de espaços específicos para os comerciantes informais) planejadas pela administração municipal.

No que se refere à ocupação e apropriação do espaço urbano pelos comerciantes informais, o estudo permitiu concluir que estes construíram uma nova

dinâmica espacial na área central da cidade, principalmente por estarem localizados em lugares de intensa circulação de pessoas e por envolverem direta e indiretamente outros agentes – como consumidores, comerciantes formais e o poder público municipal. E, ainda, por possuírem espaços específicos para a sua realização, como o Shopping Chequer, a Feira Livre e a Feira de Artesanato; além dos comerciantes informais que se encontram espalhados pela área central.

Identificou-se, também, que cada espaço de comércio informal possuía uma dinâmica própria de realização, que envolve desde o perfil dos seus trabalhadores, mercadorias comercializadas até horário de funcionamento e formas diferenciadas de ocupação dos espaços públicos. O Shopping Chequer é um espaço fixo caracterizado pela ocupação irregular do espaço público, pois está fixado sobre uma via destinada a circulação de pedestres, e que também se apresenta como uma área de preservação ambiental. A área foi cedida pelo poder público municipal que permitiu a fixação dos comerciantes. Atualmente, eles vendem diferentes artigos, sobretudo, itens de vestuário. Já as feiras Livre e de Artesanato são locais periódicos de comércio informal, realizadas aos sábados de manhã. Ambas foram criadas a partir de uma demanda na cidade por espaços que comercializassem produtos hortifrutigranjeiros e artesanatos. E os que não se localizavam em espaços fixos, se destacaram por camelôs e ambulantes que ocupavam de forma ilegal os espaços públicos ou possuíam um alvará a título precário pela sua permanência no mesmo; e, ainda, realizavam as suas vendas em precárias condições de trabalho.

De modo geral, os espaços de comércio informal estavam presentes na cidade, “graças” ao poder público, que por meio de ações de cunho clientelistas permitiam a sua realização, em troca de votos e popularidade eleitoral. Assim, entende-se o porquê muitos, ao estarem localizados em espaços ilegais, não são repreendidos, visto que possuem o apoio da fiscalização e, portanto, não se encontram de forma ilegal.

Diante de uma diversidade nas formas de apropriação e ocupação dos espaços públicos de Viçosa, os comerciantes informais também revelaram um perfil diversificado. O perfil socioeconômico dos seus comerciantes e familiares demonstrou um tecido social muito amplo, pois abarcava desde jovens com dificuldades ou “não” de inserção no mercado de trabalho formal, a idosos que desenvolviam a atividade como um *hobby*.

No geral, caracterizaram-se por pessoas do sexo masculino, casados, com idade média de 44 anos e que possuíam, em sua maioria, o ensino fundamental como a escolaridade máxima; por comerciantes que vendiam diferentes tipos de mercadorias, como produtos hortifrutigranjeiros, comidas, artesanatos, itens de vestuário, artigos para leitura, produtos eletrônicos e flores; e, ainda, por pessoas naturais de Viçosa e região. Além disso, o perfil dos comerciantes demonstrou uma forte tendência de se agrupar segundo as mercadorias vendidas. Os vendedores de itens de vestuário se destacaram pelos que possuíam melhores condições de trabalho e salariais, já os vendedores de artesanatos foram os que apresentaram as condições mais precárias de trabalho. No entanto, é importante ressaltar que este apontamento é apenas inicial, pois se apresentou como uma tendência e não como um dado real. Fica aqui, portanto, uma sugestão para uma próxima pesquisa.

Além de todos esses dados, a pesquisa identificou-se que, ao constituírem um grupo diversificado, os comerciantes informais teciam diferentes redes e significados nos espaços de comércio informal, tendo, assim, na formação dos seus territórios e territorialidades, o espelho das relações estabelecidas no dia a dia dessa atividade. As redes sociais estabelecidas estavam associadas à aquisição de melhores condições de vida, de trabalho, de rendimentos, de acesso a políticas e a serviços.

De acordo com esta heterogeneidade das redes, das condições de trabalho e do perfil dos trabalhadores, a informalidade de Viçosa caracterizou-se pela existência de três territórios: o território precário, visto como única opção de trabalho; o território em ascensão, identificado como uma opção de vida; e o território tradicional, tido como uma possibilidade do trabalho familiar.

Os territórios precários eram formados pelos comerciantes que viram o comércio informal como a sua única opção de emprego frente a uma situação de desemprego e/ou subemprego. Os comerciantes pertencentes a esta tipologia se destacavam pela precariedade das condições de trabalho (baixos salários, estruturas precárias de trabalho e longas jornadas de trabalho); pela venda de hortifrutigranjeiros, itens de vestuário e lanches; e pela ilegalidade presente em suas relações vista, principalmente na ocupação dos espaços públicos, na ocupação irregular de áreas de proteção ambiental e/ou locais dedicados a circulação de pessoas, na ausência de pagamento de impostos, e na falta de registros dos imóveis e funcionários. Além disso, assumiam temporalidades distintas, havendo aqueles

territórios que adquiriam maior importância nos finais de semana e outros que estavam presentes todos os dias da semana.

Diante, portanto, da precariedade das condições de trabalho, os comerciantes informais em busca da sobrevivência familiar estabeleciam relações com outros atores sociais que contribuíam para a sua inserção econômica e social. As suas redes eram constituídas, principalmente, pelos laços formados entre os familiares, sendo que a participação da família ocorria em diferentes etapas da atividade. Desse modo, a territorialidade desse segmento estava diluída nos laços que cada comerciante construía para efetuar as suas vendas e, conseqüentemente, a sobrevivência da família.

Os territórios em ascensão se apresentaram como uma nova função adotada pelo comércio informal na vida da população viçosense. Constituía-se de comerciantes que viram no comércio informal uma boa opção de emprego, seja por possuírem habilidades na confecção e produção das mercadorias, por acreditarem que era uma atividade mais lucrativa que as outras, por possuir um vínculo anterior com o comércio, seja como a possibilidade de possuir o seu próprio negócio. Esse território se destacou por possuir melhores condições de trabalho, dadas a partir de uma melhor remuneração dos comerciantes (média de quatro salários mínimos), melhor revestimento nas estruturas das barracas, na utilização de mão de obra contratada, dentre outros. Características essas que assemelhavam algumas de suas barracas aos comércios formais. Apesar de a ilegalidade também se mostrar presente nesta tipologia, muitos demonstraram o interesse pelo cumprimento de alguns aspectos legais, como o pagamento do INSS como autônomo e o registro das mercadorias, imóveis e funcionários.

O território construído por esse grupo se caracterizou por uma maior mobilidade e fluidez, sendo composto por redes sociais mais extensas, que abarcava fornecedores e consumidores de outras localidades. Os seus laços sociais não estavam focados apenas na família, contando, também, com a ajuda de pessoas externas a este coletivo, como comerciantes formais e representantes do poder público municipal. Desse modo, os valores e sentimentos construídos no dia a dia da atividade não se restringiam aos compartilhados pela família ou relações coletivas. Portanto, o que era constitutivo desses territórios em ascensão eram os vínculos não-familiares e a pouca relação identitária com o espaço e com a própria atividade informal.

Já os territórios de resistência eram constituídos pelos comerciantes que encontraram no comércio informal uma possibilidade de manutenção dos laços tradicionais e/ou mesmo uma atividade que permitia o entretenimento. Destacaram-se, nesta tipologia, os feirantes da Feira Livre que eram produtores rurais e vendiam hortifrutigranjeiros. Além disso, caracterizavam-se por trabalhadores que possuíam condições de trabalho limitadas, tanto pelas estruturas das barracas, quanto pela restrição de equipamentos no momento da produção e transporte das mercadorias.

No entanto, mesmo com condições restritas de trabalho, estes comerciantes sentiam-se satisfeitos com a atividade. Para eles, a feira não se apresentava apenas como um local de vendas, mas um lugar de encontros. Além disso, um espaço que era recheado de simbolismo e representações para os mesmos, uma vez que a espacialidade constituída pelos produtores rurais no ambiente de trabalho era, também, uma continuidade dos trabalhos realizados no âmbito do lar. Fato este que explicava os vínculos familiares como a principal referência desse grupo. Portanto, a construção dos territórios e territorialidades por esse coletivo estabelecia-se nas relações entre os membros familiares.

A família mostrou-se em qualquer um desses territórios, como a principal referência para a manutenção das suas relações. O comércio informal e a família estabeleciam uma relação complementar, pois ao mesmo tempo em que o grupo familiar instituía uma moral que perpassava as diferentes relações construídas nos espaços de comércio informal, a família encontrava, nesses espaços, um dos seus códigos de reprodução enquanto um grupo social. Entre os familiares, as trocas assumiam caráter diferenciado daquelas que ocorriam com os demais atores, quer sejam elas troca de palavras ou de bens materiais. Assim, na base dos territórios da informalidade estava a lógica de organização dos grupos familiares, marcada por uma identidade que estava diluída entre os espaços do trabalho e da casa.

Não se pode deixar de considerar, também, as redes construídas com os atores externos a família, principalmente com os representantes do poder público, pois era através dessas relações, que ocorria a apropriação do espaço urbano pelos mesmos. Além disso, também se encontravam no cotidiano da atividade, relações marcadas por sentimentos de interesse e impessoalidade, mas não foram tão recorrentes, quanto às relações de dádivas e reciprocidades firmadas nos territórios.

Destaca-se, assim, a existência de uma heterogeneidade no universo da informalidade, pois se tinha tanto os comerciantes que se encontravam próximos à

formalidade; quanto aqueles que se situavam “no meio do caminho”, pois possuíam melhores condições de trabalho, mas, ainda, um capital econômico e político restrito; e, ainda, aqueles que se encontram na base da pirâmide, ou seja, os comerciantes que recebem o mínimo para a sua sobrevivência. Essa heterogeneidade é resultante dentre outros fatores da existência de um tecido menos burocratizado, que fez com que diferente perfil de pessoas buscasse a informalidade e se utilizasse do seu espaço de uma forma mais empreendedora.

De maneira geral, os territórios da informalidade viçosense denotaram as diferentes “artimanhas” realizadas pelas famílias ao enfrentar variados contextos socioeconômicos. Assim, esse conceito, associado aos demais utilizados nesta pesquisa, como redes sociais, dádiva e territorialidade, permitiram trazer as relações sociais para o foco da informalidade. Os comerciantes informais e seus familiares foram vistos como agentes do espaço, pois ao estabelecer suas redes, eles territorializavam-se e construía a sua própria espacialidade repleta de sentimentos e simbolismo. Desse modo, demonstraram que suas ações influenciavam na dinâmica do comércio informal, e, que a atividade informal não era reflexo apenas da estrutura econômica, mas sim, das relações estabelecidas no seu cotidiano. Nesse sentido, o presente estudo reafirmou a importância de discutir a informalidade a partir de outros olhares, não se limitando ao viés econômico, uma vez que se trata de um fenômeno amplo e complexo, e que tem muito, ainda, a ser decifrado.

Assim, a partir da reflexão suscitada neste trabalho, esperamos que novas pesquisas debruçem-se sobre essa temática, visto que é crescente a presença da informalidade na vida dos brasileiros. Acreditamos que, somente, incitando este diálogo, que planos e medidas serão elaborados pelo poder público, de modo a atender as peculiaridades de cada espaço. Atuações essas que não devem se limitar a medidas paliativas, deixando nas mãos de cada trabalhador a busca pela sua sobrevivência, mas sim, buscar refletir sobre as causas básicas desse fenômeno.

Enfim, vimos que a informalidade em uma cidade pequena possui características específicas, o que demonstra a importância de relativizar este fenômeno. No entanto, apesar de tratar de um contexto específico, pode-se afirmar que o comércio informal vem apresentando novas tendências no espaço urbano brasileiro, sendo uma atividade importante para a compreensão dos fenômenos espaciais e sociais. Desse modo, acredito que esta pesquisa contribuirá para a construção de uma nova visão sobre a informalidade brasileira, de modo que esta

deixe de ser vista como uma atividade “a parte” do nosso dia a dia. Estigma este, que não condiz mais com a realidade do fenômeno. Além disso, de forma mais específica, contribuir no fortalecimento dos laços entre a Economia Doméstica e outras ciências, para que a família, enquanto categoria analítica, seja ainda mais, fortalecida.

Por fim, gostaria de finalizar este trabalho compartilhando com cada leitor, a imensa satisfação que tive em realizar esta pesquisa, sendo a sua construção composta de momentos inesquecíveis, recheados de alegrias, angústias e tristezas. “Entrar” no universo da informalidade me permitiu enxergar que as relações sociais e espaciais estão dadas além do que os nossos olhos podem enxergar; pois está no alcance de cada sorriso, cada cumprimento, cada ajuda, em cada necessidade do próximo, seja este uma pessoa conhecida ou não, enfim, nos laços invisíveis do nosso cotidiano.

8. BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE VIÇOSA. **Perfil Empresarial de Viçosa (MG)**. Viçosa: CENSUS, 2004. 81p.

ALBUQUERQUE, R. C. Da condição de pobre à de não-pobre: modelos de ação pública antipobreza no Brasil. In: VELLOSO, J. P. R; ALBUQUERQUE, R. C. (orgs). **Modernidade e Pobreza**. São Paulo: Nobel, p.113-162, 1994.

ARAÚJO, F. G. B. de; HAESBAERT, R. (orgs.). **Identidade e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Acess, p. 33-56, 2007.

ASSUNÇÃO, L. M; FERREIRA, R. V. **A rede familiar como empreendimento coletivo na estratégia de sobrevivência de uma migrante: um estudo de caso**. 2006. Disponível em: < <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf>>. Acesso em 19 jan, 2010.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisas survey**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BAUMAN, Z. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. 321p.

BARROS, R. P; CAMARGO, J. M. As causas da pobreza no Brasil. In: VELLOSO, J. P. R; ALBUQUERQUE, R. C. (orgs). **Modernidade e Pobreza**. São Paulo: Nobel, p. 81-112, 1994.

BERTOLUCCI, F. L. Os Camelôs e os Ambulantes: sua atuação na área central e seus impactos sócio-ambientais. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v.3, n. 16, p.179-185, jan/dez, 1996.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 2004.

BONANNO, A. A globalização da economia e da sociedade: Fordismo e pós-fordismo no setor agroalimentar. In: CAVALCANTI, J. S. B. (Org.) **Globalização, Trabalho, Meio Ambiente - Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação**. Recife: Editora universitária da UFPE, p. 123-170, 1999.

BOURDIEU, P. “A propos de la famille comme catégorie réalisée”. **Actes de la Recherche em Sciences sociales**. Paris: Maison des Scienses Sociales, v.100, p. 32-36, 1993.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2ª ed. 1998.

BRAGA, T; FERNANDES, C. M. Informalidade e ocupação não-registrada na Região Metropolitana de Salvador. **Bahia Análise e Dados: Trabalho**. Salvador:

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, v. 8, n. 4, p. 27-35, março, 1999.

BRAGA, T. S. **O setor informal e as formas de participação na produção: os casos das regiões metropolitanas de Salvador e Recife.** In: Anais do XV Encontro Nacional de Estudos populacionais, Caxambu, 2006.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar e inovação tecnológica.** Campinas: Editora da Unicamp, 2007. 238p.

BRUSCHINI, C; RIDENTI, S. Família, casa e trabalho. **Caderno de Pesquisa.** São Paulo, n.88, p.30-36, fev, 1994.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade,** Campinas, n. 14, p. 153-174, jun, 2000.

CACCIAMALI, M. C. (Pré) Conceito sobre o setor informal, reflexões parciais embora instigantes. **Revista Econômica.** Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, 2007.

CAMARGO, F. S. de. **Análise Estrutural do Emprego Formal e Informal na Economia Brasileira.** 2006. 94f. Tese (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/>>. Acesso em: 09 jul, 2007.

CARLOS, A. F. **A (re)produção do espaço urbano.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. 270 p.

CARVALHO, M. C. L. de. O setor informal, o Estado e os movimentos sociais. **Cadernos do CEAS,** Salvador, n. 124, p.22-41, nov/dez, 1989.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** A era da informação: economia, sociedade e cultura. 3ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v. 2, 2009.

CLEPS, G. D. G. O comércio informal e a cidade. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 2, 2003, Uberlândia. **Anais do Simpósio Regional de Geografia.** Uberlândia, 2003. Disponível em: <<http://www.ig.ufu.br>>. Acesso em: 21 jan, 2006.

COHELL, F. F; PERTICARRARI, D; BENTO, P. E. G. **O papel das redes sociais informais: trabalhadores da construção de edificações.** In: Anais do IV Congresso de Pós – Graduação da UFScar, v.3, p. 17-26, 2007.

COELHO, T. Economia informal: Crescem os pequenos. **Caderno do Terceiro Mundo,** Rio de Janeiro, n.151, p.26-30, jun, 1992.

COSTA, A. B; RODRIGUES, C. **Estratégia de sobrevivência de famílias em Luanda e Maputo.** Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7024.pdf>. Acesso em: 15 set, 2010.

DAMATTA, R. **A casa e a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAMATTA, R. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DELGADO, A. P. T. **Aspectos jurídicos do comércio em vias públicas do município do Rio de Janeiro**. In: Colóquio Internacional comércio, culturas e políticas públicas em tempos de globalização. Disponível em cd rom. 2006.

DE SOTO, H. **Economia subterrânea: uma análise da realidade peruana**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1987.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J; BARROS, A (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

DUARTE, R. **Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o Trabalho de Campo**. Cadernos de Pesquisa, n. 115, p. 39-154, março, 2002.

DURÃES, B. J. R. **Trabalho de Rural no Brasil e o processo de acumulação capitalista: o trabalhador gratuito**. 2007. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/cemarx/coloquio/Docs/gt9/Mesa3/trabalho-de-rua-no-brasil-e-o-processo-trabalhador-gratui.pdf>. Acesso em: 18 jan, 2010.

DURHAM, E. Família e reprodução humana. **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar. (3), p. 13-44, 1997.

FAUSTO NETO, A. M. Q. F. **Família Operária e Reprodução da Força de trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1982. 211p.

FILGUEIRAS, B. S. C. **Do Mercado Popular ao Espaço de Vitalidade: o mercado central de belo horizonte**. 2006. 172p. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006.

SHOPPING Santana/ Violeira. **Folha da Mata**, Viçosa, 05 nov. 2010. nº 2174, p.7.

VENDEDORES ambulantes tomam Conta da Cidade. **Folha da Mata**, Viçosa, 11 fev. 2004. nº 1974, p.3.

FONTES, B. A. S. M; EICHNER, K. A formação do capital social em uma comunidade de baixa renda. **Redes: Revista Hispana para El Analisis de Redes Sociales**. Barcelona: Universidade Autónoma de Barcelona, Espanha, v. 7, Out-Nov, p. 47-48, 2004.

FRÚGOLI JUNIOR, H. A questão dos camelôs no contexto da revitalização do centro da metrópole de São Paulo. In: SOUZA, M. A. A. et al. **Metrópole e Globalização: conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: CEDESP, 1995.

FURTADO, A. C. A. R. Economia Informal. **Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados**. 2004. Disponível em: < <http://apache.camara.gov.br/portal/arquivos/Camara/internet/publicacoes.pdf>. Acesso em: 29 mar, 2008.

GADBEM, A. A. **O aumento do consumo da Classe C e os reflexos gerados na comunicação de mercado.** Disponível em: <<http://www.azagga.com.br/artigo1.pdf>>. Acesso em: 10 jan, 2011.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade.** Tradução de Plínio Dentzien. Zahar: Rio de Janeiro, 2002. 233 p.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDANI, A. M. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.19, n.1, jan./jun, 2002.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 368 p.

GONÇALVES, M. A. Reestruturação Produtiva e Precarização das Relações de Trabalho. **Revista eletrônica Pegada**, Presidente Prudente, v. 2, n. 1, out, 2001. Disponível em: < <http://www4.fct.unesp.br/ceget/pegadaframe.htm>>. Acesso em: 22 de Ago, 2010.

GRANOVETTER, M. S. The Strength of weak ties. **American journal of sociology**, Chicago, v.78, n.6, p. 1360 – 1380, maio, 1973.

GUIMARÃES, I. B. “Revisitando a família no cenário da pobreza”. In: **Caderno CRH**. Salvador/BA, nº 29, 1998.

GUIMARAES, I. B. Trabalho familiar e participação familiar. **Cadernos do CRH** (UFBA), Salvador, v. 35, n.1, p.36 – 46, 2002.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e Identidade:** a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização:** Do “fim” dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 5ª ed, 2010. 395p.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos.** São Paulo: Contexto, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaraciara Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HIRATA, H. A precarização do trabalho e a divisão internacional e social do trabalho. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan/jun, p.24-41, 2009

HIRATA, G. I; MACHADO, A. F. Conceito de informalidade/formalidade e uma proposta de tipologia. **IPEA: Mercado de trabalho**, n.34, p. 24-29, nov. 2007.

HONÓRIO, L. de M. **O empreendedorismo de tele-entrega: uma análise da prática socioespacial a partir da prestação de serviços em Viçosa, Minas Gerais**. 2008. Disponível em: www.geo.ufv.br/monografias.php. Acesso em: 20 dez, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **Boletim Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise**. 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/082/08201002.jsp?ttcd_chave=3252. Acesso em: 9 fev, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **Gastos com a política social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda**. 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stor/PDFs/110203_comunicadoipea75.pdf >. Acesso: 11 jan, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Cidades**. Disponível em: < <http://www.ibge.com.br/cidadesat/default.php> >. Acesso em : 13 fev, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA. **Economia Informal Urbana**. Brasília, DF: IBGE, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/default.shtm>>. Acesso em : 05 nov, 2010.

ITIKAWA, L. Geometrias da clandestinidade: trabalho informal no Centro de São Paulo. In: COMIN, A. (Org.). **Caminhos para o Centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo**. São Paulo: EMURB/CEBRAP/CEM, v. 1, p. 339-362, 2004.

IGLESIAS, W. Territórios, tragédias e tramas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.22, n.65, 2004.

JESUS, G. M. de. Ordenando o Espaço Público: a criação das feiras livres na cidade do Rio de Janeiro. **Scripta Nova**, v. 9. 194, 2005. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-62.htm>>. Acesso em: 15 nov, 2010.

KITAMURA, C; RIBEIRO FILHO, V; MIRANDA, M. O Comércio e Serviços Ambulantes: Uma Discussão. **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 8, n. 23, p. 20-26, out. 2007. Disponível em: < <http://www.caminhosdeGeografia.ig.ufu.br/sitemap.php>>. Acesso em: 31 mar, 2010.

KON, A. **A Estrutura Ocupacional Brasileira: uma abordagem regional**. Brasília, SESI, 1995.

KRAYCHETE, G. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Disponível em:< <http://www.capina.org.br/download/pub/esp2000.pdf>>. Acesso em: 11 ago, 2008.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

LELIS, J. L; BORGES, R. E. **Transformações Socioespaciais e Precarização do Trabalho no Comércio Informal de Viçosa (MG): a outra face da relação entre**

cidade e comércio. 2008. 120f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Curso de Geografia, CCH-UFV. Viçosa (MG), 2008. Disponível em: <<http://www.geo.ufv.br/docs/monografias/juliana.pdf>>. Acesso em: 10 dez, 2010.

LÉVI-STRAUSS, C. A família. SHAPIRO, H. (org). **Homem, cultura e sociedade.** Rio de Janeiro/Lisboa: Fundo de Cultura, p. 309-333, 1972.

LÉVI STRAUSS, C. “A família”. In: SPIRO, Melford et al.: **A família: origem e evolução.** Porto Alegre: Editorial Villa Martha, 1980.

LOPES, A. V. F. **Condomínios residenciais: novas faces da sociabilidade e da vivência de transgressões sócias.** 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MACHADO, A. F; PENIDO, M.; OLIVEIRA, J. M. de. **Análise de sobrevivência na posição de trabalhador por contapropria no Brasil metropolitano (1997 a 2001).** Encontro nacional da associação brasileira de estudos do trabalho. Recife. Anais. São Paulo: Abet, 2005.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo.** Legalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, P. H. As redes sociais, o sistema da dádiva e o paradoxo sociológico. In: **Redes Sociais e Saúde,** Recife: UFPE, 2008.

MARTINS, R. S; SOUZA, S. P. **A ocupação ilegal das APP's (Áreas de Preservação Permanente) urbanas em Caldas Novas- GO.** In: Anais do XI EREGEO – Simpósio Regional de Geografia. Jataí, 2009.

MARQUES, E. **Como são as redes de indivíduos em situação de pobreza no Brasil urbano?.** 2009. Disponível em: <http://www.centrodametropole.org.br/static/uploads/anpur2009.pdf>. Acesso em: 30. Nov. 2010.

MARQUES, E. **Redes sociais, segregação e pobreza.** São Paulo: Editora UNESP; Centro de Estudos da Metrópole, 2010. 216p.

MASCARENHAS, G. **Feiras livres: informalidade e espaços de sociabilidade.** In: Colóquio Internacional Comércio, cultura e políticas públicas em tempos de globalização: Anais do Colóquio Internacional, 2005.

MATOS, R. Desigualdades socioespaciais: inserções teóricas e conceituais e discussão do caso brasileiro. In: MATOS, R; SOARES, W. (orgs). **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010. 348p.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva.** Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Sociologia e Antropologia. V.02. São Paulo: EDUSP, 1974.

MELLO, F. A. O. **Análise do processo de formação da paisagem urbana no município de Viçosa-MG**. 2000. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa (MG), 2000.

MELO, H. P; TELES, J. L. Serviços de Informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro. **Texto para Discussão**, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, n. 773, 2000.

MENDES, I. F. **Efeitos Socioespaciais da Agroindústria PIF PAF Alimentos no município de Viçosa (MG): fixos, fluxos e trabalho**. 2007. 119f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Curso de Geografia, CCH-UFV. Viçosa (MG), 2007. Disponível em: <<http://www.geo.ufv.br/docs/monografias/intesffany.pdf>>. Acesso em: 28 mar, 2008.

MENEZES, M. L. P. Tendências atuais das migrações internas no Brasil. **Scripta Nova**, n.69, v. 45, ago, 2000.

MIRANDA, G. **A Cidade e a Feira no Tempo: a relação feira-cidade e os diferentes modos de ocupação do território pela feira de Caruaru**. In: Anais do XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Florianópolis, 2009.

MISSIO, F. J; VIEIRA, R. M.; IAHN, J. F. Reestruturação Produtiva, Plano Real e Mercado de Trabalho: algumas considerações sobre a Região Metropolitana de Porto Alegre. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA 3, 2006, Porto Alegre. **Anais do Terceiro Encontro de Economia Gaúcha**, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m19t02.pdf>>. Acesso em: 24 out, 2010.

MONTESSORO, C. C. L. **Comércio Informal. Centralidade Urbana e os novos espaços de consumo na área central de Anápolis – GO**. 2005. 94f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/>>. Acesso em: 09 jul, 2010.

NAVARRO, V. L; PADILHA, V. **Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S0102-71822007000400004>>. Acesso em: 05 abr, 2008.

NORONHA, E. G. Informal, Ilegal e Injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, nº 53, 2003.

OLIVEIRA, E. M; BORGES, R. E. **Dinâmica socioespacial nos distritos industriais da Zona da Mata mineira**. 2005. 43f. Relatório Final de Pesquisa (PIBIC-CNPq-UFV), Viçosa (MG), 2006. (Digitado).

OLIVEN, R. G. **Urbanização e Mudança Social no Brasil**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984. 136p.

OMETTO, M. H. Análise da realidade econômica brasileira e seus reflexos na vida das famílias e dos indivíduos. In: SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR, 1994, Viçosa. **Anais do I Simpósio de Economia Familiar**. Viçosa: UFV, v.1, p. 21- 49, 1996.

PAMPLONA, J. B; ROMEIRO, M. do C. Desvendando o Setor Informal: Relatos de uma Experiência Brasileira. 2003. **Revista Eletrônica da Associação Brasileira de Estudo do Trabalho**, São Paulo, v, 2, n, 1 p, 01- 23, mar. 2002. Disponível em: < [http:// www.revista.abet-trabalho.org.br/viewwarticle.php](http://www.revista.abet-trabalho.org.br/viewwarticle.php)>. Acesso em: 19 jul, 2007.

PANIAGO, M. C. T. **Mudanças socioculturais, evolução histórica e tendências na comunidade de Viçosa - MG**. Viçosa: Imprensa Universitária, UFV, 1990. 407p.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In VELHO, O. G. (Org.) **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PAULILO, M. A. S. **A pesquisa qualitativa e a história de vida**. 2010. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v2n1_pesquisa.htm>. Acesso: 15. Fev, 2011.

PEREIRA, M. F. V. Contradições de uma “Cidade Científica”. Processo de Urbanização e Especialização Territorial em Viçosa (MG). **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.16, p.197-206, out. 2005. Disponível em: < <http://www.ig.ufu.br/revista/>>. Acesso em: 06 mar, 2011.

PESSOA, F. N; ZACHEO, P. A; TAMAE, R. Y. **O perfil de consumo da classe C**. Revista Científica Eletrônica de Administração. Ano VIII – Número 14 – Junho de 2008. Disponível em: www.revista.inf.br. Acesso em: 23. Fev, 2011.

PORTUGAL, S. **Contributos para uma discussão do conceito de redes na teoria sociológica**. Oficina do CEAS, nº 271, p.01 – 35, março, 2007.

RADOMSKY. G. F. W. **Redes Sociais de Reciprocidade e Trabalho: as bases históricas – sociais do desenvolvimento na Serra Gaúcha**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdades de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, L. Evolução e realocação espacial do emprego, 1995 – 2005. **Econômica**, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.89-112, jun, 2007.

RIBEIRO FILHO, G. B. **A formação do Espaço Construído: cidade e legislação urbanística em Viçosa-MG**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

RIBEIRO, C. **Microempresas são maioria, mas empregam pouco e fecham cedo**. AGÊNCIA BRASIL. Disponível em: <www.agenciabrasil.com.br. Acesso em: 24. Set, 2010.

- ROCHA, E. A. **Terceirização: alguns aspectos jurídicos**. 2011. Disponível: <http://www.ufsm.br/direito/artigos/trabalho/terceirizacao.htm>. Disponível em: Abril, 2011.
- RODRIGUES, I. D. Os camelôs e as atividades conexas que compõem o circuito de circulação das mercadorias. **Pegada**, v.8, n.1, jun, p. 129-152, 2007.
- SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 231p.
- SACK, R. D. **Territorialidades Humanas: Teoria e História**. New York: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, M. **A economia espacial: críticas e alternativas**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. 204p.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002. 384p.
- SANTOS, M. O circuito inferior. In: **O Espaço Dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p.197-261, 1999.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M. et al. (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ Anpur, 1994, p. 15-20.
- SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SARTI, C. A. “Deixarás pai e mãe”: notas sobre Lévi – Strauss e a família. **Revista Antropológicas**, ano 9, v.16, p. 31-52, 2005.
- SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Org.). **Família, Redes, Laços e Políticas Públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, p. 267-274, 2007.
- SATO, L. Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre. **Psicologia & Sociedade**, v.19, Porto Alegre, 2007.
- SAQUET, M. A. **Abordagem e concepções de território**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007. 200p.
- SENNET, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SERVILHA, M. de M. **As relações de trocas materiais e simbólicas no mercado de Araçuaí-MG**. 2008. 166 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2008.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

SINGLY, F. de. O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, C. E.; SINGLY, F. de; CICCHELLI, V. (Orgs.). **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, p.13-19, 2000.

SHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n.51, p.99-121, Fev, 2003.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (Org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 26-67, 1967.

SOJA, E. **Geografias Pós-modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, M. L. de. Alguns aspectos da dinâmica recente da urbanização brasileira. In: FERNANDES, E; VALENÇA, M. M.(Orgs.). **Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

SOUZA, M. L. de. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I. E. de. GOMES, P. C. da C; CORREA, R. L. (org.) **Geografia: Conceitos e temas**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M. L. de. **O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I.E. de. GOMES, P. C. da C; CORREA, R. L. (org.) **Geografia: Conceitos e temas**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STRAUSS, A; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Tradução Luciane de Oliveira da Rocha, 2ª ed, Porto Alegre: Arnet, 2008. 288p.

TELLES, V. S. **Nas tramas da cidade. Trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Humanitas, 2009.

THEODORO, M. **As bases da Política de apoio ao Setor Informal no Brasil**, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td_762.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2007

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma Geografia do Trabalho. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidade de Barcelona, v.6, nº 119, 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-5.htm>>. Acesso em: 24 fev, 2011.

TIRIBA, L. O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal. **Trabalho Necessário**, n.2, v.2, 2004.

TRINDADE JÚNIOR. S. C. “Agentes, redes e territorialidades urbanas.” **Revista Território**, Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, Nº 5 – Jul/ Dez, 1998.

TORRES, H. G; MARQUES, E; FERREIRA, M. P; BITAR, S. Pobreza e Espaço: padrões de segregação do espaço. **Estudos avançados**. São Paulo, v.12, n.47, Jan/Abr, 2003.

ULYSSEA, G. L de. **Instituições e a Informalidade no mercado de trabalho brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

VARGAS, H. C. **Espaço Terciário**: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001. 335p.

VEDANA, V. **Fazer a feira**: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da feira livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre, 2004. 251 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

VELLOSO, J. P. R. Modernidade e pobreza: a construção da modernidade econômico-social. In: VELLOSO, J. P. R; ALBUQUERQUE, R. C. (orgs). **Modernidade e Pobreza**. São Paulo: Nobel, 1994.

VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, G. e ALVITO, M. (orgs). **Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro: UFRJ/ GV, p. 11-25, 1996.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Pernambuco, n. 15, out, 2000.

WIRTH, L. Urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WOORTMANN, K. “Com parente não se negueia”, o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**. Brasília: Tempo Brasileiro, p. 11 – 73, 1987.

9. ANEXOS

9.1. Termo de consentimento livre e esclarecido

Eu, _____, li e/ ou ouvi os esclarecimentos dados sobre o estudo do qual participarei. A explicação que recebi esclarece os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo.

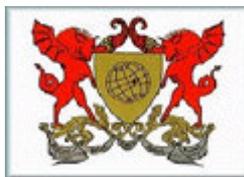
Voluntário (Entrevistado) _____

Equipe:

(Coordenador da pesquisa)

(Estudante entrevistador)

9.2. Carta de apresentação entregue aos sujeitos da pesquisa



Viçosa, 01 de agosto de 2010.

Prezado Comerciante,

A pesquisa realizada por Juliana Lopes Lelis, estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, sob a orientação da professora Neide Maria de Almeida Pinto tem como objetivo analisar as relações familiares que são construídas nos principais espaços comerciais da cidade de Viçosa.

Para que esse trabalho possa mostrar a realidade presenciada pelos comerciantes de Viçosa, é importante a sua contribuição. Garantimos que os seus nomes não serão divulgados e as informações coletadas serão apenas utilizadas para a elaboração da pesquisa, com finalidade acadêmica. Assim, garantimos que a sua participação não trará nenhum tipo de prejuízo, a você ou ao seu estabelecimento.

No mais, estamos abertos a maiores informações e esclarecimentos da pesquisa e agradecemos pela sua atenção e colaboração nesse trabalho!

Atenciosamente,

Juliana Lopes Lelis

Estudante

Neide Maria de Almeida Pinto
ProfªUFV/ Orientadora do projeto

9.3. Entrevista aplicada aos primeiros comerciantes informais de Viçosa (MG)

Nome do Entrevistado: _____ Data: ____/____/____

Objetivo 1 – Surgimento dos Espaços

1.1 - Aqui em Viçosa (MG), quais foram os primeiros espaços de comércio como o seu? Quando e como eles surgiram?

1.2 - À época, que condições você considera que foram favoráveis ao surgimento e estabelecimento desse comércio?

1.3 - Em relação a Feira de Artesanato, quais foram às pessoas e órgãos que contribuíram para o surgimento e fortalecimento (estruturação) deste espaço na cidade?

1.4 - Você saberia me informar como era a sua organização? Você acha que mudou muito em relação à hoje?

1.5 - E atualmente, quem contribui para a realização da Feira de Artesanato?

9.4. Entrevista aplicada aos comerciantes informais

9.4.1. Perguntas referentes à composição do Perfil da Família Nuclear

01	Quantas pessoas moram com você?
02	Qual o nome delas?
03	Qual a relação de parentesco com você?
04	Origem:
05	Sexo:
06	Estado Civil:
07	Idade:
08 e 09	Escolaridade:
10 e 11	Essa pessoa desenvolve atividades como você? Onde?
12	O comércio é próprio ou ele (a) trabalha para outra pessoa?
13	Há quanto tempo ela se dedica a esta atividade?
14	Possui outra ocupação além desta?
15	Qual?
16	Renda no trabalho
17	Renda da família

9.4.2. Perguntas referentes à composição do Perfil da Família Extensa

01	Alguns de seus parentes trabalham no mesmo tipo de trabalho que o seu?
02	Quem são essas pessoas?
03	Qual a relação de parentesco com você?
04	Origem:
05	Atualmente, onde mora?
06	Estado Civil:
07	Idade:
08 e 09	Escolaridade:
10	Local onde tem comércio:
11	O comércio é próprio ou ele (a) trabalha para outra pessoa?
12	Há quanto tempo ela se dedica a esta atividade?
13	Possui outra ocupação além desta?
14	Qual?

9.4.3 - Perguntas referentes à dinâmica das Famílias

1- Pessoas da família envolvidas na atividade	2- Nome	3- Relação estabelecida com esta pessoa	4- Função	5 - Há uma remuneração para o exercício da atividade	6 - Quais as vantagens e desvantagens de se trabalhar com parente?
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					
6.					
7 - REGIME DE TRABALHO					
Horas que trabalha na atividade	Turno (D/N)	Remuneração	“Contrato”		
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					
6.					

1- Pessoas externas à família envolvidas na atividade	2- Nome	3- Relação estabelecida com esta pessoa	4- Função	5 - Há uma remuneração para o exercício da atividade	6 - Quais as vantagens e desvantagens de se trabalhar com alguém de fora da família?
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					
6.					
7 - REGIME DE TRABALHO					
Horas que trabalha na atividade	Turno (D/N)	Remuneração	“Contrato”		
1.					
2.					
3.					
4.					
5.					
6.					

9.5. Quadro de Apoio

1	Nº	1	2	3	4	5	6	7
3	Parentesco	Mãe	Pai	Esposo (a)	Filho (a)	Tio (a)	Primo (a)	Sem parentes co
5	Sexo	M	F					
6	Estado Civil	Casado	União	Viúvo(a)	Divorciado	Separado	Solteiro	
8	Escolaridade	Analfabeto	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	Ensino Médio	Técnico	Superior	
9	Situação	Completo	Incompleto	Frequente	Se criança: série freq.			
10	Trabalha no comércio informal	Sim	Não	Às vezes				
11	Local	Feira Livre	Feira de Artesanato	Shopping Chequer	Ruas e praças			
12	Situação no trabalho	Dono	Assalariado	Sem remuneração	Outros			
13	Tempo (Anos)	Até 1	2 a 5	5 a 10	10 a 15	15 a 20	20 a 30	30 a 40
14	Possui outras ocupações	Sim	Não					
16	Renda na atividade	< 1 SM	1 SM	2 a 3 SM	4 a 5 SM	> 5 SM		
17	Renda familiar total	< 1 SM	1 SM	2 a 3 SM	4 a 5 SM	5 - 6 SM	> 6 SM	